Célio Turino

PONTO DE CULTURA

O BRASIL DE BAIXO PARA CIMA

"Essa ciranda não é minha só.
Ela é de todos nós.
Ela é de todos nós."
("Minha Ciranda", presente de
Capiba para Lia de Itamaracá)

Copyright©2009, by Celio Turino
Direitos para esta edição reservados à Editora e Livraria Anita Ltda, conforme ressalva da licença Creative Commons aqui utilizada.

2ª Edição - 2010

Conteúdo sob licença Creative Commons para Uso Não Comercial (by-nc, 2.5 Brasil)
O Conteúdo deste livro pode ser copiado, no todo ou em partes, compartilhado, distribuído e modificado sob as seguintes condições:
1. Sejam dados os créditos ao autor original, da forma especificada na licença;
2. Vedada a utilização da obra para qualquer finalidade comercial;
3. Caso a obra seja alterada, transformada, ou derivada em outra, a obra resultante só poderá ser distribuída sob uma licença idêntica a esta;
4. Qualquer outro uso, cópia, distribuição ou alteração desta obra, que não obedeça os termos previstos nesta licença, constituirá infração aos direitos autorais, passível de punição na esfera civil e criminal;
Os termos desta licença também estão disponíveis no site: http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/br/

Editora
Ana Paula Bernardes

Revisão técnica
Gilberto Gasparetto

Projeto gráfico
Laércio D'Angelo

Direção de arte capa
Venâncio Pinheiro Barbosa

Finalização da capa
Uirá Peixeiro

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T846p
2.ed.
Turino, Célio
Ponto de cultura : o Brasil de baixo para cima / Célio Turino. - 2.ed. - São Paulo : Anita Garibaldi, 2010.
il.
ISBN 978-85-7277-095-8
1. Cultura - Brasil. 2. Cultura popular - Brasil. 3. Política pública - Brasil. 4. Identidade social. I. Título.

10-1460. CDD: 306
CDU: 316.7

07.04.10 08.04.10 018341

Editora e Livraria Anita Ltda
Rua Amaral Gurgel, 447 3º andar cj. 31 - Vila Buarque - CEP 01221-001 - São Paulo - SP - Brasil - Fone: (11) 3129-3438
www.anitagaribaldi.com.br
livraria@anitagaribaldi.com.br

Índice

Viagem ao Brasil “DES-SILENCIADO”.....7

Araçuaí ganhou um presente.....11

Os silenciados querem ser vistos
e se fazer ouvir.....13

Tá na Rua.....23

Os Yawalapíti: Cultura, sustentabilidade e resiliência no
canto de uma mulher.....25

O mar azul e verde.....31

Vista para o mar.....35

Darlene.....49

Piauí.....53

Invenção Brasileira.....61

Ponto de Cultura - A construção de
uma política pública.....63

Jongo da Serrinha.....83

O Programa Cultura Viva.....85

Índice

Caravana.....123

O Estado de baixo para cima.....127

Vídeo nas Aldeias.....143

Não é fácil.....147

Caixas de Memória..... 171

Manguezal..... 175

Futuro e Tradição..... 183

Uma Gestão Cultural Transformadora..... 185

Antes..... 203

A estrela Sol..... 227

Autoentrevista ou Entrevista ao Espelho..... 233

Penúltimo Capítulo..... 245

Fotos..... 256

Aos brasileiros que ainda não conhecemos

VIAGEM AO BRASIL

"DES-SILENCIADO"

TT Catalão

Um empresário escreveu artigo para um jornal carioca em plena década passada, saudando que, na sua opinião, *"eles passaram a definir o tipo de cultura que se faz no país"*. A retirada do Estado do fomento, da criação e do acesso à cultura deixou nas mãos dos empresários privados o poder de destinar os recursos – que deveriam pagar como impostos ao Estado – conforme seus critérios e conveniências.

Proliferaram peças de teatro erótico-sentimentais, com um casalzinho de atores que fazia ao mesmo tempo alguma telenovela de sucesso na Globo. Tudo financiado com impostos não pagos ao Estado, para promover a imagem da marca de empresas privadas – bancos ou empresas de telefonia, ou outras afins – com recursos de impostos pagos pela cidadania ao Estado. Uma lei que deveria incentivar a cultura nacional passou a ser parte das estratégias de marketing de grandes empresas privadas, com custo zero para elas e enormes danos aos recursos para políticas sociais e culturais do Estado.

Uma vítima privilegiada da globalização foi a cultura. A mercantilização do mundo invadiu a esfera cultural de forma avassaladora. De expressão das múltiplas identidades, de sua infinita diversidade, a cultura se viu achatada a clichês formatados pelas telenovelas. O Brasil foi reconstruído no imaginário nacional pela televisão. A cultura foi vítima de visões redutivas, a três ou quatro cenários dos bairros chiques de São Paulo e Rio de Janeiro, mais algumas cenas de um país folclórico, para exportação. Consolidou-se assim a ausência do povo brasileiro na história e no imaginário nacional.

Um governo democrático e popular teria que se diferenciar em tudo do seu antecessor – o maior promotor do reino do dinheiro na sociedade e no Estado brasileiros –, antes de tudo na política cultural. E uma das maiores e mais inovadoras realizações deste governo são os Pontos de Cultura – pontos de vida, pontos de "des-silenciamento" do povo, pontos de muitos pontos.

Quando o ministro Gilberto Gil convidou Célio Turino para desenvolver um programa de democratização e acesso à cultura mal se podia imaginar as extraordinárias iniciativas, que cruzam o Brasil de um ponto a outro, do sertão ao mar, da Amazônia aos pampas. O resultado desse trabalho de cinco anos, continuado na gestão do ministro Juca Ferreira, deu instrumentos para que as múltiplas vozes do povo se expressem, sob forma de música, de literatura, de poesia, de todas as expressões com que a riqueza insubstituível da nossa gente se manifesta na sua vida cotidiana.

Este livro é uma cartografia da cultura popular brasileira, viva, disseminada pelos quatro cantos de um país que busca finalmente ser um país de todos. Os Pontos de Cultura são o bolsa família das identidades, dos valores, dos significados e da imaginação criativa dos que são maioria, mas tinham se tornado minoria silenciada.

Neste belíssimo livro – não resisto a usar as palavras belo, beleza, a melhor forma de defini-lo – Célio mostra como sua trajetória se confunde com a busca de políticas culturais democráticas e populares para o Brasil. Como uma geração que lutou contra a ditadura, deu continuidade à luta democrática abrindo novos caminhos para ela: na democratização social e cultural, na criação dos meios para que o povo fale, cante, grite, desenhe seus sonhos e suas vontades.

Venha, na leitura deste livro, conhecer o Brasil, o Brasil silenciado, o

Brasil que era convidado antes apenas para assistir ao país inventado pelas elites brancas do sul e que agora vai forjando os espaços e os tempos da sua emancipação. Desfrute desse Brasil novo e que, ao mesmo tempo, resgata suas trajetórias mais seculares, faz delas instrumentos para serem donos do país contemporâneo que se está construindo.

Célio nos convida a esse passeio, a essa descoberta, por suas mãos, as que melhor conhecem esse país profundo, não apenas porque caminhou por todas essas matas, rios, chapadas, mas porque tem com essa realidade a relação que todo intelectual revolucionário tem que ter – a da construção de alternativas de transformação radical da realidade, que só pode ser protagonizada pelo povo que se constitui como sujeito mediante iniciativas como os Pontos de Cultura.

"Antes de sermos reais, somos sonhados" – dizia Paul Valéry. Os Pontos de Cultura são pontos dos nossos sonhos que se tornam realidade, pela tenacidade e pela imaginação criativa de gente como Célio.

Venham, só têm a perder os silêncios opressores nesta viagem a que Célio nos convoca como seu melhor guia de futuros.

Emir Sader

Araçuaí ganhou um presente

Uma notícia está chegando lá do interior
Araçuaí ganhou um presente
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão
Um cinema
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil
O único do Vale do Jequitinhonha
Não vai fazer desse lugar um bom país
Uma bela sala, com projeção em 35 mm, som de qualidade e poltronas compradas de um antigo cinema que foi fechado há muitos anos
Uma notícia está chegando lá do Maranhão
O cinema é simples mas muito bonito, pintado com tinta de terra
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão
Tudo feito pelos meninos e meninas de Araçuaí
Veio no vento que soprava lá no litoral
Um Ponto de Cultura que muito antes desta política pública já era Ponto de Cultura
De Fortaleza, de Recife e de Natal
Trabalho iniciado com Tião Rocha, que deixou a cadeira de professor universitário para fazer educação de um jeito diferente
A boa nova foi ouvida em Belém, Manaus,
Com o Ponto de Partida de Barbacena, os meninos fizeram uma turnê
João Pessoa, Teresina e Aracaju
Ser tão Gerais
E lá do norte foi descendo pro Brasil central

Com Milton Nascimento

Chegou em Minas já bateu bem lá no sul

Terminada a turnê a divisão do cachê daria R$ 2 mil para cada um, além de recursos para o centro cultural que eles mantêm em seu vale

Aqui vive um povo que merece mais respeito

Preferiram juntar tudo e dar um presente para sua cidade

Sabe, belo é o povo como é belo todo amor

Um cinema

Aqui vive um povo que é mar e que é rio

Mas o dinheiro era insuficiente

E seu destino é um dia se juntar

Foi quando surgiu o edital para seleção dos primeiros Pontos de Cultura

O canto mais belo será sempre mais sincero

Era necessário ter dinheiro para a contrapartida

Sabe, tudo quanto é belo será sempre de espantar

Foi o suficiente

Aqui vive um povo que cultiva a qualidade

Em março de 2008 fui ao Vale do Jequitinhonha inaugurar o cinema

Ser mais sábio que quem o quer governar

A cidade toda em festa

A novidade é que o Brasil não é só litoral

Foi na praça que apresentaram outro espetáculo, 'Canto pra Nhá Terra'

É muito mais, é muito mais que qualquer zona sul

Milhares de pessoas foram ver o trabalho

Tem gente boa espalhada por esse Brasil

Dos meninos e meninas da cidade

Que vai fazer desse lugar um bom país

Araçuaí ganhou um presente.

[a parte em itálico é a canção "Notícias do Brasil",
de Milton Nascimento e Fernando Brant.
A eles, meu agradecimento]

Os silenciados querem ser vistos e se fazer ouvir

Araripe, chapada do tempo em que os continentes da América do Sul e África se separaram. Fundo do mar, laguna onde os peixes de água salgada, hoje fósseis, são encontrados apenas no sertão do Nordeste e na costa do Gabão. Chapada de arenitos avermelhados e vegetação verde no vale em que o mar virou sertão. Sertão mágico, com nascentes de água, fósseis de pterossauros e libélulas.

Sertão do Cariri, entre Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Lugar ermo, silencioso, como os indígenas que habitavam seu vale: os cariri, de *quiriri*, "silencioso", no idioma de tronco macro-jê. Nesse lugar ermo pulsa cultura: Padre Cícero da fusão entre política, religião e sermões ecológicos; Luiz Gonzaga do baião, onde o xote e o desafio do sertão ganharam o Brasil urbano; Patativa do Assaré, poeta do *Ispinho e Fulô*, voz do "*pobre agregado, força de gigante...*"; os mestres escultores em madeira e barro, Manuel Craciano e Noca; Expedito do

TT Catalão

couro; a banda Cabaçal dos irmãos Aniceto; a Lira Nordestina, do cordel e da xilogravura; o Beato Zé Lourenço, do Caldeirão.

"...foi um líder brasileiro
que fez os mesmos estudos
do grande herói de Canudos
nosso Antônio Conselheiro
tiveram um mesmo sonho
de um horizonte risonho
dentro da mesma intenção,
criando um sistema novo
para defender o povo
da maldita escravidão" (Patativa do Assaré).

Histórias escondidas de um Brasil que pouco vê a si mesmo. Este é o Cariri, em que se localiza a Chapada do Araripe.

É neste vale do silêncio que a voz do nosso povo se faz ouvir com toda sua diversidade. Como silêncio não é vazio e sempre está carregado de significados, o Cariri é um bom lugar para começar a falar de Pontos de Cultura; Pontos que guardam o firme desejo de "desesconder" o Brasil. O objetivo é este mesmo: "desesconder" o Brasil; acreditar no povo, potenciar o que já existe, firmar pactos e parcerias com "os de baixo", como bem apontou o geógrafo Milton Santos, nosso professor mundialmente reconhecido, mas também silenciado por aqui.

Não há imposição sobre como aplicar os recursos distribuídos pelo Ministério da Cultura e cada Ponto desenvolve suas atividades conforme suas necessidades e plano de trabalho. Em alguns pode ser a adequação do espaço físico, em outros, a compra de equipamentos ou, como na maioria, a realização de cursos, oficinas culturais e a produção contínua de linguagens artísticas e interpretações da realidade. Os Pontos são diversos, alguns preferem teatro, outros dança, ou música, que pode ser erudita, popular, ou a mistura de ambas. Muitos estão nas grandes cidades, principalmente favelas e periferias, outros em pequenos municípios, em aldeias indígenas, assentamentos rurais, comunidades quilombolas. O único elemento comum a todos é o estúdio multimídia, pequeno equipamento

para edição de áudio e imagem, três computadores funcionando como ilha de edição em software livre, filmadora digital, equipamento de som para gravação musical e conexão por internet em banda larga.

Os Pontos de Cultura se espalham pelo Brasil e começam a se consolidar como política pública. Com este livro busco refletir sobre o significado deste trabalho em que me envolvo de corpo e alma há mais de cinco anos. Sem dúvida, a reflexão não se esgota aqui e as primeiras teses sobre os Pontos de Cultura e o programa Cultura Viva já começam a ser produzidas nas universidades; há também a reflexão de quem faz os Pontos de Cultura nas comunidades; o lado da burocracia. Ponto de Cultura é mais que uma política pública em construção, é um conceito e talvez uma teoria. Aqui apresento o que vi e vivi em mais de 600 viagens por todos os cantos do Brasil. Com este livro ofereço o meu caminho, e como cheguei até ele.

Houve lugares e assuntos que chamaram mais minha atenção. Alguns, relato; outros estão expressos nas conexões e ideias que fui estabelecendo no próprio processo de trabalho. A madrugada e o amanhecer que vi sentado na frente de uma oca na aldeia dos yawalapíti, no Xingu. A toré com tupiniquins e tupinambás na costa sul da Bahia, que fez com que tirasse a roupa e me atirasse ao mar em plena noite, tal qual Diogo Dias *"...almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos"* (trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha, que tanto chamou minha atenção a ponto de colocar na abertura de um outro livro meu, *"Na Trilha de Macunaíma"*, escrito anos antes). Foram momentos de encantamento, reflexão e partilha.

Houve pessoas. Pessoas extraordinárias, conforme Eric Hobsbawm designa as pessoas tradicionalmente conhecidas como "pessoas comuns". Há leituras, histórias que vivi, histórias que conheci por terceiros e que repasso em confiança, informações empíricas, reflexões filosóficas. Aqui faço um compartilhamento de como entendo o papel dos Pontos na busca de uma cultura viva por um Brasil vivo. O conceito e a teoria do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura é resultado de um processo contínuo, em que se amalgama experiência pessoal, o ato de fazer, leituras e troca de ideias. E, sobretudo, do desejo de que as coisas precisam mudar e da percepção de que as coisas estão

mudando, pois os "de baixo" já não querem ser governados como antes.

Desvelar, apontar caminhos, compreender realidades. E aproximar. Aproximar pessoas, contextos, formas de interpretação. Ao aproximar, se não tirar o véu, ao menos torná-lo mais transparente, translúcido; quebrar hierarquias e construir novas legitimidades.

Os Pontos de Cultura potencializam esse processo de mudança. E o fazem por expressarem a cultura em suas dimensões ética, estética e de economia. O Ponto de Cultura não se enquadra em fôrmas; nem é erudito nem é popular; também não se reduz à dimensão da "cultura e cidadania" ou "cultura e inclusão social". Ponto de Cultura é um conceito. Um conceito de autonomia e protagonismo sociocultural. Na dimensão da arte, vai além da louvação de uma arte ingênua e simples, como se ao povo coubesse apenas o lugar do artesanato e do não elaborado nos cânones do bom gosto. Pelo contrário, busca sofisticar o olhar, apurar os ouvidos, ouvir o silêncio e ver o que não é mostrado.

Os Pontos de Cultura têm o que mostrar e querem fazê-lo a partir de seu próprio ponto de vista.

O Vídeo nas Aldeias e os cineastas indígenas produzem documentários e filmes de ficção; curtas, médias e longas-metragens falados na voz dos índios; filmes escritos, dirigidos e encenados em kaxinawá, kuikuro, huni-kuni, asha-ninka, feitos por cineastas como Zezinho Yube, Tadeu Siã, Isaac Piãko, títulos como "A gente luta mas come fruta", "Xinã Benã" e "Huni Meka – Os cantos do cipó". Narrativas que estabelecem um diálogo a partir da voz de quem faz a própria cultura e não pela voz do "outro". Mesmo quando benevolente, de apoio ou cumplicidade, sempre será a voz e o olhar externo, e o aprimoramento da democracia só acontecerá se for estabelecida a polifonia. Os grupos sociais, quaisquer grupos, precisam e querem ver-se no espelho e saber que a imagem refletida é aquela que desejam refletir, seja por meio audiovisual, exposição, dança, literatura, música ou na política. Reconhecer-se no espelho é vital para a formação da personalidade humana, quanto mais de sociedades. Isto é protagonismo. Muito dos desajustes sociais e violência que vivemos nas grandes cidades é resultado da impossibilidade por que passa a imensa maioria das pessoas em ter o direito de se ver e ser visto. Este não é um problema apenas do Brasil, mas está presente em todas as sociedades e em todos os momentos. Ponto de Cultura também é

uma contribuição para exercícios de descoberta, tolerância e respeito mútuo.

De volta ao Cariri...

Em Assaré, tem um Ponto de Cultura junto ao Memorial Patativa do Assaré e seu plano de trabalho prevê estúdio de gravação musical e adequação de auditório para cineclube. O Ponto de Cultura Candeeiro Aceso, de Alagoas, também prevê instalações semelhantes. Mas manter viva a cultura em Assaré ou Arapiraca não depende apenas da repetição e/ou preservação dos versos de Patativa ou dos cantadores da feira de Arapiraca. Manter a cultura viva pressupõe entender que os versos são vivos e contextualizados e falam dos mestres do couro, das quadrilhas que se apresentam nas praças, recriando a dança dos palácios europeus com suas roupas, brincadeiras e personagens como Mateo. Ponto que é Ponto sabe que é preciso superar o *"rapapé da misera"* assim como o *"ispinho da precisão"* pois *"por vários caminhos, pisando sobre os espinhos, com um sacrifício imenso, seguindo o mesmo roteiro. Sempre haverá Conselheiro e Beato Zé Lourenço".* Des-silenciam.

Partindo desta compreensão, os Pontos de Cultura vão além da estética ou da fruição artística, embrenham-se na dimensão ética, no compromisso com seu povo. Podem assumir as mais diversas formas, mas a essência será a mesma.

Próximo a Assaré, tem Nova Olinda, pequeno município rural com 15 mil habitantes. Outro Ponto: Fundação Casa Grande. Um Ponto de Cultura dirigido por crianças e jovens promove a mais extraordinária experiência de protagonismo juvenil que conheci e faz com que o mundo esteja ao alcance de suas mãos.

Descendo a Chapada do Araripe, Santana do Cariri, outra cidadezinha perdida no fundo do vale, que se autodefine como "Paraíso dos Dinossauros Voadores". O Museu do Araripe (junto à Universidade Regional do Cariri) ainda não é Ponto de Cultura, mas trabalha como se fosse e atua em parceria com a Casa Grande. A grande riqueza da cidade são os fósseis comercializados ilegalmente. Com o Agente Cultura Viva, jovens aprenderam a fazer réplicas em gesso, iguais às originais, com o mesmo relevo, as mesmas cores e tamanho, tão impressionantes quanto as originais. As réplicas são vendidas, geram renda, conhecimento; escolas podem comprar um kit de paleontologia brasileira, um suvenir para turistas. Também há os dinossauros de lata, com movimento e articulação, de Maurício Pedreiro, o artista local que antes vendia suas engenhocas na feira, como helicópteros, aviões e

brinquedos de lata. Agora se inspira no que o Araripe lhe fornece, o "Paraíso dos Dinossauros Voadores". O extrativismo e contrabando de fósseis começa a ceder espaço à criatividade do povo, que assim pode obter uma renda sustentável e manter preservado este imenso patrimônio da história natural do planeta.

Saindo de Santana do Cariri, há Juazeiro do Norte e Crato, centros econômicos, religiosos e políticos do Cariri. No início do século XX as duas cidades se declararam em guerra; no século XXI a rivalidade dá lugar à colaboração e desenvolvimento conjunto. Ali estão os artistas da madeira, do couro, cordelistas, gravuristas, a carroça de mamulengos, escritores, atores. Há tanta coisa para ver e sentir. Mas como há muita gente querendo comprar, a arte popular vai se descaracterizando, se transformando em artesanato reproduzido em escala; do mesmo modo, o cordel deixa de ser impresso em linotipo para ganhar impressão em offset.

Os Pontos de Cultura dessas cidades atuam para revalorizar a criação artística tão pujante do Vale do Silêncio. A Lira Nordestina, mais antiga editora de cordel em atividade no país, é Ponto de Cultura e a xilogravura volta a ganhar força como meio e arte; pesquisadores, como Candace Slater, da Universidade de Berkeley, nos EUA, identificam nas ranhuras e sulcos da "xilo" uma semelhança estética com os fósseis dos dinossauros. O cordel também guarda a memória silenciada de episódios como o Caldeirão do Beato Zé Lourenço que, assim como Canudos, foi destruído "sem dó e sem compaixão, com a mesma atrocidade".

"A poucas léguas do Crato,
formou-se um grande arraial
de povo humilde e pacato.
Vivendo em comunidade
sob as ordens de um beato
...
Depois das bombas lançadas,
marcha toda tropa atrás
Trucidando quem encontra
com crueldade voraz
matando mulher e homem
menino, moça e rapaz
em que camponeses mortos, ultrapassaram mil..."

Ainda é cedo para concluir o que o Ponto de Cultura pode representar para a cultura brasileira, melhor ir identificando, deixar acontecer sem dirigismos, centralismos ou caminho único. Que os Pontos se espalhem, se integrem, troquem experiências, vençam desafios, escolham o seu caminho.

Como estes Pontos de Cultura do Cariri há muitos.

No extremo sul do Brasil, em São Lourenço do Sul, cidade da Revolução Farroupilha, às margens da Lagoa dos Patos, há dois Pontos: um de pomeranos, outro de quilombolas. Hoje atuam em conjunto, mas a convivência não era tranquila. Os quilombolas do sul são descendentes de escravos que resistiam ao trabalho desumano a que eram submetidos pelos criadores de gado e suas fazendas de charque; para viver em liberdade fugiam para morros e regiões perdidas no meio da mata. Com a imigração alemã no século XIX, vieram os pomeranos, povo de origem eslava germanizado há muitos séculos. Por não serem propriamente alemães também sofriam discriminação em sua terra de origem; nas guerras eram forçados a se alistar na infantaria, sendo os primeiros a morrer. Com o nazismo esta prática foi intensificada e milhares morreram na frente oriental. No início do século XXI há aproximadamente 500 mil descendentes de pomeranos na Alemanha, mas sua cultura e dialeto estão mais preservados nas colônias brasileiras que em sua terra de origem. Mesmo assim se consideravam alemães. Como imigrantes, foi-lhes destinada a mesma terra habitada por quilombolas. Sentiam-se detentores de uma cultura superior à dos quilombolas e o relacionamento entre eles era tenso. Mas eslavo vem de escravo, por isso foram tão humilhados e maltratados na pátria que julgavam sua. Quilombolas e pomeranos, ambos filhos da diáspora. Com o Ponto de Cultura criam o coral Afro-Pomerano.

Há outros.

No Rio de Janeiro: AfroReggae, Museu da Maré, Nós do Morro, Casa da Arte, Cartola, Som das Comunidades. Pontos de Cultura em comunidades como Vila Isabel, Rocinha, Sumaré, Formiga, Mangueira, Vidigal. A Casa do Pontal e a coleção de arte popular brasileira, o Jongo da Serrinha, Conservatória – a cidade dos compositores e da seresta –, o PIM de Vassouras, o Teatro do Oprimido, Tá na Rua, Me Vê na TV.

Em São Paulo: a Tainã de Campinas e a rede Mocambos, a Sociedade

dos Observadores de Sacis, os caiçaras de Cananeia, os povos do mar de São Sebastião, as redes de Osasco, Guarulhos e Diadema; o Tô Aí de Sapopemba, o Pombas Urbanas de Cidade Tiradentes, o Cineclube Cauim de Ribeirão Preto, o Bola de Meia do Vale do Paraíba, os Pioneiros de Andradina e sua Orquestra de Viola Caipira.

E há os Meninos de Araçuaí no Vale do Jequitinhonha, o Ponto de Partida em Barbacena, os bonecos do Giramundo, o HumbiHumbi, o Contato de BH, a Fábrica do Futuro de Cataguases, o Balé de Rua de Uberlândia, o Ponto G de Juiz de Fora. São muitos os Pontos em Minas porque Minas são muitas.

E a República do Cerrado. Eldorado dos Carajás em Goiânia, Cavaleiros de São Jorge na Chapada dos Veadeiros. O Mamulengo Presepada e a Invenção Brasileira em Brasília. A orquestra jovem do Ciranda de Cuiabá, os trabalhadores rurais de Lucas do Rio Verde.

O Som da Floresta no Acre, os Ashaninka, a Bruxa Tá Solta em Roraima, o Navegar Amazônia e seu estúdio de TV em um barco no rio Amazonas, o carimbó do Iaçá.

E outros.

Os Pontos vão muito além. João Haas Sobrinho, o médico guerrilheiro do Araguaia, batiza o Ponto de Cultura de Porto Franco, nas margens do rio Tocantins. O hip hop de Teresina faz metarreciclagem com computadores e instala telecentros em escolas públicas. A arte na reforma agrária semeia grupos de teatro em assentamentos. O cinema de animação ganha Pontos com Lula Gonzaga em Olinda e o Amanda em Fortaleza. A dança do Edisca, de Fortaleza, se liga com o Dança Vida de Ribeirão Preto, em SP. O cinema experimental do NoAR Alpendre, os cartões postais da galeria Zoom, o Paraiwá, o Circo Piolim. O Maracatu Estrela de Ouro de Aliança, o Coco da Beth de Oxum, a ciranda da Lia, o Cais do Parto, mestre Salustiano. Os Índios On Line. As guerreiras alagoanas com seu Ponto de Cultura no Lixão de Maceió (ainda tem lixão em Maceió e em tantas outras grandes cidades do Brasil), a Casa da Arte de Dona Edna para os filhos de pescadores, o cinema na vela das jangadas com o Ponto de Cultura Ideário, Graciliano É uma Graça, Penedo, Piaçabuçu e os caminhos do Velho Chico. A rabeca de Nelson, o cortador de cana que um dia assistiu a uma apresentação de orquestra sinfônica pela TV e decidiu que queria tocar

um daqueles instrumentos; ele fez sua primeira rabeca aos 56 anos e hoje é um virtuose. Os Griôs de Lençóis, o Cria de Salvador, o Terra Mirim, os Pontos de Capoeira na Bahia, o Pierre Verger. A Rua da Cultura em Aracaju, o Imbuaça. O Som das Carnaubeiras e a Reinvenção do Nordeste. A Rede da Terra do MST, com duzentos grupos de teatro e núcleos de audiovisual. Os Cucas da UNE.

São muitos os Pontos de Cultura. São muitos porque o Brasil é diverso.

Apesar de tanta diversidade, muito se silencia (*quiriri,* do macro-jê, idioma igualmente silenciado). A grande mídia e boa parte das universidades ainda não compreenderam essa revolução silenciosa que brota em tantos pontos do Brasil. Vez por outra aparecem notícias destacando o esforço de comunidades pobres fazendo arte, mas são notas desencontradas, que não fazem conexões e não percebem que se trata da emergência de um novo movimento social, de transformação e reinterpretação do Brasil. Por não se aprofundarem no processo tratam casos isolados, ora destacando determinado artista ou personalidade do povo, ora a "responsabilidade social" de empresas patrocinadoras, ora o esforço de comunidades pobres. São interpretações conservadoras, de quem não consegue perceber a mudança em curso. Na maior favela de São Paulo, Heliópolis, a rádio comunitária desempenha um forte papel civilizatório e é Ponto de Cultura. Com a rádio os moradores da favela conseguiram reverter índices de violência, catalisando um processo de melhora do ambiente em que vivem, com suas casas e ruas ganhando nova fachada em pinturas multicoloridas, além de uma consistente biblioteca comunitária. Os recursos para renovar estúdio e o equipamento de transmissão da rádio foram adquiridos pelo Ponto de Cultura, dinheiro do governo federal, portanto. Porém, a legislação que regulamenta as rádios comunitárias é bastante restritiva e não se ajusta à realidade viva das comunidades que querem se expressar legitimamente. Processos de concessão de rádios comunitárias levam anos para serem autorizados, gerando um descompasso entre a vontade das comunidades de romper com o monopólio da mídia e a legislação. Em Heliópolis, como em muitos lugares, o povo cansou-se de esperar e colocou a rádio no ar. A Polícia Federal lacrou e apreendeu os equipamentos. Sem conseguir entender a essência do processo de transformação em curso, o tratamento da imprensa foi de repreender o fato de os equipamentos terem sido comprados com recursos do Ministério da Cultura e explorar as contradições no interior do governo. De um

lado, um ministério potencializando a polifonia; de outro, instituições da mesma república podando essas novas falas. Com a repercussão do fechamento da rádio (e a evidência dos bons resultados obtidos) foi possível reaver os equipamentos e conseguir a concessão definitiva. Mas foi uma luta. Felizmente com um bom resultado e a comunidade de Heliópolis pôde se ouvir e se fazer ouvir.

São novas formas de romper o silêncio e exercitar o protagonismo, mas este é um movimento que vem de longe. No Caldeirão ou em Canudos, a resignação do sertanejo ganhou a forma de fé religiosa para agir. Entre rezas e procissões fizeram valer sua voz. Por pouco tempo. O sistema dominante não aceita facilmente a entrada de novos atores e faz tudo para eliminá-los ou, ao menos, amordaçá-los, escondê-los, subjugá-los. Quando o sistema não consegue chegar a tanto, a dominação se dá pelo enquadramento. Mas, apesar da força dos que os tentam calar, a história segue seu rumo. Seja assumindo novas formas de expressão e luta, seja resistindo até o esgotamento completo, como fizeram os sertanejos de Canudos.

Antônio Conselheiro, o herói de Canudos, havia passado pelo Cariri, viu fósseis de peixes marítimos em pleno sertão, conheceu o fundo de mar do Araripe. Quando em seus sermões pregava "O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão", sabia o que estava dizendo. E os que o seguiam sabiam por que lutavam. E não se renderam.

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados." ("Os Sertões" – Euclides da Cunha).

Os silenciados querem ser vistos e se fazer ouvir e sempre há pontos que resistem.

Tá na Rua

"O Santo tá formoso, chegou na forma dele."

Na umbanda e no candomblé, quando o pai-de-santo termina de preparar o santo, é assim que ele diz: *"Tá formoso!"*.

Tá na Rua, aos pés dos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro.

Amir Haddad e sua trupe fazem manifestações formosas, mas não formais; o teatro de rua, o teatro do abismo, o teatro do artista que não sobe em palco e pratica *"uma linguagem livre, aberta, libertária, possível, eternamente jovem e eternamente velha"*. O Tá na Rua saiu da camisa-de-força do teatro convencional e vestiu *"os trapos coloridos da fantasia, os trapos da possibilidade, do movimento, da beleza, de nada pronto e definitivo"*. A cultura como fator de transformação em todos os pontos; praticada na rua, fazendo história, porque *"quem faz história é um homem livre, que tem sonhos"*.

Tá na Rua se apresenta em um popular que flui permanentemente.

Tá formoso!

TT Catalão

Os Yawalapíti

Cultura, sustentabilidade e resiliência no canto de uma mulher

No princípio as mulheres tocavam jacuí (flauta sagrada) e cantavam para toda a aldeia; aos homens, cabia ouvi-las com reverência. Certo dia, os homens rebelaram-se, não queriam mais as mulheres no centro da aldeia. Tomaram-lhes as flautas sagradas e criaram a Casa da Música, construída na uikúka (praça, centro). Desde então, as mulheres foram proibidas de tocar a jacuí ou mesmo entrar na Casa da Música, que se transformou em um ambiente restrito aos homens. A mulher que se atrevesse a tocar a flauta sagrada, ou adentrar a Casa da Música, teria que ser possuída por todos os homens da aldeia, como punição e ensinamento. Mas se os homens as impediram de tocar, não puderam impedi-las de cantar, pois não havia como roubar-lhes a voz da garganta. Com o tempo, perceberam que era possível fazer música juntos. E assim as mulheres cantam.

Esta história foi-me contada pelo putaki wikiti (dono da aldeia, chefe) Aritana, o líder dos yawalapíti. Filho de Kenato, o lendário cacique que ajudou os

TT Catalão

irmãos Villas-Boas na criação do Parque Nacional do Xingu, Aritana é um líder, não apenas de seu povo, mas dos muitos povos que habitam aquele imenso território de 2,6 milhões de hectares de diversidade biológica e cultural. No Parque vivem 5 mil índios de 14 diferentes etnias. Chamamo-los de índios generalizando diferentes povos, pois quando os europeus aportaram por aqui pensaram estar chegando às Índias do Oriente. Eram muitos os povos que habitavam a terra que viria a ser chamada de Brasil; no Xingu: kalapalo, wauja, meniako, kuikuro, kamaiurá..., várias etnias, troncos linguísticos, culturas. Para ser líder no meio de tanta diversidade, é preciso compreender o outro, ser tolerante, aprender a ouvir, falar muitas línguas; o idioma kamaiurá é do tronco tupi-guarani, enquanto o kuikuro pertence à família linguística Karib e o Yawalapíti, à família Aruak. Aritana é poliglota, fala oito idiomas e os exercita no conselho dos povos do Alto Xingu.

Os yawalapíti habitam a região desde tempos imemoriais e seu território fica entre os rios Tuatuari e Kuluene. O primeiro contato registrado entre eles e o homem branco foi em 1887, com a expedição chefiada pelo alemão Karl von den Steinen. Os líderes yawalapíti eram Mapukayaka e Moritona, descendentes diretos do primeiro *putaki wikiti,* Tatiwãlu. Naquele encontro, ficou registrada a extrema pobreza em que viviam. Pobreza sob o olhar do europeu, pois todos eram fortes e saudáveis. Após esse contato, aí sim, a miséria se abateu sobre os descendentes de Tatiwãlu.

Os yawalapíti são descendentes diretos de Kuamuti ou Mavutsinim, o criador de diversos povos do Alto Xingu, e que plantou os troncos do Kuarup fazendo gente renascer a cada ciclo de morte, brotando do tronco. Renascer a partir das dificuldades, até mesmo da morte, foi um dos sábios ensinamentos que Mavutsinim deixou como herança. Ensinamento que foi de grande valia quando a presença do homem branco se tornou mais frequente. Peste, vírus e bactérias tomaram conta do lugar e, com eles, gripe, sarampo, diarreia... Boi, pasto, soja, muita carne criada e comida plantada e, com elas, fome, sujeira, terra cercada... Pressão, assédio, sedução. Ataques de todo tipo, com armas letais ou com açúcar, bem doces, e com eles, mortes, cárie, desespero...

Em 1948, havia apenas 28 yawalapíti. Nos anos seguintes, novas epidemias. Eram um povo em extinção. A solução encontrada pelos irmãos Villas-

Boas e por Kenato foi uni-los em uma única aldeia e realizar casamentos com outros povos do Xingu. Povos que antes brigavam entre si, agora teriam que se juntar para brotar de novo, como no Kuarup. Em 2005 eram 230 yawalapíti, mas muito poucos, apenas cinco, dominam plenamente o idioma e as histórias de seu povo.

Os povos do Xingu podem não conhecer as leis da física ocidental e o conceito de resiliência, mas conhecem os ensinamentos de Mavutsinim e a força do Kuarup. Mesmo quando submetidos a todo tipo de deformações e à adversidade, obrigados a recolher-se, encolher-se, dobrar-se e recuar, mesmo assim sua capacidade de recuperação faz com que retornem à forma original. São resilientes os yawalapíti. São resilientes porque fazem o Kuarup.

Para ser resiliente no mundo de hoje e brotar de novo é preciso transitar entre mundos, dominar códigos, ter conhecimento. Só assim os yawalapíti se sustentam. O grande desafio para que o povo yawalapíti brote com força é recuperar seu idioma. Apesar dos casamentos interétnicos terem sido fundamentais para o renascimento do povo yawalapíti, a linha de transmissão de cultura foi quebrada. Junto a isto, a pressão do mundo exterior ao Parque do Xingu, as tentações da televisão, do consumismo. Pouco antes da minha primeira visita à aldeia, metade dela pegou fogo. Aquelas imensas naves xinguanas, catedrais em palha e madeira construídas em círculo, uma a uma, pegando fogo; e leva seis meses para reconstruir cada casa. Não tem sido fácil a vida dos yawalapíti.

"Você sabe como era antes, quando você chegava numa aldeia. Todo mundo pintado, tudo muito bonito. Não era assim como hoje. Antigamente, de tardezinha, o centro da aldeia estava cheio de gente. Velhos, jovens, meninos, todos reunidos, conversando sobre o que tinha feito, o que ia fazer, contando alguma história, conversando sobre o dia... hoje não, só os velhos vão no centro. Parece que aquela alegria acabou." (Ichimã Kamayurá).

Mesmo o processo de educação indígena, tão fundamental para que transitem entre mundos, gera dúvidas.

"Estamos confusos. Eu mesmo fui contra a educação do branco. Eu não quero que nosso povo fique sem saber nada, mas não pode perder a cultura..." (Aritana Yawalapíti).

O professor indígena, por ser jovem, é visto com desconfiança pelos mais

velhos e a própria relação política interna na aldeia vai sendo subvertida. Mas são fortes as raízes dos yawalapíti, eles conhecem suas histórias e as mantêm vivas em suas danças e cantos cotidianos. Com isso cantam: Awapá (nosso canto).

"Então eu estive pensando muita coisa à noite, como é que se pode fazer isso agora. Porque só uma pessoa tem os cantos. Só ele tem? E o resto? Não pode... Ele tem de passar isso já, para os mais jovens. Essa música da jacuí é mais e mais importante, a gente não pode perder isso. Meu pai tinha tanta música, já levou. Não passou para ninguém. Por que não passou para ninguém? Porque ninguém se interessou... É muito importante agora a gente gravar essa música, o rapaz novo aprender, não ficar só ouvindo esse tum tum [se referia às batidas eletrônicas que já começam a ser escutadas no Parque Nacional do Xingu]. *Pode ter tum tum, mas pouquinho. Isso que eu fiquei pensando à noite. Como é que se pode fazer tudo isso?"* (Aritana Yawalapíti).

São espertos os yawalapíti. Entre eles há um que ganhou o apelido de MacGyver (personagem de um seriado americano de televisão que construía engenhocas apenas com um grampo, cola, arame ou fósforo) por parte dos visitantes, é o cientista da aldeia, opera aparelho de rádio, conserta motor de carro, inventa coisas. A cultura também se preserva na invenção e no contato com o que vem de fora. E se recria. Assim eles se propuseram formar um Ponto de Cultura.

O conceito de Ponto de Cultura é o que eles já praticam: trabalho compartilhado e o desenvolvimento de atividades culturais respeitando a autonomia e o protagonismo das comunidades. Como um Ponto de Cultura não se cria, nem se inventa, mas se potencializa a partir do que já existe, foi fácil a assimilação do conceito por parte deles. *"Ponto de Cultura é como o tronco do Kuarup"*, disse Aritana.

As atividades do Ponto de Cultura Yawalapíti, na terra indígena do Xingu, conforme proposta do Ipeax (Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu), prevê uma escola de idioma, publicação de cartilha, dicionário e gramática em yawalapíti, registro das músicas tradicionais, de cenas indígenas, da moda xinguana e do grafismo corporal, artesanato, arquitetura tradicional e yawalapíti na web. O Ipeax é presidido por Aritana e seu conselho diretor é composto em sua maioria por índios do Xingu. Têm memória os índios do Brasil e eles sabem o que acontece quando transferem para outros o destino de seus povos. Mesmo que

num primeiro momento o preenchimento de planilhas e documentações pareça difícil para um índio que mora no Xingu, melhor falarem por si mesmos, sem intermediação; a ajuda externa, quando honesta e desinteressada, é bem-vinda, mas sempre a última palavra é deles. O que eles precisam fazer, fazem por si mesmos e com isso conquistam autonomia.

O trabalho começou antes mesmo que o convênio do Ponto de Cultura fosse assinado com o governo. Os yawalapíti sabem que precisam de apoio externo, mas também sabem que, se quiserem desenvolver ações sustentáveis, é necessário contar primeiro com os recursos de que dispõem. De imediato, reconstruíram a Casa da Jacuí, a Casa da Música, também conhecida como Casa dos Homens, assim chamada desde quando os homens tiraram a flauta sagrada das mulheres. Com esta iniciativa, outros povos do Xingu também refazem a morada tradicional da jacuí, bem no centro de suas aldeias circulares.

No Kuarup de que participei (2007) não eram apenas os velhos que cantavam o repertório da festa. O jovem Ianukulá surgia, como resiliente que é, do tronco do Kuarup e encantou a todos com a música tradicional dos yawalapíti. Mas o repertório dos yawalapíti é grande e está se perdendo, e cantar uma música não depende apenas de decorar a letra, é preciso conhecer os contos, os ritos, emoções, tudo isto está contido numa cultura. Como são poucos os que dominam plenamente o idioma yawalapíti (a maioria dos moradores da aldeia até fala, mas misturado com idioma kuikuro, kamaiurá, que fazem parte de troncos linguísticos completamente diferentes), é necessário aprimorar o uso da língua, do contrário a raiz fica fraca.

Antes desta minha segunda viagem, já no processo de discussão do Ponto de Cultura, eles aplicaram mais um ensinamento que Mavutsinim deixou para o mundo dos homens. Desde muito tempo, o centro da aldeia cabe aos homens, assim como o direito exclusivo de tocar a jacuí. As mulheres só chegam mais próximo quando chamadas, pois todas conhecem o castigo a que estarão submetidas se infringirem as regras, e apenas se aproximam do centro para seguir os homens na dança, e cantam. Durante dez dias, uma equipe de gravação e pesquisa acompanhou o repertório de dança e música da aldeia. Foi um grande momento, jovens, adultos e crianças esforçavam-se para que sua língua fosse registrada plenamente por Jaqueline, uma doutoranda em linguística pela Unicamp. Mas, apesar

do esforço, nem todos dominam a música.

De repente, um canto sai de dentro de uma das casas.

Para surpresa de todos, a voz saía da menor das casas, a mais pobre e esquecida, a menos conservada. O canto vinha bem do fundo escuro da casa de palha. Ali morava uma velha, Wantsu. Uma das cinco yawalapíti a ter pleno domínio do idioma. Para os mais jovens, algumas estrofes pareciam incompreensíveis. Era yawalapíti clássico. Sim, clássico, porque clássico é tudo aquilo que serve de modelo para o novo. Wantsu cantou músicas que nem os homens mais velhos se lembravam, tirou do fundo de sua alma, como que vindo do tempo em que as mulheres, além de cantar, tocavam a jacuí.

"Yamurikumalu
Ayawa, ayawa rinari
Iyawa riyari Yamurikumari nawikamina
Atsanhia putapa nupikani nukamani
Kamatawira"

Traduzindo:

"As mulheres guerreiras
Yamurikumã merecem ser respeitadas
Vocês não sabem como estou me sentindo
E que eu morrerei"

Como no Kuarup, os yawalapíti revivem. E revivem pelo canto de uma mulher. Como com os yawalapíti, a cultura brasileira, apesar da pressão, resiste. É resiliente, encontra pontos de apoio e alavancas. E, ao se mover, se recria.

O mar azul e verde

"No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho"
("No meio do caminho" – Carlos Drummond de Andrade)

Logo no início, divulgando o edital dos Pontos de Cultura pelo Brasil, fui a Maceió, Alagoas.

Depois do lançamento do edital para seleção dos Pontos de Cultura e entrevista à imprensa, levaram-me a uma colina em frente ao mar, na saída da cidade.

TT Catalão

O mar azul e verde.

Os coqueiros.

O sol forte.

A praia.

Na colina, casas de luxo, mansões com vista para o mar. Sobre elas, urubus.

Contornando as casas de luxo, subimos a colina. Fui esperado com festa. Uma bandinha de circo, malabares, palhaços em perna-de-pau. Em cortejo rápido segui a banda.

Embaixo da colina, o mar.

De um lado da colina, as mansões.

Por trás da colina, a vila.

Ao fundo da colina, o lixão.

Compreendi os urubus. Um cheiro forte. Um barulho estranho, uma mistura de sons.

Caminhões, aves e gente.

Derrubando lixo.

Comendo lixo.

Disputando lixo.

A bandinha começou a tocar e caminhava com rapidez, tive que segui-la em passos firmes. Um corredor de casas de pau-a-pique. A vila do lixão por trás das mansões. Barracos de tábua, casinhas com tijolo à vista, telhados de zinco, plástico ou amianto. Na frente das casas, gente olhando o cortejo passar.

Uma menina vestida de palhaço em perna-de-pau.

Segui o cortejo observado por velhos, mulheres e crianças que estavam na frente das casas. Chegamos. Uma casinha, uma sala e computadores. Entramos. Ficou gente para fora, a casinha era bem pequena.

A menina em perna-de-pau lê a carta que as pessoas do lugar queriam que eu entregasse ao presidente da República:

"É aqui que vivemos. Aqui tiramos nosso sustento. Até conseguimos umas torneiras e luz elétrica, mas queríamos viver melhor. Creche para as crianças, um barracão de reciclagem, casas melhores. Aqui é nossa vida e temos esperan-

ça. Veio o circo das guerreiras da Vila e as crianças bem pequenas podem ficar lá. Mas as crianças maiores têm que ajudar os pais, catando coisas no lixão **[ela não consegue conter as lágrimas, mas segue lendo a carta]**. *Queríamos mais tempo no circo, mais apoio, mais escola. Queríamos descansar e fazer deste lugar um bom lugar. É o que pedimos ao senhor presidente. Nos ajude. Nós confiamos, porque somos brasileiros e não desistimos nunca."*

A lembrança que tenho dessa carta é de memória. Na volta a encaminhei ao gabinete do presidente e não guardei cópia.

"Nunca me esquecerei deste acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas".

Foi assim que conheci um dos primeiros Pontos de Cultura na terra das Alagoas. Ao retornar, o cheiro, a visão da gente misturada com urubus.

O mar azul e verde.

Os coqueiros.

O sol forte.

A praia.

Vista para o mar

Pirambu, peixe que ronca.

Este é o nome do maior conjunto de favelas do Brasil, em Fortaleza, 300 mil pessoas, 12% da população da cidade, habitando uma pequena faixa de chão entre o mar e a terra. Ao menos é o que dizem seus moradores e a prefeitura; mas, em se tratando de Brasil, sempre há um outro conjunto de favelas a disputar o título de a mais populosa, a mais violenta, a mais pobre, a mais desigual.

Um bairro de lutas, tem história.

Em 1962, quando os primeiros barracos foram construídos, havia uma pequena colônia de pescadores que deu acolhida aos retirantes do sertão. Gente pobre das águas com gente pobre da terra, ambos explorados e espoliados de seus meios de subsistência. Os pescadores tinham o mar e suas jangadas, mas não os meios de armazenamento e distribuição de seus peixes e sem esses meios

TT Catalão

de pouco valiam os quilos de peixes que pescavam na madrugada; com o tempo foram abandonando o ofício da pesca. Os sertanejos tinham menos ainda, pois a terra é mais facilmente cercada que o mar e para cada palmo de chão há alguém que se apresenta como dono. Os que chegaram ao Pirambu mal tinham a roupa do corpo, chegavam esquálidos e sem ofício, pois, na cidade, de nada valia o conhecimento que adquiriram na terra seca do sertão.

O peixe ronca, faz barulho, protesta.

Assim, foram construindo suas vidas e oferecendo o trabalho necessário ao desenvolvimento da cidade, mesmo que mal pago. Nas horas em que não trabalhavam para os outros, trabalhavam para si, em uma vida sem descanso. Os barracos precários foram melhorados, virando casas de madeira, depois alvenaria. Com o tempo trouxeram torneiras coletivas e puxaram energia elétrica; depois água encanada nas casas, postes de iluminação pública, arruamento, calçadas, pavimentação, escolas, posto de saúde, creches.

Um trabalho sem fim. E com gente chegando.

Com o tempo os moradores se adequaram aos ofícios da cidade e seus filhos entraram na escola. A mão-de-obra farta e barata, que começava a se qualificar, atraiu oficinas e pequenas indústrias, assim como o comércio.

E o Pirambu cresceu.

Como venta muito no litoral do Ceará, as casas, apesar de terem sido construídas praticamente na praia, tiveram suas portas e janelas voltadas em sentido oposto ao dos ventos. A antiga vila de pescadores deu as costas para o mar e quem caminha por suas ruas nem percebe a proximidade do oceano e suas brisas. Após mais de 40 anos de lutas o Pirambu é uma cidade dentro da cidade e, se antes estava distante e recuado do núcleo urbano de Fortaleza, hoje é uma região praticamente contígua à orla turística. Mas sem praia, calçadão ou agitação dos turistas; nem prédios altos à beira-mar ou sacadas com vista para o Atlântico.

Água e terra se encontram no Pirambu e a vida fervilha.

No início, muito trabalho e lutas, que continuam; também o tempo da festa, dos "bois", o maracatu urbano, os cantos de pescador e as tradições do sertão. Tradições renovadas, repentes recriados no rap, lendas na dramaturgia, danças modernas, grupos de teatro, círculos de debates, grupos de jovens, edu-

cação popular. Criação e recriação em fervura; terra e água em amálgama; barro, cerâmica crua, cozida; porcelana. Pura cultura.

Mas faltava um ponto de apoio.

Acartes, Academia de Ciências e Artes do Pirambu; a princípio o nome poderia remeter a essas congregações oficiais e elitistas, mas é uma academia do povo da favela, "a maior do Brasil", diz a apresentação de sua proposta para Ponto de Cultura. Um saber construído na experiência de vida, nada acadêmico, mas nem por isso menos sofisticado e profundo, pelo contrário. Por não se perderem nos meandros da forma e dos métodos, os acadêmicos do Pirambu encontraram a essência da vida. Escritores, poetas, dramaturgos, artistas, militantes de esquerda, agitadores culturais, músicos, dançarinos, desenhistas e artistas gráficos, inventores, contadores de histórias, mestres do maracatu, do boi, brinquedeiros, brinquedistas e brincantes. Juntos, exercitam valores da esperança e solidariedade entre seres humanos. E expressos com arte. Além das escolas públicas, normalmente fechadas à comunidade não escolar, a Acartes é o único equipamento cultural com que os 300 mil moradores do Pirambu podem contar.

A notícia do edital para Pontos de Cultura chegou à favela.

Quando fui divulgar o edital em Fortaleza, alguns acadêmicos da Acartes me convidaram para conhecer seu bairro-favela. Damasceno, Cláudia, Raimundo e Juliana foram meus cicerones em um imenso bairro popular a poucos quilômetros da praia de Iracema e do Mucuripe. Sábado pela manhã, gente fervilhando nas ruas e janelas. Todas as casas com janela e porta na calçada, algumas térreas, outras assobradadas com até três andares, sempre muito estreitas, com alguns metros de frente apenas. A Acartes tem sede em uma casinha amarela, bem estreita, com corredor lateral, duas salas, uma cozinha e banheiro. Na sala principal, galeria de arte e cadeiras para reuniões. Na sala seguinte, biblioteca comunitária com livros bem gastos e bem lidos: literatura brasileira e estrangeira, uma edição antiga da Barsa, alguns livros didáticos e técnicos, livros de história, marxismo e filosofia. Ao fundo, um quintal com 15 metros de comprimento, utilizado para apresentações artísticas, ensaios e reuniões maiores. Lembro que ao final da visita disse aos meus anfitriões: "Quando pensei nos Pontos de Cultura imaginava uma casinha assim".

Meses depois, a proposta para Ponto de Cultura foi aprovada por meio

de seleção pública. Na sequência, o processo de convênio com detalhamento do plano de trabalho, junto dos documentos e certidões. Em seguida, a primeira parcela dos recursos: R$ 25 mil.

Nova visita a Fortaleza e ao Pirambu. Quase um ano se passou.

A casinha amarela continuava com seus cômodos apertados; no quintal foi erguida uma laje, que servia para cobrir um palco desmontável e parte da plateia, sendo que algumas cadeiras ficavam ao ar livre, permitindo que o pequeno teatro pudesse receber ventilação natural. Um grupo de jovens participava de oficinas culturais; na biblioteca, outros discutiam um texto de dramaturgia; no quintal, aula teórica de marcenaria e mecânica. Atividades tão díspares em um espaço tão pequeno. Mas que fariam sentido e se juntariam no futuro. Foi boa a sensação de verificar o dinheiro público bem empregado.

Mais um ano. Nova visita.

Sobre a laje do teatro, um novo pavimento estava pronto, com sala de ensaios, computadores e estúdio multimídia com ênfase em produção audiovisual (aparelhos de TV, ilha de edição e câmeras); em parte adquiridos via Ministério da Cultura, em parte doação. Ao fundo, um espaço que mais parecia depósito de máquinas velhas e sucatas. Damasceno disse que seria para a maquinaria de teatro e cinema, "a fábrica de sonhos", como ele chama o espaço para confecção de geringonças. A disparidade aparente entre marcenaria, mecânica e dramaturgia começava a fazer sentido.

Entre uma visita e outra, notícias esparsas do Ponto, alguns relatórios técnicos, troca de e-mails e encontros esporádicos. Sempre novos passos, sempre uma novidade. Mas nem todas de avanço.

Novos recursos, novos problemas, novas soluções.

O Estado não está preparado para se relacionar diretamente com o povo. A burocracia é uma necessidade, mas as leis e normas que a regulam são de um tempo em que a maior parte da sociedade estava excluída do exercício da cidadania. O emaranhado legal e a insuficiente estrutura de gestão e acompanhamento provocaram (provocam) grande instabilidade. A prestação de contas travou, houve problemas com o pagamento de bolsas para jovens, recursos das parcelas seguintes chegaram com atraso.

Apesar de ser um povo forjado na luta, que aprendeu que união é funda-

mental para assegurar suas conquistas, há muitos conflitos internos no Pirambu, como em todo movimento comunitário. A chegada do Ponto de Cultura mexeu com a ordem política da favela: associações de moradores, comitês de vereadores, ONGs, igrejas, os católicos, os evangélicos, os times de futebol... Todos disputando espaço entre si. Antes, a Acartes era apenas um grupo de artistas bem-intencionados, mas sem poder real.

Como não está preso à velha ordem associativa-reivindicatória, o Ponto de Cultura provoca mudanças de forma e conteúdo no processo político local. É um novo protagonista, apresentando um novo olhar sobre velhos problemas. Por não ter caráter assistencialista, o Ponto não perpetua dependências; pelo contrário, abre caminho para a emancipação, que só é possível quando as pessoas, a comunidade e a sociedade se percebem enquanto sujeitos históricos. Este processo de empoderamento social foi desencadeado pelo Ponto de Cultura.

A entrada de um novo ator em cena nunca é tranquila.

O atraso no pagamento de parcelas do convênio ou no pagamento direto de bolsas para jovens quebra expectativas, interrompe o fluxo de trabalho, frustra. Aqueles que se sentiam perdendo espaço aproveitaram-se da situação. "Eu não disse?", "Fogo de palha", "Coisa de artistas", disseram os pessimistas. Outros, para quem o espaço político era questão de sobrevivência, fosse prestígio pessoal, financeiro, de ideias, ou religioso, foram além: "Sabia que desviariam o dinheiro, todos agem assim". Uma boa política pública começava a se esvair entre os meandros da burocracia.

Enquanto isso...

Em Brasília as discussões estavam distantes dessa realidade, perdidas em um formalismo estéril; transferência de responsabilidades, reuniões intermináveis que, ou adiavam a decisão para uma nova reunião ou inventavam novas regras, dificultando ainda mais a solução dos problemas. Todos (mais de 600 à época) os termos de convênio tiveram que ser revistos. Rigidez com os pobres, complacência com os ricos.

Apenas um exemplo: a lei de incentivo à cultura conhecida pelo nome do secretário da Cultura que a criou, Rouanet, contempla várias modalidades de captação de recursos públicos. Para a chamada "indústria da cultura", produtores e instituições privadas, há o mecanismo do "mecenato", via renúncia fiscal; pa-

trocinadores privados investem em projetos culturais e, além do retorno de imagem que obtêm com sua política de "responsabilidade social", descontam esse investimento do imposto que deveriam pagar. Para esta modalidade, as regras de prestação de contas são mais flexíveis e é facultado aplicar parte do recurso em despesas administrativas e fiscais, permitindo contratar boas assessorias, consultoria contábil, advogados, economistas...

Há outro mecanismo de financiamento, o Fundo Nacional de Cultura, destinado às comunidades, grupos culturais e regiões que não despertam interesse do mercado. Os Pontos de Cultura são financiados por esse mecanismo, via orçamento direto da União. Para estes as regras são outras. Além de terem que aportar 20% de contrapartida, o que é dispensado aos projetos culturais do "mecenato", lhes é vedado aplicar recursos do convênio em despesas administrativas e fiscais. Precisam conhecer plenamente a legislação, mas não podem contratar advogados; precisam prestar contas impecavelmente, mas o contador não pode receber do convênio; precisam abrir seu espaço, usar energia elétrica, telefone, manter a higiene do local, mas não podem pagar conta de luz, telefone ou água. Uma mesma lei, duas aplicações.

Mas o povo da terra e do mar não desiste fácil.

À frente dos Pontos de Cultura está gente como Damasceno. São pessoas que fazem girar a roda da vida e só conseguem essa força porque contam com a confiança de seu povo. Gerardo Damasceno nasceu no Pirambu, tem história e endereço conhecidos. Filho de parteira, correu por suas ruas e becos, foi aprendiz em gráfica, depois mestre, chegando a presidente do Sindicato dos Gráficos de Fortaleza. Demitido por liderar a categoria, voltou a estudar, fez pedagogia; tudo que aprendeu e conquistou foi devolvido para sua gente, fortalecendo laços e vínculos com as pessoas do lugar. Deixá-lo só significaria condená-lo ao rompimento desses laços.

A natureza do Estado só será modificada se, para além dos interesses e ideologias, os responsáveis por sua gestão incorporarem valores e princípios básicos como: respeito ao próximo, capacidade de se identificar no outro, solidariedade, compaixão, honestidade, confiança, coragem. As experiências socialistas do século XX talvez tenham se desmanchado com tamanha facilidade exatamente por terem dado mais atenção à ideologia (interesses) que aos

valores (essência) do comunismo (cuja origem etimológica é Bem Comum). O Estado não é um ente abstrato, é resultado de um processo histórico e atende interesses. Os dos pobres são sempre relegados; pelo Estado e pelo sistema que controla o Estado.

Nos momentos de crise de confiança na relação entre sociedade e governo, os gestores públicos precisam assumir suas responsabilidades de forma clara. Se não o Estado como instituição, ao menos os gestores que ocupam funções de Estado e reconhecem que estão lá para servir o público e não se servir do público. Uma regra simples evitaria muitos desencontros: "tratar os outros como a si mesmo" (alguém disse há muito tempo).

Algo de novo acontece: o povo se percebe como sujeito e quer ser tratado como tal.

Nem sempre é possível resolver todos os problemas, há entraves burocráticos, má vontade política, diferenças de entendimento e limitações próprias do poder; mas sempre é necessário assumir a responsabilidade com respeito ao próximo, tratando as pessoas da mesma forma que desejaríamos ser tratados. Em encontros diretos entre gestor público e população é possível restabelecer laços de confiança. Para além das instituições há pessoas, por trás dos números de cada processo ou protocolo, há pessoas. Mesmo quando não há nenhuma resposta efetiva a oferecer, mesmo assim, é necessário manter uma relação de respeito e sinceridade, pois são nestes momentos que o aprendizado na relação entre as pessoas que ocupam funções de Estado e as pessoas da sociedade mais se desenvolve.

Novo encontro no Pirambu.

Falei diretamente com lideranças culturais da comunidade, jovens e seus pais, e firmamos compromissos baseados na confiança. Governo estabelecendo compromissos diretos com o povo, sem intermediação, filhos de sertanejos e pescadores, gente talhada nas dificuldades, que não esmorece e sabe aonde quer chegar. E o trabalho prosseguiu.

Por vezes Damasceno manda notícias de jovens que saíram das drogas, outros que conseguiram emprego, uma jovem que entrou na faculdade, os bons atores que estão se revelando, o inventor da turma e suas engenhocas; mas, de todas as histórias, a que ele mais repete é a da velha moradora que foi agradecer ao Ponto de Cultura por ter feito que o Pirambu "saísse

das páginas policiais para virar notícia nos cadernos de cultura". Cada conquista é compartilhada e comemorada por todos.

A "Fábrica de Sonhos" virou empreendimento comunitário. Conseguiram financiamento para dois projetos de Economia Solidária: um de 10 mil reais, para uma loja de arte e artesanato; outro de 20 mil, para a fábrica de maquinaria de cinema e teatro. As pequenas engrenagens, que haviam chamado minha atenção ao vê-las amontoadas em um fundo de sala, ganharam movimento, tornando-se bonecos animados, máscaras vivas com efeitos especiais para cinema. Também fabricaram uma minigrua, perfeita, com trilho, alavanca, contrapeso e alça para fixar e movimentar a câmera de filmar, como as que vemos nos making off dos filmes de Hollywood; custa R$ 2.800, cinco vezes menos que a similar nacional e muitas vezes menos que uma importada. Já receberam oito encomendas, todas de Pontos de Cultura dirigidos por gente como Damasceno e para gente como a do Pirambu.

Em 2009 iniciaram uma minissérie, o "Poço da Pedra", que já começaram a filmar. A história foi escrita por Damasceno e fala de uma estranha peste que afeta o rebanho de cabras de pequenos produtores do interior do Ceará, dos conflitos entre uma empresa agropecuária de exportação e agricultores locais, dívidas com banco e o assassinato do presidente da cooperativa, Zé Capote. No meio de tudo, um poço de água, o Poço da Pedra.

Em uma cidade da região metropolitana de Fortaleza, Itaitinga, estão fazendo sua própria cidade cenográfica com apoio da prefeitura local. Fiquei surpreso com o que vi (Ah, essa foi uma outra visita, com direito a peixe feito em casa e depois uma rede). O poço d'água, a montanha de pedra; a pequena cidade, com armazém, casas, igreja e sindicato; a estrada, as ruas calçadas, a mata. Tudo em um sítio de 10 mil metros quadrados. A cidade cenográfica se fez em paredes de madeira, base em metal, lona imitando pedras. Trabalho colaborativo, como o que aprenderam a fazer na urbanização de sua favela. Cada um dá um pouco do que sabe, oferece a sua arte: gravuristas, pedreiros, carpinteiros, projetistas, inventores, marceneiros, artistas, mecânicos, calceteiros, poetas. Esse povo ampliou seu horizonte e vem fazendo isso há muito tempo, desde antes dos Pontos de Cultura.

Quando alcançam o horizonte que a vista alcança, querem ir mais longe.

O que eles fazem não é diferente do que os navegadores do Pacífico fi-

zeram: tão logo chegavam a uma ilha, queriam conhecer a próxima. E quando a vista não alcançava nenhuma ilha, queriam saber o que havia além da linha do horizonte. Um sinal lhes bastava para seguir em suas embarcações precárias, fossem mundos imaginários, pássaros ou erupções vulcânicas, como as das ilhas do Havaí (e eles as seguiam, até alcançar o arquipélago dos vulcões). A história dos argonautas do Pacífico ainda é pouco registrada, mas foi essa vontade de ir além que fez o povoamento de milhares de ilhas da Oceania. Além de sonhos, levavam contas e conchas para trocar com povos desconhecidos. Assim chegaram a ilhas remotas como a ilha de Páscoa, distante mil quilômetros do pedaço de terra mais próximo. Muitos nunca mais partiram de suas ilhas, contentando-se com o pedaço de terra que encontraram, outros tantos devem ter morrido na imensidão do mar. Mesmo assim, atiraram-se no desconhecido; e chegaram.

O programa Cultura Viva envolve esta dimensão intangível da vida: é o povo em movimento; e o Ponto de Cultura, a autonomia e o protagonismo sociocultural deste povo. A contribuição em dinheiro (R$ 180 mil em valores de 2008, divididos em 3 parcelas anuais) permite perceber que o valor não é tão grande assim: R$ 5 mil por mês, mas como é um recurso que chega diretamente às comunidades, permite que muito se faça. Tão ou mais importante que o recurso é o processo de transformação que o Ponto de Cultura desencadeia: respeito e valorização das pessoas da própria comunidade, novas formas de pactuação entre Estado e sociedade, fortalecimento da autonomia, conexão em rede, intensificação da troca de saberes e fazeres, liberação de sonhos e energias criativas. Os valores que o Ponto de Cultura agrega vão além do monetário.

Quando uma entidade é selecionada como Ponto de Cultura e o resultado é publicado no Diário Oficial da União ocorre uma quebra na hierarquia política, social e cultural, abrindo espaço para a construção de novas legitimidades. É o Estado reverenciando a ação direta do povo, sem intermediação, e este reconhecimento oficial desencadeia um processo de articulação em rede e empoderamento social. Muitos poderes constituídos não toleram esta quebra de hierarquia. Em comunidades muito pobres ou em pequenos municípios, o Ponto de Cultura faz a diferença como aglutinador de pessoas mais ousadas, que antes teriam por opção "jogar ideias ao vento", sem base material ou simbólica para a implementação de suas ideias. Jovens passam a ter uma motivação para se

manter em suas pequenas cidades e colocar em prática muitos de seus sonhos; outros, que saíram para trabalhar e estudar, voltam e têm no Ponto de Cultura a sua alavanca. Alavanca para ficar, voltar, voar. E com leveza; a leveza do fluxo.

"Tudo flui". A conclusão do pensador pré-socrático, "estudioso de si mesmo", Heráclito é hoje confirmada nos estudos mais avançados da neurologia: tudo está interligado e sem comando central. Além do nosso cérebro, a rede de computadores também funciona assim. Nada permanece imóvel, o aforismo mais conhecido de Heráclito é sobre o fluxo de um rio: "nunca se pode entrar duas vezes em um mesmo rio, pois suas águas já não serão as mesmas". O pensamento dialético tem origem em observações como esta. Da mesma forma, canções contemporâneas, cantadas por milhões de jovens, na essência, buscam respostas às mesmas angústias:

"Rio vivo, me carregue
Rio, rio, me carregue
Para o lugar de onde eu vim
Tão fundo, tão grande
Se eu cair, você me engolirá
Rio, me mostre como flutuar, eu me sinto afundando
Assim eu posso seguir
Mas aqui nestas águas meus pés não alcançam o chão
Preciso de alguma coisa para me apoiar."
("Washing of the water" – Peter Gabriel)

O Ponto de Cultura pode representar essa "alguma coisa para me apoiar". Seguindo o fluxo, o programa Cultura Viva tem o caráter de uma política pública construtivista, fenomenológica. É simples, envolve a observação da vida; e é na simplicidade que busca a construção da consciência. Nesse processo de elucidação de consciência, busquei referências em Hegel, Marx, Husserl, Merleau-Ponty, Paulo Freire. Sem impor modelos, o programa procura desencadear processos de apreensão de sentidos a partir de vivências que podem descortinar a estrutura da consciência enquanto *intencionalidade*. Husserl apontou que a **consciência não é uma** *substância* (alma), mas uma *atividade constituída* por atos, como imagi-

nação, paixão, percepção. Para além da *atitude natural,* de certa forma ingênua, irrefletida, busca-se, a partir de sucessivas reduções, desvelar sentidos a partir de experiências vivenciadas.

Desse ponto de vista, até mesmo os erros e atritos entre os procedimentos burocráticos do Estado e a experiência vivenciada pelos Pontos de Cultura são positivos e necessários ao processo de aprendizado para a construção de uma nova cultura política.

(Neste momento preciso abrir um parêntese. Peço desculpas aos gestores dos primeiros Pontos de Cultura, assim como aos servidores da Secretaria da Cidadania Cultural, que mal sabiam estarem envolvidos em um deliberado experimento poético-filosófico. O modelo de convênio entre governo e entidades não é apropriado à emergência de novos atores sociais, suas regras são inadaptáveis à vida real. E o são porque o papel do Estado capitalista e de seu aparato burocrático é manter o status quo. Mesmo assim foi o caminho adotado, pois naquele momento era a única alternativa disponível. Um modelo burocrático mais eficaz teria sido melhor, mas não havia tempo, nem seria possível idealizá-lo sem que houvesse uma experiência concreta. Com isso, a maioria dos convênios parou; entre 2006 e 2007, houve muita angústia, retrabalho, desistências, frustrações. Mas também muita garra, paixão, envolvimento, espírito de luta. Sem esta tomada de consciência talvez nem encontrássemos novas soluções que, certamente, beneficiarão muitos novos grupos, para além do próprio campo específico da cultura. Se conseguirmos – escrevo estas páginas no meio da correnteza – chegar à outra margem do rio, terá sido uma vitória cuja consequência ainda não temos elementos para medir.

Foi com decisões solitárias – e outras parcialmente compartilhadas – que me atirei no rio Cultura Viva. Em duas madrugadas o conceito e a estratégia de implantação do programa estavam escritos e, entre o dia em que assumi como secretário e o lançamento do primeiro edital, foram apenas 45 dias. Se me afogasse sabia o que estava fazendo. Mas outros também se atiraram, a maioria gente como Damasceno. Dizer que não sabiam o que faziam seria equívoco. Sabiam. Podem não ter lido Husserl, Weber, Marx. Nem passaram pelas experiências por quais passei. Mas têm as suas experiências, as suas leituras, seus projetos, sua história, suas utopias. Mergulhamos juntos. Fecho o parêntese).

Voltando...

A partir da descrição da estrutura peculiar de cada ato e suas significações é possível ressignificar as ideias e a própria política. Cultura Viva como exercício sem fim, ela flui, simplesmente; ao fluir, vai tecendo uma teia de relações, resolvendo problemas, gerando novas perguntas, novas soluções e novos problemas. O objetivo é encontrar a essência nas diferentes formas, o sentido das coisas, suas intencionalidades; imaginação/imaginado, recordação/recordado, percepção/percebido. No texto de apresentação do programa Cultura Viva cito uma frase de Paulo Freire: "Onde há vida há inacabamento". Ela expressa o sentido do programa, um "fluxo imanente de vivências que constitui a consciência", buscando conhecer e apreender o significado das coisas. A busca é pelo momento da transcendência, ou tomada de consciência, ou superação da alienação, ou emancipação. Esta é a essência do programa.

No desenvolvimento do trabalho houve muitos problemas de gestão, burocracia em excesso e desprovida de senso de realidade, pouca (pouquíssima) estrutura de pessoal para acompanhamento, atrasos frequentes. Mas, por mais problemas que houvesse, as pessoas que estão à frente dos Pontos de Cultura perceberam o novo horizonte que se abria.

E se atiram em suas águas. "Um sinal lhes bastava", e o Ponto de Cultura foi esse sinal.

A partir de 2008 a seleção ou renovação dos Pontos de Cultura começa a ser descentralizada, incorporando governos estaduais e prefeituras de grandes municípios, dando base ao Sistema Nacional de Cultura (mas é preciso vigilância para que este seja um sistema vivo e não apenas mais um "sistema" – atenção, surge mais um problema). Esta nova fase amplia (3 mil Pontos de Cultura até 2010) e descentraliza o programa, tornando-o política de Estado. Ela também representa um novo "atirar-se nas águas". Nesta fase, há o risco de incompreensões conceituais, cooptação política, novos e localizados problemas de gestão, a tentação do controle e enquadramento dos Pontos em uma fôrma única, a redução da ação dos Pontos a uma mera transferência de recursos, os micropoderes. Como evitar? Não sei. Mas há algumas pistas: muita autonomia, confiar e acreditar nas pessoas, abrir mão do controle, se "jogar no rio" com coragem. "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" (alguém disse); poderíamos trocar trabalhadores

por povo, um povo que rompe com a condição do "em si" e se percebe "para si".

Mas autonomia ensimesmada também não resolve (novo problema), é preciso ir além, estabelecer conexões, trocar, nem que sejam conchas do mar. Um movimento social dos Pontos de Cultura? Um bom caminho, mas também há o risco de se perder nas velhas formas de fazer política, os interesses sobrepondo-se a valores, a reivindicação se sobrepondo à construção de sentidos e a excessiva institucionalização aprisionando a vida. Compor em um único fazer, forma e conteúdo, razão e sentimentos? Pode ser. Encarar a cultura enquanto uma expressão da ética, da estética e da economia. Tudo junto? Sim, tudo junto. Tudo junto porque somos inteiros.

Aonde chegar? Não importa, quando a linha do horizonte (ou tomada de consciência, ou transcendência) é alcançada, vamos além. Foi o que descobri em mais uma visita ao Pirambu.

Nova surpresa.

A casinha continuava amarela (com nova pintura) e recebendo as pessoas com galeria de arte, biblioteca, no quintal o teatro, agora com equipamentos de som e luz, acima o estúdio e a oficina de maquinaria, a Fábrica de Sonhos. Acima destes, uma escada circular pré-moldada em concreto, bem simples e estreita.

Eduardo Galeano, autor de "As veias abertas da América Latina", faz uma analogia entre horizonte e utopia nestes tempos de pragmatismo e insensatez. A utopia, assim como a linha do horizonte, está sempre à frente, caminhamos alguns passos e o horizonte se desloca à frente, caminhamos novamente e mais adiante o horizonte se apresenta. "Para que serve o horizonte, então?", pergunta. Para isso mesmo, para que nos coloquemos em movimento, o horizonte/utopia serve para caminhar.

Subi a escada.

Alguns degraus e uma suíte para hospedar oficineiros e colaboradores.

Mais um lance de escada.

Subo e chego a um mirante coberto, pequeno, mas suficiente para instalar uma rede, deitar-se à sombra e sentir a antes escondida brisa do mar.

Em minhas visitas anteriores não havia percebido que o Pirambu tem vista para o mar e que dali se avista o horizonte.

Darlene

Terra roxa em um bairro bem distante dos prédios altos de Londrina.

"Através dos meus filhos fui percebendo que estava faltando alguma coisa para ocupar as crianças da comunidade...". Darlene Kopinski propôs a ocupação de um prédio público abandonado. Surge um centro cultural na periferia da cidade.

"Aqui o acesso é livre, se os adultos não podem vir, as próprias crianças pegam a chave e abrem o espaço". É assim que Darlene apresenta seu Ponto de Cultura com sorriso largo: *"Essa turma é um dos grupos que a gente tem aqui, hoje temos ensaio..."*.

Jéssica, menina com uns quinze anos de idade, jeito meigo, rosto bonito:

"Faço percussão, dança, teatro... eu era muito encrenqueira e minha mãe disse 'vou levá-la para o centrinho' – fiz 'sambateado', dança do ventre, crochê,

TT Catalão

samba, teatro; fiz muita percussão, várias coisas. Já faz anos que tô aqui".

Com a aba do boné virada para as costas e jeitão de hip hop, outra menina fala de sua paixão artística ao lado de uma pick-up de DJ:

"Sempre gostei de música, aí me interessei por rock, mas queria conhecer outro tipo de cultura, misturar coisas. Resolvi fazer uma coisa diferente, esse som afro-brasileiro".

Darlene, orgulhosa com o estúdio multimídia que acabara de receber. *"É aqui que a gente consegue produzir nossos filmes e músicas".* Software livre e animação em folhas de papel sulfite, desenhos que ganham movimento a partir do rápido manuseio do livrinho de papel. Na cena da animação, *"...tudo tiroteio, briga, morte, a maioria, principalmente os meninos...",* fala outra menina.

A artista gráfica e professora de animação Gabriella Vencilli explica:

"Eu dou oficinas de artes visuais, software, animação. Tem uma troca muito grande com eles; do que eu conheço, do que eles passam para mim; quem vem aqui achando que sabe tudo descobre que não sabe nada".

Mais um oficineiro, Edio Gonçalvez:

"Eu sou da geração passada, James Brown, soul, pop, funk. Quando era jovem participava do grupo Chock e vivo dizendo pra eles 'não esqueçam o passado, vivam o presente, reciclem tudo isso e vocês vão fazer uma coisa boa'. É isso que eles têm que fazer para ir além".

Mais uma vez, Darlene:

"Quando me separei, senti uma necessidade de ter acesso à cultura, ouvir música, ir ao teatro. Por isso achei que os outros também iam querer. Cultura e educação formam um casal, são juntos".

Na sequência, uma menina com cabelo afro:

"Vi uma aula, gostei... e comecei a participar... gosto de dançar, acho que é a única coisa de que gosto".

E outro:

"Eu saía da escola e já ficava na rua, não queria mais nada, agora só quero vir para cá".

Paulo, um menino que não conhecia seu pai:

"Vivia na rua. Depois eu fui querendo dançar, todo dia, e querendo estudar também... Antes eu não conhecia muito bem o meu pai, sabia que ele tinha

saído da prisão e que dava aula de dança na quadra. 'Acho que é seu pai', me disseram. Vai que é meu pai. Aí comecei a dançar".

Darlene explica que o Ponto de Cultura Cepiac acolhe pessoas em várias situações:

"O mais importante nisso tudo é a gente conseguir que as outras crianças, que não têm problema com drogas ou envolvimento com a justiça, recebam essa pessoa como uma pessoa que precisa ser entendida naquele momento".

Edio, homem que não esconde sua história, sabe que pode servir de exemplo, pois ela é a mesma que atinge tantos jovens:

"Me atolei na droga; 1993 a 1995 foram anos muito escuros para mim. Eu fiquei bem afastado da dança, me envolvi na droga, em 98 saí e estou aqui dando aula para eles".

Com seu jeito calmo e olhar sereno, Darlene fala do resultado do trabalho do Ponto*: "Depois que veio o Ponto, conseguimos resgatar muitos adolescentes com envolvimento com drogas, conflitos sérios na família, jovens que estavam em depressão, não saíam do quarto...".*

Edio complementa: *"A gente não pode evitar que ninguém dê os seus tombos, mas pode orientar".*

Descubro que o menino Paulo é filho de Edio:

"Agora estou estudando para ser promotor e professor de dança. Já sou monitor do Ponto", diz o filho, sob o olhar orgulhoso do pai.

Jéssica interrompe e revela seu sonho:

"Tô pretendendo agora me tornar uma produtora cultural. Não sei se vai ser possível, estou lutando para isso, vamos ver, né".

Vai dar certo, Jéssica, você merece.

Acompanho à distância as conquistas de Darlene e seu Ponto, ela é uma ativa representante do Paraná na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. A última notícia que recebi foi que passara o Natal de 2008 em um abrigo para flagelados com as chuvas de Santa Catarina, o estado vizinho. Ela estava com outros voluntários de Pontos de Cultura; eles foram oferecer o que mais sabem fazer: animar crianças e jovens, cantar canções e ouvir histórias. Também fizeram um mutirão para reconstruir a casa de madeira de uma velha senhora.

TT Catalão

Piauí

"Incrível! Trabalho há 20 anos com pesquisa de mercado e nunca as mudanças de comportamento do consumidor foram tão visíveis. As classes D e E entraram no mercado pra valer e as empresas querem ouvi-las. Até investimentos públicos como a implantação de um CEU [Centro Eduacional Unificado, que reúne em um mesmo espaço escola, cultura, esportes, lazer e inclusão digital] interferem no hábito de consumo de uma região, que passa a cuidar mais de sua casa, comprar tinta para pintar paredes e material escolar de melhor qualidade. Pena que meu trabalho fique restrito aos departamentos de marketing e desenvolvimento de produtos das empresas que nos contratam".

Assim uma colega de tempos de estudante, que não via desde que nos formamos, falou sobre o trabalho que desenvolvia. Havia uma satisfação de cientista social que pode mensurar e visualizar as mudanças no momento em que elas acontecem; ao mesmo tempo notei uma certa frustração por ela usar aquele conhecimento tão precioso em objetivos tão mundanos.

"Esses estudos serão de grande valia para os historiadores do futuro, guarde-os e esteja certa que serão muito úteis para entender nosso tempo". Foi a resposta que encontrei para consolá-la. Fiz isto com a sinceridade de historiador que optou pela ação e acabou se distanciando da pesquisa (assim como ela, também tenho minhas idiossincrasias). O que seria mais relevante para um

historiador ou cientista social? Agir sobre a realidade e provocar mudanças, se colocar no meio delas, ou refletir sobre elas? A bem da verdade, está tudo interligado. Não é possível agir de forma consequente sem uma boa análise crítica, sem teoria. Da mesma forma, o distanciamento crítico cultuado pelo positivismo é muito mais uma abstração que realidade. Sempre interferimos no objeto que analisamos, assim como o objeto analisado interfere em nossa reflexão. Como nosso objeto de estudo é a sociedade, o envolvimento é inevitável. (Digressões de um historiador que fugiu do arquivo).

Na sequência, mais uma viagem de trabalho. Destino: Piauí.

Uma viagem rápida, como tantas outras; chegaria na sexta para retornar no sábado, permanecendo pouco mais de 24 horas na capital, Teresina. Quase desmarquei, estava com uma gripe terrível; mas não podia fazê-lo, já havia desmarcado duas viagens anteriores e, ocupando o cargo de secretário no Ministério da Cultura há 4 anos, ainda não havia visitado o Piauí.

No desembarque, uma multidão animada, faixas aguardando Gisele. Perguntei a outro passageiro: "Quem é Gisele?". "A Gisele do Big Brother, ela é daqui, mas mora em Timon" (município da grande Teresina, que fica do outro lado do rio Poti), respondeu ele, espantado com minha ignorância. Naquela hora me dei conta do quão distante estava da realidade de meu povo. Nunca havia ouvido falar de Gisele ou da disputa tão acirrrada que a impediu de alcançar o primeiro lugar no mais concorrido concurso da TV. "Houve 'marmelada'; quando a votação deu empate, a rede Globo prorrogou a coleta de votos por mais dois minutos, não permitindo que ela ganhasse". Ela perdeu por mero 0,15% de diferença. Era a versão corrente no estado. O Brasil negara a uma filha do Piauí até o direito de ser vencedora em um programa de televisão. Mas seu povo estava lá, aguardando-a com entusiasmo.

Havia quem me esperasse. Um emissário de Sônia Terra, a presidente da fundação estadual de cultura. Sônia me aguardava no carro, um tanto quanto constrangida por confundirem sua ida ao aeroporto com a recepção à "moça do Big Brother". Não adiantou, no dia seguinte as notas nos jornais davam conta de sua presença como representante do governador. Sem problemas, o gesto representou um nobre desagravo à heroína da piauicidade: Gisele.

Como sempre, deixei as malas no hotel e segui correndo para o compro-

misso. Para surpresa da plateia e imprensa, mal citei os R$ 14,5 milhões que seriam investidos com a seleção de mais 80 Pontos de Cultura no estado. Esse dinheiro não era nenhuma dádiva ao estado, mais importante era reconhecer que a descentralização via redes estaduais de Pontos de Cultura só foi possível graças à experiência pioneira do Piauí, que em 2005 iniciou uma rede com 17 Pontos de Cultura. (Esse modelo de descentralização da rede de Pontos de Cultura foi sugestão de um piauiense, Aldo Rocha, que trabalhou comigo por alguns anos, na condição de gerente). Nova surpresa. Elogiei a qualidade da educação no estado. Em 2007 a escola brasileira mais bem posicionada no Exame Nacional do Ensido Médio – Enem – era do Piauí. E não foi fato isolado quando, no prêmio Cultura Viva, entre 2.500 projetos inscritos, uma escola pública do Piauí ficou em primeiro lugar; uma escola rural, da localidade da Boquinha, apresentou a mais consistente proposta pedagógica de integração entre cultura/escola/comunidade. Ganhou o prêmio.

Foi um debate profícuo.

Alguns falaram com orgulho da melhor escola do Brasil, a Dom Barreto, de Teresina, em que vários presentes estudaram. Um professor da localidade da Boquinha disse que por anos aguardava o momento em que o trabalho deles seria reconhecido e que o prêmio Cultura Viva trouxe um novo alento a essa e outras comunidades rurais do estado, várias com experiências ousadas e igualmente inovadoras. A ABD/Antares (união entre a Associação Brasileira de Documentaristas e a TV pública do estado) exibiu vídeos realizados a partir de oficinas com os jovens dos Pontos de Cultura, da capital e do interior; todos com excelente qualidade. O estado do Piauí e sua capital foram ganhando definição:

"Teresina:
Ausência
de uma presença...
presença
da mesma ausência...
só memória na memória
sempre viva,
só saudade... só distância...
só vontade." (Poema de Torquato Neto).

Tudo deixou de ser distante, e foi além da vontade. Falamos de linguagens artísticas contemporâneas, do grafismo das pinturas rupestres da Serra da Capivara inspirando o novo design gráfico do estado. Torquato Neto. Tropicalismo. Invenção, tradição e ruptura. Uma Geleia Geral, em que:

"Um poeta desfolha a bandeira
e a manhã tropical se inicia".

(A dor no corpo por causa da gripe foi desaparecendo).

"E eu me sinto melhor colorido
pego um jato viajo arrebento".

Piauí, "pilão de concreto, tropicália, bananas ao vento".

Depois, uma visita ao Centro de Criação do Dirceu, em um bairro popular de Teresina. Lá trabalha um coletivo de artistas contemporâneos que tem o seguinte princípio: Arte = Pensamento + Ação. Fiquei curioso. Incomoda-me a ideia, por vezes apressada, de associar Ponto de Cultura a cultura popular ou a ações socioeducativas para crianças e jovens da periferia. Ponto de Cultura é isso, como também é arte erudita, pesquisa em linguagens, renovação estética e tudo mais que couber na cultura. E cabe tudo na cultura. Um coletivo formado por 18 artistas, de diversas linguagens; todos praticando o canibalismo cultural dos novos tempos. Antropofágicos, se integram às vanguardas do mundo sem se distanciarem do povo da periferia de Teresina. Administram um teatro bastante digno e bem estruturado e suas atividades envolvem residências artísticas e formação de plateia. Instigadores, não entendem a popularização "como a adoção de uma arte massificada, de fácil acesso e baixo nível, algo que sirva apenas para o entretenimento paliativo para uma condição social carente, acabando por subestimar e desqualificar o processo de crescimento de uma sociedade. Esse equívoco na compreensão do que seja popular e acessível acaba por engessar qualquer processo que venha a ampliar noções de direito e cidadania, e que possibilite a educação, a independência cultural e o livre arbítrio de um povo".

A programação do teatro que administram é definida por conceitos e critérios estratégicos que devem alavancar "o processo de crescimento de uma comunidade através das obras artísticas escolhidas. Essas obras visam desobs-

truir possíveis obstáculos entre o artista e o público, propor formatos de comunicação mais eficientes entre eles e encaminhar a produção artística para o futuro, através de novas formas de olhar e experimentar o mundo". Artistas do Piauí. Artistas do Brasil. Artistas do mundo. Não têm tempo a perder.

"Só quero saber
do que pode dar certo
não tenho tempo a perder".

Fazem.

Tão importante quanto o convênio para um grupo cultural tornar-se Ponto é o processo desencadeado, a aglutinação de energias antes dispersas, em que o ato de agir transcende o Ponto de Cultura.

Fui conhecer o Ponto de Cultura do Movimento Hip Hop Organizado do Brasil – MHHOB –, que leva o nome de Preto Ghoez. Um Ponto de Cultura ocupando uma escola desativada, bastante amplo e com boas instalações. Estúdio multimídia, com sala de gravação (até aquela data, utilizada por 20 bandas – 15 de hip hop, 3 de reggae e 2 de rock) e oficinas de metarreciclagem para a recuperação de sucatas de computadores. Recuperam 50 computadores por mês, cujo serviço é comprado pelo governo do estado, que passa o material e paga R$ 35 por máquina; cada um desses computadores tem a carcaça grafitada e é instalado em telecentros nas escolas públicas, em um processo de capacitação tecnológica que gera autonomia e protagonismo. O Ponto também conta com biblioteca comunitária (50 consultas por dia), telecentro (250 a 300 usuários por dia), sala de lutas com tatame (150 alunos no caratê, 200 na capoeira), sala de dança (50 alunos de street dance), cursinho pré-vestibular (120 alunos) e rádio comunitária, ainda sem a autorização legal, mas que alcança uma comunidade de 150 mil pessoas.

"Está vendo aquela menina? Ela percorre cinco quilômetros a pé para assistir à aula e usa os R$ 40 da bolsa oferecida pelo governo para auxiliar a família, além de trazer salgados e bolos que ela vende no curso". Foi a informação que Estânio, professor de história, meu colega de profissão, apresentou orgulhosamente sobre a garra daquela meninada. Coordenado por Gil BV, rapper e aluno de química na Universidade Federal do Piauí, o trabalho do Ponto vai além do

Piauí e eles coordenam o projeto Fome de Livro na Quebrada, em todo o país.

Em pouco tempo, vi muita coisa no Piauí. Sobretudo que a vanguarda da cultura digital se aproxima dos pensares e fazeres da cultura tradicional. Lá, a festa e as sementes crioulas se encontram com o software livre. De um chá medicinal ao código fonte de um computador. A essência é a mesma. Também é assim em muitos cantos, mas por estar distante do grande eixo econômico, "cultural" e político do país, no Piauí esses contrastes e encontros ficam mais evidentes.

O principal motivo de minha viagem foi a aula de encerramento no primeiro módulo da turma de licenciatura em artes para assentadas e assentados da reforma agrária, uma iniciativa da Universidade Federal do Piauí, Ministério de Desenvolvimento Agrário e Movimento dos Sem Terra. Mais uma novidade que conheci por lá. Sessenta estudantes de artes, trabalhadores ou filhos de trabalhadores rurais. Primeiro a terra, depois os meios técnicos, a capacitação, acesso ao crédito, escoamento da produção. Mas se esta estrutura não vier acompanhada de uma mudança de mentalidades, de boa educação e cultura, de pouco adianta. Vi isso no Piauí, "sem terra" estudando arte e querendo mais. Isso porque *"um dia as fórmulas fracassam".*

"Esferas se rebelam contra a lei das superfícies
quadrados se abrem
dos eixos".

Terra de Torquato.

No debate com os aplicados estudantes universitários do MST, uma pergunta aparentemente inusitada. Pediram-me que fizesse um paralelo entre os princípios que adotamos com a cultura digital e a luta pela soberania alimentar. Falei assim:

A humanidade tornou-se o que somos, o homo sapiens sapiens, quando aprendeu a domesticar sementes, plantá-las, acompanhar seu crescimento, fazer a colheita. Esse conhecimento ancestral foi passado de geração em geração e é resultado da revolução agrária do final da idade da pedra, no neolítico. Quando sementes são patenteadas e geneticamente modificadas, essa essência da humanidade, a soberania na produção de alimentos, fica ameaçada. Com os transgênicos desaparecem as sementes livres e surgem as sementes com dono.

Sementes criadas em laboratório, controladas no próprio DNA, que podem impedir a autorreprodução dessas sementes ao carregar em si o gene da sua autodestruição, o "Terminator". Se nada for feito, em poucas décadas talvez toda a produção de alimentos esteja dependente dos transgênicos, extinguindo a autonomia na produção alimentar. Todo um conhecimento adquirido em mais de 10 mil anos de experiência passa a ser aprisionado em patentes controladas por menos de dez corporações mundiais. Bilhões de pessoas a pagarem tributo diário a tão poucos. Uma nova escravidão. Uma nova humanidade ou o que venha a substituí-la. Com a tecnologia da informação ocorre a mesma coisa, o conhecimento concentrado nos códigos fechados, no software proprietário. A essência da cultura digital na rede dos Pontos de Cultura é instigar os Pontos (e as pessoas) a exercitarem novas formas de trabalho, colaboração e generosidade, por isso o software livre.

Ao final, mais Torquato, uma fusão de linguagens e uma canção no coração da América, em portunhol:

"Soy loco por ti, América
Soy loco por ti de amores
...
tengo como colores
la espuma blanca de Latino América
y el cielo como bandera
...
espero a manhã que cante
el nombre del hombre muerto
...
nos braços de uma mulher
mais apaixonado ainda
dentro dos braços de uma camponesa
a guerrilheira, manequim
ai de mim
nos braços de quem me queira
...
Soy loco por ti, América
Soy loco por ti de amores".

Foi no Piauí que o Brasil se "desescondeu" plenamente para mim. Conversando com Pontos de Cultura, foi possível analisar o significado de diversas ações, como jovens exercitando novas formas de cidadania e comprometimento social. Vi a rede chegando às pessoas. Os Pontos de Cultura fazem muita diferença naquele estado. Tudo isso eu vejo em minhas andanças pelo Brasil, mas naquela viagem ficou mais evidente. Melhor dizendo, em 24 horas eu vi o Brasil mudando; e foi no Piauí.

Ao tomar o avião de volta para Brasília, fiquei olhando as palmas de buritis daquela terra e ao mesmo tempo cantarolava mentalmente a música de Gilberto Gil, com letra do piauiense Torquato Neto:

"Vou fazer uma louvação, louvação, louvação
Do que deve ser louvado, ser louvado, ser louvado
Meu povo preste atenção, atenção, atenção".

PS – Também visitei o governador Wellington Dias. Ele negociou pessoalmente a rede de Pontos de Cultura para o estado. Inicialmente estavam previstos 30, ele pediu uma ampliação para 60, oferecendo aumento na contrapartida. Aceitamos. Horas depois ligou solicitando mais 20, pois queria alcançar 50% dos municípios do estado (somados aos 30 já em atividade, o estado chegaria a 110) e assegurar uma meta para 2010 de 100% dos municípios com ao menos um Ponto de Cultura. Impossível negar um apelo como esse. O comum seria os governantes nem lembrarem da cultura em seus planos de metas. Tinha que agradecer e parabenizá-lo pelo empenho. Foi um encontro rápido, pois o estado estava em calamidade pública em razão das fortes chuvas, mesmo assim houve tempo para falarmos da importância da cultura como fator de desenvolvimento. No Piauí, no Brasil e no mundo.

TT Catalão

Invenção Brasileira

Som de pífanos na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. É do Ponto de Cultura Invenção Brasileira, que leva este nome em homenagem a um mamulengo do mestre Sólon, de Carpina. Um boneco que ganha vida em um mundo de fantasia, quando tudo de bom acontece em São Saruê.

"Bonecos de São Saruê,
tudo que você imagina está vivo em São Saruê,
por isso cuidar do que se sonha,
pois na morte, todos vão viver em São Saruê".

Artistas e estudantes de artes cênicas da Universidade de Brasília aprendem com mestres da cultura popular, crianças e jovens. Autos de Natal, cenários em chita e fuxico, teatro de mamulengo e software livre. Tudo em um pequeno teatro de bonecos, num beco de Taguatinga, cidade-satélite do Distrito Federal.

Chico Simões, mamulengueiro e artista da oralidade, que conheci anos antes, quando era secretário de cultura em Campinas, corre o Brasil, parou em Brasília. Sua Invenção manda mensagens para o futuro, "reconstruindo o passado em um presente esparramado e pulsante", pois, para ele, o Ponto de Cultura é um "espaço livre para as pessoas conviverem". Junto com Walter Cedro, repassa o conhecimento que aprendeu "com os próximos" e une cultura popular com cultura digital.

Uma nova cultura popular vai nascendo na moderna Brasília. Uma cultura que iremos encontrar em São Saruê.

Ponto de Cultura - A construção de uma política pública

Indo direto ao Ponto – Um Estado de novo tipo se forma quando ouvimos quem nunca foi ouvido

A aplicação do conceito de gestão compartilhada e transformadora para os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. Este novo conceito se expressou com o edital de 2004, para seleção dos primeiros Pontos de Cultura. Invertemos a forma de abordar os grupos sociais: o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e

TT Catalão

os proponentes definem, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicarão os recursos. Em algumas propostas o investimento maior vai para a adequação física do espaço, em outras, para a compra de equipamentos ou, como na maioria, para a realização de oficinas e atividades continuadas. O único elemento comum a todos é o estúdio multimídia, que permite gravar músicas, produzir audiovisual e colocar toda a produção na internet.

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social.

A gestão do Ponto de Cultura começa a partir do convênio que é assinado entre governo e proponentes, definindo responsabilidades (acesso público ao Ponto, trabalho colaborativo, compartilhamento de decisões com a comunidade) e direitos (regularidade no repasse de recursos, acompanhamento e capacitação, acesso público aos bens e serviços adquiridos com os recursos repassados etc.). Como o Ponto continua desenvolvendo suas atividades, independente do convênio, a dinâmica de cada organização precisa ser respeitada. Alguns são ONGs voltadas para a ação socioeducativa; outros, escolas de samba, associações de moradores, quilombolas, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais. Cada qual com sua especificidade e forma de organização.

Durante o processo de implantação e acompanhamento dos Pontos há tensão. De um lado, os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. Essa tensão, de certo modo inevitável, cumpre um papel educativo que, a longo prazo, resultará em mudanças em ambos os campos. O objetivo seria uma burocracia mais flexível e adequada à realidade da vida, assim como

um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão, capacitando-se para melhor acompanhar as políticas públicas e o planejamento de suas atividades específicas.

Essa interação, que no início é difícil, exercita um novo modelo de Estado, diferente dos até então conhecidos. Nos padrões conhecidos, temos que optar por formas pesadas de Estado, de caráter intervencionista e burocrático, ou então o Estado mínimo, com sensibilidade às necessidades sociais igualmente mínima. Um Estado de "novo tipo", que compartilha poder com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou, vê os invisíveis. Por isso ampliado, presente e ao mesmo tempo leve, como o ar.

"Nós, o povo de santo, aqui em Pernambuco, estamos com a autoestima levantada [...]. Os terreiros de candomblé sempre foram tratados com intolerância. Quantas vezes fomos saqueados pela polícia, que tirava todos os nossos fundamentos. No porão do Palácio do Campo das Princesas [sede do governo do estado] estão jogados, feito pó, todos os nossos fundamentos, os ibás [arranjos em cerâmica e panelas para oferendas], os ilu [instrumentos musicais, atabaques], os assentamentos [pedras]. Agora, quando a polícia aparece, nós dizemos: 'O que vocês querem? Somos Ponto de Cultura, reconhecidos pelo governo federal'. E a zabumba, que foi dos nossos avós e tem mais de 150 anos, pode tocar a sambada, a ciranda, o samba de coco, o maracatu e todos os encontros de brincantes" (Beth de Oxum – Ponto de Cultura Memória e Produção da Cultura Popular – Coco de Umbigada, Olinda, Pernambuco).

Há risco de, nesse processo, os movimentos culturais irem se institucionalizando, perderem a espontaneidade ou até mesmo serem cooptados? Há. Diante dessa perspectiva, a cultura política e o elemento de emancipação surgem como fundamentais para evitar esse processo de cooptação. Aqui, entenda-se por cooptação a contaminação do "mundo da vida" (cultura, sociedade, pessoa) pelo "mundo dos sistemas" (Estado, mercado). Em contraponto precisamos encorajar uma ação que desenvolva e fortaleça competências do sujeito (coletivo e individual), o reencontro com as pessoas e a sua capacidade de agir enquanto agentes históricos. Assim, ampliando a capacidade de interpretação do mundo, reequilibrando ordens legítimas que regulamentem a relação entre grupos sociais e garantam a solidariedade entre eles, poderemos abrir um novo canal de entendi-

mento (intercompreensão) e afirmação das identidades sociais e pessoais.

O Ponto de Cultura pode ser (ao menos esse é o desejo) um ponto de apoio a romper com a fragmentação da vida contemporânea, construindo uma identidade coletiva na diversidade e na interligação entre diferentes modos culturais. Quem sabe um elo na "ação comunicativa", como na teoria de Jürgen Habermas.

A equação em que se sustenta a teoria dos Pontos de Cultura foi construída a partir da observação empírica, com casos vivenciados. E pode ser expressa em uma equação simples, em que a soma de Autonomia + Protagonismo resulta um contexto favorável ao rompimento de relações de dependência, ou assistencialismo, tão comuns na aplicação de políticas governamentais. Este novo contexto representa um avanço em políticas públicas e pode ser potencializado se, ao resultado desta soma, for agregada a articulação em rede. Quanto mais articulações e redes houver, mais sustentável será o processo de empoderamento social desencadeado pelo Ponto de Cultura. Com esta equação percebe-se que um Ponto de Cultura só se realiza plenamente quando articulado em rede.

Rede das Casas de Cultura em Campinas – A evolução do conceito

Marquesa. Empregada doméstica que carrega no primeiro nome um título de nobreza. E eram nobres seus propósitos. Moradora de um bairro distante do centro de Campinas, o Parque Itajaí, reuniu um grupo de mães e procurou a biblioteca pública com a seguinte proposta: "Queremos um curso para aprender a orientar o uso dos livros por nossos filhos. E queremos livros, também, pois a biblioteca mais próxima fica a 20 quilômetros de nossas casas".

TC. Apelido de Antonio Carlos Santos da Silva, um Silva entre milhões. Nos anos 1970, fez supletivo e teatro popular no colégio Evolução de Campinas. Músico e militante do movimento negro, nunca esperou pelo que pudesse receber de fora. Compunha suas canções, fazia cartazes em serigrafia, andava (e continua andando) pelas periferias e interior do Brasil, tecendo uma rede de mocambos e plantando mudas de baobá, a árvore africana da memória, que no tempo da escravidão tornou-se a árvore do esquecimento.

Na mesma época em que Marquesa procurou a biblioteca (1990), TC

buscou apoio para transformar em Casa de Cultura parte de um armazém desativado da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), igualmente em um bairro popular de Campinas, a Vila Castelo Branco. Assim começou a rede de 13 Casas de Cultura na cidade. Concebida enquanto espaço comunitário, cada Casa recebia uma pequena biblioteca com 500 livros, treinamento para orientadoras de leitura, um agente comunitário (selecionado na própria comunidade e recebendo um salário mínimo por mês), oficinas artísticas, ingressos gratuitos para espetáculos realizados nos dois teatros municipais e apoio para eventos locais ou integradores de rede, como o Recreio nas Férias. Uma ação simples, nada grandiosa, calcada na realidade e na generosidade de nosso povo. "A solução dos problemas do Brasil virá da escassez... e dos de baixo", lembra Milton Santos nos seus últimos escritos, deixados como herança ao povo do Brasil.

A maioria das Casas de Cultura nasceu em projetos adaptados, por vezes uma associação de moradores ou casa protótipo em vilas de Cohab, dessas que as pessoas visitam para planejar como serão suas próprias casas depois de prontas, com sala, pequena cozinha, um banheiro e dois quartos. Das 13 Casas, apenas duas dispunham de um pouco mais de estrutura física, com auditório, cinema ou teatro. Mas essa falta não impedia que fossem realizados espetáculos ou montagens mais complexas. A Casa funcionava como espaço de articulação que buscava outros recursos locais, como o pátio de uma escola, auditório comunitário ou salão paroquial. Um programa de baixo custo unitário e grande escala de atendimento, que aproveitava estruturas já existentes e era compartilhado com a sociedade.

Eu era secretário de cultura na época (1990-92). A princípio imaginava que o processo seria irreversível e nada impediria a continuidade das Casas de Cultura com a mudança na gestão municipal. Não foi o que ocorreu. Com a troca de governo houve atraso no pagamento dos agentes comunitários, assim como a desvalorização das iniciativas locais e a desarticulação do Conselho de Gestores. Esse processo de desqualificação levou à perda de protagonismo e, com o tempo, cursos e oficinas culturais foram cortados e a programação ficou irregular e desvinculada das aspirações locais. Os agentes culturais da comunidade foram se desestimulando e as Casas de Cultura deixaram de funcionar regularmente,

perdendo público e referências. Perdendo vida. Dentre elas a casa-protótipo que a população do Itajaí havia transformado em Casa de Cultura, o nobre espaço criado por Marquesa.

Como a Casa de Cultura Tainã sobreviveu à escassez de verba e à burocracia do poder público

Tainã, um pássaro. Esse era o nome da Casa de Cultura fundada por TC. Como estava habituado à escassez, seguiu com seu povo, independente do apoio da prefeitura de Campinas. A Casa continuou aberta com programação vibrante, oficina de tambores, serigrafia, iniciação musical, biblioteca, horta, forno comunitário (a refeição é uma forma de cultura), depois telecentro e até orquestra de tambores em metal (steel drum), com melodia surpreendente. E os moradores do bairro continuaram tecendo o seu Ponto. Em 2005, a Tainã torna-se Ponto de Cultura reconhecido pelo governo federal e em 2006 recebe a Ordem do Mérito Cultural pelas mãos do presidente Lula.

Evidentemente, os gestores das outras Casas também estavam habituados a conviver com a escassez e são gente valente e lutadora. Mas o que fez a Tainã sobreviver com mais força e avançar mais que as outras? Autonomia.

Autonomia não com uma simples transferência de responsabilidades que antes caberiam ao Estado, ou um fazer por conta própria, desarticulado de seu meio e sem clareza de pressupostos conceituais e éticos. Autonomia enquanto capacidade de tomada de decisão e sua implementação conforme os recursos disponíveis. Autonomia construída na experiência, na articulação em rede, adquirida no processo de aquisição do conhecimento, na relação entre os pares e na interação com autoridades, sejam mestres da tradição oral ou autoridades institucionais. Autonomia como prática, como a própria realização, com atos concretos de participação e afirmação social; protagonista, articulada em rede, modificando relações de poder e gerando empoderamento social. Autonomia como exercício de liberdade.

O Ponto de Cultura Tainã, em Campinas, como o pássaro que lhe empresta o nome, ganhou asas e voou. Esse voo livre foi decorrente de sua autonomia. Mas como se chegou a ela?

"Num encanto, a natureza aflora
e o povo vai embora, que é hora de trabalhar
E assim o nosso dia se transforma na agonia de estar vivo sem poder viver
E o que será do amanhã se a gente não lutar pelo nosso direito de ser?
Ser livre e ser feliz".

(Samba-enredo composto por Antonio Carlos Santos da Silva, o TC, em parceria com Aloísio Jeremias, no ano de 1983. De repente me dou conta do caráter espinosiano – do filósofo Espinosa – contido na música deles, a liberdade como exercício da felicidade).

Antes de o pássaro Tainã levantar voo, já estava expresso o protagonismo daqueles que formariam o Ponto de Cultura. O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida em que seus integrantes e suas organizações se entendem como sujeitos de suas práticas. Sujeitos que intervêm em sua realidade, desde os hábitos cotidianos até a elaboração de políticas de desenvolvimento local. Entretanto, gestões públicas de cultura pensadas nos marcos do (neo)liberalismo ("cultura é um bom negócio!") ou do Iluminismo ("levar luzes à inculta massa") retiram da sociedade as suas ferramentas mais preciosas: sua autonomia e seu protagonismo. Se a cultura for pensada somente como produto, sinônimo de modernização ou negócio, o povo fica fora do palco.

Quando as políticas de Estado não reconhecem a criação cultural das paneleiras de Goiabeiras, em Vitória, no Espírito Santo, ou do mestre de brinquedos do Vale do Jequitinhonha, privando-os de seu protagonismo, tratando-os como folclore ou expressão de uma cultura ingênua, "simples", estabelece-se uma quebra na relação (que deveria ser) de igualdade entre sistema dominante e sociedade. Esse não reconhecimento tem por matriz um conceito de cultura vinculado ao de civilização. Cultura é aí pensada como o meio pelo qual se mede o desenvolvimento e o progresso, a modernização e refinamento da nação. Os "simples" precisam ser colocados em seu "devido lugar": uma peça de museu, um artesanato ingênuo, uma massa a ser formatada. E o sistema se mantém dominante.

Dessas concepções nasce o "dirigismo" nas gestões públicas de cultura. À medida em que são criados parâmetros de reconhecimento e validade para algu-

mas manifestações culturais, e não para outras, o patrimônio cultural da sociedade vai ficando incompleto, apartando a imensa maioria do pleno exercício de sua cidadania (ou do palco). Negar o protagonismo a essa maioria e apresentar a elite (qualquer elite) como única detentora de saber e bom gosto é um eficiente modo de assegurar a sobrevivência de formas de dominação e legitimação de classe. Aos "outros", aos "simples", é oferecida uma cultura pasteurizada, feita para atender às necessidades e aos gostos medianos de um público que não deve questionar o que consome.

A articulação em rede e o protagonismo se fazem essenciais no processo de construção da autonomia dos Pontos de Cultura. Por isso a Tainã sobreviveu, e em seu voo se encontra com outros Pontos, ou pássaros, que, ao voar, afirmam: "Aqui se faz cultura".

Ruínas que empoderam: Quando a liberdade de experimentação e o protagonismo da juventude fazem a diferença

O empoderamento social nos Pontos de Cultura pode provocar transformações que vão muito além da cultura em um sentido estrito e desencadear mudanças nos campos social, econômico, de poder e valores. Ao concentrar sua atuação nos grupos historicamente alijados das políticas públicas (seja por recorte socioeconômico ou no campo da pesquisa e experimentação estética), o Ponto de Cultura potencializa iniciativas já em andamento, criando condições para um desenvolvimento alternativo e autônomo, de modo a garantir sustentabilidade na produção da cultura. É a cultura entendida como processo e não mais como produto.

Em Nova Olinda, aquela cidadezinha do Araripe/Cariri que cito no começo do livro, a experiência de empoderamento social antecede o Ponto de Cultura. No final do século XX, um músico, filho da cidade, Alemberg, decide retornar de Fortaleza, a capital do Ceará. Sua referência: a Casa Grande, uma herança de família que estava em ruínas. Diz a lenda que era uma casa mal-assombrada. Ele decide reconstruí-la, e para isso recebe a ajuda de jovens, crianças, mulheres e velhos, pois os homens adultos, em sua maioria, haviam saído da cidade para buscar emprego em outros cantos.

Casa reconstruída, começam a montar um museu de arqueologia. No Vale do Araripe, além de fósseis de dinossauros, há muita pintura rupestre. A pré-história foi relacionada com a vida dos moradores, orientando-os na preservação. Surgiu a ideia de deixar que as crianças escrevessem as legendas para que a exposição ficasse inteligível para todos. Foi o que fizeram.

Mas a Casa era muito grande e havia espaço para mais atividades. E as necessidades eram maiores ainda.

Os jovens queriam produzir música; foi montada uma banda – uma não, algumas. Faltava cinema, montaram uma videoteca. Faltavam livros, criaram uma biblioteca. Faltava teatro, construíram um teatro. Tudo muito simples e utilizando apenas os recursos de que dispunham, mas feito com muito esmero (como na música de Vinicius) e com tudo que um bom centro cultural precisa: palco com cenotecnia, refletores, mesa de som e amplificadores de qualidade, bancos na plateia, área de contemplação, foyer. Dispondo de um museu próximo de casa, teatro, bandas de música, filmes de qualidade e livros que dificilmente chegariam ao Vale, os moradores quiseram mais: emissora de rádio, internet, TV local.

Algum desavisado que sintonizar a rádio Casa Grande vai se surpreender com programas musicais de alta qualidade: música africana, aboios (cantoria dos vaqueiros enquanto conduzem o gado: "ê boi, ê... meu boizinho surubim..."), jazz, entrevistas, MPB... Tudo programado, narrado e preparado por crianças e jovens. Quem fica por alguns dias, além de visitar cachoeiras e grutas com inscrições rupestres, ou andar a cavalo acompanhando uma boiada, à noite pode assistir a um filme do neorrealismo italiano, do dogma dinamarquês ou do novo cinema nordestino. É só pegar um filme na videoteca da Casa Grande. Ou ver um programa de TV local, igualmente concebido, produzido, dirigido e gerido por jovens e crianças. No início a emissora tinha sinal aberto, mas foi fechada por não ter concessão; alegaram que o sinal atrapalharia o voo de aviões que até hoje os meninos tentam avistar nos céus do vale dos dinossauros voadores. Com a interrupção do sinal aberto a TV ganhou outro nome: os Sem Canal, em alusão a um famoso cinejornal dos anos 60 e 70, o Canal Cem. A cada semana um novo programa é exibido no teatro do Ponto de Cultura. Os adultos ficam na plateia e só aparecem como entrevistados, pois argumento, roteiro, direção e atuação são todos de crianças e jovens.

Também há bandinha de crianças, que tocam instrumentos inventados por elas, de brinquedo, em que a sonoridade é feita com a boca ou o batuque em latas, panelas e baldes de plástico. Quando as crianças crescem um pouco, formam suas próprias bandas, com instrumentos musicais de verdade (Os instrumentos de brinquedo e os batuques nos baldes também produzem música? Sim. Então também são de verdade). Os jovens que começaram com a primeira bandinha de brinquedo e que têm perto de 20 anos formaram uma banda de jazz experimental, misturando aboios com rock, MPB, xote e baião. Pelo Ponto de Cultura já se apresentaram na Alemanha, no The Music Media Campus – 2006 – PopKomm. Alguns começam a sair da cidade, não mais para buscar emprego, mas para estudar em universidades, fazendo música, teatro, antropologia, arquitetura, cinema e engenharia. Suas cabeças ganham o mundo, mas seus pés estão fincados na Chapada do Araripe.

Um empoderamento radical, destes que só acontecem de fato quando cultivados com autonomia, semeados pelo protagonismo; no caso de Nova Olinda, basicamente de jovens. Alemberg e sua esposa Rosane, arqueóloga, nem moram mais na cidade (se bem que sempre estão por perto) e o Ponto de Cultura da Casa Grande está cada vez mais forte. Quem dirige o Ponto são crianças e jovens; um coordena a editora, outro é gerente do parquinho, coordenadores de programas de rádio ou TV, do orçamento participativo da Casa Grande (exposto em mural público e que apresenta desde as mais ínfimas entradas de recursos – a venda de um pedaço de bolo – até as despesas mais singelas). Cada atividade tem seu responsável e eles fazem rodízio entre si. Jovens que cresceram na Casa Grande, que aprenderam na prática e que resolveram permanecer em seu vale, rompendo com o ciclo de êxodo que a todos levava.

Com o tempo a notícia ganhou o mundo e vieram os visitantes; um turismo diferente, de quem quer mudar seu olhar integrando-se ao local. Três mil visitantes por mês, em busca de cachoeiras, pinturas rupestres, ouvindo aboios, a cultura do sertão e a radical experiência de protagonismo juvenil da Casa Grande.

Com o Ponto uma nova economia surge em Nova Olinda, solidária e sustentável. Era preciso hospedar turistas, criaram-se hospedarias familiares; uma simples e confortável suíte no quintal da casa dos pais (principalmente das mães)

dos meninos e meninas do Ponto de Cultura. O artesanato de couro revigorou-se com a arte de mestre Expedito e muitos outros mestres e aprendizes encontram mercado para suas bolsas, sandálias e adereços. Um consistente programa de turismo cultural com base comunitária gera nova fonte de renda para as famílias. E os adultos começam a voltar. Mais renda na cidade, e bem repartida, porque dividida entre muita gente.

A Casa, antes mal-assombrada, fez com que os moradores gostassem mais de si e de sua cidade, encontrando o seu lugar no mundo, cujo centro estava ali mesmo.

Cultura emancipatória

Autonomia, protagonismo e empoderamento são os pilares da gestão compartilhada e transformadora nos Pontos de Cultura e resultam da observação de situações reais. E, de certa forma, da frustração com a desmobilização das Casas de Cultura em Campinas. Eu era muito jovem quando fui secretário e precisei entender melhor esse breve momento em minha vida e corrigir erros. Felizmente, tive a oportunidade de reaplicar o método e conceito em escala nacional, a partir do Ministério da Cultura.

Qual a base real para o surgimento das Casas de Cultura em Campinas? Se eram tão necessárias e se espraiaram com tanta rapidez, por que se esvaíram com tanta facilidade? O que faltou? O que fez com que a Tainã tivesse outro destino? Por que a experiência da Casa Grande é tão marcante?

As Casas de Cultura partiram de necessidades concretas, um grupo de mães desejando oferecer atividades culturais regulares para seus filhos, artistas em busca de aprimoramento, comunidades procurando qualificar o seu ambiente. Mas será que houve enraizamento real? Talvez tenham sido implementadas mais como resultado de meu desejo e da vontade de grupos isolados, tendo havido confusão entre demanda legítima de pequenos grupos com aspiração de toda uma comunidade. Seguramente faltou tempo para maturação, menos de dois anos de gestão. Depois dessa experiência, nos momentos em que a burocracia e o jogo do poder se revelam mais fortes, respiro fundo e repito o mantra: "falta tempo, falta tempo..."; e não desisto.

A diferença entre a Tainã e o Parque Itajaí é que aquela estava mais enraizada em sua comunidade e a Casa de Cultura do Itajaí foi instalada praticamente ao mesmo tempo em que o bairro se constituía, quando vizinhos mal se conheciam. O que chama atenção na experiência da Casa Grande é a contínua busca da experimentação, as responsabilidades compartilhadas, a pureza com que inventam soluções, o não ter medo do ridículo e do erro, a confiança em si mesmos ao mesmo tempo em que se mantém acesa a curiosidade e o interesse em aprender com o outro.

Dar ênfase a apenas uma das noções seria equívoco. Autonomia e protagonismo se completam quando formam um triângulo com empoderamento. Compõem o tripé da sustentabilidade cultural nas comunidades. Esses três fundamentos não podem ser entendidos de maneira estática ou como modelos. Por serem valores em construção, seus significados ganham relevância na medida em que se cruzam e expressam as próprias experiências da cultura e dos Pontos. São valores que geram um novo conceito: o Ponto de Cultura.

Este é um caminho diferente de inclusão e sustentabilidade social, e envolve não somente a capacitação a partir da vocação cultural de cada grupo, como também um processo de inclusão social, digital, cultural, econômica e política. A integração dessas noções e conceitos dá início a um novo processo de cultura política com caráter emancipador, em que o Ponto de Cultura quebra hierarquias sociais e políticas e cria bases para a construção de novas legitimidades.

O entrelaçamento de sujeitos

É recorrente a divisão dos movimentos sociais, organizada por estudiosos e especialistas, em duas categorias distintas. Os movimentos sociais definidos como "tradicionais" abarcam os sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis. Esses movimentos se expressam a partir de sistemas de poder hierarquizado em graus e escalões, atribuições de postos, fluxos de relacionamento preestabelecidos, definição rígida de papéis, com segmentação setorial e competitividade interna. Esse modelo de organização social sofreu sério desgaste a partir do final do século XX e tem encontrado muita dificuldade em responder às demandas dos próprios setores aos quais pretende representar.

Em outro modelo, são identificados os chamados "novos" movimentos sociais, cuja referência pode ser encontrada no movimento hip hop, ambientalismo, cooperativas e rádios comunitárias, nos movimentos de caráter identitário, como de mulheres, negros, homossexuais. Há também as ONGs, com foco temático, territorial ou de público. Apesar de estarem enquadrados em uma mesma categoria, esses movimentos têm origem social muito diferenciada; uns nasceram na periferia das grandes cidades em busca de conexões de solidariedade entre os excluídos de bens e direitos; outros nascem na classe média em busca de conexões de identidade setorial e defesa de causas. Ainda que devam ser vistos como movimentos diferentes e que congregam sujeitos sociais bastante distintos, as organizações não governamentais tornaram-se referência importante para a construção de novas relações entre Estado e Sociedade.

Já uma outra parcela das organizações sociais, que têm sido, inclusive, as que têm respondido de forma mais original e imediata aos convites do Cultura Viva, são vinculadas às comunidades tradicionais e a iniciativas não propriamente de caráter reivindicatório, podendo ser definidas como grupos culturais, organizações de comunidades quilombolas, indígenas, de ritmos e danças tradicionais e populares, como escolas de samba, maracatus, cirandas, quadrilhas, capoeiras, ou manifestações de caráter cultural/religioso. Esse "estar à margem" imunizou suas organizações dos dilemas enfrentados pelos movimentos sociais tradicionais (com caráter reivindicatório ou representativo) e dos "novos" movimentos sociais (com caráter temático e fragmentado), preservando sua fluidez e agilidade. No entanto, guetizou-os, apartando-os de um movimento por mudanças em um sentido mais amplo.

Sem um diálogo com a nova realidade, muitos desses movimentos não se renovaram e permanecem escondidos e ensimesmados, ou foram absorvidos pelo mercado ou pela cooptação política, como no caso das escolas de samba das grandes cidades. Convenientemente classificados na categoria do "folclore" – na irônica definição de Roger Bastide, "cultura em conserva" – restam inacessíveis e incompreensíveis a outros setores sociais. Se, por um lado, apresentam estruturas aparentemente rígidas e hierarquizadas (o "dono do boi", por exemplo), por outro há muito de leveza e descomplicação em suas formas organizativas, que faz com que convivam constantemente com a dialé-

tica tradição-invenção que caracteriza suas ações.

Esses movimentos foram criando formas subterrâneas de direito político antes mesmo que a sociedade civil ou a cidadania moderna se estabelecessem entre nós. Tomaram as ruas e canaviais nos momentos de festa, afirmando identidades e exercitando a partilha. Quem acompanha uma Folia de Reis percebe que ela é puro resultado da partilha. Alguém cede adereços, tecidos, outras pessoas costuram roupas, em cada casa visitada há um prato de comida, por vezes colocado na janela para ser sorrateiramente roubado, como parte da brincadeira. Assim os participantes da Folia de Reis sobrevivem por dias; e a cultura popular sobrevive por séculos.

Comumente excluídas das políticas públicas, com o Ponto de Cultura as expressões tradicionais se afirmam como sujeitos diferenciados na forma de fazer política.

O programa Cultura Viva aproxima esses diversos movimentos, aqui classificados em três:

a) associativos/reivindicatórios,

b) novos movimentos sociais,

c) manifestações culturais e tradicionais.

Essa aproximação não ocorre para que um campo hegemonize outro, ou para uniformizar formas de expressão e organização, mas para que se conheçam e se exercitem na tolerância, se autoeducando no convívio em rede.

"Quando os todo-poderosos governam com a irrazão e sem limites, só os que possuem nenhum poder são capazes de imaginar uma humanidade que um dia terá poder e, com isto, mudará o próprio significado desta palavra" (Terry Eagleton, "A Ideologia da Estética"). O entrelaçamento de sujeitos sociais e o seu desenvolvimento com autonomia, protagonismo e empoderamento se completam. A agenda de estímulos do programa Cultura Viva pode gerar uma nova forma de fazer política pública e de cultura política. Esta concepção cria possibilidades de construções coletivas, feitas no processo de seu desenvolvimento. Diferente dos velhos caminhos que, mesmo quando se apresentam como novos, estão previamente definidos nas cartilhas de gestão, planejamento e gerência para a administração pública, o Cultura Viva não apresenta receitas a serem seguidas e, ao estimular e potencializar as energias sociais e

culturais já existentes, valoriza a experiência social.

A gestão compartilhada e transformadora se realiza neste processo de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e Sociedade, no qual gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e aprendizado mútuos. Este é um caminho que repensa o Estado e amplia suas definições e funções ao escancarar as portas para partilhar poder e conhecimento com tradicionais e novos sujeitos sociais, dividindo espaços e buscando novas possibilidades.

Afinando o conceito

A expressão Ponto de Cultura foi utilizada pela primeira vez no final da década de 1980, quando o secretário de cultura de Campinas era o antropólogo Antonio Augusto Arantes; eu trabalhava com ele, como chefe da Divisão de Museus. O primeiro espaço a levar esse nome foi o Ponto de Cultura de Joaquim Egídio, um distrito rural com velhas fazendas de café, casarões abandonados e montanhas. Um desses casarões foi reformado para abrigar a sede da subprefeitura, posto de correio e espaço cultural. O espaço ganhou o nome de Ponto de Cultura.

Além do Ponto de Cultura em Joaquim Egídio, um pequeno centro cultural instalado em um outro distrito da cidade, operário e muito mais populoso, Aparecidinha, leva o nome de Ponto. Faltava, porém, uma articulação em rede, mais Pontos que se complementassem e se sustentassem entre si. Eram apenas dois, faltou tempo para construir a rede. Um Ponto de Cultura só se realiza quando articulado em rede; pode haver um trabalho cultural vigoroso na comunidade e ele até pode ser desenvolvido com autonomia e protagonismo local, mas se não houver predisposição para receber e oferecer modos de interpretar e fazer cultura, se não houver a abertura para ouvir o "outro", não será um Ponto de Cultura. A inexistência de uma rede efetiva de Pontos de Cultura e os frágeis mecanismos de mediação entre poder público e comunidade, além dos poucos meios que assegurassem uma efetiva autonomia na gestão local desses dois Pontos, tornaram a experiência muito tênue. Com a mudança de governo houve a interrupção desse incipiente processo, que durou pouco mais de um ano.

Alguns anos depois fui nomeado secretário de cultura. Com Marquesa, Ana Mattos, TC, Tom Crivelaro, Marcos Brito e tantos outros, a rede deslanchou. Por equívoco das tentações "marqueteiras" da política, o programa levou o nome de Casa de Cultura, pois a expressão Ponto de Cultura poderia ser associada ao governo anterior. Quis o destino que eu pudesse aprender com os erros, aprofundar o conceito e aplicá-lo em escala nacional; retomando, inclusive, a expressão Ponto de Cultura.

A diferença de fundo entre Ponto de Cultura e Casa de Cultura consiste em que esta, mesmo quando compartilhada com a comunidade, é resultado de uma ação governamental e mais voltada a edifícios vocacionados. É o governo que constrói ou adapta o espaço, decide a localização e a sua programação. No "Dicionário Crítico de Política Cultural", o professor Teixeira Coelho aponta que esses espaços implicam "uma desterritorialização da cultura ou dos modos culturais: práticas inicial ou originariamente exercidas num determinado lugar passam a sê-lo num outro lugar com o qual não estão histórica ou socialmente ligadas. Esse artificialismo de origem é tão evidente e acentuado que não raro surge como motivo principal da decadência ou não utilização plena de seus recursos e possibilidades". Com o Ponto de Cultura, o processo é inverso, cabendo ao governo reconhecer e potencializar as iniciativas culturais da comunidade no território em que elas acontecem. Fazer cultural e território estão intrinsecamente vinculados.

Outra dúvida recorrente é sobre o fato de o Ponto de Cultura substituir a necessidade de outros equipamentos culturais. Pelo contrário, o Ponto de Cultura cria condições favoráveis para a consolidação de uma base social da cultura, assegurando meios mais perenes para a conquista de melhores bibliotecas, teatros bem equipados, centros culturais dinâmicos, museus vivos e políticas de fomento à formação, produção e difusão cultural.

As dimensões da cultura

Entender a cultura como processo pressupõe entrelaçar as diversas dimensões da vida. Com a posse do ministro Gilberto Gil o ministério adotou um conceito ampliado de cultura, antropológico, cultura como produção simbólica,

cidadania e economia. O programa Cultura Viva e o Ponto de Cultura partem desse mesmo conceito, mas com o desenvolvimento do programa percebi que era necessário ir além.

A dimensão da arte não pode ficar restrita ao campo do simbólico. Para além da produção de símbolos, a arte envolve habilidades, todas as habilidades humanas (do latim *artem*, habilidade) e a apreensão dos significados por meio dos sentidos, por meio de uma percepção sensorial. O Ponto de Cultura envolve uma quebra nas narrativas tradicionais, monopolizadas por poucos, e a partilha do sensível é estratégica para este deslocamento narrativo, em que os "invisíveis" passam a ser vistos e a ter voz. Não se trata aqui da defesa do "belo universal" ou da "arte gratuita", metafísica, mas da própria realização da estética. A arte reflete aspirações e contradições do seu contexto histórico e é, ao mesmo tempo, produto e vetor das transformações sociais. Para além da preocupação exclusiva com a beleza, busca-se tudo aquilo que permita a afirmação cultural da subjetividade das pessoas, grupos e classes sociais. E essa busca deve ser feita com encantamento, beleza e qualidade, pois sem estes atributos não se rompem barreiras e os estereótipos permanecem.

O mesmo ocorre com a dimensão cidadã. A conquista plena de direitos e a inclusão no diálogo cultural são essenciais; mas circunscrever Ponto de Cultura à dimensão de cidadania ou da cultura popular é uma redução. Mais grave são os discursos fáceis da "inclusão cultural" ou da "inclusão social por meio da cultura". Ponto de Cultura atua com cultura popular, inclusão social e tem um claro papel na cidadania, mas ele é, sobretudo, um programa de cultura. Cultura como interpretação do mundo, expressão de valores e sentimentos. Cultura como intercompreensão e aproximação. Neste sentido seria mais apropriado classificar a ação do Ponto de Cultura no campo da ética.

Com a economia também é preciso ir mais fundo. Que economia queremos? De um lado há a economia da cultura (pesquisa do IBGE aponta que 8% do PIB advêm da cultura), é fato. Mas em que contexto se insere a chamada "economia criativa"? O capitalismo se apropria de todas as riquezas e bens produzidos sobre a face da Terra (e também sob; e, no futuro, se puder, para além do planeta) e as transforma em mercadoria, sejam bens sólidos ou imateriais. Inserir a cultura nesse processo de mercantilização e alienação da vida não é o

objetivo do Ponto de Cultura. Em Pontos isolados, quando falta aprofundamento sobre qual o sentido da economia, o pragmatismo e a submissão ao mercado até acontece; ou, se não acontece, se deseja (até porque os que querem se vender nem sempre encontram compradores), mas o caminho de uma rede social da economia vai em outra direção. O entendimento que está sendo construído no processo é que, se a economia determina a cultura, a cultura também determina a economia. Ao adotar uma nova atitude cultural podemos modificar as relações econômicas, abrindo caminho para uma economia solidária, com consumo consciente, comércio justo e trabalho colaborativo. Vejo a fagulha dessas novas relações econômicas, sobretudo na Teia, com o encontro dos Pontos de Cultura e os Núcleos de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho.

Ponto de Cultura é integração na diversidade. "A parte está no todo, o todo está na parte"; a física quântica comprova esse conhecimento milenar, que foi abandonado pela fragmentação da vida. Passados cinco anos de implantação dos Pontos de Cultura, observo que a reaproximação entre estética, ética e economia é essencial para a organização da vida humana e pode cimentar uma nova significação para a cultura e para a própria sociedade. Não há como separar um do outro, os 3 "E" da cultura:

Ética.

Estética.

Economia.

Ponto de Cultura torna-se política pública

Entre a experiência de Campinas e o convite para que eu assumisse a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura passaram-se 12 anos. Minha ida ao Ministério da Cultura não foi resultado de negociação política e o ministro Juca Ferreira, à época secretário-executivo, chegou a mim por indicação de um amigo, houve análise de currículo, entrevista, tempo de espera e o convite. Depois da decisão foi tudo muito rápido e minha nomeação saiu antes mesmo que o ministro Gilberto Gil me conhecesse pessoalmente. Logo foi apresentada a tarefa: construção de equipamentos culturais pré-moldados, em periferias de grandes cidades e favelas, as BACs – Bases de Apoio à Cultura. Mal

recebi o convite e já me deparava com um grande problema: discordava completamente da proposta.

Não havia conceito, apenas um projeto arquitetônico de centros culturais pré-moldados. Estruturas ocas a serem oferecidas para a comunidade tomar conta. Prédios iguais em um país tão diverso? Quem pagaria a conta de luz? E a programação? Tudo com serviço voluntário? Não daria certo. Fora a sigla, BAC. As palavras têm força, baque é queda, susto. "Como um poeta como Gilberto Gil permitira um nome desses?", perguntei-me.

Fui bem recebido. Sérgio Xavier, secretário do fomento, responsável pela lei Rouanet, entregou um texto propondo a mudança das BACs para RACs – Rede de Apoio à Cultura –, gostei da análise e proposta, mas odeio siglas. Isaura Botelho e Maristela Delbenest ofereceram calorosa acolhida e pudemos trocar boas ideias sobre como seria a reformulação daquela proposta; quem sabe "Cultura em Rede"? "Cultura Viva!", por que não? Assim foi. Também tive boas trocas com Paulo Miguez, Letícia Schwartz e Emília Nascimento (com quem vivi por dois anos e que muito me ensinou). Houve muita contribuição. Cláudio Prado, um ex-hippie que aos 60 anos descobre estar iniciando a segunda metade de sua vida com a cultura digital, ao se apresentar, pergunta: "Você veio de Campinas? Conhece a Tainã?"; respondi com um sorriso.

Era preciso agir rápido. Tinha que oferecer uma nova proposta que substituísse as BACs. Discordava por completo da prioridade às construções, mas havia quem quisesse e o principal entusiasta era exatamente o presidente Lula. Como minha função seria coordenar a implantação das BACs, melhor explicitar logo as diferenças e, se fosse o caso, eu nem seria nomeado, pouparíamos tempo (meu e do governo). Antes que minha nomeação fosse publicada no Diário Oficial o programa já estava escrito. Cultura Viva foi o nome escolhido, porque a cultura é viva e sempre se renova. Conceito, justificativa, descrição, estratégia, metas e custo, tudo pronto em duas noites, escrito durante a madrugada, em um quarto de hotel em Brasília.

Faltava uma expressão para sedimentar o conceito do programa Cultura Viva. Coincidências da vida. Entre uma noite e outra, houve reunião com secretários e dirigentes do ministério. Augusto Arantes, meu mestre, era o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Trocamos

algumas ideias e tudo ficou claro, o nome Ponto de Cultura seria retomado para expressar este novo conceito.

Faltava a chancela oficial do ministério. O secretário-executivo, Juca Ferreira, havia sido o principal opositor do projeto das BACs. Como tinha experiência com o desenvolvimento de tecnologias sociais em grupos como o Axé, da Bahia, compreendeu rapidamente a nova proposta e a avalizou. Depois, houve a apresentação para os secretários e dirigentes do ministério. Lembro-me de um comentário de Márcio Meira, secretário da articulação institucional à época: "O Ponto de Cultura estará para o Sistema Nacional de Cultura assim como o médico de família e o posto de saúde estão para o SUS – Sistema Único de Saúde".

A decisão de reutilizar a expressão Ponto de Cultura também levou em conta uma outra inspiração. Em seu discurso de posse, o ministro Gilberto Gil usou uma expressão para representar sua proposta de trabalho no ministério: "do-in antropológico". Do-in é massagear pontos vitais do organismo humano, destravar, liberar energias. Do-in é ir direto ao ponto. Não havia mais dúvida sobre o nome.

Quando finalmente pude ser apresentado ao ministro, ele já havia lido a proposta e demonstrou plena identidade com ela. Falamos sobre processos criativos, expressões culturais, legitimidades, totens, pulsação, o desenvolvimento por aproximação. Ao final ele disse: "Interessante, no lugar de focar na estrutura você olhou para o fluxo. E fluxo é vida". Mais alguns dias e estava lançado o edital para seleção dos primeiros Pontos de Cultura.

Sem essas pessoas, sem esses apoios e compreensão, sem o suporte institucional do ministério, dificilmente a ideia de Ponto de Cultura teria se tornado política pública.

Foi assim.

Jongo da Serrinha

TT Catalão

Longe.

Uma escola pública. Batuques, palmas, dança de roda.

"Aprendi a dançar com Tia Maria".

"Conheço o jongo desde os sete anos...".

Jovens falam ao mesmo tempo, meninas e meninos cantando e dançando a música dos quilombos. "Minha mãe chegou na Serrinha em 1910 e trouxe o jongo de Minas Gerais. Nasci com o jongo, no ventre dela", diz Tia Maria, a dona do quintal onde tudo começou. Ou recomeçou.

O quintal foi ficando apertado.

"As próprias crianças fizeram com que a gente crescesse. Cresceu tanto que fundamos o Centro Cultural, depois o Ponto de Cultura. Foi o próprio movimento das crianças que fez com que buscássemos mais acesso à cultura e à educação". Lazyr Sinval e Suelen Costa, coordenadoras do Ponto de Cultura, meninas, hoje moças, contam a história do Ponto se complementando na fala.

O Ponto de Cultura Jongo da Serrinha integra sua comunidade pela cultura tradicional. E se recria.

Dançam, batem pés, batem palmas.

"Tá tá; tá tá, tá tá..."

"Aqui as crianças chegam e dançam. Depois, aula de canto, capoeira, percussão, literatura, teatro..."

"Tava dormindo quando engoma me chamou,
levanta nego, cativeiro já acabou.
Tava dormindo quando engoma me chamou,
levanta nego, cativeiro já acabou."

Como a libertação dos escravos não veio acompanhada de uma reforma agrária, muitos foram para a cidade. Chegando ao Rio de Janeiro, habitaram o alto dos morros: Salgueiro, Mangueira, Serrinha...

Na Serrinha ficaram.

"Serra dos meus sonhos dourados,
onde nós fomos criados..."

No início as crianças não participavam do jongo, até que vieram. "Tocam jongo na geladeira, no fogão, na escola. Eles mesmos é que passam para os amigos". São quatro passos de dança: amansa café, sabiando, contratempo e mancado, este dançado como se a pessoa estivesse mancando, com a mãozinha para trás. "E hoje o futuro do jongo está garantido com a criançada", reconhece Tia Maria.

"Jongo é uma dança que pertence aos escravos cativos. A gente respeita".

Cultura sagrada. Com um Ponto de Cultura toda uma comunidade se redescobre.

O Programa Cultura Viva

TT Catalão

Ponto de Cultura pressupõe autonomia e protagonismo sociocultural, potencializados pela articulação em rede e se expressa com o reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, gerando empoderamento social. Por si, essa política pública já representaria um avanço em relação às tradicionais formas de relacionamento entre poder público e sociedade, mas é preciso ir além e incorporar o elemento transformador. Daí o programa Cultura Viva.

O objetivo do programa é integrar o Ponto a um sistema mais amplo, vivo, pulsante. Conforme historiado, Ponto de Cultura e programa Cultura Viva nascem juntos e estão indissociavelmente associados, como pode ser verificado no documento de formulação do programa, escrito em junho de 2004:

"O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o Ponto de Cultura".

Se Ponto de Cultura é o ponto (base) de apoio, o Cultura Viva é a alavanca.

Coração e pulmão pulsando em cadência, ativando um fluxo contínuo de vida. Como parte de um sistema vivo, o Ponto de Cultura funciona como sedimentador e aproximador de iniciativas e ações e são essas ações que garantem a vitalidade do sistema, alimentando-o constantemente com novas ideias e fazeres. Essa concepção de sistema vivo faz com que o uno e o múltiplo sejam complementares e ao mesmo tempo diversos. Ao observar a logomarca do Cultura Viva e do Ponto de Cultura, percebe-se esta integração e complementaridade: o Ponto representado por uma figura humana de braços abertos (em referência ao "Homem Vitruviano", de Leonardo da Vinci), em torno do qual pulsam ondas de afecção (em referência ao pensamento filosófico de Espinosa), e o Cultura Viva promovendo a integração dessas figuras humanas, que se encaixam e conectam-se. Esse é o conceito.

As ações do Cultura Viva funcionam como usinas de força, irrigando os Pontos com novos questionamentos e ideias. Um "tecer junto" em uma teia infinitamente composta a partir de pontos, antes isolados, que se percebem integrantes de algo mais amplo. Assim, o programa está sempre inacabado. "Onde há vida há inacabamento", dizia Paulo Freire.

Se Ponto de Cultura é a simplicidade, o Cultura Viva é a complexidade; e ambos se completam, integrando um tecido comum, que vai além das determinações e acasos. São as ações e interações do Cultura Viva que fazem com que ele mantenha esse caráter subversivo na relação entre Estado e sociedade, no aparato interno do Estado, junto às organizações e movimentos sociais (que passam por mudanças internas quando participam da rede de Pontos de Cultura) e, sobretudo, no processo de questionamento criativo da própria cultura.

Mais que a construção de prédios ou a simples transferência de recursos para organizações culturais, o objetivo é intensificar a interação entre os sujeitos e seu meio, dando sentido educativo à política pública e promovendo o desenvolvimento a partir da apropriação coletiva de conceitos e teoria. Um programa construtivista, ou fenomenológico, que tem por princípio o compartilhamento de ideias e valores. Compartilhamento que ocorre pela partilha do sensível, trazendo um forte componente de encantamento e magia, potência e afeto. No discurso de posse do ministro Gilberto Gil (janeiro de 2003) este desejo já se fazia presente: "...clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Fazer uma espécie de 'do-in' antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente des-

prezados ou adormecidos, do corpo cultural do país [...]. Será o espaço da experimentação dos rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e invenção". O Cultura Viva deu forma e conteúdo a esse desejo.

Quando viajo pelo Brasil e realizo encontros e reuniões com Pontos de Cultura, percebo que esse compartilhamento é real. Enquanto método de gestão, o programa enfrentou inúmeras dificuldades, burocratismo no processo de conveniamento, normas inadequadas à realidade, atraso no pagamento de bolsas para jovens, atraso no repasse de recursos aos Pontos, prestação de contas emperrada e em desajuste com a dinâmica da vida. Se observarmos bem, até os recursos repassados não são tão expressivos, R$ 60 mil por ano, equivalentes a R$ 5 mil por mês. Apesar destas limitações, a adesão e o apoio ao programa são efetivos. Os participantes tomaram o Cultura Viva para si, se apropriaram dos valores do programa e começam a identificar-se como movimento social, até se definindo como "ponteiros".

Em minhas visitas, noto a gestação de uma comunidade imaginada, uma univocidade em que há uma unidade na diversidade, fazendo com que formas de expressão e grupos dos mais variados se integrem nas ideias, na essência; e sem que isso represente perda de identidade para eles, pelo contrário. Boa parte dos gestores dos Pontos compreendeu e assimilou o tripé conceitual do programa: autonomia, protagonismo e empoderamento, e o defendem com clareza, criando uma relação de participação e militância com o Ponto de Cultura. Este outro modo (empoderado, autônomo e protagonista) de se relacionar com a política pública pode resultar numa nova forma de cidadania e democracia, mais substantiva. Percebo, igualmente, o nascimento de um novo movimento social, cujos indícios já ganham formato com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e as comissões estaduais, tendo por base não a defesa de interesses específicos, mas a disseminação de valores.

Uma nova forma de militância vai surgindo e com efetiva base social. Cada Ponto de Cultura envolve 11 pessoas em participação militante, praticamente diária (seja trabalho profissionalizado ou voluntário); outras 300 participam de atividades regulares (matriculadas em curso, participando de grupos artísticos) ou frequentam o Ponto ao menos uma vez por semana, nem que seja

para uma visita à biblioteca comunitária ou cineclube; a estas, somam-se 3.000, que participam esporadicamente.

Estes dados estão compilados em pesquisa do Ipea (Instituto de Política Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento) com 380 Pontos de Cultura e apontam uma participação média de 3.300 pessoas por Ponto. Alcançando 2.500 Pontos de Cultura ao final de 2009, chegamos a 27.500 militantes, 750.000 ativistas e 8.250.000 pessoas envolvidas; além do público indiretamente beneficiado, via melhora da qualidade de vida em suas comunidades e a constituição de ambientes sociais mais saudáveis e solidários.

Toda essa experiência tem reflexo na produção, circulação e consumo da cultura e no próprio imaginário nacional, podendo, no futuro, interferir no próprio ambiente social e político do país. Como percebeu Gilberto Freyre em 1927 ("eu ouço as vozes / eu vejo as cores / de um novo Brasil / que vem por aí"), também percebo que este novo Brasil está brotando; e os Pontos de Cultura fazem parte dessa semeadura.

Conversando com Beth de Oxum, mãe-de-santo e gestora de um Ponto de Cultura em Olinda, Pernambuco, notei que ela se referia várias vezes ao conceito de empoderamento. A palavra lhe soava tão familiar ("Com o Ponto de Cultura a comunidade está empoderada...") que perguntei se era um conceito presente no candomblé, como se fosse uma entidade a "baixar" nas pessoas. Ela respondeu de imediato: "Não. Conheci essa palavra há pouco. Vocês é que falaram tanto de empoderamento; foi o que aconteceu, nos empoderamos. Não é isso?".

Quando escrevi os conceitos do programa fiz uma substituição deliberada da categoria "sujeito histórico" por "empoderamento", tornando mais palatável esse conceito marxista, de certa forma em desuso (foi em 2004). Como historiador, ficaria em posição mais confortável se utilizasse "sujeito histórico", por ser uma expressão mais adequada ao conceito: o povo se assumindo como "agente". Mas havia o risco de a utilização de um conceito mais preciso trazer consigo toda uma carga de preconceitos e ataques. "Dirigistas! Ideológicos! Populistas! Marxistas!" e todos os "istas" que o aparato ideológico das classes dominantes se utiliza para abortar ideias novas. Empoderamento enfrentaria menos resistência e soaria mais compreensível; até brinquei comigo mesmo: "As mentes colonizadas vão achar sofisticado e moderno. Empowerment".

Empoderamento, no entanto, pressupõe uma relativa transferência de poder para as comunidades resolverem seus pequenos problemas, sem o questionamento do sistema como um todo. Este seria um problema. A solução foi associar empoderamento aos conceitos de autonomia e protagonismo, trazendo uma ressignificação e abrasileirização da palavra. Foi assim que preferi arriscar "empoderamento". Incrível essa nossa tradição antropofágica, quanto mais me referencio em Oswald de Andrade, mais lhe dou razão, somos mesmo canibais. Empoderamento ganhou nova força e sentido na boca do povo.

Em outro Ponto de Cultura, no Quilombo do Campinho, cidade de Parati, Rio de Janeiro, os gestores compreenderam que esta nova política pública "permite às camadas sociais de baixa renda ter acesso aos meios que permitirão a superação de suas dificuldades e, assim, fortalecer a luta para conseguir melhorar". Juntos com a pedagoga Patrícia Solari, moradores como dona Madelena, dona Zaquina, Roque Gonzáles e Laura Maria dos Santos (filha de Pedrina, neta de Procópio e de Marta Conceição, que é filha de Maria Luiza de Anhanquara, primeira moradora do quilombo) percebem que "inclusão social e exercício autêntico da cidadania dependem da educação. Isto chamamos de 'empoderamento do cidadão', onde ele próprio manifesta seus anseios e se converte em protagonista do governo".

Autonomia, protagonismo, empoderamento, gestão em rede, conhecimentos livres, software livre, cultura digital, trabalho compartilhado, partilha, generosidade intelectual, tradição griô. São conceitos e práticas que estão presentes na militância de gestores dos Pontos de Cultura de todo o Brasil. São as ideias e valores do Cultura Viva cada vez mais presentes, exercitando sua dialética a partir de Ações. Um Ponto de Cultura que se envolve pouco com as ações do programa tem mais dificuldades em dar o salto qualitativo em seu trabalho, que pode até ter uma (relativa) eficácia em sua comunidade, mas se o grupo continua como um ponto isolado, o papel do programa terá sido, no máximo, de um bom "transferidor" de recursos públicos. As ações fomentam redes, instigam ideias, expõem contradições e é nesta interação que se efetiva a unidade.

Assim como o Ponto de Cultura não é uma criação, mas a potencialização de iniciativas culturais já desenvolvidas, o mesmo acontece com as ações. Inicial-

mente foram pensadas quatro ações: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griô; com o desenvolvimento da rede de Pontos de Cultura, outras ações se incorporaram e nosso papel tem sido a aproximação na diversidade, mudando ângulos de visão e condensando-os em um só ponto.

Cultura Digital

Quando cheguei ao governo, o Ministério da Cultura já havia iniciado o diálogo com o movimento de cultura digital. Cláudio Prado, um jovem velho hippie, capitaneava um grande número de hackers e redes sociais de software livre. Para eles o digital é percebido enquanto cultura e não tecnologia, incorporando valores e comportamentos decorrentes do uso do código fonte aberto, com trabalho colaborativo e conhecimentos livres. Para Cláudio, "a cultura digital precipita a humanidade numa nova era, com mudança de paradigmas, representando um rito de passagem da era econômica para uma era cultural". Com o digital seria possível promover saltos civilizatórios, permitindo que "comunidades antes circunscritas a uma realidade do século XIX possam pular diretamente para o século XXI, sem a necessidade de passarem pelo século XX e tudo o que ele representou em termos de valores sociais e econômicos", conclui ele.

Realizamos um primeiro encontro. Foi em um sábado, em meio a quadros, livros e velhas mobílias, num apartamento da rua Augusta, centro de São Paulo, residência de Cláudio, descendente de tradicional família paulista. Havia jovens de diversas origens, universitários, artistas, rappers, militantes sociais; mil ideias. Fui para me apresentar e ouvi-los. Falei do Ponto, da articulação em rede e do desenvolvimento por aproximação. Eles falaram do fortalecimento das comunidades de trabalho colaborativo, metarreciclagem de computadores e da necessidade de autonomia dos homens sobre as máquinas. Relacionei esta necessidade à busca de autonomia para os homens desprovidos dos meios de produção em relação àqueles que controlam esses meios. Eles discorreram sobre as possibilidades das câmeras digitais, dos estúdios de garagem, das ilhas de edição em um só computador, falaram de "sampling", da composição musical a partir da mistura, da mixagem.

Pedi para relacionarem um kit com esses equipamentos, com custo de até

R$ 20 mil por unidade e que fosse de fácil utilização e manutenção. Diferente de outras formas de registro cultural ocorridas no Brasil (registros de viajantes no Brasil colônia ou império, Missão Folclórica de Mário de Andrade, inventários e mapeamentos culturais mais recentes), queria uma forma de registro realizado pelos próprios agentes culturais, para as falas na primeira pessoa; por isso era necessário que o kit fosse simples e replicável.

Desse encontro nasceu o "estúdio multimídia", um kit com câmera de vídeo, mesa de som, microfones e três computadores funcionando como ilha de edição em software livre. Cada Ponto de Cultura se empoderando dos meios para registro e produção de sua cultura, com estúdios livres espalhados pelo país; com grupos culturais, nas periferias das grandes cidades, em quilombos, aldeias indígenas e assentamentos rurais. Os meios de produção nas mãos dos produtores (qualquer semelhança com o pensamento filosófico de Marx não é mera coincidência). Filmes e músicas produzidos e distribuídos diretamente por quem faz cultura. Tudo narrado na primeira pessoa, sem intermediação.

Uma boa parceria, que, apesar das diferenças de postura política, linguagens e *habitus*, prospera em oficinas de conhecimentos livres, metarreciclagem, compartilhamento de softwares, trabalho colaborativo, *Xemelês* (a plataforma XML) e tuxauas digitais.

Agente Cultura Viva

No primeiro texto do programa Cultura Viva já estava clara a intenção:

"Toda mudança cultural efetiva só terá eficácia se envolver mudança de mentalidades e atitudes. E mudança de atitudes requer muito mais que investimentos em obras e instalações, requer o investimento nas pessoas, na gente de nosso povo [...]. É preciso envolver mais, incorporar mais gente ao processo de comunicação entre os sistemas culturais mais elaborados e os sistemas culturais vivenciados".

Em 2003 o Ministério do Trabalho cria o programa Primeiro Emprego, destinado a subsidiar o primeiro emprego da juventude. O governo ofereceria um subsídio de R$ 1.500 para cada novo posto de trabalho, destinado a jovens sem experiência profissional. A ideia não deu certo. As empresas queriam con-

tratar, mas não com o perfil dos jovens indicados pelo programa: os menos escolarizados, os sem endereço, jovens pretos, pardos e pobres, jovens fora do padrão da "boa aparência". O diagnóstico era acertado e havia recurso orçamentário, mas a solução não se adequava à política das empresas. Foi quando propusemos uma parceria, logo após o lançamento do Cultura Viva, em 2004. O recurso seria aplicado na formação de agentes culturais nos Pontos de Cultura, com valor total menor que o subsídio oferecido às empresas (R$ 900).

O Agente Cultura Viva teve uma edição apenas; as diferenças de método e concepção com o Primeiro Emprego eram grandes, além da posterior extinção do programa, dado seus exíguos resultados na área privada (que era o foco do Primeiro Emprego). Relato esta experiência em um outro capítulo (*Não é fácil*), mas aqui retomo os fundamentos contidos no primeiro documento do Cultura Viva:

"Muitas vezes, os programas de qualificação profissional, ao invés de emancipar, apenas reforçam o processo de exclusão social do desempregado ou do jovem em busca do primeiro emprego, que dificilmente encontrarão uma colocação formal de trabalho. As pessoas vão se autoexcluindo na medida que, subliminarmente, lhes é dito: 'trabalho existe, você não os ocupa porque não tem qualificação'. Assim, após a oferta de um curso rápido, toda responsabilidade por não conseguir emprego é jogada sobre o indivíduo, reforçando seu sentimento de impotência e fracasso. No entanto, a atividade solidária e comunitária pode ser uma grande fonte de satisfação, emancipação e renda para desempregados de longa duração e jovens em busca do primeiro emprego.

O objetivo é abrir caminho para um processo de transformação em que os receptores, progressivamente, vão se colocando como parte ativa e formuladora, criando um novo ciclo de desenvolvimento. Essa ruptura pode representar uma mudança na ordem de ocupação do tempo livre das comunidades, que passam a contar com intermediários orgânicos, que conseguem reinterpretar as imposições da indústria do tempo livre, modificando em profundidade as atitudes entre trabalho, política e convívio social."

Uma ideia simples. Testada; foi colocada em prática pelo departamento de promoções esportivas e lazer da prefeitura de São Paulo, para 5.500 jovens e desempregados com mais de 40 anos, e posteriormente para 11.000 jovens em Pontos de Cultura, na parceria com o Primeiro Emprego (nas duas ocasiões,

contando com a colaboração de Eric Meireles e Manoel Correa). Estudada; a experiência de São Paulo resultou no livro "O lazer nos programas sociais" (Ed. Anita Garibaldi, 2003, Célio Turino, org.). Com resultados palpáveis; vez por outra encontro gente que voou por caminhos nunca antes esperados e que começou como Agente Cultura Viva ou de Lazer. Com baixo custo unitário; uma bolsa mensal com valor de R$ 250 representaria um custo anual de R$ 3.000 por pessoa. Infelizmente ainda não consegui convencer os gestores de políticas públicas de sua dimensão. Quem sabe um dia...

Quando o governo lançou o programa Pró-Jovem, em 2007, tentei mais uma vez. Mais uma frustração. Lembro-me da reunião interministerial que definiria os rumos do Pró-Jovem; haveria um Pró-Jovem Urbano (uma bolsa para jovens menos escolarizados complementarem o ensino fundamental), Pró-Jovem Adolescente (que se transformou em extensão do Bolsa Família para adolescentes), Pró-Jovem Profissional (bolsa e cursos para primeira qualificação profissional) e Pró-Jovem Rural. Propus transformar o Agente Cultura Viva em Pró-Jovem Cultura. O mesmo princípio, formação em processo, com o oferecimento de uma bolsa em dinheiro (R$ 150 por mês) e trabalho comunitário em cultura, lazer, esportes, meio ambiente e acompanhamento de idosos.

Fui com o espírito aberto, esperança, apresentei dados, argumentei. Não consegui. Uma reunião de mais de 12 horas. Parecia que falávamos línguas diferentes. O ambiente foi ficando tenso, quando falava de emancipação ou potência, diziam que estava desconsiderando as outras propostas, quando tentava conciliar, diziam que estava atrapalhando o andamento da reunião. "Por que você não aceita colocar cultura em qualificação profissional?", "Se ainda fosse para os jovens animarem o intervalo das aulas" (ai, meu Deus!), "Você não ouve", "Melhor colocar outra pessoa para representar o Ministério da Cultura", "Quer impor suas ideias", "Outra interrupção!", "Você não colabora". Saí arrasado da reunião. Antonia Rangel, chefe de gabinete, estava comigo. Era noite. Pedi para ficar só. Sentei no meio do gramado da Esplanada dos Ministérios. O Congresso Nacional à frente, os prédios em ambos os lados, os carros passando. Fazia frio. Naquela noite chorei.

Nova tentativa em 2009. Foi Juana Nunes, gerente de mobilização e articulação em rede, quem propôs. Lançamos dois editais em caráter experimental,

com recursos próprios da Secretaria da Cidadania Cultural. Agente Escola Viva (voltado para professores e estudantes do ensino médio) e Agente Cultura Viva (para o protagonismo juvenil nos Pontos de Cultura). A escala é pequena, 720 bolsas em 90 escolas públicas e 180 Pontos de Cultura, mas é uma janela a demonstrar que é possível seguir por um caminho diferente, unindo transferência de renda com educação em processo e emancipação. Acredito que ainda alcançaremos este estágio civilizatório e os que governam perceberão que a grande força de um governo está na força do seu povo. Quem sabe um dia.

Escola Viva

Em cada escola um Ponto de Cultura. Deveria ser assim. Mas não é. As escolas estão presas a padrões antigos de aprendizado, fechadas em si mesmas e repetidoras de pedagogias desconectadas da vida. Talvez o problema não esteja exatamente na escola, mas no sistema de ensino, corroído por pensamentos estanques e corporativistas, com comportamentos burocratizados e formatadores. Preso entre normas e interesses, o sistema de gestão do ensino, sobretudo o público, mas não só, deixou de cumprir seu papel. Ou cumpre. Depende do ponto de vista.

Escola Viva é uma ação do programa Cultura Viva. Uma rede de articulação entre escola e comunidade, em que a cultura transversaliza o processo. A ideia chave envolve o conhecimento e domínio de linguagens, gerando capacidade de autonomia, criação e tolerância. Uma educação permanente, que deve acontecer em todo lugar, com todas as gerações e a qualquer tempo. Não é o que acontece com o atual sistema educacional, gerador de "deficientes cívicos", como apontava o professor Milton Santos. A busca de uma Escola Viva pressupõe a conquista de uma educação libertadora, que emancipe. Em linhas gerais: que respeite, valorize e qualifique os professores (incluindo salários dignos e formação continuada), que incorpore todos os meios para educar e se abra para o saber não formal, que respeite o estudante como agente em seu processo de desenvolvimento.

Por ser o equipamento público mais bem distribuído pelo país (em muitos lugares, o único), a escola poderia ser um espaço privilegiado para acesso

a bens e serviços culturais, para a expressão das manifestações (quaisquer manifestações) das comunidades, a potencialização dos indivíduos e grupos e a propagação de sentimentos e comportamentos de afetividade, respeito mútuo, solidariedade e cultura de paz. Evidente que há uma distância entre a escola que temos e a escola que queremos. É aí que entra a ação de integração entre Ponto de Cultura e escola.

Na rede Escola Viva há 114 Pontos de Cultura e escolas atuando de forma integrada. Na Escola Estadual Clóvis Borges Miguel, em Serra, Espírito Santo, os alunos fazem uma Rádio Instrumental Educativa e, na periferia do Rio de Janeiro, no Colégio Estadual Vicente Januzzi, há aula de filosofia com música popular brasileira. Foi assim que a professora Vânia Correa Pinto deu seu depoimento quando a escola ganhou o prêmio Cultura Viva: "A notícia da premiação chegou até nós em um belo dia em que passamos a acreditar que a arte poderia existir de verdade, mesmo na escola ['mesmo na escola', é uma professora quem diz]. Acreditamos que a arte poderia persistir e existir em meio a cadeiras quebradas, paredes pichadas, vidros trincados, pedras, tijolos e areias. Ela poderia surgir assim, bem nítida, viva e real...".

Escola Viva. Narradores indígenas do rio Negro; Rede Enraizados, de hip hop, na Baixada Fluminense; Maracatu Piaba de Ouro; as raízes africanas do Humbihumbi. No processo do Escola Viva, uma série de capacitações. E o bairro-escola, em Nova Iguaçu (RJ) e Hortolândia (SP), quando o espaço de educar torna-se a própria cidade. Uma escola permanente, aberta e em tempo integral.

Griô

"Pra começo de conversa
Peço a bênção aos mais velhos
Que me dão sabedoria
Pra brincar com estes versos" (Cordel de apresentação da Ação Griô).

Essa é uma ação que faz refletir sobre a dimensão sagrada da vida e da lógica da convivência econômica baseada na partilha, dois aspectos tão preservados pelas culturas tradicionais brasileiras. Quando o candomblé preserva

um olho-d'água ou uma cachoeira como espaço sagrado, ele está preservando a vida. Quando um reisado sobrevive porque todos da comunidade oferecem algo, nem que seja um prato de comida para os caminhantes, ele está realizando a partilha, cultivando um comportamento essencial para a coesão social. Essas expressões da cultura tradicional rompem com o ciclo de alienação e vulgarização da vida e servem de base para a construção de um país justo e solidário.

Nas sociedades contemporâneas vivemos um processo de transformação dos desejos, das horas e até da própria alma. Tudo torna-se mercadoria. Isso resulta na alienação que as populações vivem em relação às possibilidades de conquista de autonomia e emancipação. O contrário da sacralização da vida e da partilha é a vulgarização e a banalização da vida, o individualismo e o egoísmo, a transformação de tudo e de todos em mercadoria, a coisificação do ser. Neste cenário emerge a violência urbana, o desrespeito com o trabalho alheio, a exploração desenfreada, a ausência de amor ao próximo. Tudo perde sentido e somente o lucro tem vez.

No entanto, manter apenas a louvação da tradição não resolve. Afinal, como demonstrou Eric Hobsbawm, as tradições foram inventadas um dia, são construções históricas e incorporam preconceitos e ideologias. O mesmo acontece com o pragmatismo. Não há nada mais atrasado que se guiar pelo senso comum; por trás das ideias consolidadas há construções históricas e o pragmatismo torna-se inimigo da transformação profunda, acomodando-se a uma realização sem questionamento. É nesse momento que surge a necessidade de a tradição se reinventar e a memória assume um papel vital, de reelaboração e reinterpretação da vida. Uma invenção que envolve o baralhamento, a quebra de hierarquias e a construção de novas legitimidades, sem que haja imposição ou uniformização de culturas. O saber popular, que é diferente do senso comum, assume um novo papel e o conhecimento não formal é percebido em toda sua sofisticação e profundidade.

O diálogo intergeracional e multissetorial proposto pelo Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô, com a reinvenção da Roda da Vida, apareceu como um bom caminho a trilhar. Sem o formato de uma pedagogia única, percebi que valia compartilhar a experiência do Grãos de Luz e Griô, uma ação que une

educação biocêntrica com método Paulo Freire e culturas tradicionais. Ao mesmo tempo em que a roda se constrói, ela se rompe, em sucessivos exercícios de conversa, primeiro em duplas, depois trios, quadras de pessoas, novas versões; o ouvir o outro, auscultas sensíveis, percepções sensoriais, o uso de músicas, jogos. Tudo com encantamento.

Com a Ação Griô são realizadas oficinas culturais, místicas, caminhadas, rodas de oralidade. É o conhecimento ancestral sendo valorizado, o conhecimento do comum, dos mestres, que vem do fundo de nossa alma. Esta ação não havia sido planejada. Mas sentia que faltava algo. Cultura digital, juventude, escola, Ponto de Cultura. Faltava a ancestralidade, o elemento terra, um chão firme para pisar e dar o salto. Foi quando, ainda no primeiro edital, uma entidade manda sua proposta:

"A pedagogia griô
Vem de um Ponto de Cultura
De Lençóis, lá na Bahia
Vida Roda se mistura
O Grãos de Luz e Griô
Criança velho professor
O criador e a criatura".

Era o que faltava. Conversamos por mensagem eletrônica, pedi maiores detalhes sobre a prática deles, sobre a tradição oral. Griô é o abrasileiramento de *griot*, palavra francesa, também inventada, uma construção que estudantes da África subsaariana (Mali, Senegal) fizeram ao ir estudar na França; esses estudantes buscavam uma palavra que desse sentido comum às suas tradições, às diferentes denominações dadas aos genealogistas, brincantes, músicos e narradores de história. Os griôs caminham de aldeia em aldeia mantendo viva a linha de cultura de seus povos. São culturas de transmissão oral, mas nem por isso menos complexas e profundas que a cultura escrita. O mestre africano Tierno Bokar Salif aponta com clareza: "A escrita é uma coisa e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si". Aprendi isso com um Ponto de Cultura e com o casal Márcio Caíres, o Velho Griô, e Lilian Pacheco, educadora.

A Ação Griô tornou-se ação nacional do programa Cultura Viva, e com ela selecionamos mais de uma centena de experiências, das mais diversas.

"Todo Ponto de Cultura
Tem sua pedagogia
Juntos numa rede
Ação Griô que se recria
Programa Cultura Viva
Um Brasil que se cultiva
Colhendo sabedoria".

Cada projeto selecionado promove a integração entre saber tradicional e o aprendizado na escola. Como apoio recebe bolsas (R$ 450 por mês) para até seis pessoas por Ponto, um mestre, os griôs e um griô aprendiz, que faz a ligação entre escola e mestres e a sistematização do processo educacional transmitido pela oralidade. Em 2009 são mais de 600 griôs espalhados por todo o Brasil. E não só afrodescendentes, pois a ideia não é restringir a ação a um único grupo étnico. Há griôs indígenas, descendentes de europeus, caiçaras, asiáticos. Todo o saber popular integrado numa ação. Mestres de capoeira, rezadeiras, baianas do acarajé, construtores de brinquedos, parteiras, pajés, cantadores, artesãos. Mestres que guardam nossa história de geração em geração. E que devem ser recolocados em seu papel, como tesouros vivos, pois "cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima" (mestre Hampáte Bâ). Essa é a Ação Griô.

Pontinho de Cultura

"O que é, o que é?
Quando se perde
Não se encontra mais?"
(Resposta: O tempo)

Entre adivinhas, brincadeiras de rodas, construção de brinquedos, jogos e brincadeiras cantadas, o Ponto de Cultura Bola de Meia, no Vale do Paraíba, em São Paulo, desenvolve sua ação. Virou Pontão. E ação dos programas Cultura Viva e Mais Cultura.

Um casal, Jacqueline Baumgratz e Celso Pan, se juntou com músicos, poetas, psicólogos, educadores. Gente com o mesmo propósito e formação dos dois. Surge um Ponto de Cultura. Moram em um sobrado, ofereceram sua própria casa; embaixo, as instalações; ao fundo, um teatro bem funcional, mais algumas salas, administração e quintal (sempre é bom ter um quintal para brincar); e recebem crianças, muitas crianças. Com o coração:

"Eu hoje andei por aí
e descobri como as coisas são
e tudo que eu vi não era igual

as flores são
diferentes
os bichos são
diferentes
e a gente é
diferente

E o que temos de igual?
É o coração que bate assim
Tum tum; tum tum". (Poema de Jacqueline Baumgratz)

Cultura infantil, ludicidade, brincadeiras. Somos Ludens, *Homo Ludens*, disse o filósofo Huizinga. Para ele, "a essência do espírito lúdico é ousar, correr riscos, suportar a incerteza e a tensão". Um aprendizado que praticamos desde criança. Depois nos formatamos. O sentido da ação Pontinho de Cultura é reencontrar este espírito, restabelecer vínculos intergeracionais e perceber a criança enquanto produtora de cultura, quando realidade é imaginação.

Novamente uma rede, aberta e variada. Há muita gente fazendo muita coisa bacana para as crianças. E com as crianças. E as crianças por si mesmas. Dona Edna, em uma vila de pescadores, na saída de Maceió, abriu sua casa para receber as crianças, hoje ela mora em um quarto, tudo mais é Ponto de Cultura, ou Pontinho, seu Poleiro dos Anjos. E Garatuja, com os primeiros rabiscos. E

ambientes lúdicos no hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba, quando crianças com câncer só têm o hospital para brincar e veem o mundo pela janela de seus quartos. Mesmo assim brincam, se divertem. Em qualquer hospital os Doutores da Alegria podem chegar. Pelo interior do Brasil, crianças continuam correndo atrás de Sacis, ficam atentas aos redemoinhos e enlaçam esse menino esperto de uma perna só, brincam com nossa tradição, Sosaci. Por aí vão os Pontinhos, uma rede com 215.

O Pontinho é o *locus*, seja um espaço físico ou estado de espírito, em que a cultura infantil se desenvolve. Não a cultura que o adulto passa para a criança, mas a cultura do próprio ambiente infantil. A cultura em que a criança de oito anos ensina a de seis e a de seis, a de quatro; o primeiro estágio de uma consciência grupal. Se a brincadeira infantil representa, muitas vezes, a imitação dos adultos, sua transmissão é feita pelas próprias crianças e assim ela se mantém. Há preconceitos que acompanham essas brincadeiras? Sem dúvida. Mesmo assim, melhor "deixar fazer", assegurar o espaço da plena liberdade, criando ambientes de compreensão comum e amizade. Deixemos as crianças brincar e que elas descubram o mundo com suas brincadeiras. E brinquemos com elas. Ponto.

Cultura e Saúde

O menino e a menina

"Era uma vez um menino que gostava muito de sorrir.

Um dia a doutora disse que ele não podia mais sorrir e deu um remédio, que ele ficou triste demais.

Ele passou muitos dias e muitas noites sem sorrir e nem conseguia sonhar, era só choro e pesadelo. Era só tristeza.

Até que outro dia, uma menina tirou uma foto dele e quando ele viu aquela cara triste na foto, ficou apavorado e prometeu que agora ia sorrir.

Todo dia que a menina olhava para ele e mostrava a foto, ele lembrava que devia sorrir e sorriu tanto para ela que foi ficando feliz.

Ele se acostumou e toda vez que pensa nela, pode até estar triste, que ele fica feliz de novo. Ele gosta muito da menina".

(Gilmar, 5 anos, história contada em um hospital)

Cultura e Saúde é a menina tirar uma foto e fazer o menino feliz. Pode ser em um hospital, também pode ser em um terreiro. O conhecimento do segredo medicinal das plantas, a garrafada que é remédio e vem junto com reza. Dona Albertina, quilombola do Campinho, é uma farmacêutica natural, uma sábia de sua comunidade. Ela sabe que cabelo de milho é usado "para baixar a pressão" e camomila serve para "dores de barriga, cólicas intestinais e inflamação na pele do bebê, além de sedativa e servir contra alergias". Confrei é "cicatrizante". Erva de Santa Maria "combate os parasitas do intestino". Dente-de-leão "é bom diurético e recomendado para quando o peito da mulher fica empedrado na amamentação". Erva-doce é "contra azia". Macela "é digestiva". Sálvia "para gengivites e afta". Goiaba "para lavagens vaginais e chá para febre e diarreias". No dia do parto, algodão "para evitar hemorragia, para dar banho na mulher e aumentar o ritmo das contrações". O parto em casa, humanizado, Cais do Parto, uma rede de parteiras.

As rodas de cura e a dança circular. As Meninas de Sinhá, que um dia resolveram fazer algo mais que ficar em casa reclamando da velhice e se juntaram para cantar músicas de sua infância e juventude. E riem. E a dor vai sumindo.

Uma nova rede, 60 grupos e Pontos. Do Grupo Hospitalar da Conceição e seus dez Pontos de Cultura, em Porto Alegre, às aulas de arte do Olga Kos e suas crianças com síndrome de Down. O tambor da saúde da Tainã e os jovens que orientam adolescentes na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Montamos a rede Cultura e Saúde a partir de um prêmio (R$ 15 mil para cada organização ou Ponto de Cultura). Houve a cerimônia de premiação, um seminário, troca de experiências. Pronto. A rede está montada, uma nova Ação. Agora eles se conhecem, conversam. E passam experiência para os outros.

Pontos de Mídia Livre

Mais uma rede. Mais uma ação do programa Cultura Viva: Cultura e Comunicação – Pontos de Mídia Livre. Se o Ponto de Cultura é o espaço de mediação na relação entre Estado e sociedade, ele também o é na relação entre grupos e pessoas. Um mediador é um ponto de comunicação; se for livre, de Mídia Livre.

Em 2008 houve o primeiro encontro brasileiro de Mídia Livre, a mídia tática, que não se submete, nem ao Estado, nem ao mercado. Desde fanzines em fotocópia, até blogs, sites, agências independentes de notícias, revistas, rádios comunitárias, TVs comunitárias. Tudo o que permitir a comunicação livre. Uma de suas resoluções foi a busca de uma política pública que atendesse esse campo social, tal qual o Ponto de Cultura. Um primeiro encontro. Ouvimos e atendemos. Poucos meses depois, um novo edital foi lançado, no Fórum Social Mundial, em Belém (janeiro de 2009).

Ainda é uma pequena brecha, uma fresta que começa a se abrir, como o Ponto de Cultura. Iniciamos com R$ 4,7 milhões e foram contempladas 72 iniciativas, entre Pontos de Mídia (R$ 40 mil para cada) e Laboratórios de Mídia (R$ 120 mil para cada), para iniciativas nacionais e de difusão para outras iniciativas. É a primeira vez que o Estado trata a mídia enquanto política pública, como um direito da cidadania. Até então, a relação estabelecida é de dependência, cooptação, ou alinhamento, via compra de espaço publicitário, subsídios diversos ou incentivo fiscal. Um modelo mais voltado à mídia-mercadoria, que se diz livre, mas não é, pois se vende no mercado.

Com o Ponto de Mídia Livre, a comunicação social é tratada como um bem essencial para a cidadania e cabe financiar essa comunicação livre e autônoma via recursos pulverizados e diretos, via pessoas e Estado (como meio de redistribuição de recursos sociais). Uma nova forma de financiamento da mídia, independente de qualquer outro mecanismo de troca e sem que isso traga qualquer compromisso de propaganda ou defesa política. O compromisso do Ponto de Mídia Livre é com a democracia de muitas vozes, com a polifonia. E só.

Mais uma fenda que se abre.

Articulando Pontos de Cultura com Pontos de Mídia Livre, damos um passo adiante. Para além da produção e circulação cultural nas comunidades, colocamos um pé na difusão cultural ampla. Revista "Viração", feita por jovens e para jovens. Agência de notícias de quem não tinha voz, Intervozes. Celulares Indígenas, cada qual com seu ponto de registro e notícias, uma rede de índios do Nordeste do Brasil, Thyedeá. "Ocas", a revista dos moradores de rua de São Paulo. A revista "Raiz", em que o popular é erudito. Os blogs independentes,

os portais, a conexão alternativa, a defesa do meio ambiente. TVs comunitárias espalhadas pelo país. Rádios livres.

Ainda é o início, mas, com esta ação, cultura livre e comunicação livre se aproximam e se completam. Só existe comunicação porque há cultura a ser transmitida; só existe cultura porque ela é cultivada no ato de comunicar. Pontos de reencontro. E de mutação.

Pontão

Se o Ponto de Cultura é a sedimentação da rede no território, o Pontão de Cultura é o nó que sustenta a rede. Pontões são articuladores, capacitadores e difusores na rede, integram ações e atuam na esfera temática ou territorial. Tanto podem abarcar uma linguagem artística (Pontão do Teatro do Oprimido, do Audiovisual), público (Juventude, Mulheres), área de interesse (Cultura Digital, Arte na Reforma Agrária, Cultura de Paz), gestão ou território.

O primeiro Pontão nasceu quase que em paralelo aos Pontos, foi o Navegar Amazônia, um barco-estúdio a percorrer a foz do rio Amazonas. Depois vieram os Pontões Ação Griô, Invenção Brasileira, Vídeo nas Aldeias e Mapa da Rede, fazendo a gestão e sistematização das informações sobre os Pontos e o Cultura Viva. Com os Pontões criamos outra forma de gestão e acompanhamento, a gestão intrarrede, uma forma de buscar os mecanismos de gestão na própria rede, sem agentes externos, contando com a capacidade e competências de seus próprios integrantes. Uma competência antes desprezada e que foi selecionada via editais públicos, como o primeiro de 2007, que pedi para Lyara Apostólico formatar.

Há muitos Pontões. Pontão de gestão. De quilombolas. De teatro. Da paz; este, praticamente uma ação: as oficinas de ausculta, a cultura de convivência e paz, a mediação de conflitos. A cultura de paz, de certa forma, está disseminada por toda a rede e um Ponto de Cultura também poderia ser denominado Ponto de Paz. Pontão de Cultura de Paz e Convivência e Caravana Arco-Íris pela Paz, uma trupe com gente de diversos países, disseminando práticas como permacultura, oficinas de convergência e consenso, jogos circenses, canções de paz, troca de conhecimentos, banheiros secos para comunidades ribeirinhas, biodigesto-

res, diminuição de resíduos. Alberto, um mexicano, e sua esposa do Equador, Verônica, uma legítima descendente dos incas. Eles cantam:

"Patchamama
La madre tierra me calienta
La Patchamama me alimenta
Patchamama".

Com o Pontão, a rede ganha nós, se sustenta com mais força. Ganha autonomia e fomenta o protagonismo interno. Agora são os próprios agentes dos Pontos de Cultura que alimentam a rede de novas ideias, iniciativas e ações. Do Pontão Guaicuru em Campo Grande, ao Soy Loco por ti América, em Curitiba. Redes que rompem a relação de dependência e dão mais um passo no caminho da emancipação.

Prêmio Cultura Viva

Para dialogar além da rede de Pontos de Cultura surge o prêmio Cultura Viva. Com o prêmio criamos temas diversos: tecnologias sociais, cultura e educação. Com diferentes categorias de premiação, podemos falar com os mais diferentes agentes: escolas públicas, governos, organizações sociais, empresas, Pontos de Cultura, grupos informais e iniciativas individuais. O prêmio é uma forma de fazer um mapeamento, indo além dos grupos já conhecidos, ampliando o diálogo do governo com a sociedade. Na primeira versão, 2006, foram 1.500 participantes; na segunda, 2.500. A instituição parceira é o Cenpec, uma experiente e comprometida ONG. Com o prêmio sistematizamos práticas, conceitos e metodologias, identificando o que há de mais vivo em produção cultural nas comunidades, em políticas públicas e na responsabilidade social de empresas.

O prêmio é também uma forma de reconhecimento e legitimação:

"Para nós foi um desafio, porque esta foi a primeira vez que participamos de uma premiação que no final deu tudo certo [...]. O reconhecimento por meio do prêmio Cultura Viva mostra-nos um pouco de nossa realidade, de como vivemos em nossa comunidade, nas histórias do povo baniwa do Alto Rio Negro.

Com este reconhecimento vamos garantir registro de nossa realidade cultural para novas gerações. Se nós não registramos nossa cultura, somos um povo sem identidade e sem história". (Moisés Baniwa – São Gabriel da Cachoeira, Amazonas)

Para dona Valdete da Silva Cordeiro, do Meninas de Sinhá, Belo Horizonte, receber um prêmio de reconhecimento e valorização é "algo que modifica e nos faz pensar em várias coisas: pensar em como começamos, nas dificuldades, nos erros e acertos, pensar nas pessoas que nos ajudaram pelo caminho, lembrar que precisamos crescer mais, fazer mais por nós mesmas e pelo outro".

Junto com o prêmio, são realizadas ações de capacitação e estímulo ao desenvolvimento em rede, incluindo uma série de TV, que sistematiza os conceitos e metodologia do programa Cultura Viva. Um prêmio que também é mapeamento cultural.

Meios de Difusão

Os meios de difusão e comunicação fazem parte da própria razão de ser do programa Cultura Viva, não podem ser confundidos como mera divulgação institucional, mas como ferramentas sensíveis. Na formulação do programa Cultura Viva, essa preocupação estava presente desde o início:

"O Cultura Viva é, sobretudo, um programa de mobilização e encantamento social [...]. O sucesso do programa envolve a interação, a troca de informações e a ampla distribuição do conhecimento [...]. Tal qual os Pontos de Cultura, os meios de comunicação e difusão precisam ser compartilhados com todos os participantes do programa".

Logo no início já estava previsto um conjunto de meios para a apresentação de experiências e iniciativas dos Pontos de Cultura. Surge o programa Cultura Ponto a Ponto, exibido pela rede pública de TV, com mais de 120 Pontos de Cultura documentados até 2009. Um programa de rádio; surge a *web radio* Cultura Viva, gerada pelo Pontão Mapa dos Pontos e disponibilizada em portal, para que as pessoas ouçam os programas diretamente pela internet ou o retransmitam, via rádios locais, públicas ou comunitárias. Foi realizada uma série de interprogramas (programas com até 3 minutos de duração, exibidos no meio da

programação normal de TV), mais de 60, exibidos pela TV Brasil e pelo canal Futura. Uma revista; surge a revista "Raiz", em parceria com uma editora privada, com venda em banca de jornais e revista eletrônica, via web. Totem e Banners nos Pontos a identificarem visualmente a rede (houve a iniciativa, mas que não se completou); série de Cartazes (foi editada uma série de jornais murais, mas não exatamente como na ideia original, faltaram os cartazes como peças gráficas a expressarem valores); quem sabe no futuro.

Como linhas de comunicação não previstas originalmente, surgem mais três programas de TV, Ponto Brasil, Amálgama Brasil e Cidades Invisíveis. O Ponto Brasil é uma experiência de produção colaborativa de TV, uma formação em processo, que envolveu mais de 100 Pontos de Cultura na produção de conteúdos e narrativas originais; ao mesmo tempo, pesquisa, formação, experimentação e difusão; um caminho novo para a própria TV pública. O Amálgama Brasil surge de uma parceria com Jorge Mautner, músico e poeta que acompanhou diversos Pontos de Cultura; unindo-se ao conceituado produtor audiovisual Luís Carlos Barreto, eles realizam uma série que vai além da documentação do trabalho dos Pontos, promovendo uma interação com artistas e intelectuais, uma amálgama de fato, como desejava José Bonifácio de Andrada, nosso patriarca da independência. O Cidades Invisíveis começa como produção regional, no estado de Minas Gerais, e revela detalhes não percebidos das cidades, uma produção colaborativa entre Pontos de Cultura e a Rede Minas. E muitas outras iniciativas que se desdobram pelo Brasil afora. Programas de rádio; programas em TVs regionais, como em Pernambuco; o cinejornal, blog e mural do Cuca da UNE; o coletivo de comunicação do MST; o Nossa Casa, no Amapá... E tudo mais que possa tornar cada vez mais viva a cultura viva do Brasil.

Teia

Foi uma decisão simbólica. Teria que ser no prédio da Bienal de São Paulo. Nenhum outro lugar, nenhuma outra cidade; era preciso começar pelo centro econômico e financeiro do país. E como no início do século XXI são as finanças que ditam a ordem, também o centro cultural, político e midiático. A primeira incursão pública de nossa guerra de guerrilhas; fustigamos o inimigo

em sua casa. Uma fustigação apenas. Depois, todos voltaram ao seu lugar. E a guerrilha continua.

Teia 2006, "Venha se ver e ser visto". Esse foi o primeiro momento em que os Pontos de Cultura puderam se ver como movimento. Antes Pontos dispersos, agora, um sem-número de conjuntos e relações. Em 2007 a Teia quase não aconteceu; motivo: o espaço destinado a ela não era o mais nobre da cidade. Não foi capricho, foi uma decisão simbólica. A história do povo brasileiro tem sido a de entrar pela porta dos fundos ou de festejar no quintal; "tem o pé na cozinha", diz o comentário popular quando se refere a negros e pobres. Neste Brasil de baixo para cima, o povo entra pela porta da frente, pela sala de visitas, que é dele. Ao final, a segunda Teia foi aberta no Palácio das Artes de Belo Horizonte, com a presença do presidente Lula e cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural. Seu lema: "Tudo de todos". Em Brasília, foi no centro do poder, na Esplanada dos Ministérios, com direito a marcha de reproclamação da República, em 15 de novembro de 2008. Novo simbolismo, novo mote: "Iguais na diferença".

Desde o início do programa, imaginava um encontro para que os Pontos de Cultura se vissem em rede, mas antes era preciso tecer os fios, semear. Até que foi rápido, em menos de dois anos a rede estava composta. Ao final de 2005, a decisão: o encontro dos Pontos de Cultura teria que acontecer antes do período eleitoral, em poucos meses, portanto. O governo passava por uma crise política séria e não podíamos arriscar o desfazimento de uma rede tão incipiente. Já havia passado por isso com a rede em Campinas; quando da mudança de governo as Casas de Cultura se esvaíram. Precisava consolidar a rede antes das eleições, não haveria outro momento, os Pontos de Cultura tinham que se ver e ser vistos.

E precisava ser na Bienal de São Paulo, cânone da chamada "arte consagrada", ícone das tendências culturais. Bastavam alguns dias, uma brecha no calendário. Tinha que ser lá, como foram as dependências do Teatro Municipal de São Paulo em uma semana curta, de Arte Moderna, em 1922. Agora, a arte sem escola, vinda da periferia, de todas as periferias, fosse geográfica, estética ou social. Foi bonito ver a entrada de todos aqueles Pontos naquele enorme prédio de arquitetura moderna.

"Assim tudo foi escrito num só jorro, esquizo porém concreto, desse conflito em confronto estilhaçado da arte sem enfarte, fora do mercado, porém viva, no ano da graça de 2006 por este simples peregrino de acasos". TT Catalão, poeta, consultor e depois diretor de Acesso à Cultura na Secretaria da Cidadania Cultural, apresenta seu "Mais ou menos manifesto":

Os fios da teia

"*Queiram ou não entramos em trabalho de parto – os rebentos ainda não se pronunciaram em fetos novos – mídia só percebe o espetáculo quando ele vira produto, não alcança o processo – é difícil ver as tramas da rede – mas que las hay, hay – nós desatamos os nós - compartilhamos a tentativa nova: somos os verdadeiros autores das autoridades – existir é resistir – estamos em gestação progressiva – vamos do jeito que vamos porque viemos sempre assim: aos trancos, aos arrancos, entre o barroco, barracos e barrancos – a vida sempre revida – em colapso de exclusão, responder, abusados: acontecer pela arte quando nos querem à parte – acontecer na presença quando nos querem invisíveis – acontecer teias de trocas – aí é que dizemos sim – esta é a nova ameaça: ao não aceitar a canga, escangalhar – dobrar os joelhos só se for para saltar mais alto – estamos íntegros e integrais – a plenitude é a soma das nossas imperfeições – bem diz um grafite de rua lá no Recife: 'expresso com o que tenho'".*

Nossa carta.

Teia, um movimento de invenção permanente, em que os diferentes se percebem iguais. Um trabalho de parto que "avança sobre os silêncios que se recusam a perceber – tua cultura é tua – ataca, atraca, atua – acontecer – se a gente quiser, se a gente fizer – quem tá pronto tá acabado...", conclui o manifesto da Teia.

Logo em sua primeira edição, foram 3 mil participantes e 50 mil visitantes em 4 dias. Gente de todo canto. Um trabalhão. Decidimos juntar dois encontros, o dos Pontos de Cultura e o dos núcleos de Economia Solidária, uma parceria cimentada na prática, que comunga os mesmos princípios. O imenso pavilhão da Bienal tomado por divisórias em madeira, bandeiras coloridas e tecido de chita.

Os Pontos de Cultura e os núcleos de Economia Solidária se acomodando lado a lado e tecendo sua integração pela base, pelo território. Na volta, continuam juntos e um contribui com o outro.

A Teia é uma mistura de encantamento, reflexão e organização. O encantamento se dá pela explosão dos Pontos, pela pulsação de sua criatividade, pelo estranhamento, pela descoberta de pontos em comum, pelas apresentações artísticas e tudo mais que atue no campo do simbólico, do maravilhamento. A reflexão ocorre pela realização de seminários, debates e também pela partilha do sensível, por formas não acadêmicas de apreensão do conhecimento. A cada novo encontro um novo tema transversal, "Cultura e Economia Solidária" em 2006, "Cultura e Educação" em 2007 e "Cultura e Direitos Humanos" em 2009. Em meio a isso a organização do Fórum de Pontos de Cultura e grupos temáticos. Essa mistura de gente, coisas e ideias faz aflorar a percepção de que os pontos podem ir além, pois, como disse Gilberto Gil, "da junção de muitos pontos se faz uma linha, que forma desenhos e ideias".

Quem participou de uma ou de todas as Teias sabe o que representou essa "tomada". Uma explosão de sentidos e reflexões, realizando "a partilha do sensível", de que fala o filósofo francês Rancière. A Teia como um momento de práxis cultural, social e política. Não um encontro formal, em que delegados levantam seus crachás, nem um seminário acadêmico, com especialistas e ouvintes, nem mostra artística ou festival construído por curadoria. A Teia é uma mistura disso tudo, um tanto quanto caótica, mas organizada. Um momento em que dissemos: "Os caminhos que nos apontaram até agora não nos servem. Queremos outros". Um processo sutil de mudança de mentalidades, que tem por força a cultura.

Teia: povo em movimento, tecendo sua história.

Interações Estéticas

Promover uma cultura sem limites sempre foi a intenção do programa Cultura Viva. No início foi preciso semear, apurar olhos e ouvidos para dar conta dos menos vistos e ouvidos. Mas permanecer apenas nessa dimensão não romperia barreiras. Era preciso atravessar fronteiras. Minha primeira ini-

ciativa foi convidar o escultor e curador Emanoel Araújo para organizar uma exposição, integrando os Pontos de Cultura ao panorama cultural brasileiro. Surge a exposição "Viva Cultura Viva do Povo Brasileiro". No catálogo ele descreve:

"Testemunhar a Cultura Viva do povo brasileiro em toda sua diversidade de ações e criações é realmente algo singular. Assim que oferecemos uma exposição livre, cuja função é agregar ao gesto criativo dos mais diversos criadores, eruditos, populares, urbanos, rurais – em uma palavra, brasileiros – formas de análise despidas de preconceito. Livre como a comoção da própria vida latente, pulsando, sem os paradigmas da mistificação, que congela, que esquece, que discrimina, que separa em vez de unir num só zumbido toda a grandeza de um povo que não se explica nem se define".

Com esta exposição, realizada no Museu Afro Brasil, houve a busca por uma história não totalmente concretizada e que saísse de uma perspectiva acadêmica, tocando as pessoas pelo sentido das obras, colocadas lado a lado, de um Ponto de Cultura de prostitutas da Bahia a artistas abstratos e figurativos. "Esta empreitada tem mesmo o sentido da cultura viva, extravagante e anárquica, para poder juntar simbolicamente o grande halo de permanências e ausências", exprime Emanoel.

Depois dessa exposição (2006), a rede Cultura Viva cresceu, e foi necessário estabelecer mais e mais conexões. Nos primeiros anos do programa avançamos na relação entre Estado e comunidades produtoras de cultura, e também na relação desses Pontos entre si. Houve o olhar de um curador conceituado, mas ainda faltava uma ponte (sempre falta), entre os Pontos de Cultura e artistas profissionais, no próprio processo de criação. Não que a arte produzida nos Pontos seja menor, mas entre artistas mais consagrados, do mundo da arte reconhecida como arte, e aqueles ainda não reconhecidos nos cânones.

Surge o Interações Estéticas, um prêmio realizado em conjunto com a Funarte (Fundação Nacional das Artes), com valores entre R$ 15 mil e R$ 90 mil. O objetivo é a realização de uma criação comum entre esses artistas e Pontos de Cultura. Não para a utilização do Ponto de Cultura enquanto suporte para uma criação artística, mas para uma criação de fato nova e compartilhada. Uma interação estética, o nome diz.

Um dia especial

Chegamos cedo para ensaiar e montar nossa luz, nossa projeção. Optamos por não usar som, já que não havia microfone sem fio. Cantar com microfone no meio da roda não seria prudente. Então não amplificamos nem os instrumentos.

Fizemos um bom aquecimento de voz, demos os últimos retoques nas músicas, ensaiamos as coreografias, decidimos algumas questões pendentes. Neste dia a criançada da Ilha apareceu querendo fazer parte da opereta.

Às sete horas da noite lá estavam elas como o combinado, prontas para a maquiagem. Lindas, coloridas, brilhantes! Nunca as tinha visto tão bonitas!!! Todos ficaram impressionados.

Nos reunimos todas num cantinho, fizemos nossa roda e eu disse a elas minha emoção de vê-las tão belas e felizes. Disse a elas que aquela roda era nossa. Agradeci por não terem desistido, agradeci pela atenção, pela entrega. Contei dos meus momentos de fragilidade, de quando tive vontade de chorar, das coisas que aprendi com elas e com Lia.

Nossa ciranda é dança que gira de mãos dadas para criar nossa roda na arena de Lia. Durante alguns minutos reinamos e encantamos.

Terminada a apresentação, Beto veio emocionado falar comigo, dizendo que não esperava um espetáculo como o que acabava de ver. Estava estarrecido. Era lindo, forte e ele gostaria de produzir. Eu disse que aquilo que ele acabara de ver foi resultado de uma oficina. Por mais profissional que lhe parecia ser, não era um produto à venda.

(Trechos do relatório sobre a Interação Estética "Obra no Terreiro – Opereta em um ato", realizada no Ponto de Cultura Lia de Itamaracá, por Cínthia Cristina Resende Mendonça).

Com interações como a acontecida no Ponto de Cultura Lia de Itamaracá, vamos quebrando fronteiras entre arte erudita, arte contemporânea e arte popular; do contrário, os Pontos de Cultura continuariam circunscritos a estereótipos e preconceitos. Avançamos. A arte contemporânea é a arte que se faz viva, venha de onde for, seja feita por quem for. A arte erudita não é cultura, é

uma forma de instrução ou estudo para atingir a excelência, mas não é a cultura em si, é método. O que é popular em uma época pode ser culto e clássico em outra época. Se nos distanciarmos no tempo fica fácil perceber este processo. A "Divina Comédia", de Dante Alighieri; vulgar ou clássico? À época em que foi escrita (século XIV), vulgar. Dante Alighieri decidiu escrever sua obra em vulgar fiorentino, a língua da rua, falada pelo povo de Florença. Até então, a única forma culta de escrever e falar era o latim. Tornou-se clássico, referência para o moderno idioma italiano.

A erudição, o apuro no estudo, as leituras, sem dúvida são necessários, mais que necessários, imprescindíveis. Sem a erudição, talvez o canto do Uirapuru nunca se tornasse um poema sinfônico, como na composição do maestro Villa-Lobos. Mas ele também aprendeu música em condições adversas. Seu pai, Raul Villa-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional, ensinou-lhe violoncelo usando improvisadamente uma viola e ele aprendeu violão em rodas populares de choro. Depois compôs sinfonias. Pode acontecer o inverso. Tom Jobim, mestre mundialmente reconhecido, foi um músico de formação erudita que compôs música popular. O objetivo das Interações Estéticas não é sobrepor formas de arte, mas colocar essas diferentes formas de se chegar à obra de arte em comunicação, como alimento para uma criação original, única e múltipla ao mesmo tempo.

Em 2008 encomendei outra exposição, a Bené Fonteles, multiartista e curador; ela foi realizada na Teia de Brasília, "Nem é erudito nem é popular". O objetivo foi escancarar essas proximidades, rompendo fronteiras na busca de uma "identidade universal brasileira", como se referia Mário de Andrade à nossa cultura em formação. Diz Bené:

Fazer arte é transformar o ordinário em extraordinário.

Isto é o que faz o povo brasileiro com sua surpreendente criatividade ao armar estratégias de sobrevivência da oca à senzala, da tapera à favela. Hélio Oiticica se inspirou na arquitetura de emergência das favelas do Rio de Janeiro para criar seus "Penetráveis", e também, nas roupas e gingas dos sambistas para fazer dançar no espaço poético seus "Parangolés" que ele revestia passistas [...]

A frágil fronteira entre o que é arte popular e o que é arte erudita é rom-

pida por Oiticica, em plena efervescência cultural dos anos 60. É seu penetrável "Tropicália", de 67, que vai dar nome ao movimento mais revolucionário e transgressivo da cultura brasileira.

Rubem Valentim é outra referência de transcrição da cultura popular, quando, partindo das ferramentas dos orixás africanos, cria uma sofisticada e construtiva caligrafia simbólica, ao mesmo tempo, brasileira e universal.

O primeiro Interações Estéticas selecionou 90 propostas. O Maracatu Atômico, de Jorge Mautner, foi recriado no meio do canavial, no sítio Chã de Camará, fundado por mestre Batista e continuado por seu filho José Lourenço. Nas palafitas de Santos, as casas ganham um novo colorido em figuras geométricas de uma arte concreta. Artistas das grandes cidades ao Cariri, a quilombos e comunidades ribeirinhas. Artistas gráficos, visuais, músicos, atores, poetas. Tudo coube nesta aproximação entre mundos distantes, por vezes próximos do ponto de vista físico, mas absolutamente diferentes do ponto de vista social, econômico e cultural. Dessa interação, seguramente, artistas e Pontos não saem os mesmos.

Um pouco do debate (extraído de lista de discussão na internet) desencadeado por este encontro de mundos:

"Detonar um processo em que todos somos produtores de sentido dentro das relações culturais em que estamos imersos, portanto, sujeitos ativos dentro desta situação".

(Rubens Pileggi Sá)

"É no contato real que visões de mundo entram em choque e as realidades de um e de outro viram um grande repertório simbólico propício à produção de subjetividade".

(Alexandre Vogler)

"É utópico imaginar que podemos discutir a questão da arte contemporânea e seus significados retirando-a do seu contexto sociopolítico".

(Gui Mallon)

"Subproduto de rock
Será um tipo de nhoque?
Subproduto de rock
Alguém me dê um toque
O que é que quer dizer?"
("Subproduto do rock" – letra de Cazuza)

"A arte experimenta e inaugura – a cultura cultiva e tipifica".
(Alexandre Vogler)

"Se quisermos, de fato, trabalhar vigorosamente pela inclusão (social, política, estética), a primeira decisão que devemos tomar é a de lutar pela superação dos contrários".
(Rubens Pileggi Sá)

"Não será mais possível desvincular a questão da arte contemporânea do social, para o bem e para o mal. Uns enxergarão nisso uma oportunidade, outros uma desvantagem. Sempre haverá mudanças de posicionamentos dentro de diferentes consensos, e os consensos 'são eternos enquanto duram', mas o fato é que a expansão da luta pelas liberdades e igualdades, que se iniciou desde o advento da espécie humana, e desembocou neste milênio, neste continente, com força antes nunca vista, não vai reverter ou terminar aqui, nem agora nem amanhã. Este é o mundo com o qual teremos que interagir".
(Gui Mallon)

"Idealizar a relação arte/vida é tão redutor quanto achar que a arte e o conhecimento estão nas mãos só de especialistas".
(Rubens Pileggi Sá)

A arte, em seu caminho de produção de sentido, é o maior canal de construção de massa crítica de um povo; aquele que vai potencializar as escolhas do indivíduo ao fazê-lo acreditar que a construção de realidade começa no livre arbítrio e no pensar diferente".
(Alexandre Vogler)

"O Estado
Tem que tomar cuidado
Pra não cair de lado
E repetir a lógica do mercado".
(Um poema – alguém escreveu)

"O desafio é fazer com que conceitos de residência cultural não correspondam à ideia de manutenção, o que fomentaria, equivocadamente, a reprodução dogmática de processos eleitos e sua renegada consagração. A imprevisibilidade dos resultados artísticos deve ser a condição de seu processo, e a maior preservação a ser feita é de sua natureza experimental".
(Alexandre Vogler)

"Interagindo com os Pontos de Cultura o artista se aproximou de um público inédito, antes inalcançável, e os Pontos de Cultura conviveram com o artista e sua bagagem de experiências, também inédita para eles, algo só possível com a residência artística. Este processo, uma vez desencadeado, poderá gerar, num segundo momento, os resultados experimentais imprevisíveis que Vogler deseja".
(Gui Mallon)

Para 2009, nova seleção pública, novas fronteiras a serem rompidas. Com curiosidade, interação e respeito, a cultura brasileira se faz viva nas interações estéticas.

Areté

Era para ser um edital de Pequenos Eventos. Não foi. Chegaram propostas de todo o Brasil, mais de 500. Cores no Dique; Leituras Casadas; Oficinas de Danças Circulares; Sons da Sucata; Semana da Visibilidade Lésbica; Mitologia Yorubá; Criação de Objetos Lúdicos; Circuito Athos Bulcão e a arte contemporânea de Brasília; Diálogo Intercultural com Indígenas de toda América; Diálogo entre a Arte e o Pensamento: entre o ser e o estar; Instalação Penetrável de

Multimídia; Quitutes e Batuques; AnimaCine; Chute do Teatro Oficina; A Bruxa Tá Solta, com suas caminhadas e visitas com mestres e cortejos em Roraima; Manifesto Ambiental; Parto, a Ciência e a Tradição das Parteiras do Brasil; Olhares na Praça; Conexões Hip Hop; Violeiros e Violeiras. Eventos a se espalhar pelo Brasil. Foram selecionados 170. Era para ser um edital com poucos recursos, R$ 750 mil. Não foi. Aplicamos R$ 4 milhões.

Uma diversidade tão grande de propostas, públicos e enfoques não poderia levar o nome de Pequenos Eventos. Pedi para que encontrassem outro nome. Areté, em língua tupi, "dia festivo". Areté, em grego antigo, "virtude, excelência". A fusão de duas culturas em uma só palavra, Areté, o caminho de aperfeiçoamento do ser, um conceito chave para a filosofia ocidental. Um novo nome para eventos em rede.

As palavras têm força. Areté, uma nova ação do programa Cultura Viva. A realização de eventos descolados de processos perde-se em si mesma; mas quando cultivada continuamente pode apontar novos patamares de excelência, de condutas e ideais. A palavra Areté representa isso. Para os povos indígenas este cultivo permanente do "ser" se estabelece pelo exemplo, pela admiração aos feitos dos outros, pela boa conduta, e não pela simples transmissão de regras. Nos poemas homéricos, *áristos* (do qual se origina Areté) é aquele que reúne em si todas as excelências, o "homem completo".

O que seria um homem excelente? Será que somos formados e educados para tanto?

Com a Ação Areté, procuramos "garimpar" outras formas de excelência, encontradas em outros lugares, que não aqueles que nos formatam.

Diálogos entre índios tapeba e xavante, encontros em que cineastas indígenas (de origem xavante) trocam experiências com seus parentes da comunidade de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Até a década de 1980, os registros da Funai (Fundação Nacional do Índio) indicavam que não havia índios habitando o estado do Ceará. Condenados ao esquecimento, acaboclados, retomam sua identidade e apresentam-se para a posse de seu território. O evento acolhido, Diálogo entre Aldeias, chegou como "uma iniciativa pertinente e necessária na perspectiva de colocar o debate sobre as identidades indígenas cearenses em âmbito nacional, inicialmente em aliança com os índios xavante",

índios guerreiros, de um estado bem distante do Ceará, o Mato Grosso.

Um exercício de troca. Um exercício de Areté.

Que também acontece com Oficinas Lúdicas para crianças de escolas públicas do Vale do Café, no sul fluminense. Quem oferece as oficinas? Um Ponto de Cultura da Favela da Rocinha. A proposta é integrar as crianças a partir de prosas e jogos. Um mapa-jogo na forma de trilha em que os participantes da brincadeira conhecem os meandros de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro. O Rocinha Lúdica faz um contraponto à visão estereotipada de violência da favela. Histórias a serem descobertas, brincadeiras a serem partilhadas entre crianças e adultos. Qual o sentido deste evento? Eles respondem: "Brincando aprendemos sobre nós e sobre os outros; brincando criamos elos entre pessoas, grupos e lugares; brincando juntamos fios de história". Antes de ser favela, a Rocinha foi quilombo, como também é o Quilombo de Pinheiral, próximo de Vassouras, ambos Pontos de Cultura. Eles se encontram.

Há eventos de estudos e práticas, em "Confluências TecnoCulturais: desafios e perspectivas", proposta de um Pontão, da Universidade Federal de Minas Gerais. As relações entre "Arte, Arquitetura e Tecnologia; as Mediações Telemáticas", apontando como "o quadro tecnocientífico atual deixa de pressentir potenciais formas de organizações que induzirão uma ruptura sensível nas escalas de tempo e de espaço". Os Tensores Estéticos, nos diversos suportes da linguagem, a considerar a obra de arte "não apenas aquilo que se dá a ver, mas como um composto de forças e de relações que ela mobiliza". Como evento final, um *happening*, MaxiBum!, apresentando toda a produção resultante do processo de reflexão e oficina criativa, o Olhar Crônico, percebendo o cotidiano "como algo plural, elemento vivo das narrativas"; as Paisagens Sonoras; os Passos Espaços; o (auto)contraste formado a partir de coreografia e intervenção cênica. Um evento que é uma oficina de "Mínimos, Múltiplos, Comuns".

Há muitas formas de chegar ao Areté. Com Rios de Encontro, fazendo fórum de cultura solidária na região do Carajás, no sul do estado do Pará, área de violentos conflitos, em que já houve a guerrilha do Araguaia e o massacre dos sem terra de Eldorado dos Carajás. Um Cortejo e um Abraço Cultural em trocas de saberes, Rodas de Artistas e diálogos públicos promovidos por um Ponto de Cultura em Marabá, o GAM. Um ponto de civilidade e respeito à criação e à arte,

à humanidade. Também se chega pelo aperfeiçoamento da língua tariana, em Iauaretê, no Alto Rio Negro, fronteira com a Colômbia. Ou unindo fiandeiras de Olhos D'Água (GO) e de Francisco Badaró (MG), com tecelãs do Vale do Jequitinhonha, rendeiras do Nordeste e bordadeiras da família Dumont. Exposição, oficinas e espetáculo de teatro, dança e música sobre o processo de criação de artesãs de vários lugares do Brasil. "Marias Brasilianas: a arte do fio", um evento em que "estão encharcadas pela riqueza da diversidade cultural das comunidades envolvidas, sejam as dos participantes dos Pontos de Cultura, sejam as das próprias mulheres artesãs. Desta maneira o evento cria uma rede de sentidos culturais, sobre a qual se desenvolvem as ações comuns". Excelências e virtudes espalhadas por este país.

Areté.

Cultura sem fim

E o programa Cultura Viva segue seu curso.

Um edital para Tuxauas, articuladores regionais nas diversas linguagens do programa. Investimento em gente, direto nas pessoas que mobilizam e animam a rede dos Pontos de Cultura. Cem prêmios, de R$ 38 mil cada, destinados a agentes de cultura digital, cultura e meio ambiente, saúde, ludicidade... Tuxaua é uma palavra indígena, de diversos povos, principalmente do nordeste de Roraima, da região da Raposa-Serra do Sol, terra em que nasceu Macunaíma, o herói de nossa gente; são conselheiros, articuladores, representantes das aldeias, mas sem nenhum grau de hierarquia superior aos representados.

Também um estudo sobre valores. Valores expressos em práticas culturais e sociais nos Pontos de Cultura, envolvendo mudanças de atitudes e pontos de vista no interior dos próprios movimentos. Há Pontos de Cultura em sindicatos, na União Nacional dos Estudantes, no Movimento dos Sem Terra. Trazem novas formas de fazer política, fortalecem novos agentes no interior desses movimentos sociais e, quem sabe, modificam a forma de pensar e agir desses mesmos movimentos. São mudanças que os Pontos de Cultura provocam: na relação entre Estado e Sociedade, na relação interna dos grupos culturais e comunitários, na relação entre eles e nos valores sociais que se modificam. Edital Ponto de Valor,

feito em conjunto com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com objetivo de entender os valores em construção no interior dos Pontos de Cultura.

Há estudos acadêmicos. Em levantamento recente, quase 30 teses, dissertações e monografias, nas mais diversas universidades e áreas de estudo. "Pontos de Cultura: arte tradicional e mídias digitais", de Kennedy Piau, doutorando na Universidade de Barcelona; "Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares", em dissertação de mestrado de João Domingues, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; "As leis de incentivo e as inovações do programa Cultura Viva", de Eduardo Gomes dos Santos, da Fundação Getúlio Vargas. Temas em gestão, comunicação, psicologia social, artes, patrimônio cultural, política, serviço social, juventude, turismo. Estudos envolvendo o enfrentamento do fracasso escolar, mídia tática, cultura na Amazônia contemporânea. Confesso que fiquei espantado com a quantidade, diversidade e qualidade dos estudos já desencadeados.

Há estudos em universidades no exterior. Professores e pesquisadores que tornaram-se amigos e estudiosos desse processo. Candace Slater, da Universidade de Berkeley; Paul Heritage, da Universidade de Londres; Idelete Muzart, de Paris X, Nanterre, o casal Bernd Fischer e Maria Benites, da universidade alemã de Siegem e do Instituto Vygotsky. E seminários. O Congresso Ibero-Americano de Cultura com o tema "Cultura e transformação social", a realizar-se no Brasil por causa da experiência dos Pontos de Cultura. O seminário de avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A Segib (Secretaria-Geral Ibero-Americana) e a Rede Latino-Americana pretendendo transformar o conceito dos Pontos de Cultura em política pública para todos os países da Ibero-América, integrando nossos povos pela cultura.

Há muita coisa acontecendo, muitas ideias.

Há muito mais coisa, que nem imaginei. Ponto de Cultura no interior do Piauí fazendo longa-metragem, assim como na Paraíba, na favela do Pirambu, em Marechal Taumaturgo, no Acre, na fronteira com o Peru. Rádios livres, TVs na web, Mapa dos Pontos. Música, cordéis, poemas, manifestos.

Manoel Correa (BigNel), músico e colaborador na implantação dos Pontos de Cultura, compôs uma música:

Em cada canto tem um Ponto

Em cada canto tem um Ponto
Em cada Ponto tem um pedaço do Brasil
Em cada canto tem um Ponto
E todo Ponto tem muito canto meu bem

Todo Ponto tem
muito canto, poesia
história e sabedoria
e vontade de fazer um Brasil por inteiro

Tem Ponto na Aldeia
Tem Ponto no Terreiro
Tem Ponto de bailarina
Tem Ponto que tem até picadeiro
Tem Ponto lá em baixo
E tem Ponto lá em cima
Tem Ponto em cada Estado brasileiro

Em cada canto tem um Ponto
Em cada Ponto tem um pedaço do Brasil
Em cada canto tem um Ponto
E todo Ponto tem muito canto meu bem.

Crispiniano Neto, secretário de cultura do estado do Rio Grande do Norte, fez um cordel:

Cultura... Ganhando Pontos

Uma mola potente que se solta

Pra romper os limites da Mecânica

E projeta-se com força tão titânica

Que pra os velhos limites nunca volta;

Ou um pássaro que chora de revolta

E na gaiola descobre uma abertura

[...]

Ou a água que encontra a rachadura

Na tenaz da parede da barragem.

Eis o ritmo, o trajeto e a viagem

No disparo dos Pontos de Cultura!

Jorge Mautner, poeta, filósofo e músico, que visitou mais de 50 Pontos de Cultura, escreveu letra para um hino:

Os Pontos de Cultura
somos todos nós
na enlaçante amizade magnética
abraçados em rede cibernética
irradiando, comunicando, absorvendo, interagindo
com inteligência emocional
toda a informação que vai surgindo
imaginação, coletiva e individual
das sabedorias e universos das diversidades culturais
do Brasil-Universal!!!!

Ideologia do coração que recomenda
Ecologia também é distribuição de renda
é uma teia que desencadeia
a gloriosa emoção
de fazer acontecer a Segunda Abolição
dos direitos humanos em ação
na atitude da inclusão de todos em plenitude
da diferença na igualdade que é irmã da liberdade
por todo Brasil, por toda parte
desobediência civil, em forma de arte!!!!

É muito movimento. O que relaciono aqui foi o que chegou diretamente a mim, mas sei que há muito mais. Gente de todo canto, criando, refletindo, propondo ações para uma Cultura Viva que não para nunca. Eu próprio escreveria este capítulo sem final. Sempre falta alguma coisa, uma ideia não apresentada, uma pessoa que deixei de citar, um pensamento poético, uma reflexão.

Neste momento paro, interrompo a escrita e lembro-me de uma frase do artista catalão Miró:

"Não devemos nos preocupar com que uma obra permaneça tal qual é, mas sim que ela deixe sementes, que espalhe sementes que façam nascer outras coisas".

Cultura Viva, uma cultura sem fim.

Caravana

"Senhoras e senhores
Meninas e meninos
Poetas e cantadores
Atores e bailarinos"

TT Catalão

Foi um dia de festa, iniciado com uma alvorada às cinco horas da manhã. Todo o Seridó estava em Currais Novos para ver a Caravana passar. Caravana da Cidadania Cultural, um momento em que todo o Ministério da Cultura se encontra com gestores públicos, artistas e a população. Uma ideia nova, a pedido do ministro Juca Ferreira, que por sua vez ouviu a sugestão de um amigo, poeta baiano. Com o governo do presidente Lula o Ministério da Cultura rompeu definitivamente com os estreitos círculos da cultura estabelecida. Fomos além das pequenas rodas de artistas consagrados e chegamos aos cantos mais profundos

do país. Era preciso conversar mais de perto com essa gente. E mostrar à equipe do ministério aonde o seu trabalho estava chegando.

"Abram alas
Arrumem suas malas
Arqueiem seus estandartes
E enfeitem seus baluartes"

Pela manhã, as bandas escolares começavam a se perfilar na rua. Grupos artísticos, folias, mamulengueiros.

"Pois aqui mesmo
Iremos levantar a nossa lona
De um mundo que canta
Pula, pinta, grita e encanta"

Mais de mil pessoas em alinhamento. Chegou o ministro e a governadora. Entraram no meio do cortejo. A cidade parou para ver o cortejo passar.

"A Caravana da Cidadania Cultural
Chega à sua cidade
Articulando um balaio de encantamentos
Fazendo deste dia
Um momento especial
Dividindo expectativas, sonhos e sentimentos"

Na praça principal, as tendas em que ministério e grupos culturais do Seridó, no Rio Grande do Norte, apresentaram seus projetos e trabalhos. Uma feira de troca entre sociedade e governo, um ao lado do outro. O cortejo chegou à praça lotada.

"Então o convite está feito
A lona está armada

Que se faça o que é de direito
Se prepare a batucada"

Fomos para o palco em que à noite haveria show com Chico César (artista e secretário da cultura em João Pessoa) e artistas do sertão. Falou a vice-prefeita, a governadora, o ministro. Falou o povo com suas faixas: *"Currais Novos faz cinema", "Fora com os políticos que não olham para o povo", "Viva a Cultura!".*

"Que rufem os tambores
Acendam-se as fogueiras
Escutem os rumores
E chamem as benzedeiras"

Na sequência fomos para um ginásio. Uma mesa em que ministro e sua equipe ouviram o povo por horas. *"Não há mais sala de cinema na região do Seridó, foram fechadas todas",* disse um velho senhor, que já foi exibidor com mais de dez salas na região; *"O teatro não tem equipamento de luz e som", "Aprendemos a fazer cinema assistindo aos making off em DVD",* disse um grupo de jovens que estava preparando o primeiro filme da cidade; *"Precisamos de novos livros para as bibliotecas", "...e bibliotecárias bem preparadas",* complementa alguém; *"Que bom que vieram os Pontos de Cultura, o Seridó terá vários"; "E a diversidade cultural"; "No Seridó não há só cantadores e cordel, aqui há teatro contemporâneo, como se faz nas capitais",* disse um jovem artista. *"Aqui é terra de Ojuara, o sertanejo arretado, cujo nome original, Araújo, é escrito de trás para frente e foi assim que venceu o diabo"* (lembrei do livro que Andréa me deu).

"Atabaques, tantãs. Agogôs
Em seus terreiros
Brincantes, estandartes e bonecos
São os primeiros
Completando chegam as figuras todas
Enfeitadas de fita, inebriadas de alegria"

Teotônio Roque, o coordenador da **Caravana**, fez tudo muito bonito e contratou uma equipe competente, Mathieu, Glácia, Raimundo, Buca, Cida, Venâncio, o artista gráfico que fez do pau-de-fita o símbolo da caravana, Andrea Gurgel com suas fotos. Todas as secretarias do ministério em um só encontro. A Caravana não é de ninguém, pedido do ministro Juca, serviço para o povo. Como em uma ágora, nos reunimos para prestar contas, ouvir e servir.

"Ainda tem a música que rege
Que chama todo o povo
E que cresce,
E faz o velho ficar novo"

A Caravana deve continuar e vai visitar o fundão do Brasil, bacias culturais esquecidas. Delmiro Golveia, no rio São Francisco; Alter do Chão, no Tapajós; Juazeiro do Norte, do Padre Cícero; Taubaté, do caipira de São Paulo, de Monteiro Lobato e Mazzaropi; serão dezoito regiões. Quando contei desta viagem para Silvana, amor de reencontro, ela disse: *"Quando trabalhei na Conab* [Companhia Nacional de Abastecimento, do governo federal], *há não mais que dez anos, só ouvia falar de Currais Novos quando tínhamos que enviar cestas básicas de alimentos, acho que era a única política pública que chegava por lá".*

"Agora sim, que toque o berimbau
Abraçamos nosso peito e a nossa alma
Para a Caravana da Cidadania Cultural"
[versos escritos por Rodrigo Bico, artista e apresentador da Caravana]

Com a Caravana o Brasil conhece uma outra forma de o governo conversar com seu povo.

O Estado de baixo para cima

"Esse novo mundo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como a que estamos assistindo hoje e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dar de baixo para cima" (Milton Santos).

TT Catalão

"Da escassez, e dos de baixo". Assim respondia o geógrafo Milton Santos, quando indagado sobre de onde surgiriam as soluções para os graves problemas da globalização perversa, a globalização do mercado. Ao se referir à escassez, não falava daquela em que a luta pela sobrevivência se aproxima da barbárie e, por isso mesmo, nos impede de qualquer veleidade ou cultivo do pensamento; mas da escassez que convive lado a lado com a fartura, da escassez como resultado da iniquidade.

> *"No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os 'de baixo' não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da moderna cultura de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura de vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade"* (Milton Santos – "Por uma Outra Globalização", p. 144).

"Águas são muitas, infinitas". "Em se plantando tudo dá". A Carta de Caminha, certidão de nascimento desta nação que está sendo inventada há 500 anos, indica que o Brasil nunca sofreu de escassez. Mas foram escassos nossos estadistas, reflexo de uma elite com olhos voltados para fora, por isso insensível e aproveitadora. Da abundância da terra confundida com o paraíso à odiosa e iníqua má distribuição desses recursos; da elite farta ao povo maltratado. Com o Ponto de Cultura se tenta outro caminho, em aliança com os "de baixo", contando com poucos recursos, com a própria escassez; mas não de ideias.

Não nos faltam pensadores a apontar caminhos diferentes. Milton Santos, José Bonifácio de Andrada, Mário de Andrade, Josué de Castro, Paulo Freire, Celso Furtado e Darcy Ribeiro, entre tantos, ousaram apresentar um pensamento novo, olhando para nós mesmos. Não sofremos da escassez de recursos naturais, nem de história, nem de ideias. Ocorre que nossos recursos naturais foram alienados desde o início da colonização, tendo servido apenas a uma pequena classe,

transferindo riquezas para fora e agregando pouco valor aqui dentro. Com pouco valor agregado, pouco investimento se faz. Nossa história também foi alienada, escondida. Nossas ideias, as ideias de mudança e transformação, desprezadas.

Foi assim desde o início, desde quando quebraram o conhecimento dos pajés e toda sua sabedoria sobre como melhor utilizar os recursos da terra, a propriedade medicinal das plantas, as técnicas construtivas adaptadas ao ambiente. Foi assim com os africanos. Antes de entrar no navio negreiro e cruzar o Atlântico, os cativos eram obrigados a dar voltas no baobá para lá deixarem todas as suas memórias; a árvore da vida tornava-se a árvore do esquecimento. Tentaram destruir a cultura do mais antigo continente com povoamento humano para transformar gente em coisa.

E o Brasil, terra da madeira vermelha, cor de brasa, faz renascer em fogo sua memória, que hoje se "desesconde".

Elite que se projetou para fora, tirou o máximo e devolveu o mínimo. "O que é bom vem de fora!", foi a mensagem que passaram ao engomar suas roupas na França ou, como nos tempos atuais, ao usar seus relógios Rolex. Essas mensagens fincaram raízes na mente da elite e daqueles que, em não sendo, se projetam nela. Ao povo coube trabalhar ou, quando não há trabalho, curvar-se (que tem o mesmo significado de labuta, do latim labor: curvar-se) e, resignadamente, esperar mergulhado na ignorância para fazer "tudo o que o seu mestre manda", como lembra a música dos bossa-novistas Carlos Lyra e Vinicius de Moraes, em "A canção do subdesenvolvido".

Bem, ao menos este é o desejo dos que mandam, ou pensam que mandam. Por "baixo", brota um novo Brasil.

"Eu ouço as vozes
eu vejo as cores
eu sinto os passos
de outro Brasil que vem aí".

Gilberto Freyre, há 80 anos, já havia percebido esse movimento que germina em todo o país e escreveu o poema "O outro Brasil que vem aí". Em tempo histórico, um sopro. E é possível sentir que sopra algo de novo nesta terra. Por

muito tempo pensamos que a mudança na ordem social e no caráter do Estado aconteceria pelas mudanças na estrutura econômica. A cultura, como reflexo do ambiente econômico, mudaria depois. Assim, revolucionários e reformadores dirigiram seu pensamento e energias para o campo da economia política, pois tudo mais seria decorrência. Enganamo-nos. As mudanças estruturais não ocorreram e nossas modernizações conservadoras só fizeram reforçar os velhos modelos. Quando, em outras terras, houve mudança na ordem econômica e social sem a correspondente mudança nas mentalidades e valores, o Estado, e as relações deste com a sociedade, mantiveram inalterados velhos padrões. De podres, desmoronaram como os muros que ergueram.

Daí, começar tudo de novo, compreendendo que economia, ética e estética são indissociáveis. Cultura é, ao mesmo tempo, produto e vetor da sociedade. Por isso, a cultura deve estar na base de qualquer mudança de estágio civilizatório. Não foi pela cultura que os conquistadores impuseram sua dominação? Portugueses e espanhóis chegaram às Américas em número infinitamente inferior aos dos povos que dominaram. No século XVI, Portugal contava com menos de um milhão de habitantes ante os 5 milhões que habitavam a terra hoje conhecida como Brasil. As grandes civilizações dos Andes ou México eram ainda mais numerosas e bem preparadas econômica e militarmente. Mesmo assim sucumbiram.

Na sede do império inca, Cuzco, o palácio do governador espanhol foi construído exatamente sobre o palácio dos incas; as igrejas católicas usaram as mesmas pedras e foram instaladas no mesmo lugar que os templos astecas. Fizeram isto por entender que a luta simbólica é tão importante (ou até mais) que a militar. Sobre escombros de palácios destruídos, ergueram os símbolos de seu poder emergente. Quebraram linhas de transmissão de cultura e procriaram com mulheres índias gerando mamelucos desenraizados e, tão logo ganhavam a simpatia de caciques, tratavam de desmoralizar os pajés e catequizar o seu povo. Para melhor dominar, desmoralizaram e, ao desmoralizar, aprisionaram. A cultura também aprisiona.

Começar de novo pressupõe atuar no campo simbólico e dar um salto civilizacional.

A questão da cultura na construção de um novo espaço público envolve a quebra de hierarquias e a edificação de novas legitimidades. Uma política pú-

blica de acesso à cultura tem que ir além da mera oferta de oficinas artísticas, espaços e produtos culturais; precisa ser entendida em um sentido amplo, expresso em um programa que respeite a autonomia dos agentes sociais, fortaleça seu protagonismo e gere empoderamento social. Cultura para aproximar os diferentes. Aproximação para que os diferentes se percebam próximos na essência. Cultura que dá coragem, une, potencializa. Este tem sido o principal objetivo do programa Cultura Viva: a busca de uma cultura que liberta.

A essência do programa Cultura Viva e do movimento dos Pontos de Cultura é intensificar esse processo, potenciando as energias criadoras de nosso povo, para que ele se perceba enquanto sujeito histórico, agente de sua própria transformação. A estrutura, sem dúvida, é necessária, pois sem ela um organismo não se sustenta. Mas se observarmos os organismos vivos, percebemos que a estrutura cresce na medida que o organismo se desenvolve. Nossa estrutura óssea e musculatura não são as mesmas de quando nascemos, crescem com a vida, em fluxo contínuo de vitalidade, amadurecimento e decrepitude. Também é assim no fluxo dos rios, que vão abrindo espaço conforme o relevo, a topografia. É o que procuramos com os Pontos de Cultura, entrar no fluxo da vida e ativar um processo que agilize a mudança. Mudança na ordem social, econômica e política, feita a partir da mudança de mentalidades e valores; a partir da cultura.

Um Estado de baixo para cima pressupõe uma mudança de mentalidades e valores. É preciso inverter essa tentação de planejar em gabinetes, ignorando a vida real; esse desejo incontido dos governantes e gestores públicos em se assumirem como criador primeiro ou demiurgo, desprezando experiências e histórias. Chega-se a uma determinada função e, de modo autocrático, ou com romantismo ingênuo, tenta-se formular uma única solução, aplicável independente das realidades e necessidades locais. "A fôrma deforma a forma"; com esse belo haikai, um jovem e promissor poeta, Felipe Redó, de um Cuca (Centro Universitário de Cultura e Arte da UNE), sintetizou o caminho que trilhamos com os Pontos de Cultura: menos moldes e mais maleabilidade, menos construções físicas e mais vida, menos estrutura e mais fluxo.

Com o programa Cultura Viva abriu-se uma perspectiva de ampliação da acessibilidade; não à cultura, pois cultura é inerente à ação humana e todos a fa-

zem, mas aos bens organizados da cultura, como salas de espetáculos, estúdios de gravação, cursos e programação artística regular, pois a maioria da população fica alheia a esses recursos. A estratégia adotada foi por um caminho diferente ao comumente adotado nos gabinetes oficiais; no lugar de fazer algo desvinculado da realidade, procuramos potenciar o que já existe, firmando pactos e parcerias com os agentes culturais dinâmicos e que já atuam em suas comunidades. Também evitamos a fôrma única ou a imposição de regras rígidas. No lugar de fazer para, procuramos fazer com. No lugar de impor, dispor.

Ao inverter a abordagem potenciando o que já existe, buscamos uma nova prática, feita com encantamento, magia e arte, atuando no simbólico e valorizando as iniciativas de quem já faz e quer continuar fazendo. A primeira medida pública foi o próprio edital, que define parâmetros de público, com prioridade para propostas em localidades que não contam com um acesso regular aos bens organizados da cultura, bem como à diversidade e complementaridade de temas e linguagens. Um edital muito mais de parâmetros e perguntas que de imposição de padrões; os proponentes é que dizem como aplicarão o recurso.

Dependendo da realidade local, pode haver maior investimento em obras e instalações, ou em equipamentos, ou, como na maioria das propostas, em oficinas artísticas e na realização de um produto cultural como um audiovisual ou espetáculo. Esta sutil mudança de abordagem é significativa porque promove um processo inverso no diálogo e na relação entre Estado e sociedade, promovendo a passagem de um Estado que impõe para um Estado que dispõe. Mesmo sabendo que os recursos ainda são insuficientes, o Cultura Viva ensaia uma nova forma de se relacionar com a sociedade, com respeito às decisões de quem recebe, de quem acredita e de quem faz. Essa nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade abre uma fresta, uma pequena fenda para um novo paradigma de Estado.

Foram enviadas as mais variadas propostas. Sem alarde ou solenidades de inauguração, a informação do edital chegou aonde deveria chegar: os morros e favelas do Rio de Janeiro, os extremos pobres da cidade de São Paulo e outras metrópoles, os grupos culturais de pequenos municípios, assentamentos rurais, quilombos e aldeias indígenas. Há Pontos com foco na cultura popular, mas existem os de hip hop, música experimental, música barroca, popular, erudita; dança popular, dança de rua, experimental; teatro de grupo, do oprimido, de

rua, de vanguarda; audiovisual, muitos núcleos de audiovisual, visões periféricas, de jovens, dos índios, dos sem canal.

Pontos são muitos, só conhecendo-os para entender. É claro que é possível entendê-los sem vivenciar. Mas para entender plenamente é necessário se despir de preconceitos e fórmulas prontas, do contrário há a tentação de tachá-los como novos CPCs (Centro Popular de Cultura da UNE, do início dos anos 60) ou fazer uma associação linear com a cultura popular, ou cultura de pobre para pobre, ou projetos de inclusão social pela cultura, de "resgate da autoestima". E outros chavões.

Ponto de Cultura é um programa de cultura. E ponto. Envolve o entrelaçamento de linguagens, públicos, experiências; há um campo de atuação: o campo da cultura política; não uma cultura política dirigista, com recorte ideológico ou partidário e sim uma cultura política em sentido amplo, emancipatório, como construção da autonomia, da realização plena do ser.

A parceria entre Estado e sociedade civil tem por princípio a ideia de que são as pessoas que fazem cultura e não o Estado. Uma ideia simples de repetir, mas difícil de fazer. O Estado continua tendo um papel que é insubstituível: assegurar uma política pública ampla, que abarque todos, garantindo direito de acesso, sobretudo, aos historicamente excluídos da cultura estabelecida ou da cultura do mercado. Sem esta presença do Estado não há espaço público e a democracia desaparece, por mais bem intencionadas que sejam as ações localizadas, a exemplo das ONGs.

Em uma perspectiva emancipadora, cabe ao Estado potencializar a sociedade, conectando suas iniciativas em rede, permitindo que deem saltos na sua capacidade de reflexão e criação. Quem faz é a sociedade. Não criamos nenhum Ponto de Cultura. O Maracatu Leão Coroado, de Igaraçu (PE), que é Ponto, por exemplo, tem 150 anos de atividade e vai continuar a existir independente do Estado. O que houve foi a legitimação dessa ação por parte do Estado. A partir daí se estabelece uma nova relação de igualdade e respeito, com suporte financeiro não impositivo e diálogo.

A história da humanidade é a história da concentração de recursos e riqueza, e a imposição é uma característica intrínseca do Estado. Desde o Egito Antigo até os tempos atuais, os Estados são concentradores de energia e impõem

determinados caminhos, como, por exemplo, um canal de irrigação ou a construção de uma pirâmide, de jardins suspensos ou o financiamento de grandes obras. Os Estados nacionais, criados na Idade Moderna, tiveram por suporte fundamental o monopólio da cobrança de impostos e os exércitos unificados; Fazenda e Quartel, os meios estruturantes do poder. Com esses meios assegurados, o poder da ideologia vai se espalhando, naturalizando pensamentos, normas e condutas até que acreditemos que o jeito dominante é o único jeito de viver.

Se esse processo de concentração de energias e recursos gerou, por um lado, riqueza (apropriada por uma minoria, é bom deixar claro), também impediu a expansão da energia criadora das pessoas. Mesmo no modelo liberal, leva-se a um único caminho: a acumulação privada. Essa concentração é tão avassaladora que hoje se traduz na atuação de organismos e conselhos internacionais, que impõem normas e impedem a liberação dessas energias, como o controle de patentes, direito autoral sem equilíbrio de direitos, normas injustas de comércio e nas relações entre pessoas e empresas e entre países. As três pessoas mais ricas do planeta reúnem riqueza equivalente à renda dos 600 milhões mais pobres. No momento em que escrevo este livro, o governo dos Estados Unidos desembolsa US$ 1 trilhão para socorrer financistas e especuladores imobiliários, talvez muito mais que isto. Por outro lado, estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que seriam necessários US$ 150 bilhões anuais para atingir as metas do milênio em 2015. O dinheiro que sobra para armas e especuladores não existe para diminuir a desigualdade ou salvar o planeta das mudanças climáticas.

Estado que concentra, impõe; daí imposto, a atividade em que os Estados são mais eficientes. Esta não é uma característica exclusiva do Brasil, mas dos Estados, de uma maneira geral. A imposição é o pilar que sustenta a ação do Estado. Mas esse pilar também pode sofrer abalos e o Estado não é impermeável à luta social. Evidentemente alguns são mais porosos que outros e há um processo em curso, um movimento para que ele se abra e se molde às necessidades de seu povo. É esta luta, também conhecida como luta de classes (até há pouco, um tanto quanto "fora de moda", mas sempre presente e ressurgindo), que tem motivado as lutas sociais. É assim desde o tempo de Spartacus, líder dos escravos em Roma, passando por Robin Hood, aquele que roubava dos ricos para distribuir

aos pobres, até as revoluções burguesas, depois proletárias, o movimento anticolonial nas Américas, as lutas de libertação na África e Ásia, o movimento antiimperialista, os movimentos ecológicos, de opção sexual, a luta antiglobalização.

O movimento de globalização do planeta está presente na história humana desde que o homem saiu da savana africana. Mas a globalização tal qual se apresenta hoje nada mais é que a expansão dos interesses das grandes corporações e a expropriação de recursos naturais e humanos com um fim único e concentrador. O movimento dos Pontos de Cultura, e de tantos outros movimentos, surge para encontrar fendas nesse processo. E, ao encontrá-las, abri-las cada vez mais. Alargando essas fendas, pode-se exercitar um novo tipo de Estado, que dispõe. Um Estado que dispõe não é a mesma coisa que um Estado "distributivista", necessário em determinadas circunstâncias, mas ainda insuficiente porque, se distribui recursos, não compartilha decisões (mesmo quando distribui, esses recursos ainda são secundários em relação ao que concentra). Um Estado de novo tipo, que começa a se abrir, ouve mais, tornando-se mais permeável aos movimentos da sociedade, às vontades coletivas.

Ouvir a demanda, porém, é insuficiente. É preciso ouvir como fazer, assegurar voz e autonomia, respeitar o protagonismo, empoderar. Para que esta relação entre Estado e os agentes da sociedade não seja aparente e aconteça de forma unidirecional, com diálogos desiguais (em razão do desnivelamento de informação e poder), é necessário urdir redes; muitas redes, redes intermediárias, por afinidades, territórios, públicos, linguagens, interesses; redes que se interconectam. Em rede a sociedade ganha força. O programa Cultura Viva pressupõe a gestão e articulação em rede. Com gestão em rede se estabelece uma outra prática em política pública, podendo gestar um novo tipo de Estado. Um Estado que aprende a conversar com o movimento social de uma outra forma, não como controlador ou provedor, mas como parceiro orgânico, integrado na rede.

Essa mudança na forma de se relacionar envolve desde modificações na alta gestão até nas pequenas condutas e comportamentos do burocrata, do administrador que tem que aprender a conversar com o menino (ou menina) do hip hop. Por outro lado, a menina (ou menino) do hip hop às vezes está brava, externa revolta e inconformismo e tem dificuldade em apresentar sua demanda com clareza, ou não compreende uma série de limitações de legislação, entraves

próprios de governo. Nesse caso, é preciso entender que esse tipo de conduta acontece porque nunca lhe foi oferecido nada, apenas desrespeitos, falta de direitos e invisibilidade. E não só a ela, mas aos seus pais, avós e avós dos seus avós. Quando uma pessoa ou a nação é maltratada, raiva e tensão são as formas que tem para reagir ao conformismo. Por isso, um pouco de compreensão e paciência são fundamentais, tanto nos grandes como nos pequenos diálogos entre Estado e sociedade.

É nesse processo de tensão e de diálogo que podemos depositar alguma esperança em construir algo que vá além desse teorema que hoje não se fecha. O Estado intervencionista e burocrático, provedor e populista, ou o Estado mínimo, que se desresponsabiliza pelo seu povo, colocando-se a serviço da concentração de mercado, não deram conta das necessidades da sociedade. Apesar de todo o discurso (ideológico travestido de técnico) em defesa da diminuição do tamanho do Estado, o que tem ocorrido no Brasil e em outros países, mesmo nos Estados Unidos, o principal porta-voz desse discurso, tem sido a concentração.

No Brasil, entre 1994 e 2004, houve um acréscimo na massa de impostos coletados na ordem de 10% do PIB. Esses anos foram de concentração e não de liberação de recursos produzidos pela sociedade. Concentrados e distribuídos para uma pequena minoria, fizeram com que 20 mil famílias fossem credoras de praticamente toda a dívida pública, sendo que em pouco mais de dez anos o Estado brasileiro repassou a esses rentistas R$ 1,4 trilhão, ou 6% do PIB anual; em contraponto, o programa Bolsa Família, que assegura renda mínima para 11 milhões de famílias, envolve gasto de 0,6% do PIB anual. Como era de esperar, a mídia-mercadoria (também conhecida como grande imprensa) e os intelectuais a serviço do sistema dominante dispensam muito mais crítica ao programa de distribuição de renda para 11 milhões de famílias que para mecanismos de expropriação privada da riqueza pública, por 20 mil famílias. Talvez porque essas famílias sejam as suas.

Por um Estado Vivo

O Ponto de Cultura aparece como uma fenda nessa lógica concentradora, mas ele já apresenta resultados, que apontam para um Estado que não

deve ser nem mínimo nem máximo, mas eficiente e em sintonia com seu povo. Um Estado leve e ao mesmo tempo ampliado. Manuel Castells fala do "Estado-Rede", combinando princípios administrativos como: flexibilidade; transparência administrativa; descentralização compartilhada da gestão; coordenação de regras democraticamente estabelecidas; participação do cidadão, sobretudo os excluídos; modernização tecnológica; valorização dos servidores e retroalimentação na gestão com mecanismos de avaliação que permitam a aprendizagem e correção de erros. Antonio Gramsci, por sua vez, concebe o Estado como "educador", pois tende a criar um patamar de civilização.

A teoria do Ponto de Cultura busca valorizar e exercitar o senso de responsabilidade social, caminhando para reverter a tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, baseada na padronização de modos de pensar e agir, subordinados à naturalização (novamente, ideologia) do mercado como deus absoluto.

"A sociedade não se coloca problemas sem que existam as premissas materiais para sua solução". Da mesma forma que o mundo mergulha no egoísmo e na ambição desmesurada, há também o germe da solidariedade, do cuidado com o outro. A questão é entender em que momento esse modo de ser e agir atinge a consciência moral e ideológica que pode se apresentar como contraponto civilizatório à ordem estabelecida. O exercício de um Estado educador, leve, ampliado e articulado em rede objetiva criar condições para que a própria sociedade encontre o momento em que novos paradigmas possam prevalecer.

Para que essa sintonia aconteça efetivamente, talvez Jürgen Habermas nos ofereça algumas chaves. Vivemos em um mundo interdependente, mas ao mesmo tempo distanciado. De um lado há o mundo dos sistemas (Estado, mercado), de outro o mundo da vida (as pessoas). O mundo dos sistemas, muito bem estruturado, é regulado pela mediação do dinheiro (mercado) ou poder (Estado). Sem dúvida, o mundo da vida acaba sendo contaminado por esses meios (dinheiro e poder) e seria fácil atribuir a essa contaminação a origem de todos os males sociais. Mas não é tão simples.

A regulação na vida pode ser feita pela solidariedade, afeto, compaixão, mas também por outros meios, como ódio, inveja, vingança. Algumas sociedades indígenas têm sua razão de ser no exercício da vingança, no ódio entre

etnias e tribos. Na Itália meridional a *vendetta* é um meio de regulação social que prevalece por séculos. Ismail Kadaré, autor do livro "Abril Despedaçado", filmado por Walter Salles, fala de leis não escritas, como o *Kanun,* que rege a vida dos montanheses da Albânia; por essa lei o sangue que for retirado de um clã, com o assassinato de um membro da família, tem que ser recobrado com a morte de um membro da família do assassino, em um processo sem fim.

O Ponto de Cultura representaria esse ponto de mediação entre vida e sistemas, promovendo uma "ação comunicativa" entre eles. De um lado há as virtudes e os pecados que regem a vida; de outro, o poder e a mediação do dinheiro que entra em nossas ações cotidianas e em nossas mínimas relações. O dinheiro transforma tudo em mercadoria, inclusive nossos sonhos, e o poder é forte; dinheiro e poder tornam as coisas tão mais fortes, coisificam a vida. Quando as coisas se revelam tão fortes recorro sempre a um verso magnífico de Carlos Drummond de Andrade, que repito como um mantra:

"São tão fortes as coisas,
mas eu não sou as coisas,
e me revolto".

A necessidade humana de não se tornar coisa, romper com a alienação e se emancipar, mesmo quando contida pela força, sempre brota em algum ponto dentro de nós. É difícil fazê-la germinar, mas, por vezes, floresce. Para além da lucidez da revolta, a solução dos nossos problemas na busca de uma sociedade mais luminosa não se explica apenas por essa coisificação da vida social e econômica, há que construir novos valores e incorporá-los ao nosso dia a dia.

Nesses tempos de neoliberalismo (parece que seu muro também está desmoronando – por coincidência, o abalo acontece em outro muro, Wall Street), tem sido uma prática analisar as sociedades por frios indicadores macroeconômicos, dados contábeis que envolvem a solvência dos países, vitalidade da bolsa de valores, índices de risco. Se analisarmos o PIB per capita dos últimos 20 anos no Brasil, seguramente chegaremos à conclusão de que estacionamos e patinamos nessa corrida. Mas se olharmos mais além, com um pouco mais de sensibilidade, talvez consigamos perceber que houve mudanças profundas. A expectativa de

vida aumentou, a mortalidade infantil diminuiu, a epidemia da Aids está relativamente controlada, a sociedade mais atuante. Quando nos embrenhamos nas periferias das grandes metrópoles ou nos pequenos municípios, nos chamados rincões do Brasil, é possível perceber que brota um novo país. O Jardim Ângela, uma das regiões de maior vulnerabilidade social, na Grande São Paulo, com alto número de homicídios, conseguiu reduzir esse índice em 70%. A engenharia que conseguiu essa melhora de qualidade de vida foi a rede social estabelecida pelos "de baixo", pela escassez, por obra do próprio povo do Jardim Ângela.

Foi justamente esse Brasil pulsante que procurei identificar e potencializar com os Pontos de Cultura. Ainda falta muito, até porque a cultura não é percebida enquanto prioridade, embora seja a grande alavanca de transformações na vida, na sociedade, na economia e no Estado. O Vídeo nas Aldeias e os Índios On Line ajudam os índios a construírem sua própria narrativa, o índio na visão do índio, essa é a diferença. O Museu da Maré conta a história da favela que surgiu em palafitas, na baía da Guanabara; o Pombas Urbanas dignifica jovens no bantustão da Cidade Tiradentes, em São Paulo. A Casa da Arte, de dona Edna, resiste como Ponto de Cultura para os filhos de pescadores da periferia de Maceió.

Outra Casa da Arte, no morro da Mangueira, Rio de Janeiro, é referência para programas do Ministério da Educação. O Terreiro da Beth de Oxum e os ensinamentos da mãe preta, com mãe Lúcia, minha mãe de santo ou Casa de Yemanjá de Célio, meu pai. Os bonecos do Giramundo, a Comédia Dell'Arte do Commune, o Religare, que cuida de jovens egressos da Febem, ex-infratores que agora fazem teatro. A rede da terra e os Pontos de Cultura nos assentamentos da reforma agrária fomentaram o surgimento de mais de uma centena de grupos de teatro do MST, que encenam Molière, Brecht, fazem arte de qualidade e por isso conquistaram a Ordem do Mérito Cultural, a mais alta honraria cultural da República.

Com o Ponto de Cultura essas comunidades apresentam um novo jeito de se ver e de serem vistos. Assim, vão quebrando hierarquias, construindo novas legitimidades e estabelecendo um processo de trocas mais equitativo, de modo que o povo vai se reconhecendo no espelho, construindo sua personalidade como povo. Quando uma criança se vê projetada no espelho e reconhece que aquela imagem é a dela, ela está em condições de estabelecer relações

para além do estrito círculo materno; ao projetar esta situação para a sociedade, percebemos que o sistema dominante impede esse direito essencial para a realização plena da personalidade humana. Retirar o direito ao espelho significa impedir que se estabeleça um processo comunicativo avançado, entre pessoas e entre grupos sociais. Com isso, torna-se mais fácil dominar, concentrar energias, impor, destruir o planeta, explorar os outros.

O único elemento comum a todos os Pontos de Cultura é o estúdio multimídia, esse é o espelho oferecido a cada Ponto. Reconhecendo-se no espelho, a sociedade pode começar a superar esse processo de alienação; sair do estágio de "ninguendade", como definia Darcy Ribeiro, e entrar no estágio do "eu sou", daquele que se descobre e se emancipa. São intervenções que têm ocorrido de forma silenciosa, mas que têm mostrado resultados, exercitando um novo fazer político.

A base para essa nova cultura política está na recuperação da ideia do bem comum. O que é o bem comum? Elementos simples e vitais como a água, o ar, o ambiente, a cultura. Podemos identificar outros, mas fiquemos com esses. Água, ambiente e cultura tornaram-se mercadoria, assim como a terra, a saúde e a educação. O ar ainda não, mas não será surpresa se houver um processo para a encapsulação do ar e sua transformação em mercadoria, ao menos na forma menos contaminada. Será que essa alienação do bem comum faz parte da natureza humana? Será que deveremos conviver passivamente com essa mercantilização da vida?

Recolocar o bem comum como elemento essencial da cultura e da política é desenvolver a política a partir de valores, e não mais de interesses. Talvez este tenha sido um dos problemas da política institucional do século XX, e que a faz agonizar no século XXI (seja no Brasil ou em qualquer canto do mundo). A política tornou-se um meio de defesa de interesses. Por vezes legítimos, mas ainda assim, interesses. Passar do "interesse" para o "interesseiro" é um tropeço. É o que vemos hoje: políticos interesseiros, defendendo interesses cada vez menores. E o sentido de bem comum desaparece.

A busca de uma democracia substantiva, que tenha efetividade, está na própria ressignificação da política, que precisa ser recolocada em seu espaço nobre, como mediação de relações entre as pessoas, entre a vida e os sistemas.

A democracia é uma construção permanente, modelos que podem ter sido democráticos uma época, não o são em outros momentos históricos. Por isso o questionamento constante, para que a democracia seja aprimorada, cultivada. E, sobretudo, que diga respeito à vida real, aos problemas reais das pessoas. Daí o sentido de bem comum enquanto valor.

A colocação do bem comum como valor de civilização só poderá se realizar com um "Estado ampliado", como no conceito de Gramsci. Não se assustem. Não é um Estado gigante e autoritário, desses que penetram até em nossas almas; isso o sistema atual já faz, quando a propaganda impregna nossos sentidos e mercantiliza nossos desejos. Pelo contrário, o Estado ampliado é o Estado permeável aos movimentos da sociedade, um Estado que incorpora, conversa; se abre. Um Estado gasoso, ao mesmo tempo leve e presente, como o ar, essa substância que nos une ao mundo.

Essa mudança não é rápida, leva tempo, envolve atitudes, desconstrução de ideologias, mudança de condutas, de posturas. Com os Pontos de Cultura, exercitamos uma outra prática social e política, buscando nos problemas reais as soluções para um Estado que se irmane com seu povo e seja moldado à sua imagem.

Apesar de vivermos momentos de incerteza, a humanidade olha para o Brasil com muita esperança. Darcy Ribeiro, em "O Povo Brasileiro", nos chamou de "Nova Roma", encontro de civilizações, povos e culturas. Quem sabe a nação latino-americana a irmanar-se com tantos outros povos que se reinventam: o presidente índio da Bolívia; os mexicanos que começam a se afastar do vizinho que tanto lhes tirou; os princípios do bem viver e dos direitos da natureza da constituição equatoriana; o bolivarianismo. Somos povos novos, a se fazer, e novo tem que ser o jeito de o povo se apropriar do Estado. *"Uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa em si mesma. Mais alegre porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra"* (Darcy Ribeiro, em seu livro-carta-testamento).

Uma civilização que se assume dessa forma precisa de um novo tipo de Estado. Um Estado que seja a cara de seu povo, cheio de contradições e mazelas, mas é esse mesmo povo que tem produzido o germe da mudança. Mário

de Andrade, outro fabuloso intérprete do Brasil, previa, sem nenhum ufanismo: "Seremos a civilização do terceiro milênio". Nós, brasileiros, não somos melhores nem piores que os outros povos; temos problemas como todas as outras nações, mas também temos encontrado soluções novas. Por baixo de instituições apodrecidas brota uma nova democracia. Por isso, "desesconder" o Brasil, olhar para nós mesmos e ver que nesse processo está a semente de uma nova forma de Estado, um Estado Vivo.

Vídeo nas Aldeias

Um pássaro barulhento, um espírito que jogava presentes. Rapaduras caem do céu.

"Ele fez cocô... ele fez cocô!"

As rapaduras ficaram presas em galhos de árvores e os guerreiros ikepeng foram cutucar aqueles torrões desconhecidos. Farelos caem sobre eles.

"Nós fomos nos lavar no rio, com areia e planta cheirosa".

TT Catalão

Os presentes jogados pelo avião monomotor foram interpretados como fezes de um animal estranho. Não era essa a intenção dos irmãos Villas-Boas, que distribuíram os presentes como prova de amizade, mas foi assim que o valente povo ikepeng interpretou esse primeiro contato oficial com a civilização branca.

Está tudo documentado em um filme colorido, realizado na década de 1960. Os ikepeng viviam na região do Jatobá, rio que corta o norte do estado do Mato Grosso, fora da área do Parque Nacional do Xingu. As razões da expedição Villas-Boas eram boas, queriam estabelecer um primeiro contato, proteger aquele povo, levá-los para um lugar seguro. Tinham pressa, pois as madeireiras, pecuaristas e depois a soja se aproximariam com força avassaladora.

"Ao mesmo tempo em que gesticulavam e nos ameaçavam com paus e flechas, foram recuando. Depois apareciam mais, gritando, falando todos juntos uma língua estranha. Davam a impressão de que nos mandavam embora", diz o narrador do filme.

Quarenta anos depois, os ikepeng apresentam sua versão em filme longa-metragem. Vídeo nas Aldeias, uma experiência desenvolvida há anos por Vincent Carelli e Mari Corrêa; desde 2005, Ponto e Pontão de Cultura. Povos indígenas de diferentes regiões do Brasil formam os seus próprios cineastas. O índio na visão do índio, roteiro, direção, edição e atuação, feitos pelos próprios índios. "O índio na frente e atrás das câmeras", diz Mari. "São filmes militantes, de colaboração assumida, resultado de oficinas de cinema, com direção, roteiro e montagem; documentários e ficção", complementa Vincent.

Kumaré Ikepeng, diretor do filme "Meu primeiro contato", apresenta um outro olhar sobre aquele encontro e oferece a perspectiva do seu povo. Histórias contadas por seu pai, criança na época que os ikepeng tiveram seu nome mudado para txicão e foram tirados de sua terra. "Nós vamos registrar o nosso dia a dia e não uma representação", afirma o altivo diretor de cinema.

Agora quem faz o voo de avião são eles. Um povo arrancado de sua terra e que se sente exilado, mesmo vivendo no Parque Nacional do Xingu.

"Ainda tem mata?", pergunta um velho ikepeng.

Só pasto e soja, é o que o filme mostra.

"Por que vocês ocuparam minha terra? Aqui minha avó está enterrada.

Ela é minha. Por isso quero voltar", chora uma velha índia em cena do filme-documento.

"Hoje usamos este filme para provar que somos de lá e não do Xingu", diz Kumaré. "A gente ganha prêmios e com o recurso financeiro fazemos mais filmes, em todo canto. Registramos invasões na terra indígena, madeireiros, garimpeiros, pescadores, reuniões importantes", complementa ele.

"Fazer o filme é ativar a memória hoje; cada velho índio que morre é uma enciclopédia que se perde, por isso filmamos o momento... Foram os mais velhos, por terem vivido o primeiro contato, que escolheram as cenas a serem registradas", argumentam os militantes do Vídeo nas Aldeias em uníssono.

Este e outros filmes são uma realidade em pontos espalhados pelo país. Talvez nenhuma grande rede de cinema o coloque em exibição, mas eu o vi, foi na aldeia dos ikepeng, junto com tantos outros cineastas indígenas, no meio da floresta.

Os ikepeng continuam querendo voltar para sua terra. E se preparam para isso: aprendem a fazer filmes e enviam seus filhos para a universidade, um deles faz mestrado em educação ambiental. Quando regressam à aldeia, tiram as roupas, pintam seus corpos e militam no Movimento Jovem Ikepeng (MJI). A cada dois meses saem do Xingu em pequenos barcos; navegam silenciosamente pelo rio Jatobá e vão plantando sementes e mudas de árvores em suas margens. Com pouco mais de 300 pessoas esse povo resiste com sua guerrilha ambiental e cultural e não perde a esperança.

TT Catalão

Não é fácil

Deu vontade de voltar atrás. Um corredor com pouca luz, carpete puído, fiação elétrica aparecendo, divisórias com marcas do tempo, móveis mais velhos ainda. Essa foi a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) que encontrei: uma sala para o secretário, antessala para gabinete e, ao final de um longo corredor, mais uma sala, em que estava a equipe administrativa e técnica (seis servidores). Como cargos de confiança, duas gerências e quatro subgerências.

Este é um pequeno retrato da estrutura do Ministério da Cultura recebido pelo ministro Gilberto Gil. Com tempo e empenho, principalmente do secretário-executivo, Juca Ferreira, a situação melhorou, mas em junho de 2004 foi o que encontrei. No mês seguinte uma boa nova, a reforma das instalações do ministério teria início. A SPPC seria transferida para instalações provisórias, no setor comercial de Brasília; era para ficar um ano e lá permanecemos até o final de 2008. Carpetes mais puídos, um pó infernal (deveria ser proibido car-

pete em prédios públicos, ainda mais em uma cidade com períodos de seca e chuva tão intensos como Brasília), divisórias rotas e com mais marcas do tempo e móveis, além de velhos, quebrados, com mesas tortas e cadeiras sem encosto. Como compensação, ganhamos recursos humanos (nove cargos terceirizados com salário de R$ 500 e dois com salário de R$ 1.100).

Desculpem a descrição aparentemente irrelevante, mas, sem conhecer o ambiente em que o trabalho se desenvolve, pouco se compreende do resultado desse trabalho. "Antes de iniciar uma batalha, reconheça o terreno em que ela acontecerá", dizem os clássicos da arte militar, de Sun Tzu a Clausewitz.

Mas o ambiente da burocracia pública vai além dos limites da repartição, se guia por leis, decretos, instruções normativas e portarias e o processo de trabalho se distribui por diversos locais e chefias. Em certa medida essa é uma conquista para a gestão pública, pois o objetivo é o estabelecimento de regras claras e uma distribuição de funções que favoreça o ambiente de impessoalidade, com atendimento igualitário e justo. Não é exatamente o que ocorre na prática.

O serviço público, apesar de envolver as mais variadas profissões e carreiras, tem por princípio operador a interação entre as condições objetivas e as situações conjunturais e suas práticas decorrentes. Com isso ele vai interiorizando estruturas anteriores nas práticas dos agentes públicos. Esse processo gera *habitus.* Em "A Economia das Trocas Simbólicas", o sociólogo francês Pierre Bourdieu define o *habitus* como um "sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados". Exemplos?

Sempre que uma ideia foge dos padrões e normas habituais, os detentores dos mais variados postos, de um chefe de seção ao mais alto dirigente público, respondem:"Não pode! A lei não permite". Em caso de insistência, quando instados a apresentar qual lei ampara aquela resposta tão afirmativa, descobrimos que não é uma lei, mas um decreto, ou menos que isso, uma simples portaria, que pode ser revogada e substituída em questão de dias. Por vezes nem portaria,

mas hábitos e costumes reproduzidos à exaustão. Vencida a etapa de contra-argumentação "legal", nova resposta: "Talvez seja possível, mas não é de minha alçada". E novas batalhas em meio a escaninhos, memorandos e ofícios.

Não é fácil.

De imediato, nomeei o chefe de gabinete, Elder Vieira, e quatro dedicados subgerentes (Eliete Braga, Antonio Brito, Eric Meireles e Juliana). Logo preparamos o primeiro edital para seleção pública de Pontos de Cultura, lançado em 16 de julho de 2004. Entre formulação do programa, posse, montagem da equipe e os trâmites internos para o lançamento do edital, foram 45 dias; tempo recorde para quem conhece os entraves do serviço público. De tão rápido, surpreendemos. Nosso pequeno exército demonstrou poder de realização e os Pontos de Cultura tornaram-se fato. Foi uma "guerra de movimento".

Sem alarde, nossa comunicação pública foi no caminho oposto das "engenhosidades marqueteiras" que muitas vezes lançam programas que mais parecem "pastéis de vento", ocos, sem substância, conceito ou planejamento. Com isso evitamos a falta de credibilidade que a publicidade governamental (de todos os governos) geralmente provoca e fizemos com que a informação chegasse às áreas e públicos que realmente precisávamos alcançar. Ao rio Amônia, junto aos ashaninka, às favelas do Rio de Janeiro, ao extremo leste da cidade de São Paulo, ao quilombo de Mirinzal, ou à Casa da Rabeca, de mestre Salu. Foram 860 projetos inscritos, oferecendo as mais variadas soluções para a utilização dos recursos. Orquestra de violinos na Mangueira, Vídeo nas Aldeias, Circo no Lixão de Maceió (ainda tem lixão em Maceió, vou repetir isso até quando não houver mais, nem lá nem em cidade alguma), dança de rua interagindo com dança contemporânea em Ribeirão Preto, rádio e biblioteca comunitárias em Heliópolis, Ânima Bonecos em Rio do Sul, Cultura Digital em Santarém.

Tudo muito novo. Os pressupostos para definir o perfil de projetos e públicos que desejávamos selecionar eram claros, mas não havia experiência anterior sobre como proceder na seleção de propostas tão diversas. Até então, a seleção pública de projetos culturais era categorizada por linguagem artística, mas para Ponto de Cultura é necessário levar em conta, ao mesmo tempo, qualificação e coerência do projeto, linguagem artística, público e território. Também inovamos quando buscamos nos relacionar com entidades sem experiência

no trato com o Estado; nosso trabalho teria sido mais fácil se optássemos por selecionar apenas as instituições mais bem preparadas tecnicamente, mas, se agíssemos assim, alijaríamos a grande maioria das organizações culturais do país e o retrato da primeira rede de Pontos de Cultura seria incompleto. O mesmo critério da diversidade complementar deveria ser aplicado na seleção por linguagem artística (todas as artes, até aquelas não classificadas como arte) e público. Apostamos no equilíbrio natural da rede, em que um ponto complementa outro, desencadeando um processo de desenvolvimento mútuo e complementar.

Tanto mais forte a rede quanto mais ela se completa. Um Ponto de Cultura mais bem preparado tecnicamente também precisa da contribuição daquele que talvez não disponha de uma boa equipe de consultores de projeto ou prestação de contas, mas que apresenta uma atuação vibrante, com fortes vínculos com sua comunidade. Um auxilia o outro e os Pontos se desenvolvem por aproximação. Passados 5 anos, diria que o Cultura Viva tem sido uma grande arena de exercícios de convivência e desenvolvimento entre grupos sociais. Exercícios que permitem descobrir a igualdade na essência, em meio à diversidade na forma.

Mas, como fizemos para chegar a uma rede tão diversa e complementar?

Primeiro, a comparação entre propostas de um mesmo estado, assim evitávamos o privilégio para estados com mais tradição na formulação de projetos e recebimento de recursos. Para tanto, foi criada uma equação composta por dados sobre população, IDH e propostas enviadas; após a combinação desses dados é definido um índice que leva à proporcionalidade de Pontos para cada unidade da federação. Na sequência, uma seleção por linguagens artísticas, temas. Depois o recorte por públicos. Pontos de Cultura com ênfase em juventude há em todos os estados, mas nem todos estados enviam propostas para idosos, indígenas, cegos, trabalhadores rurais, gênero; no conjunto da rede de Pontos, estes são subconjuntos que também devem estar presentes. Da mesma forma que é necessário fazer um bom equilíbrio entre os estados da federação, também cabe buscar um equilíbrio dentro dos estados; Pontos de Cultura em capitais, nos pequenos municípios, em regiões remotas.

Foram sucessivas peneiras e desconstruções.

Um trabalho de dias que contou com a contribuição de todas as secre-

tarias e institutos vinculados ao ministério. Os projetos foram classificados por estado e dispostos em pilhas no chão; depois leituras em duplas, pré-seleção, reunião da comissão julgadora para apresentação de resumos e justificativas; no terceiro dia, nova verificação de linguagens, temas e públicos, de modo a assegurar que nenhuma experiência singular ficasse de fora da rede. Pronto. Entre 860 inscritos, selecionamos 210. O edital previa 100, um número redondo, mas para que a rede ficasse completa, foi necessário ir além. Mais uma tática de nossa "guerra de movimento".

Como mal conhecíamos este Brasil tão grande e escondido de si mesmo, reduzir a seleção apenas à comissão julgadora seria um erro. A seleção precisava de mais legitimidade. Criamos um prazo para contestações, tanto para inclusão como exclusão de selecionados. Uma prática cada vez mais comum em seleção de propostas via edital, mas nem sempre bem aceita pelas comissões julgadoras, que consideram perda de poder submeter suas decisões à contestação pública (mais um vício de um Estado hermético). Com isso, foram incluídas mais 50 propostas, totalizando 260 selecionados.

A seleção estava concluída.

Em novembro de 2004 foi assinado o primeiro convênio para Ponto de Cultura: Arcoverde, no agreste pernambucano. Um Ponto ocupando uma estação de trem desativada, com aulas de cordel e multimídia, unindo índios, camponeses pobres e jovens. Arcoverde é a cidade da maioria dos integrantes da banda Cordel do Fogo Encantado.

Seis meses se passaram.

Aparentemente as batalhas foram vencidas. Mas seleção e conveniamento são etapas iniciais do trabalho, faltava o acompanhamento e controle, a prestação de contas, os relatórios financeiros e os relatórios de cumprimento do objeto.

Novas batalhas à vista.

O objetivo do Ponto de Cultura é potenciar a sociedade, liberar energias criadoras, "desesconder" o Brasil. Por isso optamos por inverter o processo de seleção. O comum e mais prático seria começar pela análise técnica: primeiro a análise de documentos e certidões, depois o preenchimento das planilhas e formulários. Célia Barbosa, servidora de carreira da secretaria, alertou-me sobre isso. Procedendo dessa forma o trabalho de julgamento seria simplificado, pois

só iriam para análise de mérito aqueles que tivessem vencido a primeira etapa. Submeti essa decisão à comissão julgadora. Tomamos a decisão; ou melhor, eu tomei a decisão (e, se erro houve, foi exclusivamente meu) de concentrar o processo avaliativo na qualidade e coerência da proposta, no trabalho já realizado pela entidade e na importância em atender determinado público. Somente após a seleção de mérito avaliaríamos as condições legais de cada entidade. Por condições legais entenda-se a juntada de todas as certidões e atas, bem como o adequado preenchimento de todas as planilhas. Por adequado preenchimento de planilhas entenda-se o absoluto cumprimento das normas, pensadas e idealizadas bem longe da vida real.

Talvez as pessoas não saibam, mas um projeto apresentado ao governo, principalmente por entidades da sociedade, só chega a ser lido depois de cumpridas as etapas de análise técnica. Com isso, centenas, talvez milhares de projetos e soluções apresentadas pela sociedade são simplesmente arquivados, sem que uma única pessoa se dê ao trabalho de ler o seu conteúdo.

A elaboração de um projeto envolve a identificação de problemas reais e a busca de solução para esses problemas reais. Não entro no mérito da solução em si, que pode ser criativa, eficaz ou não; o que importa é saber se houve esforço em identificar problemas e encontrar soluções. Esse processo envolve consultas, estudos, esperanças; por vezes é resultado de um esforço individual, sonhos de uma vida inteira, como também pode ser resultado de uma mobilização comunitária de anos. Podem ser ideias comuns. Mesmo assim, não é justo que acabem na vala comum. "Para que enviar um projeto se são sempre os mesmos que ganham?", foi o que mais ouvi em minhas visitas de divulgação do edital. A resposta é clara: são sempre os mesmos porque, escudado na técnica, o Estado se fecha para o povo. Pode até atender o povo, mas a partir da lógica da tutela, do assistencialismo e da dependência. Nunca reconhecendo o povo enquanto sujeito, agente de seu processo de transformação.

A lógica discursiva e a prática, por mais progressista que se apresente, admitem ir, ao máximo, à lógica da inclusão social subordinada, nunca à emancipação. Essa não é uma decisão simples de reverter, a burocracia contamina, envolve hábitos e consciências. Torna-se *habitus* e vai criando uma redoma que aparta o gestor público da vida real, especializando-o em portarias, planilhas e normas.

"Quero pegar em mão de gente,
ver corpo de gente,
falar língua de gente,
obliviar os códigos,
quero matar o DASP,
quero incinerar os arquivos de amianto,
sou homem,
ou pelo menos quero ser um deles!"

Protestou Carlos Drummond de Andrade com seu poema "Noite na repartição". Ele próprio, um servidor público. A questão da burocracia não pode ser negligenciada, pois ela se autorreproduz. Passado o impacto da derrocada dos estados socialistas do Leste Europeu, cabe entender o que gerou esta decadência, que teve início muito antes, tendo na base de sua atrofia a burocratização do Estado, gerando uma classe apartada da sociedade a que deveria servir.

O Estado não é neutro, expressa interesses de classe e a burocracia expressa a consolidação desses interesses. Por isso é tão fácil transferir recursos do Estado para rentistas e financistas, basta um "clique no computador". Talvez nem isso, talvez já existam robôs instalados em computadores que repassam automaticamente os recursos para o pagamento de títulos da dívida pública. A cada ano (R$ 150 bilhões); a cada mês (R$ 12 bilhões); a cada dia (R$ 400 milhões); a cada hora (R$ 18 milhões); a cada minuto (R$ 300 mil); a cada segundo (R$ 5 mil); um ritmo incessante, incluindo sábados, domingos e feriados. Em 2008, esse foi o ritmo do pagamento da dívida pública, tudo muito fácil, com burocracia ágil e impessoal. Essa distinção também acontece entre entidades da sociedade; instituições consolidadas fazem convênios rapidamente e encontram poucas dificuldades para prestar contas, mas para um grupo de hip hop ou de índios kaingang a história é outra.

Max Weber encontra na superioridade técnica a razão decisiva para o progresso da burocracia e entende que o pleno funcionamento desta é essencial para o Estado moderno: "Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal [...]. Em comparação com todas as formas

colegiadas, honoríficas e avocacionais de administração, a burocracia treinada é superior, em todos esses pontos".

A burocracia estabelece uma espécie de legislação própria, em que normas e regulamentos devem prever por escrito todas as ocorrências e procedimentos, levando à padronização de condutas. Como decorrência, estabelece-se a comunicação formal, escrita, a "papelada", que deveria racionalizar a divisão do trabalho e garantir relações impessoais, subordinadas a uma hierarquia da autoridade, em que cada cargo fica submetido a uma supervisão. Com isso, o componente humano é esvaziado e a especialização da administração se subordina cada vez mais a rotinas e procedimentos padronizados, com profissionalização, competência técnica e meritocracia, levando à completa previsibilidade do funcionamento. Em teoria é assim.

Ocorre que, impregnado pela ideologia neoliberal, o Estado brasileiro passou por um processo de desestruturação, especialmente nas áreas de atendimento público. A realidade do quadro burocrático do Ministério da Cultura era (e continua sendo) a da instabilidade e da baixa autoestima, com forte presença de funcionários terceirizados, trabalhando em condições ainda mais precárias e instáveis. A despeito disso e de não receberem uma capacitação especializada e completa – características de uma administração burocrática moderna –, continuam reproduzindo a mesma lógica das regras gerais ao desempenho do cargo público e que dependem do conhecimento de regras mais ou menos estáveis, envolvendo jurisprudência e obediência a normas e decretos.

A conjugação desses dois fatores (necessidade de gestão regulada por regras e instabilidade funcional) gera um pântano burocrático. Servidores sem estrutura e conhecimento sentem-se inseguros em assumir posições, preferindo postergar decisões ou mesmo rejeitar pequenas soluções que poderiam dar andamento a processos. Aliados a isso, os próprios dilemas e fragilidades da burocracia, que não está alheia às tensões da vida. Nenhuma organização social é plenamente mecânica e desumanizada, por trás de cada cargo há pessoas e interesses.

Essas disfunções burocráticas (para utilizar o termo técnico) levam a um desfazimento organizacional que, ao fim, sucumbe a relações de poder, carisma da chefia, afetuosidade e cumplicidade entre grupos e pessoas. Como resultado,

essas anomalias e imperfeições geram "velhos" conhecidos, principalmente dos usuários: exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização no relacionamento, conformismo às rotinas, transferência decisória, autoritarismo e utilização intensa de símbolos de status e autoridade. E a burocracia torna-se sinônimo de ineficiência, fechando-se em si mesma e se desconectando do público que, em última instância, deveria ser a razão do trabalho burocrático. Deste pântano surge a dificuldade no atendimento, conflitos com o público, pouca atenção e descaso com os problemas reais. De um lado o público se irrita, de outro a burocracia se fecha, sentindo as pressões (legítimas) como ameaça à sua segurança. Esclerosamento, falta de inovação e criatividade, esse é o ambiente em que o Cultura Viva teve (e tem) que caminhar.

Caminhar nesse pântano tem sido o mais difícil.

Há instruções normativas que regulam convênios, mas elas não são absolutamente conclusivas, dando margem a interpretações. O problema é o receio em assumir uma decisão. A cultura burocrática passa a responsabilidade adiante, provocando um "ir e vir" de documentos e pareceres (conhecidos como "nota técnica"). Há também a dificuldade resultante da definição de leis, decretos e normas não amparados na experiência real. As normas deveriam funcionar como uma roupa que deve se adequar às medidas de quem vai vesti-la e não como armaduras às quais estruturas vivas precisam se adequar.

Há a batalha das certidões, com diferentes prazos de validade; algumas podem ser obtidas pela internet, outras não e dependem de prazo para serem expedidas. Depois de apresentadas pelo proponente há a corrida contra o tempo, necessidade de juntar parecer técnico-financeiro, jurídico e reanálise de documentação. Cada etapa feita em uma repartição diferente, desperdiçando tempo e gerando morosidade no trâmite entre escaninhos e protocolos internos. E o retorno para assinatura. E o envio para publicação. E... alguma certidão venceu. Novo pedido ao proponente, nova juntada de documentos, novas idas e vindas.

Mesmo com essas dificuldades iniciais, que fizeram com que alguns processos levassem mais de um ano para efetivação do convênio, foi possível chegar a 2.500 Pontos de Cultura em 5 anos de trabalho (final de 2009).

Também houve o desafio orçamentário.

A falta de recursos para programas sociais é permanentemente utilizada como justificativa e limite para a falta de escala em determinadas ações. Na cultura, essa falta de escala é ainda mais crônica. O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva – só se viabilizaria se ultrapassasse esse limite. E o problema orçamentário não envolve uma decisão simplesmente técnica, mas política. Em 2004, cinco milhões de reais para dois programas de governo, "Cultura e Educação" e "Cultura e Cidadania". A primeira medida foi unificar os programas em um só. Uma proposta nova, que partia de outra ênfase: no lugar da estrutura para equipamentos culturais, o foco no fluxo, no *continuum,* na cultura como processo. Com autorização da direção do Ministério da Cultura, colocamo-nos a campo para conseguir recursos no Congresso Nacional. Primeiro, a apresentação do programa na Comissão de Educação e Cultura, que deu boa acolhida. Em seguida, os contatos com deputados e senadores. Para isso contamos com Marcos Werlaine, jornalista que, tendo trabalhado no Diap (Departamento Intersindical de Análise Parlamentar), tinha bom trânsito entre os parlamentares. Marcos e Elder ficaram responsáveis pelos contatos individuais e eu participava de determinadas reuniões.

O orçamento nacional é formado a partir da proposta orçamentária da União (que previa R$ 15 milhões para os Pontos de Cultura em 2005), emendas de comissões do orçamento e emendas individuais dos parlamentares. Cada comissão parlamentar pode aprovar cinco emendas; tradicionalmente a Comissão de Educação e Cultura da Câmara aprovava quatro emendas para a educação e uma para a cultura. A prioridade do ministério era para uma emenda de caráter geral: Fomento às Artes e à Cultura. Era necessário, portanto, convencer os deputados a incluir outra emenda para a cultura. São recursos disputados, verbas para o ensino técnico e profissionalizante, universidades, além do Ministério do Esporte, que também tentava incluir uma emenda própria, para o esporte educacional. Batalha difícil.

No dia da votação estávamos a postos. Normalmente são assessores parlamentares que acompanham essas reuniões, mas fui pessoalmente. Ao final do debate, conseguimos aprovar por unanimidade uma emenda de R$ 100 milhões para os Pontos de Cultura. Uma bela vitória, só possível graças à sensibilidade

e empenho de muitos deputados e deputadas (há, sim, muitos parlamentares comprometidos com o interesse público). Mas havia outra batalha a ser vencida, na poderosa Comissão do Orçamento. Novas reuniões. O Congresso fervilhava: assessores parlamentares, lobistas, representantes dos estados, dos municípios, grupos de interesse dos mais diversos... E nós.

Alguns dias antes do Natal, a notícia: a emenda seria aceita, mas com cortes. Num fim de tarde de uma sexta-feira, antes da semana do Natal, conseguimos uma reunião com Carlito Mers, o relator do orçamento. O Congresso estava quase vazio e o relatório praticamente consolidado. O deputado aparentava cansaço e estava ansioso para regressar à sua cidade de origem. A reunião foi praticamente em pé e tive alguns minutos para explicar o que são os Pontos de Cultura. Ele disse que as demandas eram muitas e já tinha assegurado R$ 50 milhões. Agradeci, mas se ele pudesse ampliar um pouco mais atenderíamos ainda mais gente. "Há cinco milhões de reais que ainda não encontrei destinação", disse ele a um assessor, "vamos ver o que a Cultura é capaz de fazer com isso. R$ 55 milhões, está bom?". Vitória comemorada em um corredor vazio do Congresso Nacional; foi com esse recurso que os Pontos de Cultura ganharam escala e puderam se espalhar pelo Brasil.

Mas o ano ainda não havia terminado. Os convênios tinham que ser publicados até 31 de dezembro. Não houve outro jeito, trabalhei junto a funcionárias do setor de convênios e desde então esta tem sido minha rotina para os finais de ano. Com Aldo Rocha à frente da gerência, encerramos 2004 com a formalização de 72 convênios.

Não houve tempo para descanso. O ano de 2005 começou e iniciamos novos procedimentos: acordo de cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), preparativos para o primeiro Ponto de Cultura no exterior, na França (em razão do evento "Brasil na França"), retomada dos convênios com os selecionados na primeira edição, lançamento de um segundo edital público, para compor um banco de projetos para Pontos de Cultura e redação de catálogo, apresentando teoria, objetivos e metas do programa Cultura Viva. Foi o que fizemos. A equipe de trabalho cresceu e o ano correu em paz.

Em paralelo desenvolvemos negociações junto ao Ministério do Tra-

balho, de modo a aplicar recursos do programa Primeiro Emprego no oferecimento de bolsas para jovens se qualificarem em atividades culturais nos Pontos e desenvolverem um trabalho comunitário. Em dezembro de 2004 houve o lançamento do acordo entre os ministérios, na favela da Maré, no Rio de Janeiro. Em seguida, as negociações interministeriais, para ajuste de competências (isso durou 10 meses). Quando tudo se ajustou, em outubro de 2005, o presidente Lula visita o Ponto de Cultura na favela de Heliópolis, São Paulo, e lança o Agente Cultura Viva.

Novas batalhas. Agora com um ministério diferente. Foram 11 mil bolsas de R$ 150 mensais, para jovens em 200 Pontos de Cultura, numa média de 55 bolsistas por Ponto. Um inferno burocrático. Primeiro, o pequeno prazo para inscrição dos jovens, 5 dias; depois, a juntada de documentos: RG, CPF, comprovante de endereço, de escolaridade ou matrícula, nome do pai, da mãe, atestado de renda. O cadastramento no sistema. O início das atividades. Novo cadastramento no sistema. Novas senhas. As senhas não funcionavam. O adiamento do pagamento da primeira bolsa. Novo adiamento. Finalmente a promessa de pagamento no dia 19 de dezembro de 2005, véspera de Natal. Não houve pagamento. Novas negociações. Novos prazos. Novos procedimentos. O primeiro pagamento de bolsa acontece em fevereiro de 2006. "Ufa! agora tudo entra nos trilhos", comemorou Eric Meireles, o subgerente para a Ação de Juventude. Engano. Novos atrasos. Novas normas de controle. Nova senha. Até que tudo se regulariza em dezembro de 2006.

A ação Agente Cultura Viva, apesar de concluída e de todos terem sido pagos, não encontra fôlego para continuar. O programa Primeiro Emprego é extinto e com ele a parceria. Cumprimos nossa parte, fizemos análise crítica, relatório de avaliação, os Pontos mandaram seus resultados, relatos. Apesar das dificuldades, histórias de emancipação e força. Jovens que entraram na faculdade, novas tecnologias sociais, jovens que continuam trabalhando nos Pontos de Cultura. Muita conquista, mas também muita perda pelo caminho. Eric, jovem poeta (somente um poeta para aceitar uma empreitada como esta; ele, duas meninas e um rapaz, com contrato terceirizado; essa foi a equipe encarregada de conduzir a ação Agente Cultura Viva em todo o Brasil), foi quem mais se desgastou.

Havia boas condições para que a ação ganhasse escala e se ampliasse. An-

tes do Ministério da Cultura, eu, Manoel Correa e Eric tivemos uma experiência que foi relatada em livro; formamos 5.500 agentes de lazer e recreação pela prefeitura de São Paulo, jovens sem experiência profissional ou desempregados de longa duração, com mais de 40 anos de idade. O formato era semelhante ao que quisemos aplicar em nível nacional, uma bolsa e núcleos de formação e trabalho comunitário. Uma ideia simples e exequível. Ainda dará certo, pena que não foi desta vez e o trabalho se perdeu em reuniões intermináveis, cujo principal resultado era marcar nova reunião ou criar novas normas distantes da realidade.

Ainda sobre esse assunto...

Gostaria de compartilhar um momento que acompanhei ao telefone. Os atrasos no pagamento das bolsas eram frequentes e, por vezes, quando os jovens iam às agências bancárias, o pagamento não saía. Ora os jovens não entregaram a declaração de renda do ano anterior (mesmo sem renda é preciso fazer declaração ao fisco), ora o pagamento foi enviado a outra agência, ora o sistema não funcionou. Em uma dessas ocasiões, jovens da Cidade Tiradentes (zona leste de São Paulo) dirigiram-se ao banco para receber o pagamento de sua merecida bolsa de R$ 150. O dinheiro não estava lá. Naturalmente, revoltaram-se, pois não era o primeiro atraso. Em seu bairro não havia agência bancária, tiveram que tomar ônibus, gastar dinheiro, perder tempo. Era inevitável a expressão de revolta na agência bancária. O gerente chamou a polícia, houve briga, alguns foram detidos. Acompanhei tudo em tempo real, quando Marcelo, o gestor do Ponto de Cultura Pombas Urbanas, ligou para mim. Conseguimos reverter. Mas qual a mensagem que foi passada para esses jovens? Por mais que tentem, as portas sempre lhes são fechadas. Felizmente resistem, e o Pombas voa.

De volta à burocracia.

O problema não é de uma ou outra pessoa ou repartição pública, é da própria lógica que organiza a burocracia de Estado. Pode haver mais eficiência em um ou outro lugar, mais sensibilidade e empenho de um ou outro gestor. Mas enquanto não houver uma mudança na lógica do Estado, não haverá uma mudança real. E seria simples entender qual mudança é necessária. É ruim ficar em fila, ninguém gosta de não receber resposta, de ser mandado de um lado para o outro. Tratar o outro como gostaríamos de ser tratados seria um bom começo. Mas para isso é preciso mudar comportamentos. O primeiro deles:

"servidor público serve e não se serve do público". Uma segunda mudança envolve o estabelecimento de um novo padrão de civilização; no lugar do interesse individual, do egoísmo e da acumulação privada, a ideia do bem comum. Essa mudança talvez leve mais tempo, mas é preciso começar.

Entre 2006 e 2008 vivi alguns infernos burocráticos. Eu, os Pontos de Cultura e as pessoas que acreditaram no projeto.

Todo convênio efetivado pelo Fundo Nacional de Cultura tem que prever uma contrapartida de 20% em seu valor total. Este já é um fator de confusão, porque não são 20% do valor repassado pelo governo, mas 20% do resultado da soma final entre repasse e contrapartida. Claro que seria mais simples dizer "25% do valor repassado pelo governo", que no final resulta em 20% do total, mas a linguagem da burocracia é para especialistas e não foi feita para facilitar. Resolvida esta dúvida, há que definir o que é capital e o que é custeio. Capital é tudo que agrega patrimônio (obras, equipamentos); custeio, serviços. Mas e quando se contratam pedreiros e pintores em separado? A interpretação diz que é custeio, pois são serviços (há controvérsias, como em quase tudo). E se essa despesa agregou valor patrimonial? Como resolver? Uma diferença de interpretação como esta é capaz de paralisar uma prestação de contas por meses.

Para efeito de contrapartida foram aceitas despesas como água, telefone, secretária, luz, aluguel, contador. A instrução normativa que regula convênios diz que não podem ser aceitas despesas administrativas e fiscais. Ela parte do princípio de que a entidade tem que contar com uma estrutura mínima e prévia que garanta suas atividades regulares independente do convênio com o governo, o que faz sentido. Porém, a mesma instrução normativa admite que essas despesas podem ser aceitas quando utilizadas no estrito cumprimento do convênio. O que é o caso dos Pontos de Cultura. Como entidades de pequeno porte, comunitárias, em que a estrutura administrativa se resume a uma mesa com computador e telefone, não há como separar atividade meio de atividade fim. Nova controvérsia. Em alguns casos (muitos), o governo atrasou na conexão de banda larga para internet e a entidade fez o contrato direto com um provedor. Internet é atividade fim ou administrativa? Mais controvérsia.

E não saímos do pântano das diligências, das interpretações e das não decisões.

O planejamento para repasse de recursos previa cinco parcelas semestrais; as duas primeiras liberações eram automáticas, mas a partir da terceira havia a condição da aprovação da primeira, da quarta condicionada à prestação de contas da segunda, da quinta em relação à terceira. Como analisar rapidamente uma prestação de contas com esse emaranhado de normas mal formuladas e dependentes de interpretações? E com poucos funcionários, em sua maioria terceirizados, com alta rotatividade e perda de memória funcional. E que estavam subordinados a um outro departamento, não tendo passado por esse processo de "encantamento" que o contato direto com os Pontos de Cultura trouxera. Um pântano cada vez mais movediço. E os atrasos acumulando.

A combinação de um conceito que foge da lógica controladora do Estado com uma estrutura burocrática ineficaz, insuficiente e insegura resultou em um processo de tensão ainda não resolvido e que pode comprometer a continuidade deste e de outros programas inovadores. De um lado, uma parte do governo tentando abrir brechas de diálogo e parceria com as forças vivas da sociedade; de outro, parte do mesmo governo arraigada a velhos hábitos e preconceitos, e limitada por suas próprias insuficiências técnicas e de pessoal.

A resposta para este teorema não está dentro da estrutura de Estado, mas fora, junto à sociedade. Porém, do mesmo modo que o Estado revela-se permeável (mas com muita resistência) aos movimentos sociais, a sociedade também enfrenta contradições e não é homogênea. Há aqueles que chegaram primeiro e que tomaram conta do Estado, fazendo com que este funcione de acordo com suas necessidades e interesses e por isso não querem mudança. Há também os que clamam por mudança, mas não percebem o seu papel enquanto agentes fundamentais nesse processo. Em alguns momentos os próprios gestores dos Pontos voltam-se contra a ampliação da rede, pois imaginam que isso prejudicaria o seu próprio funcionamento. "Farinha pouca, meu pirão primeiro", diz o ditado. No reino da falta, os excluídos de ontem, quando se tornam os incluídos de hoje, transformam-se nos que excluirão amanhã. Mesmo os mais abnegados militantes sociais não estão a salvo deste conhecimento ancestral.

Em um encontro com Pontos de Cultura disseram-me que teria sido melhor se tivéssemos implantado um número menor de Pontos, pois daria para fazer um acompanhamento de melhor qualidade e com maior repasse de recursos

para cada um. Foi quando perguntei: "Tudo bem, mas... e o seu Ponto, deveria estar entre quais? Entre os incluídos na primeira seleção ou os excluídos?". Será que ele estaria disposto a aguardar a melhor estruturação do programa? E se essa estrutura não viesse? Ficaríamos novamente com os famosos "projetos-piloto"? Projetos "vitrine" a emanar a mensagem: "Como somos bons! Vejam nossas boas ideias e intenções!". Mas não para todo mundo. É uma luta difícil. Fazer a revolução (que ainda não fizemos) talvez seja o menos difícil, mais difícil é mudar a cultura, os hábitos, as condutas, a forma de ver o mundo. Alguns (felizmente nem todos) viram os Pontos de Cultura como uma forma de assegurar recursos a entidades que desenvolvem trabalhos em suas comunidades, e só. Outros (felizmente os imprescindíveis, como na canção de Mercedes Sosa) perceberam que mais importante que o recurso financeiro é o processo que o Ponto de Cultura desencadeia.

Chegamos aonde chegamos como resultado de muita tensão, muito sacrifício, muita luta; de quem está dentro e de quem está fora. Com essa experiência posso afirmar que é possível melhorar as relações, mesmo com as condições atuais; a base é o estabelecimento de um diálogo ágil e respeitoso, de parceria real, de mão dupla, reconhecendo que ambas as partes se complementam. Uma parceria público/social voltada para o bem comum e não para a apropriação privada. Mas isso requer um novo marco legal. Uma "lei para a autonomia e o protagonismo social", que fosse além da cultura em sentido estrito, que reconhecesse a sociedade como o principal agente de transformação. Uma lei "Brasil Vivo" seria uma boa ideia. Com ela, regras claras e novas normas e condutas para o relacionamento entre Estado e sociedade.

Certa vez me perguntaram: "Mas se os problemas de gestão ainda não foram suficientemente resolvidos, por que ampliar tanto?". Respondi com outra pergunta: "Se já temos elementos para constatar que este é um bom caminho para fomentar a soberania popular, se há demanda social comprovada, se houve respaldo político no governo federal e no Congresso, se até recursos orçamentários conseguimos, seria justo não ampliar o programa por causa de nossas limitações internas, nossas limitações administrativas?". Acredito que a solução do problema esteja na ampliação da rede de Pontos e não no seu encolhimento ou estagnação. Com isso ampliamos a base social da cultura, a massa crítica.

Explicitar o problema, formular uma boa pergunta, esse é o principal passo do método científico: depois da observação, formula-se a pergunta, testamos as hipóteses e rejeitamos as que não dão certo, até encontrar a solução. E novos problemas advirão.

A sociedade tal qual vivemos não nos interessa. É egoísta, desigual, gananciosa, esquizofrênica e suicida. Esse modelo não é sustentável. O Estado, tal qual está estruturado, também não nos interessa. É concentrador, ineficiente (por vezes parasitário), insensível e distante da vida real. Temos que exercitar novos padrões. Ponto de Cultura é exercício de convivência entre Estado e sociedade. E também de convivência entre grupos e entre pessoas. E este exercício pode resultar em novas configurações sociais, que possibilitem um salto civilizacional.

A mudança é de longo prazo? É. Mas precisamos começar. Já começamos. Não só com os Pontos de Cultura, mas também com outras experiências de políticas públicas e de movimentos sociais. O objetivo é mudar o Estado, ao menos este modelo de Estado que resulta de concentração secular, milenar, se levarmos em conta a história das civilizações. Em "Espíritos de Estado, gênese e estrutura do campo burocrático", Pierre Bourdieu demonstra que o campo burocrático leva à "emergência de um capital específico, propriamente estatal". Primeiro concentraram os instrumento de coerção, a força física (exército, polícia), depois a tributária; com elas, diferentes tipos de força, o capital econômico, jurídico, cultural, de informação, o capital simbólico. Com isso, parece ter sido concentrado no poder de Estado uma espécie de metacapital, com poder sobre outros tipos de capital, mas também interagindo com estes e se subordinando aos grandes detentores do capital.

O método para seleção e estabelecimento da rede de Pontos de Cultura caminha na contramão desta lógica de Estado. A reação da burocracia, quase que por reflexo condicionado, não poderia ser outra: os processos pararam. Enquanto foi possível caminhar por conta, houve agilidade. Mas a burocracia se vinga, lança mão de regras não escritas, cria outras. Não é uma decisão premeditada, fruto de alguém interessado em "boicotar" esse processo de mudança. Em alguns casos pode até ser, mas os problemas que enfrentamos foram de natureza mais sutil. Meses, em alguns casos mais de um ano, para um simples convênio de pequeno valor.

Depois, a paralisação na prestação de contas. O retrabalho. A comissão paritária, que reviu "à lupa" todos os processos, um a um, 600. Erro de paginação, refaz-se o processo; grampeamento com menos de dois centímetros, idem; costas de páginas em branco, sem carimbo de "em branco", retorne-se, mesmo que estejam com pagamento atrasado. Entende-se que o carimbo "em branco" é necessário para evitar que no futuro alguém inclua uma informação não prevista no momento da assinatura do convênio. Talvez existam fatos reais que demonstrem que isto já aconteceu de má fé e por isso criou-se a norma. Mas os processos não poderiam ao menos ter sido pagos para depois levar o carimbo?

Água, luz, contador. Nenhuma dessas despesas foi aceita. Todo o plano de trabalho teria que ser refeito. Certa ocasião, intermediei uma negociação entre um Ponto de Cultura (Terra Mirim, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador) e o setor de prestação de contas do ministério. Era sobre um relógio de parede que custara R$ 20. Ele foi comprado na rubrica "material didático". "Relógio não é material didático", disse o subgerente do setor (diga-se de passagem, um servidor público dedicado e comprometido, excelente pessoa). "Mas ele foi comprado para a sala de dança, em que precisamos controlar o tempo das aulas", respondeu a gestora do Ponto. Com isso a prestação de contas ficou emperrada por meses. E o pagamento não saía. E os oficineiros tinham que receber seu pagamento (entre R$ 300 e R$ 500 por mês). E os meninos e meninas das redondezas tinham que ter aula. E havia um espetáculo marcado. Tinham que ensaiar. Por compromisso com sua comunidade, os oficineiros davam aulas sem receber. Tudo emperrado por um relógio de R$ 20, que estava na minha frente. Ao fim da conversa, a conta do telefone celular que usei para resolver este problema deve ter sido mais alta que o valor do relógio de parede.

Resposta comum: "Parem o trabalho enquanto não resolvemos a prestação de contas. Não é minha culpa, são as normas". Mas o trabalho já está em andamento, a comunidade mobilizada, os instrutores dando as oficinas e necessitando ser pagos. Muitos suportam os atrasos pelo compromisso comunitário, pois já trabalhavam como voluntários antes mesmo de receber qualquer recurso público. Porém, como defender os direitos dos outros se a própria cidadania de quem trabalha na defesa da cidadania não está sendo respeitada?

E novos atrasos, e processos se avolumando; e crescendo, e crescendo...

A lógica da burocracia é impessoal, isso torna mais fácil o corte de pessoas e ideias, pois não é preciso olhar para elas, uma vez que são apenas números em planilhas. Os funcionários da máquina burocrática normalmente não conhecem as pessoas com quem se estabeleceu o convênio, nem o efeito prático do trabalho resultante de um convênio. Mas, no fundo, também são pessoas, pessoas reproduzindo normas. Na maioria dos casos, mal preparadas e mal pagas, e trabalhando em condições precárias. (Sim, a realidade de Brasília é desigual como o Brasil e a maioria dos servidores públicos que trabalham na ponta ganha mal e trabalha em condições precárias). Em muitos casos, tentam honestamente dar conta dos problemas. Mas a lógica é outra, uma "burocracia sem alma", concluiu Weber. Ou será desalmada? Uma burocracia que funciona como engrenagem do Estado. E o Estado como engrenagem do sistema. E o sistema como uma engrenagem de pequenos grupos que enriquecem ao sugar recursos da sociedade; gente egoísta que não olha para o lado. Parece o texto de um panfleto? É que vivo e vivi tudo isso e não conseguiria me expressar de forma "neutra".

No meio de tanta alienação, a vida desaparece. De todas, esta tem sido a mais difícil das batalhas. Tantas vezes pensei em desistir.

Queria ser Asterix para dar um nó em tamanha burocracia. Certa feita, ele é encarregado de resolver doze trabalhos, como Hércules. Um deles: "A Casa que Enlouquece". *"É preciso que vocês entrem lá. É a próxima prova"*. Simples, bastava conseguir um salvo-conduto para passar à prova seguinte. *"Então se trata de uma simples formalidade administrativa?"*, perguntou Asterix. *"Isso. Uma mera formalidade, é só trazer o salvo-conduto A 38". "Vamos lá, Obelix!"* e foi-se a cumprir mais uma tarefa ao lado do amigo. Os dois entram no prédio público. *"Quem é?",* pergunta um contínuo com voz desagradável e mão em concha na orelha. *"Queremos o salvo-conduto A 38"*. Depois de muitos desentendimentos o contínuo os encaminha para o guichê 1. *"Corredor da esquerda, última porta à direita"*. Não há porta do lado direito. Entram na mais próxima, numa pequena sala vazia. *"Quem deixou vocês entrarem?",* pergunta um gordo funcionário. *"Procuramos o guichê 1". "Consultem o mapa, no sexto andar"*, responde o funcionário. No sexto andar descobrem que precisam ir ao guichê 2. Lugar de conversa animada entre duas funcionárias: *"...ela não tem condições nem para*

sustentar um escravo...". "Senhorita!". A conversa continua sem que Asterix seja notado. *"...ela revendeu seu escravo Ibero...". "Senhorita!!". "O senhor não está vendo que estou ocupada?!",* responde a funcionária, que continua a conversa *"...o pobre Claudius, você sabe que ele...". "Senhorita!!!".* A esta feita Asterix está irritado. *"Por Júpiter! Certas pessoas sabem ser desagradáveis! O que o senhor quer?". "O salvo-conduto A 38",* pede Asterix. *"Tem o formulário azul?",* pergunta ela. *"Não",* responde ele. *"Então como o senhor quer conseguir o salvo-conduto A 38?".* Lá vão nossos heróis em busca do formulário azul. *"Não é aqui, procurem no guichê 7, quinto andar". "Precisam do formulário verde. Guichê 14".* Novos guichês, novas vozes, novos andares. Vozes se misturam. Obelix resolve falar: *"Basta!!. Não sairemos daqui Asterix. A poção mágica não pode nos ajudar neste lugar. Vamos ficar malucos e nos tornar escravos de César...". "De jeito nenhum. Vamos brigar com as armas deles"*, responde o herói. Agora são Asterix e Obelix que dão as regras: *"Quero o salvo-conduto A 38, modificado conforme a nova circular B 65".* (Essa circular não existe e foi inventada por Asterix). Em pouco tempo o prédio está em alvoroço, todos os funcionários procurando o misterioso documento. Até que aparece o prefeito, reclamando da confusão: *"Vão embora. Há gente trabalhando aqui!".* (Procurando a circular inventada por Asterix). *"Precisamos do salvo-conduto A 38". "Está bem! Está bem! Saiam!".* O prefeito lhes entrega a plaqueta, que sempre esteve em suas mãos.

Por vezes, é assim que me sinto. E sei que muitos cidadãos também.

É possível

Houve melhora. Em 2008 convidei Ana Paula Gumy, que conheci em um curso de pedagogia social, para trabalhar conosco. Além de filosofia, teoria e poesia, gestão exige método; administradora do mercado financeiro, Ana Paula soube ajustar o fluxo e adotar diretrizes mais eficientes de gestão. Houve metas claras, a equipe sentiu confiança, melhoramos no acompanhamento e controle. Ao final do ano, 40% dos problemas foram solucionados.

Temos que inverter esse processo esquizofrênico da burocracia e soluções podem ser adotadas nas condições atuais. Algumas medidas para agilizar o processo dos Pontos de Cultura já foram encontradas. Por exemplo: parcelas anuais

no lugar de semestrais; um quadro de servidores mais bem capacitado, em maior quantidade (mas não tão maior, a ponto de burocratizar tudo novamente); regras melhor explicitadas, mais racionais (havia uma norma no setor de prestação de contas que fazia com que todo processo que precisasse de novos esclarecimentos por demanda de alguma diligência, quando retornasse com a resposta, teria que voltar para o fim da fila; se houvesse nova diligência, novo fim da fila e assim ele não sairia de lá nunca).

Além dessas medidas internas, uma outra, mais estruturante, representou um grande passo em termos de agilização: a descentralização dos editais e convênios. Com o programa Mais Cultura, desde o final de 2007, priorizamos esse mecanismo. O ministério transfere recursos e são os estados ou municípios de grande porte que lançam editais e transferem recursos para as entidades, além de fazer o acompanhamento. Há muitas vantagens nesse processo: o primeiro é o fato de o Ponto de Cultura tornar-se política de Estado, realizada pelos diversos entes federados, independente de conveniências ou disputa entre governos e partidos; também agrega novos recursos, quando a contrapartida financeira deixa de ser das entidades e é assumida pelos governos estaduais ou municipais; além de tornar a seleção e acompanhamento mais próximos da realidade local. Pode haver problemas como a tentação da manipulação ou perseguição política (na paróquia todos se conhecem) e o risco de burocratismo local também existe? Sim. Mas a garantia de que isto não aconteça está exatamente no empoderamento da rede de Pontos já existente, na apropriação do conceito por parte da sociedade, no pacto federativo e na vigilância do governo federal.

Ao final de 2007, entre 16 e 20 de dezembro (sempre dezembro, sempre na última hora; ocorre que o Ministério do Planejamento só libera plenamente o orçamento nessa época) negociei pessoalmente com todos os estados da federação. Terminava os dias com a voz rouca de tanto falar ao telefone, e com cansaço mental, pois as contas de proporcionalidade e contrapartida tinham que ser feitas na hora. Mas feliz, pois a sensação de colocar uma máquina emperrada para funcionar é muito boa. Com essa negociação acrescentamos recursos para mais 1.920 Pontos em rede, com investimento total de R$ 336.780.000 em 3 anos, sendo R$ 116.670.000 como contrapartida dos estados, distrito federal e municípios de grande porte; um dinheiro novo, portanto.

E tudo começou com um orçamento de R$ 5 milhões em uma secretaria em que "deu vontade de voltar atrás". Quando a política pública está em consonância com a sociedade, as condições para sua realização aparecem.

Com esse processo descentralizado, aos poucos, os Pontos que mantêm relação direta com o ministério também passarão para as redes estaduais ou locais, totalizando 2.500 Pontos de Cultura em 2010.

Certa vez, em entrevista à revista "A Rede", perguntaram-me quanto havia sido investido em 4 anos de gestão. Respondi: "R$ 250 milhões para 850 Pontos de Cultura em aproximadamente 350 municípios". A entrevistadora fez um comentário que chamou minha atenção: "Metade do valor gasto pela prefeitura do Rio de Janeiro na construção da Cidade da Música, que ainda nem está pronta". Na mesma hora, apesar de não ter dito a ela, lembrei-me da proposta original do governo, a construção das BACs, os centros culturais pré-moldados com valor unitário de R$ 2 milhões. Daria para fazer apenas 125 e com investimento somente em prédio e nenhum centavo em gente.

Todo esse processo de construção do programa Cultura Viva avançou sem alarde, não houve publicidade oficial e a mídia-mercadoria (também conhecida como grande imprensa) praticamente o ignorou. Mas nas comunidades do Brasil, nas mais distantes e esquecidas, o Ponto de Cultura é uma realidade. E é realidade por dois motivos: primeiro, porque chega respeitando quem já faz cultura há muito tempo; segundo, porque 85% de todos os recursos do programa são aplicados diretamente na ponta, nas pessoas. Esses recursos não se perderam na estrutura burocrática ou em outros desvios tão comuns no serviço público. As construções humanas mais antigas, e ainda em pé, são as pirâmides do Egito. Há 5 mil anos seus arquitetos já sabiam que para uma construção se manter sólida é preciso o topo estreito e uma base larga. Foi o que fizemos.

Também há necessidade de mudança de procedimentos. A tradição da burocracia brasileira é formalista. Muito controle nos meandros e nas insignificâncias e pouca atenção aos resultados. Para que ganhe maior eficiência é necessário mudar o foco do acompanhamento por procedimentos para o acompanhamento por resultados. Ao invés de convênios com suas exigências intermináveis, contratos e prêmios. Em paralelo, outros mecanismos de agilização, como transferência direta para entes federados, "fundo a fundo" (que será possí-

vel quando da implantação plena do Sistema Nacional de Cultura), e premiação por desempenho, com o compromisso de serem reaplicados na iniciativa.

Como requisito básico para o acompanhamento por resultado, a construção de indicadores. Para a cultura, no mínimo três indicadores: Índice de Equipamentos Culturais (IEC), Índice de Custos da Cultura (ICC) e Índice de Acesso à Cultura (IAC). O primeiro leva em conta recursos físicos, como instalações culturais, quantidade de livros ou acervos; por ser mais tangível é de fácil mensuração e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já avançou na coleta de dados. O segundo conta com a base de dados disponível nas próprias planilhas de convênios e propostas de incentivo fiscal; os dados estão todos à mão, cabe estudar e sistematizar essa informação, transformando-a em uma tabela de referência para os custos de projetos culturais. Quanto ao Índice de Acesso à Cultura, é necessário um aprofundamento maior, pois ele envolve o conhecimento sobre a apropriação que as pessoas fazem da sua cultura, seu grau de participação e desenvolvimento. Em 2008 iniciamos uma cooperação com o Ipea (Instituto de Política Econômica Aplicada), que fez um levantamento direto em 380 Pontos de Cultura, visando apresentar uma proposta mais fina quanto ao conceito desse índice e efetiva apreensão social da cultura. Com índices quantitativos e qualitativos será possível um acompanhamento mais eficiente e uma gestão mais profissional da cultura.

Outras medidas também podem ser adotadas. Além do desenho de um marco legal mais ágil e adequado à realidade viva, o governo poderia reposicionar uma instituição financeira pública (a Caixa Econômica Federal, por exemplo) para que agisse como órgão executor de programas sociais. De certa forma isso já acontece com a política de habitação e o Bolsa Família. Mas se houvesse uma melhor adequação do trabalho e o quadro funcional da Caixa fosse capacitado nesse sentido, suas agências, distribuídas por todo o país, poderiam operacionalizar convênios, fazer acompanhamento, capacitação em gestão e prestação de contas. E sem que fosse necessário inchar a máquina administrativa com novas contratações de funcionários. Os ministérios poderiam analisar os projetos e, ao aprová-los, encaminhar uma carta de crédito ao proponente, que procuraria a agência mais próxima de sua área de atuação resolvendo lá mesmo todas as suas pendências e posterior acompanhamento (foi Elisiário Palermo, que traba-

lhou comigo por vários anos, quem fez esta sugestão). Ao menos as pessoas se olhariam nos olhos.

Enquanto não mudamos por completo o *habitus* da burocracia e o comportamento do Estado, mais algumas medidas podem ser tomadas. Em 2009, finalmente o esforço do ministro Juca Ferreira permitiu a ampliação do quadro de gerenciamento do ministério. Com isso, novos subgerentes e quadros de direção intermediária, principalmente estes (tenho a impressão que no serviço público, de forma geral, sobram coronéis e majores e faltam cabos, sargentos e tenentes). Com esse reforço será possível estabilizar a estrutura gerencial da secretaria. Enquanto escrevo, esta ampliação ainda está em processo, mas me entusiasmo com a possibilidade de valorizar o servidor de carreira, os quadros técnicos que executaram, executam e continuarão executando muito das políticas públicas. Uma boa medida seria criar uma tabela de perfis, com critérios e requisitos para a ocupação dos cargos públicos de gerenciamento e assessoramento. São 20 mil cargos de livre comissão no governo federal, muitas vezes nomeados sem nenhum critério. É muito. Deveria ser lei, 80%, 90% desses cargos (DAS) a serem ocupados exclusivamente por servidores de carreira, fossem no âmbito federal, estadual, municipal ou de autarquias, fundações e universidades, e somente após o cumprimento de requisitos específicos para cada cargo. Uma boa gestão de Estado também depende de uma boa gestão de pessoas.

Sei que é difícil, mas sem enfrentar o problema da gestão pública não conseguiremos ir adiante. Para além das ideias, é preciso capacidade de execução. Mas a execução sem filosofia e poesia, sem pensar no "outro", torna-se inócua. Por isso, planejar escrupulosamente a execução de nossos sonhos. E acreditar neles.

Caixas de Memória

"Estou loira, mulher, apaixonada e viúva".

Velhas senhoras (e alguns senhores) se apresentam em Londrina com suas *"caixinhas de memória".* Casa das Fases.

"Nenhum livro contará nossa história". Por isso sentam e ouvem histórias umas das outras, tirando os elementos necessários para construir suas peças de teatro.

"Uma relação de afeto. Parar para ouvir a história de uma pessoa é uma coisa muito importante, muito séria", afirma Fabrício Borges, coordenador do Ponto de Cultura, que pratica todos os dias esse exercício de ouvir.

"Minha mãe me dava o peito e eu escutava,
o ouvido colado ao peito dela...
oh meu deus!".

TT Catalão

Depois de visitar as integrantes do grupo, João Bernardi, o diretor, percebeu que elas contavam histórias prontas, e fez suas cenas a partir dessa observação.

"Se eu morasse na roça ia ser uma carpideira,
uma puxadeira de terço,
uma cantadeira".

Pequenas histórias.

"Aí me enchi de perguntas e, linda, saí pela rua:
'Nunca mais vou passar fome! Nunca mais vou passar fome!'".

No Ponto de Cultura, elas (e eles) se redescobrem.

"O grupo é como se fosse minha família. Quando fiquei viúva...", inicia uma senhora de cabelos brancos. Quase ao mesmo tempo, o diretor da trupe conclama: *"Imaginem que aqui fiz um buraco, vamos jogar neste buraco tudo aquilo que não presta... Imaginem!!!"*. Imaginem.

"A união é o princípio de tudo. Uma rede de histórias paralelas, com individualidades, especificidades, cada um tem sua história", complementa Jandira Testa, diretora da entidade.

Sair do Ponto de Cultura vestida e maquiada já é um feito. Elas se indagam sobre qual a impressão dos transeuntes. *"Quem são estas velhas da Casa das Fases?",* se perguntam. E elas (e os poucos homens) saem às ruas.

"Não vai dar,
não vai dar não,
você vai ver a grande confusão..."

Começam com música, depois suas caixas de memória, como pequenos teatros em que se apresentam para uma pessoa apenas. Pequenos momentos em que uma caixa de papelão pendurada no pescoço transforma-se em palco e museu. A cenografia e figurino são feitos em miniatura, com pequenos brinquedos, fotos, bonequinhas, papel crepom e tecido. João Bernardi, o diretor da trupe, revela a generosidade de seu teatro:

"Quando a pessoa é surpreendida na rua por um grupo de senhoras contando histórias com suas caixas, com certeza ela vai se surpreender. Nossa! Tal-

vez mude o rumo do que faria após sair de um banco, pensando em dívidas e contas. Depois de ouvir aquela história contada com tanto carinho, talvez a pessoa mude o seu rumo, talvez chegue em casa e conte uma história para seu filho e se esqueça por um tempo de suas dívidas e contas a pagar. Quem sabe a pessoa mude o percurso, pare numa praça, vá mais feliz para seu compromisso, talvez ligue para uma tia com quem não falava há muito tempo e com isso se prepare melhor para seu envelhecimento".

Potencialidades são descobertas por e naquelas velhinhas do Paraná.

"Foi a camélia que caiu do galho e deu um suspiro...
não fique triste que este mundo é todo seu...
e você é mais bonita que a camélia que morreu".

Cheias de música, histórias e versos, elas ganham a rua. E se redescobrem:

"Nada de coisa muito séria como um namorado.
Mas um flertezinho faz bem para a alma".

Ponto de Cultura, a singularidade na multidão.

Com um sorriso no rosto e a alma leve me despeço da Casa das Fases. Mas, antes, bolo, biscoito, chá e suco, pois é assim que elas recebem quem as visita.

Enquanto fazia a revisão final deste livro, recebi uma gentil mensagem.

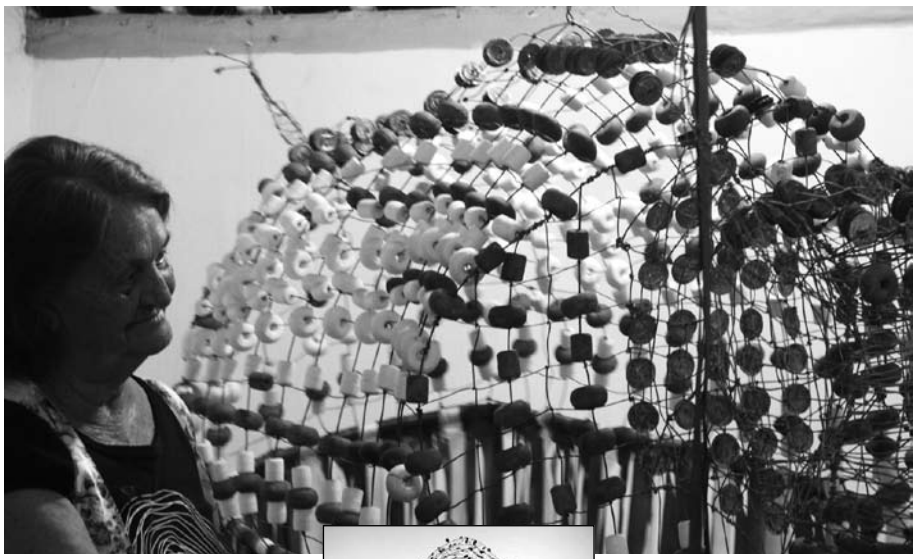
Elas haviam regressado de uma viagem à Dinamarca, em que participaram do Magdalena Project, organizado por Julia Varley e realizado no Odin Teatret, fundado por Eugenio Barba. Agora fazem parte de uma rede mundial de mulheres no teatro contemporâneo. Lá, apresentaram dois trabalhos: um workshop para idosos da cidade de Holstebro, que resultou na performance "Du Ma Ikke Glemme Mig" ("Não se esqueças de mim") e uma apresentação da peça "Para Dores Femininas", representada para uma pessoa de cada vez, em uma caixa escura e com duração de quatro minutos (com público total de 150 pessoas em 4 dias).

Dona Jandira, obrigado pelas palavras e pelas notícias. E parabéns.

Manguezal

Uma árvore. Olhe rapidamente para ela, faça um desenho. Volte alguns dias depois. Observe melhor, desenhe novamente: os galhos, os ramos, as folhas, os tons de cores, as folhas secas, os pequenos animais, as teias de aranha, galhos pendurados em outros galhos. Olhe à volta, por diversos ângulos. Desenhe os detalhes. Mesmo sabendo que nunca captará a totalidade, tente, exercite.

Em Kioto, no Japão, há um jardim zen, todo com areia, pedregulhos e



Fotos: TT Catalão

pedras brancas. Em volta dele, uma arquibancada. São 14 grandes pedras. Por mais que as pessoas tentem observar, por mais que mudem de lugar e ponto de vista, nunca enxergam as 14 pedras juntas. Quando avistam uma nova pedra, outra se esconde por trás dela. Pode-se passar o dia inteiro mudando de lugar na arquibancada e as 14 pedras nunca se mostrarão ao mesmo tempo. Mesmo assim, as pessoas se exercitam.

Tendo desenhado a mesma árvore sob duas impressões diferentes, uma rápida e genérica, outra demorada e detalhista, tente observá-la novamente. Agora não é necessário desenhar, converse com ela. Coloque-se no lugar da árvore; fale na primeira e na segunda pessoa, fale sobre ela. Crie um diálogo. Uma frase. Um verso. Um poema.

"Armada de espinhos, recolhe forças para acolher".

Foi assim que conversei com uma palmácea cheia de espinhos. É com este método que observo a rede dos Pontos de Cultura. Uma primeira impressão a partir de respostas fornecidas nos editais de seleção. Depois, um olhar mais detalhado, uma visita ao Ponto, conversas. Colocar-me no lugar do Ponto, seus sonhos e dificuldades, suas metas, o público que precisa atender. Depois, a síntese. Um pequeno sinal a condensar a essência. E a descoberta de que, na essência, todos são iguais.

Para quem se preocupa com método, esse é o método científico de Goethe, a "observação goetheanística".

Para quem se preocupa com poesia, esse é o exercício do haikai, um gracejo em busca da harmonia e da descrição densa.

Um Ponto de Cultura.

Pontos são conjuntos de uma rede. Elementos que podem ser vistos isolados, como ponto de um conjunto que se subdivide em outros pontos. Esses mesmos elementos isolados, quando somados, multiplicados ou potencializados podem formar novos conjuntos. Conjuntos que formam um sistema. E quando o sistema pulsa, forma-se um sistema vivo. Este é o conceito de rede que exercitamos com os Pontos de Cultura. Primeiro um olhar geral, depois a busca das singularidades (a singularidade que se pode encontrar na multidão). As mil formas se aproximando de uma só: a potência humana, a capacidade de transformar, de agir. Essa é a essência da rede Cultura Viva.

Pontos são muitos, infinitos. Redes são muitas, infinitas. E se cruzam.

Pensados como conjuntos entrelaçados, um influencia o outro. Pois o "todo está na parte e a parte está no todo". O papel da gestão do programa Cultura Viva é aproximar esses pontos, "desescondê-los", conectá-los em rede, auxiliá-los na descoberta de sua essência, quebrar hierarquias, construir novas legitimidades, urdir a rede.

Ao exemplo.

"Arco e flecha são instrumentos de defesa, de caça. Hoje em dia, um computador com acesso à internet também pode ser utilizado pelos índios como instrumento de defesa e de caça. Nós, índios, já estamos usando o computador como ferramenta para buscar soluções... Escrever projetos ou cartas que nos auxiliam para encontrar melhorias na saúde, educação, sustentabilidade e tudo que se refere à nossa sobrevivência e desenvolvimento, servindo como um arco e flecha..."

Com a internet nós podemos estudar os 'hábitos' das agências, das secretarias, dos órgãos, das empresas... Onde se localizam, quais são suas missões, quais as suas formas de proceder (editais, chamadas, patrocínios, apoios, parcerias...).

Um arco e flecha pendurado na parede é decorativo, não caça nem defende. Vamos usar nossos computadores, estiquemos nossos arcos e lancemos nossas flechas digitais!" (Nhenety Kariri-Xocó).

Índios On Line, uma rede de povos indígenas do Nordeste do Brasil, tornado Ponto de Cultura, depois Pontão. O chat como uma grande maloca a reunir guerreiros indígenas. O computador como uma fogueira, em torno do qual diferentes tribos se juntam por uma ação coletiva.

Yakuy Tupinambá, uma índia que, aos 47 anos, entra na Universidade Federal da Bahia para cursar direito: *"A internet promoveu a abertura de horizontes – contrariando o pensamento de uma grande maioria interessada em nos manter amordaçados – trouxe-nos novos significados, sem que isso implique no abandono de nossas tradições...",* registra ela no chat.

"Somos um corpo só. A comunidade vive como se fosse um índio gigante". Com sabedoria, o velho cacique, Otávio Nidé, instrui o seu povo a fazer as atualizações do mundo contemporâneo, mas conservando o espírito ancestral, o jeito indígena de ser, a forma de se organizar, a interação com a terra, que é *"o maior*

de todos os projetos, pois com ela temos saúde, ervas medicinais, o alimento, a paz" (cacique Cícero, dos kariri-xocó).

Índios On Line, uma rede que faz com geometria orgânica.

Ao aproximar pessoas e Pontos, antes isolados, promove-se o desenvolvimento. Vigotski, psicanalista e educador russo, desenvolveu sua teoria ao trabalhar com educação infantil, logo após a revolução socialista. Ele percebeu que o desenvolvimento mental das crianças dava saltos no momento em que encurtavam-se distâncias entre crianças com diferentes níveis de desenvolvimento. Na medida em que uma criança ligeiramente mais velha ou madura aproxima-se de uma criança menor (uma criança de 7 anos brincando com uma de 5, por exemplo), acontece um processo de desenvolvimento acelerado. A esse processo ele denominou "zona de desenvolvimento proximal". "Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas", afirma Vigotski na formulação de seu conceito. Um desenvolvimento que é potencializado pelo entrelaçamento de conjuntos.

Percebi que esse é um conceito chave para a ideia do desenvolvimento em rede. Pontos aparentemente díspares, com diferentes temáticas, linguagem, público ou território, ao entrelaçarem-se, criam "zonas de desenvolvimento por aproximação" (prefiro o termo "desenvolvimento por aproximação" a "desenvolvimento proximal", por estar mais adequado ao jeito – ou "jeitinho" – brasileiro de ser, em que os entrelaçamentos são mais suaves, quase imperceptíveis). O "desenvolvimento por aproximação" faz com que um Ponto de Cultura com ênfase em gênero influencie um outro, de cultura popular, mesmo sem que tenham um contato direto entre si.

A cultura tradicional também foi inventada um dia, incorpora preconceitos, ideologias, comportamentos machistas. Ao promover a ideia da emancipação da mulher, o Ponto de Cultura com ênfase em gênero pode estar alterando comportamentos e pontos de vista em um Ponto de cultura popular, por exemplo. E o Ponto de Cultura com ênfase na tradição popular pode também influenciar um outro, de cultura digital, ou hip hop. Ao tomar contato com a cultura tradicional, os meninos da cultura digital podem perceber que, para além da tecnologia, a essência do software livre está na partilha, na generosidade intelectual, no traba-

lho colaborativo, características presentes nas festas e na cultura popular. O que mantém a caminhada de uma folia de reis? A partilha. Uma família dá um prato de comida (colocado na janela para ser "sorrateiramente roubado", como parte da brincadeira), outra, uma lantejoula, o serviço de confecção das vestes; em troca, os caminhantes oferecem a música, a oração pelo Menino-Jesus e os Reis Magos. E o menino do hip hop, morador da periferia de São Paulo, ou Teresina, também é influenciado ao perceber que o seu rap urbano, grito dos excluídos das grandes cidades do mundo, não é tão diferente do repente, da embolada, do coco. Todos, ritmo e poesia. E surge um novo estilo, o "rap-repente", que promove o encontro estético entre campo e cidade, netos e avós.

O Cultura Viva funciona como um ecossistema. O Ponto de Cultura seria uma microrrede, atuando no território e articulando diferentes agentes. O Cultura Viva seria a macrorrede. Entre eles, as mesorredes, as ações. Inicialmente foram pensadas quatro ações: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griô. Com o tempo, a própria vida se encarregou de formar novas ações: Pontinho de Cultura, Cultura e Saúde, Audiovisual, Mídia Livre, Mocambos, Cultura de Paz. Redes animadas a partir do ministério, ou surgidas no ventre da própria rede, com os recortes mais diversos: da caatinga, dos povos da floresta, dos povos do mar, do hip hop, do teatro comunitário, do oprimido. Tudo cabe. Tudo cabe porque o sistema é vivo.

Certa vez, na casa do Velho Griô, Márcio Caires e sua esposa, Lílian Pacheco, trocamos impressões sobre qual a melhor imagem para as redes. Eu falava do cipoal, das ranhuras, do entrelaçamento. Lílian lembrou do mangue, do barro, berço das primeiras vidas. Um quase-água, um quase-terra, um emaranhado de vida brotando a todo instante. Um manguezal, uma rede.

Há diversas geometrias de rede. No século XX prevaleceram as redes verticais (rede de TV, supermercado), com centralização de comando e hierarquização de informações. Com o advento da internet, fala-se de redes horizontalizadas, em que a informação é distribuída por diversos pontos e não há núcleo decisório. Porém, essa horizontalização é ilusória; há que levar em conta os mecanismos de busca, a capacidade de processar informações e o domínio de cada um sobre códigos e linguagens. Em uma geometria plana, talvez o melhor desenho fosse o da transversalidade, uma rede ao mesmo tempo vertical, dia-

gonal e horizontal. Mas se formos além, e pensarmos em um sistema vivo, um modelo mais orgânico, como um manguezal, seria o mais apropriado.

Para compor a rede Cultura Viva buscamos diversos modos. Primeiramente estabelecendo um diálogo direto, sem intermediação, com as entidades proponentes e gestoras dos Pontos de Cultura. Esta relação trouxe ganho de confiança para as partes, aproximando os Pontos da administração pública. Em um segundo momento, os encontros presenciais, do governo com os Pontos e dos Pontos entre si. Houve os Encontros de Conhecimentos Livres, organizados pela ação Cultura Digital, as Oficinas de Gestão Compartilhada, sob acompanhamento do Instituto Paulo Freire e os encontros das diversas ações do programa. Com isso os Pontos foram se percebendo enquanto movimento e se fortaleceram na relação com o ministério.

Fizemos o oposto do "dividir para governar". Unimos. Unimos pessoas, instituições e governo em um único movimento. Movimento que precisava ir além das questões de gestão. Surge a Teia, em um misto de encantamento, reflexão e organização. Nesse processo, grupos culturais se percebem participantes de "algo maior", algo que vai além do simples repasse de recursos para manutenção de atividades locais. Com suas ferramentas, objetivas e sensíveis, se colocam em ação para repensar legislação e formas de expressão e organização social. Tudo isso é rede. Uma rede pulsante, que é tecida a cada movimento, como em uma infinita teia de aranha.

Mas mesmo em ambientes assim, a distinção de poder é fato. Há os que se saem melhor, os que dominam mais códigos, têm melhores relações, mais dinheiro, capacidade de movimento, mais cultura.

Lima Barreto, crítico sagaz e irônico sobre os hábitos culturais brasileiros no início do século XX, tem um conto de grande atualidade que nos auxilia a entender esse processo de legitimação de conhecimentos e subordinação cultural, "O homem que sabia javanês". É a história de um homem muito inteligente e que tinha chegado há pouco ao Rio de Janeiro, a capital do Brasil à época. Ele "vivia fugindo de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro". Foi quando viu um anúncio no "Jornal do Commercio": "Precisa-se de um professor de língua javanesa". Como necessitava de dinheiro e imaginou que não haveria concorrentes, pôs-se a estudar aquela língua estranha. Descobriu

que javanês é a língua falada em Java, a grande ilha do vulcão Krakatoa, no arquipélago de Sonda; os caracteres são derivados do alfabeto hindu e o tronco linguístico é o malaio-polinésio. Copiou o alfabeto, estudou a pronúncia, decorou algumas frases e estava pronto para se candidatar à vaga.

O contratante era Manuel Feliciano Soares Albernaz, o Barão de Jacuecanga, neto do conselheiro Albernaz, assistente direto do imperador Pedro I. O barão, entre suas muitas heranças, ganhara um livro escrito em javanês, que antes fora de seu pai e, antes deste, de seu avô. Um talismã de família que evitaria desgraças e traria felicidades, mas que estava em um idioma incompreensível. Castelo, "o homem que sabia javanês", assumiu as aulas com segurança; mais uns dias na biblioteca e conhecia parte da literatura da ilha com as gloriosas histórias do príncipe Kulanga. Meses se passaram com suas aulas de palavras e histórias inventadas. Sua fama ganhou a capital e até teve que recusar turmas ansiosas em estudar a novidade. Assombrado com o conhecimento que não conseguia atingir, o barão, agradecido, abriu-lhe portas.

"Vejam só, um homem que sabe javanês – que portento!", disse um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores. Todos o olhavam com um misto de inveja e admiração. Como não havia quem pudesse contestá-lo, ele seguiu na carreira de diplomata; um cônsul a representar o Brasil em congressos de linguística e que assinou até artigos sobre a literatura javanesa. "Como, se tu nada sabias?", perguntou-lhe o amigo Castro. "Muito simplesmente" – respondeu – "primeiramente descrevi a ilha de Java... depois citei a não mais poder". Ele sabia que ninguém tinha conhecimentos para contradizê-lo.

Observe. Repare atentamente. Entre os que mandam há muita gente que diz que sabe javanês. Entre os que obedecem, os que se resignam, os que se calam e se submetem, os que transferem responsabilidades, há muito mais gente a dizer: "lá vai o homem que sabe javanês!". Falar em rede social é falar em democracia e democracia é uma construção, ela é mediada por distinções de poder econômico, cognitivo, de relações sociais, de domínio de informações. São estas distinções que asseguram mais ou menos poder na rede. A construção de redes mais equilibradas pressupõe quebra de hierarquias e novas legitimidades. Do contrário, todos sairão a dizer: "É um assombro! Tão moço! Se eu soubesse isso, ah! Onde estava!".

A busca de um ambiente propício à gestação de uma nova vida democrática está na subversão da própria rede. Ir além da rede tal qual conhecemos. Mude o ponto de vista. Olhe por cima, de lado, por baixo. Penetre.

Certa vez, um discípulo de Bashô, grande mestre do haikai, vendo uma libélula, fez um haikai irreverente:

Despindo das asas
A libélula vermelha
Fica uma pimenta.

O mestre desaprovou o seu discípulo solenemente. Para além da estética de um poema, é preciso assumir uma postura de vida, que pode ser de requintada crueldade, como quando se arrancam asas de uma libélula, ou de generosa fantasia, como quando se agrega asas a uma pimenta. Bashô mudou o ângulo do poema de seu discípulo, Kikatu. O haikai ficou assim:

Se agregarmos asas
A uma pimenta vermelha,
Surge uma libélula.

O ambiente para uma nova ordem é a rede. Não tenha medo, atire-se nela. Quanto mais orgânica, melhor. Sinta o cheiro do mangue, se misture no barro; da água e terra se faz barro, do barro se faz vida. Mude. Com poesia, uma pimenta transforma-se em libélula.

Futuro e Tradição

Minha primeira viagem para fora do estado de São Paulo foi ao Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, em 1979. Era calouro de história na Unicamp, tinha 18 anos. Vivíamos o renascimento do movimento estudantil em meio à redemocratização do país, a retomada das greves operárias e o movimento popular. A ditadura dava sinais de enfraquecimento e a anistia viria em breve. Fomos para Salvador.

Milhares de quilômetros percorridos em ônibus velhos e apertados. Caravanas de estudantes a descobrir o Brasil. No percurso pelo interior, a pobreza, as casas de taipa, o Vale do Jequitinhonha, o chão árido, o sertão da Bahia, mulheres vendendo coisas e a si, crianças pedindo comida. No ônibus, o debate de ideias, as teses, as músicas de Chico Buarque, Geraldo Vandré e Mercedes Sosa. Trinta e seis horas olhando o Brasil pela janela de um ônibus.

TT Catalão

E enfrentando a repressão.

Logo na saída de São Paulo, barreira policial, homens encapuzados, metralhadoras. No caminho, pregos na estrada, novas barreiras, ameaça de bombas. Em Salvador, a festa. Cinco mil estudantes se reconhecendo e reconhecendo o país. O congresso, as tendências, palavras de ordem, as votações em disputa.

No inacabado Centro de Convenções alguém corta a energia elétrica. Um atentado. Unimo-nos. Em uníssono, o discurso da mesa coordenadora é repetido por milhares de vozes. Realizamos o congresso. Reconstruímos a UNE. Voltamos para casa.

Na volta, crianças pedindo comida, mulheres vendendo coisas e a si, o sertão da Bahia, o chão árido, o Vale do Jequitinhonha, as casas de taipa, a pobreza. O debate de ideias, as teses, as músicas. Trinta e seis horas olhando o Brasil pela janela de um ônibus.

Sou o que sou por viagens como essa.

Trinta anos depois, a UNE percorre o Brasil em nova caravana. Um outro Brasil. Novas músicas. Novos estudantes, jovens que nem haviam nascido à época da reconstrução. Uma caravana com arte e compromisso com o povo. Muitos dias, muitos pontos, cidades e cantos. Debatendo ideias, formulando teses. Agindo.

Quando vejo os estudantes do Cuca (Centro Universitário de Cultura e Arte) fazendo arte e registrando o Brasil em seu cinejornal, me vejo neles. Eles são eu. Eu sou eles.

Uma Gestão Cultural Transformadora

Um programa como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só foram possíveis graças ao ambiente social e político que o Brasil viveu a partir da eleição do presidente Lula. Com o simbolismo que representa a presença de um líder operário e popular no principal cargo da República, o Brasil sobe mais um degrau no seu estágio civilizacional. Para além das mudanças em políticas públicas houve o componente simbólico, da força moral; as pessoas passaram a acreditar mais em si e perceberam que é possível fazer coisas de um modo diferente, experimentar. E se colocam dispostas a compartir com o governo porque reconhecem no presidente Lula um dos seus.

Este ambiente sociopolítico e institucional também foi alcançado no Ministério da Cultura. A presença de um artista com o destaque de Gilberto Gil trouxe uma nova dimensão ao ministério. Ainda na fase de sua nomeação,

TT Catalão

quando perguntado sobre qual marca queria imprimir com sua gestão, Gil respondia: "a abrangência". Palavra vaga, com vários sentidos, mas com um claro efeito político. A gestão de Gilberto Gil alargou o entendimento de cultura, cultura como produção simbólica, como cidadania e como economia; não mais cultura como sinônimo de belas-artes e refinamento, ou eventos isolados, ou como produto de mercado, um mero negócio. Uma cultura abrangente, presente em tudo e em todos.

Diria que essa abrangência, essa abertura para novas ideias e experiências, foi responsável até mesmo por minha ida ao ministério. Fui nomeado quase por acaso, sem indicação política ou participação em grupos de interesse, fossem acadêmicos ou específicos no campo das artes e cultura. Houve um ambiente de abertura, de liberdade e desafio, uma "geleia geral", que uniu tropicalistas, verdes, petistas e comunistas.

Como disse anteriormente, a primeira experiência de Ponto de Cultura foi desenvolvida como política pública municipal em Campinas (entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado), mas o conceito, tal qual apresentado, só tomou corpo quando de sua implementação no governo federal. Do contrário, teria sido uma boa experiência (como tantas outras), mas circunscrita a uma realidade local e temporal. Por mais exíguos que tenham sido os recursos iniciais (tanto humanos, quanto materiais e orçamentários), a dimensão de uma ação federal é muito mais ampla, permitindo dar escala às políticas. Com a formulação do programa Cultura Viva, o Ponto de Cultura ganhou consistência teórica, capacidade de gestão e base social. Sem dúvida, sem o ambiente político do governo federal, em especial no Ministério da Cultura, isso não teria sido possível.

Era preciso demonstrar as potencialidades e possibilidades da cultura em uma forma ampla. Sobretudo dos grupos historicamente alijados das políticas públicas; alguém tinha que tirar o véu de invisibilidade a que esses grupos estavam submetidos. O papel do Ponto de Cultura foi esse. Mas a plena expansão do programa, estabilizando-o enquanto política pública, só avançou com o pacto federativo (via o programa Mais Cultura), envolvendo os diversos níveis de governo, independente de orientação partidária. Nessa fase, foi preciso afinar as políticas públicas levando a entendimento comum sobre conceitos

e práticas. Cultura como processo; seleção de projetos por editais públicos; fomento equilibrado aos diversos níveis da cultura, como a formação, produção, circulação e consumo; abertura para os novos agentes socioculturais que entram em cena; reconhecimento de que quem faz cultura é a sociedade e não o Estado. Foram essas práticas, presentes na gestão do Ministério da Cultura, tanto sob o ministro Gilberto Gil como sob Juca Ferreira, que colocaram a cultura em um novo patamar.

Paulatinamente, estados e municípios vão assumindo esse novo papel, percebendo, se não a centralidade, ao menos a importância da cultura no processo de desenvolvimento. Cultura como um direito da cidadania e dever do Estado. Mas para chegar a esse novo patamar é necessário desfazer a falsa contradição de que mais verba para a cultura representa a retirada de recursos para outras ações sociais. Investir na cultura impulsiona a qualidade de vida e a conquista de direitos, um povo com cultura cuida melhor de sua saúde, compreende a importância da educação, conquista investimentos para sua comunidade, é mais cidadão.

Se Gilberto Gil foi o aríete e o escudo na conquista desta nova abrangência para a cultura, Juca Ferreira foi o estrategista que coordenou todo o processo. Para além da admiração pelas ideias e postura de Gil, Juca conquistou respeito pelo trato da coisa pública, comportamento republicano e tenacidade com que defende suas ideias. Quando da troca de ministros, a política desencadeada pela gestão de Gilberto Gil não só manteve a continuidade, como aprofundou sua abrangência; com isso, a gestão do ministério pôde avançar na proposta de mudança na lei Rouanet, do Vale Cultura e da emenda constitucional para assegurar um orçamento mínimo para a cultura (2% do orçamento da União, 1,5% dos estados e 1% dos municípios), estando presente, inclusive, na composição do fundo social que irá administrar os recursos das novas reservas de petróleo do país. Agradeço e sinto-me honrado por ter participado de todo esse processo.

Alguns anos antes, entre minha saída da secretaria de cultura em Campinas e a nomeação para o ministério, escrevi um texto sistematizando a experiência e os princípios que segui àquela época, que foi publicado na revista "Princípios", número 71, em 2003. Atualizei esse ensaio e incorporei muito dos conceitos e experiências desenvolvidos no Ministério da Cultura. Agora o reapresento.

1 – Cultura como filosofia de governo

Apontar a centralidade da cultura nos programas de governo, tanto federal, como estaduais e municipais, não é fácil. Esse reconhecimento não significa deixar de lado compromissos específicos, sejam eles de atendimento a comunidades (moradores de determinadas regiões, recorte étnico, de gênero, de classe ou etário) ou temáticos, como habitação, saneamento, transportes. Eles continuam no foco, mas com uma abordagem cultural. É possível imaginar a formulação de uma Cultura de Paz (prefiro este conceito a formulações como "Combater a Violência") sem a construção e desenvolvimento de ações de convivência, lazer e cultura? Ou um trânsito civilizado sem uma cultura de respeito ao pedestre, sem respeito à vida?

Uma das principais realizações do governador Cristóvão Buarque em Brasília foi o programa Educação no Trânsito. Quem visita a cidade e circula a pé por suas quadras entenderá o que estou dizendo; basta pisar na faixa de pedestre ou levantar o braço pedindo passagem que os carros param. Um sopro de civilidade e cultura na capital do país. Isso acontece em Brasília, uma obra de trânsito que não precisou de viadutos ou túneis, e que reverteu uma situação em que o Distrito Federal figurava como o campeão de mortes violentas no trânsito. Mesmo com a mudança de governo esta obra permanece até hoje. Permanece porque entrou no espírito do povo. Uma obra cultural, portanto.

Foi na gestão do prefeito Jacó Bittar (Campinas, 1989-92) que utilizamos o termo "cultura como filosofia de governo" pela primeira vez. Em seu mandato realizamos várias ações neste sentido, políticas públicas com caráter cultural, alterando comportamentos de toda uma cidade. O Passe-Passeio (passe livre no transporte público em dois domingos por mês), momentos em que toda a população se movia livremente, fosse para visitar parentes ou atividades culturais, esportivas e de lazer. Dias de convivência e integração cidadã. Uma política aplicada pela secretaria de transportes, que tinha a cultura como motivação. Também a campanha "Um Milhão de Árvores", estimulando todos os moradores, quase um milhão, a plantarem árvores. "Se cada um plantar uma só, a gente planta um milhão" era o mote de uma ação desenvolvida pela secretaria do meio ambiente e que, para dar certo, dependia de uma mudança na atitude cul-

tural das pessoas. Sei que em inúmeros outros lugares, cidades, estados ou países, há diversos outros exemplos, vale encontrá-los e reconhecer que, quando a cultura transversaliza as ações de governo, as mudanças são mais profundas.

A cultura permeia todas as ações da sociedade e, como consequência, todos os programas de governo. Cultura é comportamento, se manifesta nas mínimas relações do cotidiano, é postura frente ao mundo. A auto-organização do povo para compras comunitárias ou organização de cooperativas é cultura; sua conformidade em enfrentar filas, maus cheiros, desrespeitos e humilhações é cultura; sua resistência, seu modo de encarar adversidades é cultura; sua luta, individual ou coletiva, é cultura. É pela cultura que nos superamos e a proposta de desafio à classe trabalhadora e à sociedade civil deste país deve vir por meio da reflexão crítica de suas próprias demandas; redefinindo símbolos, ideias, valores e comportamentos; definindo um projeto de nação. É com a cultura que uma nação pode dar um salto no refazer da solidariedade, no direito à apropriação de sua memória e no conhecimento da importância do seu papel transformador.

Assim, cabe desenvolver programas de conhecimento e descoberta das cidades, das regiões e do país (turismo social); realizar eventos de lazer, cultura e esportes que promovam a paz e o congraçamento entre cidadãos. Vale lembrar que a violência urbana tem inúmeras matrizes, e uma delas é a ausência de lazer, de perspectivas para "passar o tempo", cultivar a mente. Nos bairros pobres das grandes cidades não existem áreas verdes; quando muito um "raspadão", campo precário, sem grama, para jogar futebol aos finais de semana. E, mesmo assim, um espaço de lazer apenas para homens, do mesmo modo que bares e mesas de bilhar. Às crianças, mulheres e idosos sobram a televisão e as ruas, quando muito; aos jovens nem isso; aos jovens sobra a falta de perspectivas.

Cultura como filosofia de governo gera renda, é social e amplia horizontes. A cultura integra ações, dá sentido às realizações e reformas dos governos. É a cultura o fio condutor que une o direito à saúde, ao transporte, à moradia, à escola, ao trabalho... à cidadania. É com a cultura, e só com ela, que conduziremos nossa sociedade a uma democracia substantiva, colocando as pessoas no caminho da emancipação humana, avançando em nosso processo civilizador.

2 - Cultura como processo

O nome já diz, cultura, do latim *colere*, cultivo. Cultivar a mente é a mesma coisa que cultivar a vida, produzir alimentos, manejar o ambiente. Como se faz para cultivar alimentos (ao menos enquanto os transgênicos ou pílulas cibernéticas – todos devidamente patenteados e com poucos donos ganhando muito dinheiro – não tomam conta do planeta)? Prepara-se a terra, depois a semeadura, o acompanhamento do crescimento das plantinhas, o cuidado com elas evitando ervas daninhas e pragas, a irrigação... Depois a colheita. E após a colheita, a seleção das sementes, o preparo da terra, o cuidado com as plantas, a irrigação... Depois a colheita. Depois, tudo novamente.

Em política cultural também devemos agir assim. O zelo com o patrimônio, sem o qual não temos base para nos projetar para o futuro; a formação continuada de crianças e adolescentes em programas de educação integral ou cursos livres, oficinas e interações estéticas (e éticas) voltadas para todas as idades, gênero ou classe social. O fomento à produção e criação artística e simbólica, com liberdade e transgressão.

Preserva-se o patrimônio cultural ou ambiental, formam-se as pessoas e se fomenta a criação simbólica e artística, não para deleite de poucos, mas para a fruição ampla. Por isso a necessidade da difusão e circulação dos bens culturais, que devem ir muito além de eventos. Em uma política cultural consistente o evento é resultado de um processo, nunca um fim em si mesmo. Um processo de irrigação constante, que preserva, forma, fomenta, difunde... E se recria. Cultura, cultivo, *colere*.

Tratar a cultura enquanto processo pressupõe colocar a sua dinâmica em um ciclo completo:

Patrimônio cultural – Conhecer e recuperar o patrimônio cultural é a base de uma nação. Um povo que não tem um acervo de conhecimentos, arte e memória não tem referências que lhe permitam projetar-se para o futuro; estará condenado a ser um mero receptor, nunca um criador. O empobrecimento cultural, a degradação ambiental e a perda de perspectivas criativas prosperam no terreno fértil do desrespeito e do desconhecimento do patrimônio cultural.

Preservar o patrimônio não é contraditório com desenvolvimento econô-

mico e social; pelo contrário, impulsiona-o. O patrimônio cultural também não pode ser reduzido a um mero conjunto de edifícios ou obras de arte; ele é vasto e envolve todos os campos da ação humana, tangíveis ou intangíveis. O meio ambiente e nossas reservas naturais fazem parte desse patrimônio, assim como todo o conhecimento científico e tecnológico e o "saber fazer" transmitido de geração em geração, como as danças, histórias infantis, músicas, lendas, brincadeiras. Tudo o que ganha sentido compõe nossa herança cultural. Essa é a base de nossa identidade (ou identidades) e constitui o alicerce do desenvolvimento econômico, tecnológico, social e artístico. Mas o reforço da identidade deve vir junto com a revelação das contradições inerentes ao processo histórico, rompendo com o senso comum construído sob determinados marcos representativos da cultura dominante e abrindo espaço para que os silenciados se ouçam e se façam ouvir.

Com base nesse entendimento, a prioridade a museus, arquivos e bibliotecas é decorrência. Do mesmo modo o registro literário, sonoro e visual da produção artística, passada ou contemporânea; assim como tombamentos, registro de expressões culturais, áreas envoltórias, preservação e revitalização ambiental são fundamentais para o desenvolvimento social de todo e qualquer povo. Civilizações que não respeitaram esses preceitos sucumbiram. Por situar-se na fronteira em que interesses econômicos entram em choque direto com os interesses da cultura, o patrimônio cultural precisa de legislação própria e acompanhamento constante, incluindo ações efetivas de fiscalização, repressão, prevenção e compensação (inclusive financeira, como, por exemplo, a troca do potencial construtivo de bens tombados).

Formação cultural – Uma política democrática de formação cultural não é uma simples relativização cultural, um "deixar fazer" sem critérios. Democratizar é oferecer alternativas, desenvolvendo uma ação de contracultura em relação às imposições do moldável mercado. É se contrapor à indústria cultural, de consumo fácil e gosto duvidoso. E fazer isso com qualidade, oferecendo um cardápio cultural cada vez mais amplo e variado.

A formação cultural engloba desde o aperfeiçoamento permanente dos agentes culturais diretos (atores, músicos, produtores culturais, artistas plásticos, cineclubistas etc.) até projetos de iniciação cultural e artística de amplo alcance.

Um programa de formação cultural que atinja a maioria da população deve estar solidamente implantado na complementação educacional de crianças e adolescentes, além de oferecer cursos e oficinas descentralizados, dirigidos a donas de casa, jovens, idosos e trabalhadores. A formação deve também prever o amplo acesso a livros, obras de arte e espetáculos dos mais variados estilos. Isto é formação de gosto e sua apreciação é resultado do conhecimento adquirido.

Pontos de Cultura administrados em gestão compartilhada (poder público/comunidade) e que tenham um funcionamento articulado com instituições mais bem equipadas, como museus, centros culturais e teatros, representam uma alternativa. Outras experiências também apontam o caminho de uma formação cultural sólida, permanente e de amplo alcance. Cabe identificá-las, sobretudo aquelas que compartilhem decisões, ampliem horizontes e possibilitem a distribuição de renda para uma população carente de possibilidades, propiciando o desenvolvimento de uma das economias que mais crescem no mundo: a economia da cultura. Nesse caminho de ampliação do repertório cultural, um público mais crítico vai se formando para consumir – e também produzir – uma prática cultural mais elaborada.

Informação e difusão cultural – Vivemos cada vez mais em uma sociedade na qual a informação é sinônimo de poder. Romper com a alienação e o embrutecimento imposto a milhões de pessoas é, efetivamente, desenvolver uma política democrática, de conquista da cidadania, e isso significa prever uma ampla e pluralista oferta de produtos culturais. Manter a população no campo de uma cultura "rasa" é o melhor caminho para subjugá-la; para romper com esse quadro é necessário "depurar" o "senso comum", elevando a interpretação da cultura a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática, colocada à altura da sociedade contemporânea. Para Gramsci, a cultura é um instrumento de uma práxis crítica que, sem descartar os elementos de uma cultura mais elaborada – chamada de "erudita" –, desenvolve um processo de elevação da consciência.

Essa concepção não é estática e é possível perceber uma inter-relação dinâmica entre os diversos níveis da cultura. Assim como não se deve condenar o uso do "agradável" e do entretenimento como instrumentos de fruição do estético, também a difusão cultural ampla tem um papel nesse processo de evolução da

consciência crítica; a música popular, em vários momentos, é exemplo disso. A televisão seria outra alternativa de como podemos introduzir "elementos culturais críticos" e novas referências a uma população que, pela primeira vez, pode ter contato com produtos culturais e conceitos antes inacessíveis. Evidentemente esta é uma possibilidade que, infelizmente, não é a tônica da programação televisiva; mesmo assim, ocupamos espaço, avançando com a TV pública e outras experiências de mídia livre, não submetida ao Estado ou às regras do mercado. Com o advento da cultura digital talvez seja possível abrir um outro caminho, de mão dupla, mais participativo, interativo e soberano.

No âmbito do programa Cultura Viva, abrimos mais uma pequena fenda com os Pontos de Mídia Livre e os Laboratórios de Mídia. Uma fresta bem pequena, mas que pode se alargar imensamente. Comunicação enquanto cultura, como direito humano básico, como um meio de expressão de indivíduos e grupos. Comunicação livre, colaborativa e compartilhada, feita em rádios comunitárias, sites independentes, blogs, TVs comunitárias, fanzines e tudo mais que permita a expressão humana.

Criação e produção cultural – Quanto maior for o domínio de análise simbólica que as pessoas têm sobre a produção social, melhor será a sua capacidade de articulação na sociedade. Os indivíduos se percebem pela cultura e é por meio dela que estabelecem relações entre si, definem valores e significados. Assim, a criação artística nunca será supérflua ou inútil, pois ela representa o espelho da alma humana, do estado de ser de um povo e tem valor por si. Criação é, portanto, o objetivo que completa uma política cultural, que se realiza de duas maneiras:

a) Por meio da reflexão e da análise, desdobrando-se em ideias, comportamentos e condutas.

b) Pelo fazer artístico.

Ao Estado compete assegurar total liberdade de manifestação e expressão, sem censura ou critérios de valor. A criação, mesmo acontecendo em qualquer lugar e presente em toda a sociedade, necessita de espaços próprios para se realizar plenamente. Uma gestão pública de cultura deve articular a abertura e a manutenção desses espaços (quem pensava que só o Ponto de Cultura daria conta, enganou-se; ele dará é mais trabalho aos governos, porque haverá muito

mais gente exigindo equipamentos culturais de qualidade). Para além dos espaços públicos ou governamentais, há o papel da iniciativa privada, que pode incentivar espaços como teatros e salas alternativas, casas de espetáculos, auditórios, cinemas, galerias de arte, bares com música ao vivo, livrarias e outros. Esse apoio pode vir na forma de incentivos fiscais ou, preferencialmente, por meio da articulação de esforços e de uma legislação específica.

Com o Ponto de Cultura, abre-se um outro campo, antes pouco explorado (ou apoiado oficialmente): os espaços comunitários. Espaços tradicionalmente não aproveitados para o uso regular da arte, como escolas, sindicatos, igrejas, ruas e praças, ganham força e qualidade ao demonstrar que a cultura está presente em todos os lugares e em todas as pessoas. Aos poderes públicos locais e estaduais cabe garantir este campo de ação e também a abertura e a manutenção dos equipamentos culturais formais. Teatros, museus, centros culturais e bibliotecas enquadram-se nessa categoria e, definitivamente, sem verbas não é possível fazê-los funcionar. Quanto ao governo federal, mais que gerir equipamentos, cabe articular toda uma rede de produção e difusão cultural por meio do Sistema Nacional de Cultura.

Apoio à produção cultural, porém, é muito mais que incentivo, gerenciamento de agenda e manutenção de espaços. Devem-se oferecer espaços coletivos para ensaios, oficinas e guarda de cenários e figurinos, laboratórios, ateliês de arte (forno de cerâmica, prensa, laboratório fotográfico etc.), estúdios de gravação e equipamentos de uso comum. Além de intercâmbios que permitam aos artistas uma troca de experiência (um efetivo programa de apoio a residências artísticas e viagens) e um maior contato com personalidades e referências da cultura nacional e internacional, inclusive desenvolvendo trabalhos em conjunto. Há também a necessidade de corpos artísticos estáveis, assegurando a permanência e pleno desenvolvimento de orquestras sinfônicas, óperas e balés. Com os Pontos de Cultura foram lançadas duas ações: Interações Estéticas, destinada a artistas que se disponham a uma produção artística efetivamente comum, em uma troca que qualifique ambos (Ponto e artista); e o Cultura Ponto a Ponto, estimulando vivências entre Pontos de Cultura. De ponto a ponto, a cultura como processo envolve um ciclo completo de criação artística e vai da ópera ao bumba-meu-boi, não vendo contradição entre eles.

3 - Cultura como educação

"O grande desafio do país está na qualidade de sua educação". Dificilmente algum político se elegeria sem repetir esta frase. Mas as premissas consideradas necessariamente evidentes e verdadeiras nem sempre o são. Educação é um direito do cidadão, dever do Estado; todos a defendem, todos se unem por ela. Mesmo assim, continuamos derrapando. E continuaremos derrapando enquanto não percebermos a educação como um método de transmissão de cultura. Educação é ferramenta, assim como a pedagogia. Mas não é assim que a educação se vê e talvez ela seja o caso mais emblemático de como os meios suplantam – e deformam – o conteúdo.

Quando a educação afasta-se da cultura, ela perde sua alma. Os métodos aplicados na educação mais adaptam que transformam, tornando-se cada vez mais instrumentais. Uma redução educacional que cada vez empobrece mais o aprendizado, contentando-se em ensinar as primeiras letras para uma leitura e escrita cada vez mais pobre; há também a matemática, as primeiras contas, sem as quais não se maneja uma máquina, seja um robô ou computador. E tudo mais vai se tornando dispensável. A educação não ganha qualidade com esta redução. Basta observar. Educação sem história, filosofia ou ciências não localiza as pessoas no mundo. Educação sem arte não aproxima o sensível da razão. E os modernos pedagogos da educação instrumental retornam seu ofício à origem etimológica da profissão, do grego antigo *Paedagogus,* "escravo que acompanha as crianças". Nossas crianças, jovens, adultos e velhos não precisam de escravos que escravizem.

Os melhores resultados em educação apontam para outro caminho. O ensino de xadrez nas escolas eleva em 20% o aproveitamento do estudante, comprovam pesquisas realizadas no Leste Europeu; por isso lá o ensino de xadrez é obrigatório. Ver cinema, fazer arte, visitar museus, brincar, tudo é educação. E educação não pode se restringir a um período da vida, precisa ser entendida enquanto um processo permanente; em que todos participam e invertem papéis, ora educando, ora educador. Como fazer isto para além das intenções? A "cidade educadora" é um bom caminho. Uma educação que vai além da sala de aula, dos muros da escola. Uma educação que se faz na rua, nas praças, ocupando todos os equipamentos disponíveis. E todas as pessoas.

Educação em tempo integral, sempre. Mas não necessariamente em tempo integral na escola. Uma "cidade educadora" pode ser realidade em pouco tempo, o Brasil já conta com experiências neste sentido. Aplica-se menos em prédios e mais em gente, aproveitando todos que se disponham e tudo de que se disponha para educar.

E só a cultura está presente em tudo e em todos.

4 – O financiamento da cultura

Os princípios brevemente explicitados neste capítulo são essenciais para uma gestão pública de cultura que se pretenda transformadora. A programação cultural deve ser sempre pluralista, sem interferências de gosto, de conteúdo ou de estética. Tal diversidade, no entanto, não pode deixar de perceber que o produto cultural encontra níveis variados de produção, circulação e fruição. E esta diferença de níveis leva a diferentes formas de financiamento e fomento.

Parte da produção artística terá sempre espaço no mercado, muitas vezes com pouca inovação, é fato. Porém, é preciso quebrar preconceitos e reconhecer que o mercado também abre espaço para produtos de excelente qualidade, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo. Como determinados produtos culturais já desenvolveram seus mecanismos de financiamento, devem ficar a cargo da iniciativa privada. Mas existem produtos culturais que a iniciativa privada se revela incapaz de promover, cabendo ao poder público suprir essa insuficiência, assegurando uma múltipla oferta de bens culturais.

Ao poder público cabe dar suporte, prioritariamente, a:

a) Formação cultural continuada.

b) Experimentação, pesquisa e inovação estética.

c) Expressões da diversidade cultural.

d) Conservação e preservação do patrimônio cultural.

e) Produções artísticas que representam um efetivo patrimônio cultural (consagrados solistas ou orquestras, grupos nacionais ou estrangeiros com significativa contribuição para as artes, grandes exposições etc.). Mesmo quando encontram patrocínio privado, essas produções dependem do apoio público em função de sua complexidade e custo.

Estes são critérios que difundem a cultura e a arte em sua melhor expressão e preservam o que há de mais específico nos valores culturais: a criação simbólica. Longe de representar uma imposição do Estado, uma gestão de cultura fundada em tais princípios liberta o indivíduo e amplia seu repertório cultural; não faz imposições ou estabelece regras; valoriza a arte e não a submete a fórmulas fáceis ou esquemáticas; dignifica a criação e a humanidade.

Desde os anos 90, fala-se de financiamento da cultura como se houvesse uma única fonte possível de recursos: a renúncia fiscal. O principal exemplo é a lei conhecida como Rouanet e várias outras que preveem renúncia de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços nos estados e imposto predial e territorial ou sobre serviços nos municípios. Ao final da primeira década do século XXI, talvez não tenhamos condições de prescindir dessas leis de renúncia fiscal, mas, definitivamente, esse não é o melhor caminho para a democratização e o desenvolvimento da cultura. Ao promover a renúncia fiscal, o que se faz é transferir para o mercado (leia-se, diretores e gerentes de marketing das empresas privadas) a decisão sobre a aplicação de recursos públicos. A renúncia fiscal não agrega novos recursos à cultura, apenas transfere recursos arrecadados por toda a sociedade para a decisão de alguns. Impostos que seriam pagos de qualquer maneira tornam-se ferramentas de promoção e marketing privados. E sob uma lógica que não é pública, e sim de mercado.

Entre 2002 e 2007 a arrecadação da lei Rouanet saltou de R$ 200 milhões para R$ 950 milhões. Um salto considerável, que poderia fazer a felicidade de todos os produtores, artistas e público. No entanto, a insatisfação é geral. Isso ocorre porque a concentração no acesso a esses recursos é ainda maior. E a concentração é uma característica do capitalismo de nossos tempos, que também se reproduz no mercado cultural. Os dados são inquestionáveis: 80% dos recursos captados ficam concentrados no eixo Rio-São Paulo e 3% do total dos proponentes de projetos culturais captam 50% dos patrocínios. Outros 20% de proponentes ficam com o restante dos recursos, sendo que quase 80% dos autores de propostas culturais a serem incentivadas nada captam. Uma concentração inacreditável, em que 3% significam menos de 100 pessoas, empresas ou instituições.

A proposta de reformulação dessa lei de incentivo à cultura, apresentada

pelo Ministério da Cultura, abre outro caminho, o fortalecimento de fundos públicos. Se o recurso é oriundo de impostos, de todos, portanto, é preciso que sua aplicação seja submetida a regras públicas. De forma objetiva: quanto mais um projeto investir na experimentação e pesquisa, na formação continuada, na ampliação do acesso, mais incentivo terá; outros projetos, mais voltados à repetição e fórmulas fáceis do mercado, continuariam contando com o mecanismo da renúncia fiscal, mas numa proporção menor. Concomitante, são fortalecidos os fundos setoriais da cultura, fazendo com que, paulatinamente, a maior parte dos recursos públicos seja aplicada mediante editais e seleção pública.

Podem ocorrer distorções também com o fundo público de cultura? Claro. Mas por terem natureza pública, a capacidade da sociedade em combater esses desvirtuamentos também é muito maior. Daí a importância de se colocar o tema em programas de governo. E enfrentar o desafio. Se a cultura e a arte realmente são consideradas importantes, cabe à sociedade destinar-lhes recursos e definir uma política pública consistente, com critérios objetivos e transparentes.

O mercado não é a única alternativa possível. Pelo contrário, com 30 anos de experiência em gestão de cultura, diria que, no lugar de acrescentar recursos privados à cultura, essas leis talvez tenham mais subtraído que acrescentado recursos novos à cultura. O aporte efetivamente privado nas leis de renúncia fiscal é de apenas 10% do total captado. Melhor seria o investimento direto dos recursos públicos. Além de concentrador do ponto de vista dos proponentes, esses mecanismos são concentradores no que diz respeito à distribuição geográfica, social e mesmo estética. Por privilegiarem apenas uma dimensão da cultura, a produção, esses mecanismos inflacionaram custos, inviabilizando produções outrora sustentáveis, que dependiam apenas da bilheteria para se manter. Um conjunto de distorções que, sem dúvida, precisa de uma regulamentação mais sofisticada.

Há outras alternativas para o financiamento da preservação, formação, produção e difusão cultural que começam a se apresentar de forma mais consistente. Sem dúvida, o marketing cultural é uma ferramenta importante para um sistema de captação de recursos; mas, nem que seja paulatinamente, ele deve prevalecer por agregar valor social à marca do patrocinador, e não necessariamente pela renúncia fiscal. Nesse processo, a opinião pública tem um grande

papel; de um lado, buscando a ampliação do orçamento para a cultura; de outro, cobrando uma presença mais consistente da iniciativa privada, desde pequenas e grandes empresas até doações individuais, prática muito comum em vários países, mas pouco adotada no Brasil. Muitos são os casos de multinacionais que destinam milhões de dólares para a cultura em seus países de origem e fazem isso contando apenas com os atributos próprios do marketing cultural, sem precisar de renúncia fiscal ou incentivos do governo. Cabe sensibilizá-las para assumir a mesma atitude em nosso país.

Em 2009, o ministro Juca Ferreira e toda sua equipe jogaram-se em debate. Abriu-se um processo de consulta pública para a reformulação da lei Rouanet, debates por todo o país, entrevistas, troca de opiniões, acolhimento de propostas. Inicialmente houve resistência, principalmente dos setores que concentravam a captação desses recursos, mas, ao final, pode-se dizer que a opinião pública (ao menos a parte que se mobilizou no debate) percebeu que era preciso mudar. Até os grandes grupos empresariais e financiadores assumiram que era preciso haver mais investimento privado.

Novos recursos vão surgindo. O Vale Cultura (um vale mensal de R$ 50 para todos os trabalhadores da iniciativa privada, destinado à aquisição de ingressos em teatros, cinemas, compra de livros, discos) apresenta uma outra forma de financiar a cultura, não mais pela produção, mas pelo consumo. Um consumo livre, em que o trabalhador decide o que consumir, podendo levar sua família a uma peça de teatro, ao cinema. O recurso individual do vale ainda é pequeno, mas a soma é significativa, R$ 7 bilhões por ano, seis vezes o valor captado por meio da lei Rouanet. Com isso há uma inversão no processo de investimento cultural, estimulando empresários a abrir livrarias em cidades ou regiões que não as têm, novas salas de cinema, e novos circuitos culturais. Um novo processo, em que a cultura vai se fazendo presente na cesta básica de todo brasileiro.

5 – Cidadania cultural

A prática que envolve o conceito de cidadania cultural deve ter como alicerce o desenvolvimento efetivo dos conceitos de patrimônio cultural, for-

mação, informação, criação, distribuição e acesso. Essa prática não se realiza instantaneamente, pois tem um caminho longo a percorrer: sofre recuos, depende de avaliações e, normalmente, é incompreendida no momento de sua aplicação. Em um processo de transformação social são as mentalidades que mudam mais lentamente, mas sem um início de mudança neste campo não há transformação possível.

Gestão é definição de política, implica em tomada de posição, de campo ideológico e não pode ser confundida com processo neutro. Uma gestão competente e comprometida deve apresentar uma conduta pública coerente, em que os conceitos e políticas apresentados à sociedade permitam a construção de consensos, transformando suas realizações em conquistas da cidadania. A eficiência da gestão, para além de um bom gerenciamento, demanda instrumentos de mediação e diálogo com o público. Por isso, os Conselhos são estratégicos, pois são eles (desde que representativos) que viabilizam essa mediação entre o poder público e a sociedade. Uma postura democrática de governo deixa abertas possibilidades para experiências alternativas e não deve pretender, a cada novo mandato, "inventar a pólvora", cabendo aproveitar aquilo que é positivo e indo adiante rumo a uma efetiva e consistente transformação. Aprofundando o processo de mudança, sem nunca acomodar-se.

Mais que executar, uma ação cultural de caráter transformador deve liberar potencialidades da sociedade, abrindo espaço para o protagonismo da própria sociedade. Cabe estar junto, fomentar, instigar. Cabe servir e não se servir. Estas são regras básicas, que devem ser seguidas por todos os servidores públicos, desde aqueles com menor grau de responsabilidade até os titulares do comando de suas pastas.

Escutar mais e assumir uma postura mais humilde e menos impositiva quanto à proposição e execução de programas faz a administração pública crescer e a coloca no importante papel de articuladora de recursos e potencialidades. Com isso, poderemos romper com a ideia do Estado onipresente e autoritário, reconhecendo na sociedade – e em todos os cidadãos – a principal fonte de produção da cultura. Este é o caminho que, ao longo de cinco anos, busquei trilhar com o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura. Espero tê-lo desempenhado a contento e espero, com isso, ter contribuído para um outro padrão de

gestão pública da cultura, pautado pelo conceito da cidadania cultural.

A cultura está presente e permeia todas as ações da sociedade. A resignação ou inconformismo com que o cidadão encara sua realidade é, sobretudo, uma conduta cultural. O próprio fato de o indivíduo se perceber enquanto cidadão é fruto de condicionantes culturais e históricas. Uma ação de governo que se pretenda progressista ou transformadora tem a cultura como prioridade. A cultura não pode ser confundida com eventos isolados, que se encerram em si mesmos. Muito menos deve ser reduzida ao entretenimento, ou às belas-artes e à "alta cultura", erudita e hermética. Cultura é um pouco disso, mas seu conceito incorpora também referências históricas, costumes, condutas, desejos e reflexões. Evidentemente, o produto artístico – como concretização de um processo – tem um papel importante e, muitas vezes, é por essas obras que as pessoas tomam contato, pela primeira vez, com determinadas obras de arte; e são tocadas por elas. Antes de tudo, cultura é abrir-se para o campo do sensível e também para o cultivo da mente, ou, nas palavras de Bertolt Brecht, "é pensar, é descobrir".

Democratizar a cultura significa amplificar o acesso aos bens culturais universais, permitindo que as pessoas elevem-se à autoconsciência. Ampliar o raio de ação da produção cultural – e não adaptá-la, moldá-la, enfraquecê-la – permite que o indivíduo se aproprie de instrumentos capazes de romper a falsa consciência, alienada e particularista, que o impede de desenvolver uma postura crítica diante do mundo em que vive. "Deve-se elevar a cultura do povo!", defendia Maiakovski.

A distinção entre cultura erudita e de massa e destas em relação à cultura popular é uma maneira de hierarquizar culturas e assegurar a sobrevivência de um regime social. Essa diferenciação apresenta a elite como detentora de um saber e bom gosto que a legitima ao pleno exercício do poder. À massa – como se existisse esta categoria amorfa e compacta – é oferecida uma cultura pasteurizada, feita para atender necessidades e gostos medianos de um público que não deve questionar o que consome. Manter essa distinção é manter um status de dominação. Romper com essa realidade, difundindo uma cultura que seja um meio de crítica e conhecimento, é o caminho para a ampliação da cidadania. Vista desse modo, a cultura deixa de ser um bem secundário em um país de tantas carências e passa a ser um bem social, assim como as áreas de

saúde e educação. Por esses motivos, uma gestão pública de cultura deve ser entendida como prioritária e social; alavanca de transformações.

Em resumo

Uma política pública de cultura pautada pelo princípio da cidadania cultural deve ser administrada de forma integrada, sistêmica. Reconhecendo no patrimônio histórico e cultural a base para toda a sua ação, preservando todos os bens que se constituem em referências fundamentais para a afirmação e construção de nossas identidades e, ao mesmo tempo em que forma identidades, não teme a diferença. Importar cultura. Exportar cultura. Esse é o motor da mudança: pelo intercâmbio e a troca nos desenvolvemos. A cultura forma consciências, oferece alternativas, amplia o repertório cultural do povo; informa, democratiza o conhecimento, respeita as diferenças, fomenta a produção criativa. Convida as pessoas a refletirem sobre sua realidade. Cria. Transforma.

Antes

O programa Cultura Viva foi escrito em duas noites e em 45 dias o edital para seleção de Pontos de Cultura estava lançado. Tudo com uma equipe de pouco mais de dez pessoas, pequeno orçamento e instalações precárias. Quando me perguntam como tinha segurança que daria certo, simplesmente respondo: "Foi o antes".

Antes de ir para o Ministério da Cultura, trabalhei como diretor de promoções esportivas e lazer na cidade de São Paulo. Uma área nova, o esporte. Igualmente um departamento pequeno e com poucos recursos, alocados praticamente em um único programa: jogos e competições esportivas, principalmente o futebol de várzea. Precisava mudar. O esporte nunca me apeteceu e sei que me perderia entre tabelas de jogos, competições e entrega de troféus. Era preciso agir rápido antes que fosse engolido pela máquina. Um novo programa: Viva São Paulo.

A ideia chave foi promover a apropriação pública da cidade pelo lazer. Em torno do programa, ações: Nossa Rua (antes, Rua de Lazer); Jogos Urbanos

TT Catalão

e Corridas de Rua; Ludicidade, com brinquedotecas, cultura infantil e parques lúdicos; Viva SP no Verão; Agentes Comunitários de Lazer, e Recreio nas Férias.

Trouxe o Recreio nas Férias de uma experiência anterior, como secretário de cultura na cidade de Campinas. A ideia partiu do educador Antonio Carlos Gomes da Costa, à época trabalhando no Unicef, logo após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Como estávamos sob o governo Collor, amplamente rejeitado pela esquerda, não houve boa acolhida nas grandes cidades do país. Mas o dinheiro destinado às cidades não era de um governo e sim da sociedade (o valor destinado a Campinas foi de US$ 300 mil, não mais que isto) e as exigências e diretrizes federais, razoáveis: atendimento de 30 mil crianças da escola pública durante uma semana, oferecendo lanche e atividades recreativas. Aceitei o desafio. Em um mês o programa estava pronto.

Abrimos as inscrições em bairros da periferia e favelas. Há muitas crianças por aí. Foram 90 mil inscrições em julho de 1990. Crianças do ensino fundamental, também adolescentes, além de crianças bem pequenas, dessas que passam o dia sob cuidado de irmãos um pouco mais velhos e que não teriam onde ficar caso seus irmãos quisessem um pouco de lazer. Também crianças com necessidades especiais, com síndrome de Down, filhos de presidiários, que visitam seus pais aos finais de semana, cegos. Atendemos todos. Lembro-me das filas de inscrição sob o céu seco de inverno, enfrentando poeira entre casas precárias, nenhuma árvore, praça ou equipamento social à volta. É para essas pessoas que trabalhamos.

Deu certo. Vivenciamos o milagre da multiplicação da festa. O dinheiro era pouco, mas suficiente para contratar artistas e estudantes como monitores, oferecer um bom lanche e ônibus para os passeios. No presídio, os próprios detentos foram contratados como monitores, bastava uma habilidade cultural ou recreativa, como fazer uma pipa, contar uma história, apitar um jogo. Cada espaço disponível na cidade foi utilizado. Enquanto uma turma brincava nos parques da cidade, outros iam ver uma peça de teatro, nadar e jogar em uma praça de esportes nos bairros mais centrais, visitar um museu ou passear de maria-fumaça. Em rodízio, outras crianças e adolescentes permaneciam em atividades nos centros comunitários, salões paroquiais, futuras casas de cultura, ou, simplesmente, brincavam nas ruas fechadas ao trânsito de veículos.

Foi tão intenso que o Unicef veio conhecer a experiência. Nas férias seguintes, mais crianças, 180 mil (creio que quase toda a população infanto-juvenil da cidade). Até grupos de idosos se inscreveram. E foram aceitos. Foi além da conta. No inverno de 1991, retornamos para 100 mil; mesmo assim uma boa quantidade de gente brincando e se apropriando da cidade.

Com a mudança no governo municipal o Recreio acabou.

Oito anos depois tive a felicidade de poder retomar esse projeto na cidade de São Paulo e fico feliz em saber que a prefeitura o manteve e que o Ministério do Esporte começa a implantar o Recreio em todo o país. Aos poucos, nossa cultura política avança e os bons projetos sobrevivem para além dos partidos.

As condições financeiras e materiais de São Paulo foram melhores. Financiado pelo orçamento da secretaria de educação do município, aproveitamos o Recreio nas Férias para oferecer formação lúdica e recreativa para professores, em parceria com o Sesc. Foram milhares de passeios, visitas a teatros, museus, clubes, parques, circos. Ao todo, 800 polos de férias (escolas, centros esportivos, parques, escolas de samba e espaços comunitários), centenas de ônibus, toneladas de alimentos, milhares de bolas, brinquedos e materiais culturais adquiridos; 5 mil professores e monitores, outro tanto de voluntários e 200 mil crianças fazendo o Recreio nas Férias. Tudo na dimensão da maior cidade do país. E mantendo o mesmo princípio lançado em Campinas, integração de serviço público com ação voluntária, ocupando cada espaço disponível e rompendo barreiras geográficas e sociais, visíveis ou invisíveis. Uma acupuntura social feita com, para e a partir das crianças.

Do objetivo de promover a "apropriação pública da cidade pelo lazer", a observação que mais chamou minha atenção foi a sutil percepção de um menino, morador de Ermelino Matarazzo, bairro pobre da zona leste de São Paulo. Como tantos outros, sem árvores nas ruas, praças ou equipamentos culturais. A via marginal do rio Tietê atravessa esse bairro com seu trânsito infernal de carros e caminhões. Com o Recreio, o menino saiu pela primeira vez de sua região e pôde atravessar a cidade para conhecer seu principal parque: o Ibirapuera. Ele disse: "Aqui, até o ar é diferente!". Havia mudado para São Paulo há poucos meses, antes morava em um distrito rural, cheio de verde e um rio, que ainda permitia remar e pescar pequenos peixes. Para mim, a cidade de São Paulo era

poluída por igual. Engano. Há lugares onde há muito mais monóxido de carbono concentrado; há lugares em que olhos e narinas ardem mais e a bronquite é mais cruel. Em um mundo desigual, até a qualidade do ar é desigualmente distribuída. Foi o que o menino fez com que eu percebesse.

Em São Paulo faltam espaços de lazer. Por isso, desde a década de 1970, criou-se um programa de ruas de lazer. Um programa simples. Os vizinhos fazem um abaixo-assinado solicitando a interrupção do trânsito de veículos em suas ruas; em caso de autorização, os moradores ganham dois cavaletes, uma placa de rua e o direito de ocupá-la com jogos e brincadeiras aos domingos e feriados. Com o tempo o programa se burocratizou e perdeu fôlego. Valia a pena retomá-lo em novas bases. Surge o Nossa Rua, com distribuição de bolas, jogos, tabuleiros de xadrez e damas, cesta para basquete de rua, rede de vôlei e minigol. Material de uso comum a exercitar um lazer comum.

De todos os brinquedos distribuídos, o mais emblemático é o minigol. O futebol pode ser um meio de integração e também de discórdia (que o digam as torcidas organizadas); praticado na rua é fonte constante de conflito entre vizinhos, a bola cai no quintal dos outros (quase sempre no quintal de quem não está jogando), no carro dos outros, quebra vidraças. Com o minigol os jogadores têm que mudar sua forma de jogar bola, precisam chutar baixo, caso contrário não marcam gol. Há também os times mistos de futebol de rua. Aprendi com uma experiência desenvolvida na Colômbia. Meninos e meninas em um mesmo jogo, sem regras preestabelecidas, que precisam ser pactuadas a cada nova partida. Um exercício de negociação a cada novo encontro. Há apenas uma regra que não pode ser mudada: o primeiro gol sempre tem que ser feito por uma menina, se for menino o gol é anulado e o jogo não sai do zero a zero. Com o tempo as meninas tornam-se mais ofensivas e os meninos mais gentis. Sutis exercícios de convivência e paz em uma cultura de vizinhança.

E a ação Ludicidade. As brinquedotecas como ambientes lúdicos a integrar gerações. Velhos a contar histórias para crianças, construir e consertar brinquedos, crianças de diferentes idades ensinando brincadeiras umas às outras.

E os Agentes Comunitários de Lazer. Formamos 5 mil. Todos recebendo uma bolsa de trabalho da prefeitura, além de capacitação como pipeiros (construção de pipas – descobri que há uma imensa economia da pipa na periferia

de São Paulo), monitores de xadrez, árbitros (recentemente tive a boa notícia de que alguns destes agentes já atuam profissionalmente em jogos de futebol de São Paulo), recreadores, animadores culturais e de lazer. Como parte da formação, trabalho comunitário.

E corridas de rua. São Paulo é conhecida por suas grandes corridas, a Maratona, a São Silvestre no último dia do ano. Há outras, muitas mais. Intensificamo-las. Em 3 anos de trabalho chegamos a 50 corridas, com no mínimo 3 mil participantes, praticamente uma para cada semana do ano. Corridas em parques, noturnas, na zona leste, no centro histórico, na zona norte. Gente cuidando do corpo e conhecendo uma cidade que não enxergam quando estão em seus carros.

No verão nem todos saem de São Paulo. Por isso, piscinas abertas, usadas intensamente, brincadeiras com água, teatro em piscinas, jogos de verão. Viva São Paulo no Verão.

Esse conjunto de ações fez o Viva São Paulo.

Também havia um programa de esporte comunitário, com ex-atletas, principalmente jogadores do futebol profissional que, ao envelhecer, deixavam os estádios e não encontravam um sentido em suas novas atribuições profissionais (quando as encontram). Desde o final do século XX havia um programa da prefeitura de São Paulo que contratava ex-atletas para monitorarem oficinas de futebol para crianças. O problema é que o programa pouco promovia de ação contínua com as crianças e era muito utilizado como meio de promoção política do governo, que preferia apresentar esses ídolos populares em comícios e inaugurações. Com a nova gestão na prefeitura, pensou-se em encerrar o programa, tido como demagógico.

Coube a mim, que nunca joguei futebol, torcedor apenas em Copa do Mundo, estudar a situação. Apesar das distorções, valia a pena pensar o programa com mais cuidado. Quem eram esses jogadores? O que queriam? O que faziam? Gente do povo, que conheceu o sucesso, encantou multidões nos estádios, outros nem tão conhecidos, mas dedicados atletas, que só sabiam fazer uma coisa: jogar futebol. A paixão nacional. A carreira de jogador de futebol não é fácil, muito efêmera, e são poucos os jogadores que conseguem se estruturar financeiramente após esse período. Passado o tempo de glória, resta a

lembrança e o reconhecimento dos torcedores mais fiéis.

Na periferia de São Paulo, por vezes, o único espaço de lazer é o campo de futebol. Em áreas densamente povoadas, em que cada metro quadrado de um pequeno terreno é ocupado por habitações precárias e apertadas, o campo de futebol é a única área livre que se respeita. Lugares tão desassistidos que o próprio Estado pouco chega. Áreas violentas, dominadas por quadrilhas, em que o povo é exposto ao abandono. E cheias de crianças. Nossos profissionais de educação física eram poucos e menos ainda os que se dispunham a trabalhar nesses lugares. Mas contávamos com os velhos jogadores. A maioria deles, saída de lugares assim.

Nasce o Mais Esporte. Programa de esporte comunitário para crianças e adolescentes. Além do futebol, incluímos vôlei, basquete, atletismo, capoeira, xadrez, boxe. Em campos de várzea, clubes comunitários e centros esportivos. Oferecido por ex-atletas, agora "difusores esportivos" (foi o termo que encontramos para justificar seu peculiar contrato), auxiliados por um agente da comunidade e orientados por profissionais de educação física. Cada ex-atleta tornou-se tutor de um núcleo entre 200 e 300 crianças. Foi minha primeira experiência com griôs (palavra que ainda nem conhecia). Griôs do Esporte, porque a alma de um povo também se expressa no jeito que ele joga.

Antes de São Paulo, vivia em Sousas, distrito rural de Campinas. Trabalhava no museu da cidade como historiador e tinha uma pequena empresa de produção cultural com minha mulher. Foi lá que criamos nossas filhas. Nossa empresa, apesar de privada, buscava um sentido público e quase todos os eventos realizados tinham entrada franca, em sua maioria concertos de música popular brasileira, jazz, erudita; chegamos a produzir 150 apresentações em um ano. Com pequenos patrocínios e apoios realizávamos os projetos sem utilizar do mecanismo da renúncia fiscal; por realismo (a lei Rouanet segue a lógica do mercado, é concentradora e pouco atende o interior do Brasil) e também por princípio. Assim tangenciei a política pública. Depois do trabalho, buscava minhas filhas na escola e levava-as à ginástica olímpica. Na volta, McDonald's, Habib's, pizza; um vídeo. Uma viagem de férias por ano, pequenas viagens nos feriados. Aos sábados, comida italiana da Pasta per Tutti (nunca mais encontrei canelones tão bons), ida ao clube. Aos domingos, leitura da "Folha", à noite um cinema com a esposa. Ah,

duas ou três vezes por semana eu remava no rio de minha aldeia, o Atibaia.

Assim passaram-se oito anos.

Foi nessa época que pedi meu reingresso ao PCdoB, mas minha militância restringiu-se à contribuição financeira e participação em reuniões esporádicas. Acompanhava a política pelo jornal e a realidade pela janela do meu carro. Certa vez, voltando de São Paulo, vi o rosto de um menino pedindo o recibo do pedágio que acabara de pagar. Não poderia alimentar uma situação em que crianças tinham que correr na rodovia para pegar pedaços de papel jogados pela janela dos carros que passavam. Não dei. Meses depois, li que um menino morreu atropelado naquele posto de pedágio e que esses acidentes eram frequentes. Um poema foi tudo que pude fazer por ele (ou por mim):

O Moleque do Pedágio

Todo dia lá está
o moleque do pedágio.
Olhando a rota
que o asfalto corta.

Passam carros, passa gente;
caminhões, muita carga; tudo à venda
Muita gente, ônibus, automóveis, mais gente.
Na negra rota, passam sonhos também.

Com pressa,
rasgando o vento,
cortando o tempo.
E a rota corta.

Rota de alguns.
Sobre rios, montanhas,
entre colinas.
Separando gente.

Pra passar tem que pagar.
Na rota de alguns,
poucos passam.
Os muitos só veem.

Pagando, passa.
Circulam rápido,
sem olhar ao lado,
têm pressa, apenas pagam.

Mas ao lado, alguém vê.
E em seus olhos não passa o tempo, não passa o vento.
Nem passa sonho.
Só passa o dia, mais um dia.

No asfalto que corta,
o moleque do pedágio
encontra o sustento de mais um dia,
mantendo vivo o sonho de viver.

Uns passam no pedágio, mas não precisam do cupom.
Outros não passam, usam caminhos vicinais;
mas fingem que passam, compram cupons baratos
e os entregam ao patrão.

Esperteza curta, buscando sobreviver com mais tostões.
Quem tem não precisa, quem precisa não tem.
Todos se viram, encontram seu expediente,
seu lugar no Mercado.

O lugar do menino do pedágio é catar cupons.
Cupom jogado ao vento.
Cupom do pedágio, cupom que vira pão.
Cupom do seu sustento.

A cada dia na rota,
olhando o vento,
um novo dia de vender e receber
se apresenta e se arrebenta.

Pega, cata!
Pega! Mais um!
Mais um, moleque!
Rápido, depressa!

Mais um, moleque!
Ou você pega, ou outro moleque pega.
Vem rápido, cada cupom vale um pão
trocado no caminhão.

Não perca tempo!
Lá vai com o vento
mais um cupom jogado por quem não te viu.
E já acelerou, bem rápido, foi embora.

Olhe rápido, ouça bem
Lá vai mais um
Corre! Mais um moleque!
Pega, vale um pão!

Mais um, moleque!
Mais um, moleque!
Mais um...
...moleque que se foi.

Não sei se é um poema de boa ou má qualidade, só sei que ficou guardado em minha gaveta por mais de 10 anos e agora o reencontro.

Antes desse tempo de reclusão, fui secretário de cultura em Campinas.

Tenho consciência de que foi um bom trabalho, mas a experiência com a primeira gestão petista na cidade foi tumultuada, para dizer o mínimo. Ao final, estávamos todos arrebentados e perdidos. Tomei a decisão mais acertada para o momento: fui cuidar de minhas meninas, Thereza, Mariana e Carolina, e recolhi-me em Sousas. Nossa casa foi construída com financiamento da Caixa Econômica, em final de governo, com uma campanha frustrada para vereador ("Voto é Cultura" foi meu lema e tive menos de mil votos, um fiasco) e acompanhando a gestação de minha filha caçula. Foi uma opção de vida e a repetiria. Mas sei que escondi algo de mim mesmo.

Quatro anos antes, ao final de 1988, o Partido dos Trabalhadores ganhou as principais eleições no estado de São Paulo, além de Vitória e Porto Alegre. Apesar de jovem, tive uma participação decisiva no processo eleitoral em Campinas; dirigente do partido na cidade, fui um dos responsáveis pela formulação da estratégia eleitoral e desenvolvimento do programa de governo. Escolhemos Jacó Bittar, fundador do PT junto com Lula, nosso candidato, tendo por vice Antonio da Costa Santos, o arquiteto Toninho, anos depois eleito prefeito e logo assassinado no exercício do cargo.

"Campinas é oposição e oposição é PT", foi o lema de uma campanha com 13 pontos programáticos. Praticamente não contávamos com recursos financeiros (em dinheiro, a campanha do prefeito movimentou menos que o equivalente a US$ 50 mil) e os recursos materiais eram igualmente escassos, com uma campanha de rádio e TV quase voluntária, feita por amigos. Mas com militância forte. Como não tínhamos dinheiro para material gráfico em grande quantidade, camisetas, outdoors ou grandes painéis, decidimos pintar placas de madeira no Largo da Catedral, a praça mais movimentada da cidade. Aos sábados pela manhã, junto com o candidato a prefeito, íamos à praça para fazer placas de campanha em serigrafia, que eram distribuídas aos apoiadores, que, por vezes, traziam suas próprias camisetas para serem estampadas com a marca do PT. Na mesma praça, um prédio imenso dava abrigo ao comitê de campanha do candidato da situação e evidenciava o contraste de recursos.

Por dois meses íamos de casa em casa em mutirões diários e, ao final, comícios. Tudo com dois carros de som, palanque em caminhão, um trio de forró e muito discurso político. Acompanhei todo o processo e 15 dias antes das

eleições sabia que venceríamos. Era um turbilhão de gente. No início, manifestações silenciosas, olhares de apoio; depois, uma massa de gente em comícios que cresciam em progressão geométrica. Abandonei minha própria campanha para vereador e mergulhei na eleição principal.

Junto com o presidente do partido, fui o mais indicado nas prévias para vereador. Minha campanha, igualmente barata e baseada na militância, teve mais de 2 mil votos. Como material de divulgação, um único folheto em forma de dobradura; ele começava com um verso de Drummond: "São tão fortes as coisas. / Mas eu não sou as coisas / e me revolto", que uso como referência até hoje. Abrindo a dobradura, uma foto de Sebastião Salgado, no garimpo de Serra Pelada, em que um negro enorme, feito um gigante, segurava a ponta do fuzil de um policial, como se lhe dissesse "não tenho medo, entregue a arma, seu tempo acabou". A ditadura militar havia terminado três anos antes. Entre as partes da dobradura, meu histórico de militância social e política, e um poema/manifesto:

"REVOLTE-SE contra as pessoas não estarem mais se indignando; contra a hipocrisia e o cinismo dos que se julgam donos do país, dos que mentem com Planos Cruzados e obras faraônicas, dos que querem comprar e vender constituições. REVOLTE-SE contra os donos dos ônibus em que você é tratado como gado; contra quem fala de democracia por trás dos escudos da PM; contra tantos morarem tão mal e contra poucos morarem tão bem, mas com tanto medo. REVOLTE-SE contra a tristeza de quem tem a TV como única opção e contra os que acham que isso não tem importância, os que acham que cultura não é coisa séria; contra as dívidas de miséria e desespero de milhões e milhões de brasileiros e contra o envio para fora do país do dinheiro que daria para resgatá-las. REVOLTE-SE contra os aumentos do pão, do ônibus, do leite, do feijão, do ingresso do futebol..., da infelicidade e contra só os salários não aumentarem tanto; contra tratarem mulheres e crianças como objeto, contra os que comercializam sua saúde, sua vontade de viver, seu sangue. REVOLTE-SE contra a impunidade dos que constroem suas fortunas particulares com a vontade de viver e o trabalho alheio; contra seus impostos serem usados para mentir através de propaganda e contra o desprezo pelos serviços públicos e pelos direitos salariais dos servidores.

REVOLTE-SE contra aqueles que desprezam os seus sonhos".

"REVOLTE-SE e vá à Luta!" foi meu lema.

Fiquei como suplente de vereador, mas o principal era eleger o prefeito. Elegemos.

Começam os primeiros problemas. Decidimos divulgar o secretariado antes das eleições, como estratégia eleitoral. Assim transmitimos segurança aos eleitores indecisos, que perceberam que o governo de um sindicalista (Jacó tinha sido presidente do sindicato dos petroleiros) poderia contar com colaboradores preparados, vários professores universitários. Porém, com a eleição, os secretários sentiram-se donos de suas pastas, como se também tivessem sido eleitos. Alguns não admitiam interferência do prefeito em seus assuntos. Eu próprio, historiador de carreira na prefeitura, não tive espaço para trabalhar na Secretaria de Cultura no primeiro ano de governo. Houve divergências de condução em políticas setoriais. Na sequência, as dificuldades com a própria gestão da máquina, que não é fácil. Depois as negociações políticas, a pressão da Câmara dos Vereadores, com o governo em minoria. A greve dos servidores, minha categoria, da qual eu tinha sido o responsável pela criação do sindicato poucos meses antes. E mais disputas. E acomodações por cargos. E divergências. Em seis meses o governo estava cindido.

Acompanhei tudo na condição de assessor do prefeito, depois secretário de governo. Apesar do poder conferido, não gostava da função, pois preferia estar à frente de algo que pudesse executar diretamente. Reuniões intermináveis, divergências inventadas, que, no fundo, apenas escamoteavam a ausência de políticas bem formuladas. Como minha função era mediar a relação entre secretários, vereadores, partido e prefeito, meus dias tornaram-se infelizes e ineficazes. Um desgaste infernal. Mas o povo confiou em nós, era o nosso governo e tínhamos que fazê-lo dar certo.

O problema mais grave aconteceu em relação à tarifa de ônibus. Era tempo de inflação alta. No ano anterior, para evitar mais desgaste nas eleições, a prefeitura não tinha reajustado a tarifa de ônibus e, com a derrota eleitoral, deixou que o problema se arrastasse de modo que o ônus do aumento coubesse ao PT. De fato, a tarifa estava comprimida (US$ 0,30), mas logo em janeiro houve um novo plano econômico, o Plano Verão, que congelou todos os preços, impedindo que a prefeitura reajustasse a passagem. Os empresários de ônibus pressionaram degradando ainda mais o serviço. Fizemos uma intervenção em

uma das companhias. Ao final, negociação e a promessa de que haveria reajuste tarifário tão logo a realidade permitisse.

Depois de alguns meses houve o aumento. Lembro-me exatamente da data, 31 de julho de 1989, pois estava de licença para acompanhar o parto de minha primeira filha. Ocorre que o Plano Verão não tinha sido revogado e se a lei impedia aumento de salários, também impedia aumento de preços. Quando retornei ao trabalho, dia 5 de agosto, convenci o prefeito a revogar o aumento. O secretário dos transportes protestou pedindo demissão, alegando que fora desautorizado. Na sequência, todos os secretários (exceto eu e o chefe do gabinete do prefeito) entregam suas cartas de demissão em solidariedade ao secretário dos transportes. Agiam como se cada secretaria fosse um feudo em que o prefeito não poderia interferir. Uma catarse. Em seguida, todos os demais ocupantes de cargos de confiança pedem demissão, no total 400 pessoas, até chefes de seção ou praças públicas.

O prefeito cede e pede para que o secretário dos transportes reassuma o cargo. Aproveitando-se da situação de desentendimento, os empresários retiram os ônibus da cidade. Foi um caos. Campinas ganhou as manchetes da imprensa nacional. O modelo do que seria um governo de esquerda no país: divergências internas, o conflito com empresários, a cidade paralisada. Vivemos dias de cão.

As reuniões deslocam-se da prefeitura para o sindicato dos metalúrgicos e o tema principal, o problema real da tarifa de ônibus e o conflito com os empresários, dá lugar para a disputa entre direção do partido, secretários e o prefeito. Surreal. A cidade sem ônibus e as pessoas discutindo espaço de poder. Na condição de secretário de governo fui destacado para representar o prefeito nesses encontros. Em um deles resolvi passar antes no principal terminal de ônibus da cidade.

No terminal simplesmente não havia comando, milhares de pessoas acotovelavam-se para conseguir uma vaga nos poucos ônibus que ainda circulavam. Além de poucos ônibus (10%, 15% da frota), seus itinerários continuavam os mesmos, tortuosos, passando por ruas secundárias. E não havia um único dirigente municipal para apresentar uma alternativa de emergência. Não tive dúvida, faltei à reunião e assumi a direção do terminal. A solução foi simples, os ônibus

teriam que fazer trajetos apenas nas avenidas radiais e as pessoas teriam que percorrer a pé o restante do caminho. Ao menos estariam próximas de casa, pois era preciso diminuir rapidamente aquela aglomeração de gente, do contrário haveria um problema maior. Foi o que fiz.

Concentrei-me na solução do problema da falta de transporte público na cidade e deixei de ir às reuniões partidárias. Na sequência, com respaldo do prefeito, negociei com o governo do estado (mais críticas: "olhem só, estão negociando com Quércia!", dizia o diretório do PT) e a prefeitura da cidade de São Paulo, que cederam ônibus (cada governo cedeu 100 ônibus). Para alojar os motoristas que vinham junto com os ônibus, uma negociação mais delicada, com o exército. Meses antes, meu único material de campanha estampara a foto do povo enfrentando os militares. A realidade do governo mostrava-se mais complexa.

Chegamos ao fundo do poço, depois tudo voltou ao normal. Em termos.

As relações entre partido e prefeito foram se desgastando ainda mais. Uma crise após outra. Até que, no ano seguinte, com a saída do secretário de cultura, Marco Aurélio Garcia, pedi para deixar a secretaria de governo e assumir a cultura, uma pasta com bem menos poder aparente. Ironia. Marco Aurélio tinha sido meu mestre querido, professor de história na Unicamp, suas aulas tiveram papel fundamental para que revisse minha militância e deixasse o PCdoB. Ao assumir o cargo ocupado por ele, sabia que o preço seria deixar o PT.

Na Secretaria de Cultura e Turismo de Campinas, pude exercitar o prazer de ser governo e realizar coisas. De imediato, o Recreio. Quase em paralelo, as Casas de Cultura, que foram a base para a formulação do atual conceito e teoria de Ponto de Cultura. E também os tombamentos, a regulamentação e inventário das áreas envoltórias do patrimônio histórico; os museus, o arquivo histórico. A restauração da Lidgerwood e o Museu da Cidade, projeto de minha autoria, em que o museu se realizava no espaço urbano e, anos antes, tinha ganhado o prêmio de melhor projeto museológico do estado. Agora tinha condições de realizar na condição de secretário. O Lago do Café; a Pedreira do Chapadão, batizada de Praça Maior pelo prefeito e agora amigo, Jacó Bittar; a gestão ambiental da Mata Santa Genebra.

Em um ano, a programação cultural da cidade teve seu público semes-

tral elevado de 22 mil para 105 mil pagantes. Novamente Campinas chamou a atenção de todo o Brasil ("Explosão nos palcos de Campinas!", dizia manchete da revista "Veja"), desta vez não mais por uma crise, mas pela qualidade da programação e suas estreias nacionais. "Macbeth", com direção de Ulisses Cruz e elenco com Antonio Fagundes e Vera Fischer, teve 14 mil pessoas de público em duas semanas, sessões extras, filas e mais filas para comprar ingresso de teatro. Quando mal se falava em fundo público para a cultura e São Paulo (lei Mendonça) e outras cidades buscavam mecanismos de renúncia fiscal, assim como o Brasil (lei Rouanet), em Campinas criamos uma política de editais públicos, com orçamento direto do município. Tinha entre 29 e 30 anos, foi um bom momento em minha vida pública.

Chegar a uma campanha eleitoral vitoriosa e à aventura de ser governo foi resultado de uma experiência que integrou militância de esquerda, trabalho no serviço público e estudo (sem teoria a política se apequena). Vi e vivi toda a luta pela redemocratização do país. Ainda em 1988, um turbilhão de greves. A fundação do sindicato dos servidores públicos municipais de Campinas, assembleias com milhares de pessoas, passeatas que paralisavam a cidade, palavras de ordem, bandeiras de luta, negociação salarial, redação de manifestos. Como tinha sido gráfico na juventude, era eu próprio que imprimia os panfletos na madrugada; antes, a redação deles; antes, as reuniões de avaliação; antes, as assembleias e deliberações. Horas depois, a distribuição dos panfletos nas unidades de trabalho; depois, os piquetes e a greve; depois a concentração na sede da prefeitura, o Palácio dos Jequitibás; depois, as negociações salariais, com equipes técnicas e prefeito. Ao final do dia, nova assembleia. E tudo novamente.

Apesar do radicalismo no conteúdo, havia uma cordialidade na forma. As greves foram sempre muito rápidas (a mais longa delas, no final de 1988, durou seis dias), para evitar que a população fosse prejudicada. Os piquetes, pacíficos. Houve uma ocasião em que o prefeito postou-se sozinho na entrada da prefeitura; para evitar que as pessoas se intimidassem e interrompessem a greve, coloquei-me a falar. Por 90 minutos, sem parar, li decretos que garantiam o direito de greve, falava da democracia, do serviço público. Até que o prefeito desistiu e ninguém entrou para o trabalho. Greves com muita adesão e consciência, assim conseguimos reajustes significativos.

"Este homem é um leão!". Ouvi esta frase de um servidor da limpeza pública, senhor Raimundo, em certa ocasião, quando, dias depois, fazia mutirão de campanha eleitoral e passei na frente de sua casa, numa rua sem asfalto ou esgoto, na periferia da cidade. Ele estava na sala, cortando um queijo e bebendo cerveja, comprados com o aumento de salário conquistado pela greve. Fez questão que eu entrasse e apresentou-me a toda a família. Sua recepção calorosa e entre quatro paredes foi o melhor reconhecimento que podia ter tido, compensando em muito as derrotas em eleições sindicais ou mesmo em diretórios acadêmicos. Sei que participava de chapas combativas e com propostas inovadoras, mas, por algum motivo, perdíamos por poucos votos.

No IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp), só fui do centro acadêmico quando calouro. A Chapa 25 (em referência à fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, a Revolução dos Cravos em Portugal – 25 de abril –, a independência de Moçambique, a volta de João Amazonas ao Brasil – 25 de novembro) foi derrotada por 17 votos – ao menos não foram 25. Com Abril, chapa para o DCE, em que propúnhamos a convocação de uma constituinte estudantil, nova derrota. Mas não desistia e ao final de meu tempo como estudante, em uma vitória apertada (19 votos) fui coordenador geral do DCE (Diretório Central dos Estudantes) pela chapa Fênix – renascer das cinzas. Nas eleições sindicais, a mesma coisa; Livre para Voar e chapa Vermelha; apesar do entusiasmo e da militância, perdíamos por pouco. Quando finalmente poderia assumir como presidente no sindicato que ajudei a fundar, fui para a política pública.

O prefeito da época era Magalhães Teixeira, o Grama, como era conhecido. Foi com ele que comecei a trabalhar na prefeitura, ainda adolescente, com 16 anos, na condição de gráfico, utilizando uma pequena impressora de mesa, uma Ricoh 1010. Apesar das diferenças, nos respeitávamos; democrata convicto, sempre mantivemos boa relação, tanto que pude seguir carreira e ser promovido diversas vezes, até a chefia da divisão de museus (uma espécie de terceiro escalão na prefeitura). Lembro-me que chegamos a idealizar uma ação comum, entre trabalhadores e administração municipal, o prêmio Servidor do Povo, para os funcionários mais dedicados, além de uma campanha para o fim do analfabetismo entre os servidores. Infelizmente essas ideias não foram adiante, ambos os lados diziam que sindicato e governo não podiam caminhar juntos. Grama foi

o primeiro prefeito a implantar um programa de renda mínima no Brasil, antes da Bolsa Escola ou Bolsa Família. Teve uma vida honrada e faleceu de câncer no exercício de seu segundo mandato. Por vezes nos encontrávamos nos concertos de música que eu produzia e certa vez o vi na fila do hospital universitário, aguardando calmamente a chamada para o tratamento, sem que aceitasse nenhum privilégio. Bom lembrar dele neste momento.

Entre reuniões partidárias, greves e organização do movimento popular, desenvolvia meu trabalho como historiador na prefeitura. A reformulação dos Museus do Bosque, o novo Museu do Índio, do Folclore, a captação de patrocínio (US$ 100 mil, sem lei Rouanet) para a reforma do Museu de História Natural, as exposições do Museu Histórico Municipal. Exposições itinerantes e temporárias: "História das Eleições no Brasil", "Memória do Trabalhador Ferroviário", "A Bomba de Hiroshima", "O Cometa no Tempo e no Espaço", "Cem Anos da Abolição", "Campinas Vai à Guerra", "A Cidade e os Sonhos" (estas duas últimas, realizadas anos depois, quando retornei ao Museu da Cidade após ter sido secretário). Mesmo sendo oposição ao governo municipal, me dedicava com afinco às minhas funções como servidor público. Somos inteiros, não há como separar conduta pessoal de militância política ou profissional. Foi o que aprendi com minha mãe, uma servidora pública.

E olhando para o lado, ouvindo as pessoas.

Vó Laudelina, uma empregada doméstica aposentada, vendedora de acarajé no bosque em que estavam os museus. Tão sábia e culta. Será que as pessoas que compravam seu acarajé sabiam disso? Militante comunista desde a juventude, começou na cidade de Santos, a cidade vermelha, formou tanta gente. E seu Manoel, e Eduardão e Eduardinho, Alceu. Guardas do museu.

E participando de movimentos.

A campanha das Diretas, Já!, uma vontade democrática que moveu milhões ao final da ditadura. Antes dela, as lutas populares, o Movimento de Defesa da Amazônia, os comitês de apoio às greves de metalúrgicos (por duas vezes fui preso por coletar alimentos), a reconstrução da UNE e o movimento estudantil, o Comitê Brasileiro pela Anistia, o Movimento Contra a Carestia e o ato na praça da Sé, com bombas e invasão de cães na catedral. Atos públicos dissolvidos a cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

Tudo isso me formou: movimentos, ideias e pessoas.

Paulão, um líder da favela. Morava em duas, pois tinha duas famílias. Negro esguio, tocava viola, cantava; mestre de festas populares, lutava por saúde e moradia, por um pedaço de chão para que seu povo pudesse viver com dignidade. Analfabeto, coube a mim acompanhar sua formação na teoria do PCdoB; lia em voz alta os documentos e textos partidários. Além do "Manifesto Comunista", "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem", de Engels, era o que ele mais gostava, texto longo, li duas vezes. Depois ele traduzia tudo para seu povo: "comunismo é comunhão, comunidade". E dava exemplo em suas atitudes.

Uma das favelas em que Paulão morava, no Jardim Flamboyant, ficava no meio de uma floresta de eucaliptos. Eram 400 barracos e um salão comunitário em que eu exibia filmes em 16 mm com um projetor do centro acadêmico. Um domingo por mês exibia filmes como "A luta do povo", "A hora e a vez de Augusto Matraga", "Vidas secas", "O cortiço", "Iracema, uma transa amazônica", "Jari", "Linha de montagem", "Braços cruzados, máquinas paradas", "O homem que virou suco". Não transigíamos na qualidade, nem subestimávamos o povo, só exibíamos bons filmes que, além de lá, passavam em tantos outros cantos da periferia. Como era tarde para voltar com o equipamento, dormia no barraco da família de Paulão.

Lembro do cheiro de eucalipto, o som das folhas movidas ao vento como se compusessem uma música forte e contínua. Certa vez um eucalipto caiu com o vento, destruindo barracos e matando uma família inteira. Fizemos uma reunião da célula do partido e decidimos urbanizar a favela, com arruamento e casas de alvenaria, construídas em mutirão. Os eucaliptos seriam retirados e vendidos, com o dinheiro compraríamos material de construção. Uma operação delicada, feita por etapas. Enquanto algumas famílias desmontavam seus barracos, ganhavam abrigo no barraco de outras. Com isso era possível tirar algumas árvores e fazer a urbanização e construção das casas. Paulão era um líder, servia seu povo. Sua família foi a última a ganhar uma casa de tijolo. Tijolo que fez falta em sua outra casa, no morro do Jardim Conceição. Certa vez uma bala perdida perfurou a parede do barraco de Paulão e entrou nas costas de seu filho Lúcio, que nunca mais andou. Depois disso ele parou de cantar e tocar sua viola:

"Oh Deus salve o oratório
Oh Deus salve o oratório
Onde Deus fez a morada, oiá, meu Deus
Onde Deus fez a morada, oiá

Onde mora o Calix Bento
Onde mora o Calix Bento
E a hóstia consagrada, oiá meu Deus
E a hóstia consagrada, oiá

De Jessé nasceu a vaura [sic]
De Jessé nasceu a vaura
E da vaura nasceu a flor, oiá meu Deus
Da vaura nasceu a flor, oiá

E da flor nasceu Maria
E da flor nasceu Maria
De Maria o Salvador, oiá meu Deus
De Maria o Salvador, oiá".

Esse foi Paulão, fui formá-lo e ele me formou.

E a "Tribuna da Luta Operária". Fui "tribuneiro", aprendi a falar em público vendendo o jornal na praça, na porta das fábricas, nas escolas. Entre 1980 e 1982, cuidei da sucursal do jornal. Tempos difíceis. Fim da ditadura, ameaça a jornais alternativos, a bomba do Riocentro, atentados a bancas de jornais. Tempo de avanço e descobertas. Tantas lutas. Em uma delas fui sozinho cobrir uma greve na cidade de Salto. Primeira greve em uma pequena cidade do interior, metalúrgicos parados, polícia na porta da fábrica..., e um rapaz de cabelo comprido, barba rala e uma bolsa cheia de panfletos subversivos.

Tão logo cheguei o delegado deu ordem de prisão. Fui algemado e ia ser jogado no camburão (um veículo Brasília, adaptado para a polícia). Não podia ser preso, quase ninguém sabia que eu tinha ido para aquela cidade e os panfletos, para a época, eram comprometedores. Comecei a discursar para os

operários que estavam dentro da fábrica: palavras de ordem, brados contra a ditadura, pelos direitos do povo. Os policiais me agarravam pelos braços e pernas. Foi quando ouvi um grito em uníssono. Os operários derrubaram o portão, cercaram a viatura da polícia e fizeram o delegado recuar. Naquele dia fui Davi e sempre que lembro acho engraçado, o delegado com fala trêmula: "Ele é agitador profissional, ele é agitador profissional!". Fui solto e passei o dia na fábrica, negociando a pauta salarial com os patrões.

Em outra ocasião, a situação foi mais pesada. Numa madrugada fui pego pichando um muro com palavras de ordem contra a ditadura. Estava com outro amigo, Carlos Artioli; os policiais colocaram o revólver em nossas cabeças, fomos algemados e postos no camburão, não mais uma Brasília, mas um camburão de verdade. Fazia frio, estávamos com blusa de lã, a minha era verde. Na partida os policiais falaram com a delegacia pelo rádio, anunciaram que receberam um chamado em que dois elementos suspeitos corriam em um matagal perto do aeroporto de Viracopos. E deram nossa descrição. Se nos levassem correríamos sério risco. Novo discurso, não mais para uma plateia de operários, mas para o rádio do carro, na esperança de que do outro lado houvesse um policial mais sensato. De tão inusitado, os policiais ficaram sem ação e não desligaram o rádio. Por sorte o guarda da delegacia deu ordem para que nos encaminhassem imediatamente para lá. Fomos salvos.

Foram instantes em que experimentei a potência em sentido pleno. Puro poder. Momentos em que, por mais fraqueza aparente, foi possível encontrar força. "Um Ponto não se cria, se potencializa" é um dos enunciados da teoria do Ponto de Cultura. Todos temos nosso ponto de força, é preciso encontrá-lo e saber usar na forma e na hora certa. Nem que seja apenas com uma ideia e voz (nos dois sentidos), como na música do uruguaio Jorge Drexler:

"Hay tantas cosas
Yo solo preciso dos:
Mi guitarra y vos
Mi guitarra y vos".

Tempo de lutas populares e estudantis. Tempo de censura, prisões políticas, exílio, desaparecidos, repressão. Tempo de utopia. E havia festas. E frestas em que realizávamos passeatas de surpresa, pichações de protesto, reuniões

clandestinas e assembleias. Foi Lejeune Mihran, conhecido como Mato Grosso, um estudante de sociologia, gordo e generoso, quem me recrutou para o Partido Comunista do Brasil em 1978. Tinha 17 anos e já me interessava por essas coisas da política. No colégio, conheci um professor jovem, estudante da Unicamp, e comecei a vender o jornal "Movimento". Ao mesmo tempo, uma forma de militância, de conseguir algum dinheiro (ficava com 30% do valor de capa) e de ter acesso à informação crítica e independente.

No trabalho, como gráfico na Secretaria de Cultura, também tive acesso a peças de teatro, filmes alternativos e muita discussão. Guardo até hoje o livro "Diário da Libertação", de Amílcar Cabral, sobre a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde, que ganhei de Paulo Nilson, um estudante de arquitetura e diagramador do informativo cultural "Ver e Ouvir", que depois eu imprimia. O livro cita a única impressora do país, uma Ricoh 1010, doada pelo governo da Suécia, a mesma máquina que eu usava. Eles fizeram tanta coisa com ela. Eu também.

Ouvíamos a rádio Tirana em um aparelho TransGlobe e transcrevíamos os manifestos em texto, depois impresso na maquininha; sempre com o cuidado de levar o próprio papel para impressão. E pichações. Os muros eram nossa mídia livre. Quando da Anistia, forramos a cidade com a inscrição: "João Amazonas vem aí!". Nossa propaganda da madrugada permaneceu nos muros da cidade por anos. Mato Grosso esquadrinhou a cidade em vias radiais de modo que toda a população tomou conhecimento da chegada de nosso velho líder, mesmo sem saber quem era João Amazonas. Anos depois, usei essas mesmas radiais para evacuar as pessoas do terminal de ônibus (nunca se sabe onde teremos que aplicar nosso aprendizado, mas ele sempre será útil). Éramos meninos. E meninas também, muito lindas. Todos com brilho nos olhos que, por vezes, eram presos. Também pudera, o menino que colocamos para vigiar nossas incursões levava o apelido de Magoo, o personagem do desenho animado, quase cego, que vivia se metendo em encrenca. Mas, no dia seguinte, seguíamos em festa, iniciada na própria delegacia.

Encontrava tempo para tudo: pela manhã, estudo para o vestibular; à tarde, trabalho como gráfico; à noite, colégio; por vezes faltava às aulas para ir a reuniões, aos finais de semana mais reuniões; no meio, agitação política, debates acalorados. Quando aluno na Unicamp, a rotina mudou um pouco, mas

não muito, e até se intensificou, mesclava militância estudantil com movimento popular, e discursos em ônibus, feiras, praças.

E bandeiras vermelhas, que começavam a tremular livremente. "Bandeira comunista ameaça congresso da SBPC", dizia a manchete de um jornal. Quando do congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na Unicamp, aproveitamos esse momento de liberdade para desfraldar nossas bandeiras no alto da caixa d'água, no Ciclo Básico, em murais, da guerrilha do Araguaia à Constituinte Livre, Democrática e Soberana. Com coragem, fizemos propaganda de nossas ideias. E com romantismo. Depois de uma semana de intensa agitação, quando as bandeiras vermelhas já haviam sido recolhidas, passei a noite com minha namorada; por uma noite, uma manhã e uma tarde as bandeiras foram cama. E todos os camaradas nos procurando com receio de que havíamos sido sequestrados pela repressão.

"A bandeira do meu partido
é vermelha de um sonho antigo.
Cor da aurora que se levanta
levanta agora, levanta aurora!

Leva a esperança, minha bandeira
tu és criança a vida inteira.
Toda vermelha, sem uma lista,
minha bandeira que é socialista!

Estandarte puro, da nova era,
que todo mundo espera, espera.
Coração lindo, no céu flutuando,
te amo sorrindo, te amo cantando

Mas a bandeira do meu Partido
Vem entrelaçada com outra bandeira
a mais bela, a primeira
verde e amarela, a bandeira brasileira!".

Música que Jorge Mautner compôs em sua juventude e que, após 50 anos, continua cantando com o mesmo vigor. Passados 30 anos de militância e nestes mais de 5 anos com os Pontos de Cultura, visitando todos os cantos do Brasil, conhecendo gente criativa e generosa, que respeita o planeta, o país e seu povo, me redescubro em um ato de amor ao povo brasileiro e na convicção reforçada de comunista. Nós somos o que fazemos de nós e é o "antes" que nos faz ser o que somos.

A estrela Sol

Até pouco tempo eu estava convencido de que todas as boas referências de minha vida eram femininas. Minha avó, Cândida, complementava a renda da família com a máquina de costura e nem por isso deixava de brincar comigo, sempre acolhedora e presente. Lembro das tardes que passava ao seu lado, o som da Singer, a cantora. Minha mãe Elza, tão jovem e já tendo que cuidar de mim; trabalhava desde cedo e só pôde concluir o ensino médio depois de muitos anos, fazendo madureza à noite e estudando aos finais de semana. Aos sábados me levava para suas aulas; além desses momentos em que eu a acompanhava, os demais dias nos reservavam pouco tempo juntos. Lembro dela sempre alegre, mal se aproximava de casa e começava a cantar suas palavras inventadas: "ezuuuuupetê, ereeeeefetê...", nosso código secreto de amor entre mãe e filho.

Não conheci meu pai e minha mãe me criou sozinha, contando com a ajuda de sua irmã mais nova e de minha avó. Ela era o principal arrimo da fa-

TT Catalão

mília, morena clara de olhos verdes e cabelo bem preto. Tão linda. Quando vi pela primeira vez a Sofia Loren em um filme, fiquei espantado, era minha mãe; depois disso, não perdi um só filme com minha estrela preferida, tão valente, tão forte e delicada. Depois delas, outras "Vei" apareceram para aquecer e iluminar minha vida, todas radiantes.

Talvez poucos saibam, mas entre os índios taulipang, de Roraima, no norte do Brasil, a Sol é tratada no feminino, a Vei. Sim, no feminino, porque a Sol é uma estrela. Esta foi mais uma usurpação das sociedades patriarcais e a Sol deixou de ser estrela, sobrevivendo apenas na cultura de um povo com pouco mais de 200 pessoas. Nossa estrela mais próxima, a mais quente, a mais iluminada, fonte de vida e energia. A estrela do dia não poderia estar associada à mulher, tornaram-na astro-rei. Mesmo tendo conhecido a história dos taulipang há poucos anos, minha experiência de vida sempre indicou que a Sol é mulher.

Os homens da minha infância foram ausentes. Praticamente não tenho referências de meu pai e sempre que via o pai dos meus primos dava graças por ter sido criado por mulheres. Cresci sem modelo masculino. Também houve meu avô, mas ele desaparecia por dias, até semanas. Nesses momentos minha avó acendia uma vela para São Benedito e ficava rezando, mas nada falava. Nunca soube exatamente o motivo desses desaparecimentos, lembro-me apenas de uma ocasião em que ele foi procurado por umas pessoas estranhas, minha avó disse que ele estava produzindo uma encomenda de doces em Santos. Quando contestada por aqueles homens grosseiros, quase chorando, ela disse que ele desaparecia para jogar. Após irem embora perguntei se aquilo era verdade, e ela pediu para que nunca mais tocasse no assunto. Nunca mais perguntei. Havia o regresso e ele era amoroso. Fora esses momentos e a imagem da vela para São Benedito, não guardo referências dele, pelo menos até os meus 10 anos.

Meu avô era confeiteiro conceituado, "os melhores doces da cidade", minha avó dizia, mas teve que se aposentar por invalidez. Lembro que fazia doces, sonhos e empadas, e também tocava violino. Gostaria tanto de relembrar os sons de seu violino, talvez "Brasileirinho", "Carinhoso". Ou Django Reinhardt e seu violino cigano. Na verdade não sei se ele tocava jazz e talvez Django Reinhardt seja mais um desejo dos tempos de hoje, mas o exercício de memória faz com que nos confundamos entre desejos, lembranças e realidade. Quando fui ao ci-

nema assistir a "Um violinista no telhado", passei a entendê-lo melhor e, apesar das três horas de filme, fiquei para a sessão seguinte, pois assim economizaria o ingresso de uma inevitável volta. Isso foi quando ele já enfrentava um câncer, aos meus 13 anos.

Antes disso, entre 11 e 12 anos, o acompanhei na venda de empadas; levávamos dois cestos, um maior, que ele carregava, e outro menor, que ficava comigo. À noite, ele preparava a massa e o recheio, pela manhã bem cedo minha avó untava as forminhas, colocava a base da massa, o recheio e a cobertura folhada. Quando eu regressava da escola, logo após o almoço, levávamos as forminhas para assar no forno de alguma padaria em que ele havia trabalhado. Os mesmos fornos que lhe tiraram a saúde. Depois, a venda das empadas quentinhas.

Meu avô era querido na Vila Industrial, bairro proletário de Campinas, e poucos deixavam de comprar suas empadas. Eram boas as nossas caminhadas e nunca as considerei penosas, nem ao menos um trabalho, se bem que, ao final, sempre ganhava um gibi, uma Coca-Cola e um sonho na padaria; era a minha paga. Como menino de família pobre sabia que precisava ajudar e, em contraste com a imagem de minha avó e de minha mãe, meu avô aparentava fragilidade. Fizemos nossa trilha quase diariamente, por mais de um ano. O forno quente, a empada folhada que eu era um dos primeiros a comer. Até hoje peço empadas quando chego a algum lugar, como Swann no "Em busca do tempo perdido", ao molhar suas *madeleines* no chá. Mas nunca reencontrei as empadas de meu avô.

Talvez tenha reencontrado o gosto de suas empadas no exato momento em que decidi escrever esta história, minha história. Hoje chamaria nossa jornada de Trilha Griô, minhas caminhadas da empada. Meu avô era leitor voraz e adorava cinema, em nossas caminhadas aprendi a gostar de livros e filmes. "O velho e o mar", de Hemingway, "tudo nele era velho, exceto os olhos". "As vinhas da ira", de John Steinbeck, que primeiro ouvi em nossas caminhadas; depois, o filme de John Ford; na sequência, o livro. A marcha dos sem terra de Oklahoma, a vida de uma família em um caminhão, a luta contra a miséria, a exploração nas fazendas de pêssego da Califórnia, a solidariedade verdadeira que só se encontra entre os despossuídos, que não foram brutalizados pelo deus mercado. A ênfase com que meu avô contava trechos dessa história sobre a Grande Depressão

americana foi tão marcante que a conheço quase de cor.

"Mãe olhou. Havia dois vultos recortando-se na penumbra; um homem, deitado de costas, e um menino" [...] – "Esse galpão é seu?" (perguntou o menino) – "Não" – disse a Mãe – a gente entrou aqui por causa da chuva, mas não é nosso. 'Tamos' com uma moça doente aqui. Será que vocês têm algum cobertor seco para emprestar?" (o menino apanhou seu único cobertor e estendeu-o à Mãe que, após despir sua filha das roupas molhadas e aquecê-la com o cobertor, lançou uma pergunta sobre o estado de saúde do homem deitado) – *"Primeiro ele teve doente na colheita do algodão, agora está morrendo de fome"* (era o pai do menino que não comia há seis dias) . *"– Eu não sabia de nada, ele sempre me dizia que já tinha comido, ou então que não sentia fome. A noite passada eu entrei numa casa, quebrando a vidraça da janela e roubei um pão. Dei um pedaço para ele comer, mas vomitou tudo e ficou mais fraco ainda. Devia era tomar sopa, ou leite, ou coisas assim. Será que a senhora tem algum dinheiro para comprar leite?" Mãe disse: "Ssciu! Fica quietinho, a gente dá um jeito já, já". "-Ele tá morrendo!";* gritou o menino. *"Ssciu!",* fez Mãe, lançando olhares a Pai, tio John e Rosa de Sharon que, apesar da morte do filho recém-nascido, ainda tinha leite no peito e agora se aquecia, envolta no cobertor dado pelo menino. As duas mulheres se entenderam nas respectivas almas, não foi necessário dizer nada, apenas a troca de olhares e *"Ssciu!".* Saíram todos, só ficaram as duas e o homem. Com vagar, Rosa dobrou os joelhos e deitou-se ao lado dele. O homem esboçou um movimento negativo com a cabeça em um movimento fraco e muito lento. Rosa de Sharon desfez-se do cobertor, deixando os seios desnudos e disse: *"Tem que ser"* (a parte em itálico compõe os trechos finais do livro de Steinbeck).

A solidariedade dos "de baixo", como fala Milton Santos, me fez voltar para as histórias de meu avô. Foram caminhadas cheias de amparo e afeto e naquelas jornadas transbordavam cultura e sabedoria. Pena que por pouco tempo. Pensando bem, refletindo hoje, eu até poderia ter sido "poupado" daquelas jornadas; apesar de sermos uma família pobre, minhas "Vei" nunca deixaram que nada me faltasse. Nem as histórias de meu avô. Somente agora (agora mesmo, no momento em que escrevo este texto) compreendo que sem essas histórias talvez não tivesse chegado aos Pontos de Cultura.

Fomos juntos ao cinema uma única vez, para assistir "Spartacus", com

Kirk Douglas, dirigido por Stanley Kubrick. Mais uma história dos "de baixo", a revolta dos escravos que abalou Roma. Ao final foram derrotados. Derrotados não seria a palavra correta. Passados dois mil anos, o nome de Spartacus continua a atormentar opressores e iluminar sonhadores; poucos, porém, conhecem o nome do general que o capturou. O filme tem uma cena memorável. Os escravos que não foram mortos na batalha estavam todos acorrentados e dispostos em uma colina, aguardando para serem crucificados. O general romano sabia que Spartacus estava entre eles, mas não o conhecia e precisava capturá-lo. Só ele bastava, era necessário punir o líder de forma exemplar, exibindo-o como troféu de guerra. O general se dirige à colina de escravos e faz a seguinte oferta: "Entregue-se, Spartacus! E os demais sobreviverão". Spartacus de pronto se apresenta e se oferece em sacrifício: "Eu sou Spartacus!", responde. Na sequência, cada escravo, um a um, se levanta dizendo: "Eu sou Spartacus! Eu sou Spartacus!". Para servir de exemplo e evitar que no futuro outros se insurgissem contra o poder de Roma, todos são crucificados e expostos na Via Ápia, a principal estrada que levava a Roma. Vi esse filme em um final de tarde de um dia qualquer. Eu, meu avô e a cesta de empadas vazia.

(A propósito, o nome do general era Licinius Grassus e foram 6.472 os Spartacus a se oferecerem em sacrifício).

São nesses momentos mais sutis, quando mal percebemos que estamos aprendendo algo, que nossos valores e caráter são moldados de forma mais duradoura. Eles atravessam nossa pele e tocam nossa alma, por vezes se perdem pelo caminho, permanecendo adormecidos sem que nos lembremos deles; mas voltam. E quando voltam adquirem ainda mais força porque amalgamados entre reflexão e sensibilidade. Foram nessas caminhadas da empada que vivenciei a ética do meu avô. E meu caráter se formou.

Também fui apresentado a muitos outros autores e histórias de aventura. "Eu, Sinuhê, filho de Senmut e sua esposa Kipa...", assim começa a narrativa do médico egípcio e a história do faraó reformador, Akhenaton ("O Egípcio", de Mika Waltari). Victor Hugo. Logo após a morte de meu avô, mergulhei na leitura de "Os miseráveis". Jean Valjean, outro de seus heróis, o roubo famélico de um pão, a pena nas galés, Fantine, as barricadas em Paris. De todos, seu autor preferido era Jack London, de "Caninos brancos", "O lobo do mar", "Como me

tornei socialista" (este pequeno texto só conheci anos depois, remexendo em seus papéis) e o desejo por viver "um tempo em que o homem deverá caminhar para alguma coisa mais valiosa e mais elevada que o seu estômago". Antes de escrever esta história, lembrava remotamente desta frase, mas não sabia quem era seu autor nem quem tinha me apresentado a ela. Foi um homem. Um homem que fazia sonhos e empadas, José Turino.

Virou estrela. A estrela Sol.

(Ao finalizar esta história, peço licença para pedir a bênção aos velhos griôs, mestres da cultura oral e da Ação Griô, do programa Cultura Viva. Obrigado por me ensinarem tantas histórias e, ao me permitir ver e ouvir as histórias dos outros, me ajudaram a descobrir minha própria história. Bênção meu avô, bênção meu griô).

Autoentrevista ou Entrevista ao Espelho

Autoentrevista?

No filme "The Commitments", de Alan Parker, há um personagem que dá entrevista a si mesmo, imaginando o dia em que sua banda irlandesa de blues será famosa. Gostei da forma narrativa, de sua conversa com o espelho e resolvi usá-la para apresentar minhas inquietações, as conversas comigo mesmo, abrir o código fonte.

TT Catalão

Código Fonte?

O Ponto de Cultura tem os mesmos princípios do software livre, é um código aberto.

Quais princípios?

Generosidade intelectual, trabalho colaborativo, mutabilidade, criação comum.

Em que se sustenta um Ponto de Cultura?

Na autonomia e no protagonismo social.

Quando um Ponto de Cultura se realiza?

Quando se articula em rede.

Há desenvolvimento?

Quanto mais redes intercaladas maior o desenvolvimento.

Que desenvolvimento?

Das mentalidades, dos comportamentos, da economia, da cultura, dos valores.

Explique melhor.

Cada rede forma um conjunto que se intercala a outros. A influência se dá a partir de "zonas de aproximação", que atingem os Pontos mesmo quando as pessoas de um Ponto não estejam participando de uma rede específica.

Que zonas são essas?

Pessoas de uma rede em gênero podem participar de redes de hip hop ou cultura popular. Desse entrelaçamento surge a "zona de aproximação". Foi Vigotski quem percebeu isso ao observar o desenvolvimento das crianças bem pequenas; a esse fenômeno ele deu o nome de "zona de desenvolvimento proximal". Prefiro "desenvolvimento por aproximação", mais adequado ao jeito brasileiro de ser.

Como se dá a influência de uma rede sobre outra?

A rede de gênero pode influenciar na modificação de comportamentos machistas nas redes de hip hop ou de cultura popular, que trazem consigo muitos preconceitos, são machistas, sexistas, por exemplo. Por outro lado, a cultura popular pode realinhar elementos da tradição. E a menina que faz rap (ritmo e poesia) percebe que seu avô também faz ritmo e poesia com repente, coco, embolada; com isso ela pode criar um novo ritmo musical, o rap-repente, unindo tradição e emancipação.

E a arte, como fica?

Outras redes, ou conjuntos, aglutinam-se pelo apuro estético; uma rede de experimentação em linguagens artísticas, dança contemporânea ou teatro de bonecos. Oferecem sua mensagem: "sem qualidade artística, sem encantamento, não se vencem barreiras, não se quebram estereótipos, não se toca o coração".

Arte pela arte?

Outras redes, ou conjuntos, aglutinam-se pelo compromisso ético, uma rede de meninos e meninas de rua, trabalhos socioculturais, assentamentos rurais. Eles dizem: "sem compromisso com seu povo, de pouco adianta a arte".

Como a mensagem de uma rede chega à outra?

Entrelaçando conjuntos, que se aproximam por ondas até atingir pontos bem distantes. Com muito jeitinho, jeitinho brasileiro.

Exemplifique concretamente.

O prêmio Interações Estéticas, para residências artísticas em Pontos de Cultura, com resultados artísticos conjuntos em 90 Pontos. A Central de Intercâmbio Ponto a Ponto, para troca de experiências entre Pontos.

Há como permanecer imune, neutro?

Assim como é impossível observar um mesmo rio, pois suas águas nunca serão as mesmas, não se pode entrar num rio sem modificá-lo.

E quando os conjuntos se fecham em si mesmos, ou se relacionam apenas com assemelhados?

Nesse caso se formam os fundamentalismos. Infelizmente a história está repleta de conjuntos que se fecham.

Como romper com o fundamentalismo?

Para além da identidade é preciso praticar a alteridade.

Identidade?

Sem identidade as pessoas e grupos não conseguem dizer quem são. Mas identidade sem alteridade é insuficiente.

Alteridade?

Se reconhecer no outro, por mais diferente que seja.

Como se pratica identidade e alteridade ao mesmo tempo?

Não há fórmula, mas, com jeitinho, o Ponto de Cultura pode promover esta adição.

Adição?

Uma operação aritmética muito simples: Identidade + Alteridade = Solidariedade.

E a cultura?

Palavra difícil, são tantos os conceitos.

Após 5 anos teorizando e implantando Pontos de Cultura, qual o seu conceito?

Cultura acompanhada por 3 "E": *Ética*
Estética
Economia

Que economia?

A solidária, com trabalho compartilhado, comércio justo e consumo consciente.

Como obter recursos para essa economia?

Com respeito ao meio ambiente, ao trabalho humano e à criatividade.

E a acumulação, como fica?

Nossa lógica é outra, a do bem comum. Esta é a diferença entre livre iniciativa no capitalismo (voltada para a acumulação do capital) e a livre iniciativa no comunismo (voltada para o bem comum).

Bem comum?

Sim, os recursos naturais, a cultura, a terra, a água, o ar.

Todos mercadoria.

O ar ainda não, mas pode virar mercadoria. No futuro talvez alguém invente uma forma de ganhar dinheiro com redomas de ar puro em um mundo poluído. Minha avó dizia: "ainda vão cobrar o ar que respiramos". Mas não precisa ser assim, nem sempre foi assim. Para as gerações passadas seria impensável transformar água, fonte vital de vida, em mercadoria. No final do século XX, em Cochabamba, na Bolívia, houve a primeira insurreição popular contra a privatização da água e esse processo de mercantilização da vida. Venceram. A água voltou a ser um bem comum. Foi quando o avanço do neoliberalismo encontrou seu primeiro freio.

Bem comum.

...também o transporte público, a educação, o lazer, a saúde, a ciência...

Bem comum.

Daí comunismo.

Comunismo?

O comunismo não se realizou, as experiências do século XX identificadas como comunistas não o foram. Houve experiências de democracia popular ou socialismo com forte intervenção do Estado, muita burocracia e pouca liberdade de iniciativa individual. A superação do capitalismo no século XXI se dará pela cultura do bem comum.

Seria o socialismo do século XXI ?

Uma alternativa em gestação, mas ainda não há um conceito preciso. O positivo na ideia é que se insere no contexto antineoliberal e de democratização da América do Sul, um socialismo mestiço. Mesmo assim prefiro a expressão comunismo, por estar etimologicamente alinhada a bem comum.

E o Estado?

Em nosso atual estágio civilizatório, o bem comum não será assegurado sem Estado. O que precisamos definir é qual Estado queremos.

Que tipo de Estado?

O Estado mínimo, insensível às necessidades das pessoas e subordinado à mercantilização da vida, agente da financeirização do mundo e da acumulação do capital, começa a ruir. Por outro lado, não nos interessa a volta ao Estado pesado, intervencionista e burocrático. É preciso um Estado de "novo tipo", ao mesmo tempo leve e presente, ampliado e gasoso. Um Estado vivo.

Estado vivo ou gasoso?

Gasoso porque leve como o ar, comum e presente. Fonte de vida e liberação de energias. Vivo, porque orgânico, em constante mutação.

Não se desmancha?

O que é sólido se desmancha; o gasoso se espalha, se mistura; o que é vivo se recria.

Como se faz esse Estado?

Se fazendo, sem modelos. O Ponto de Cultura é uma pequena experiência de um Estado que aprende a conversar com o povo e de um povo que se empodera.

Qual a principal característica?

Um Estado educador.

Quais paradigmas precisariam mudar?

Da estrutura para o fluxo.

Do Estado que impõe para o Estado que dispõe.

Do Estado concentrador (de riquezas e informações) para o Estado que libera energias.

Do Estado impermeável para o Estado penetrável.

Do Estado que esconde para o Estado transparente.

Do Estado que controla para o Estado que confia.

Do povo que transfere responsabilidades para o povo que participa.

Da desconfiança à confiança mútua, gerando responsabilidade e liberdade.

Da política pública focada na carência à política pública focada na potência.

Exercícios?

Exercícios de civilização.

Carência/potência?

Talvez a chave seja esta mudança de paradigma. As políticas públicas são formuladas a partir do critério da falta, da vulnerabilidade. O Ponto de Cultura parte do oposto, parte da potência.

É simples?

É simples, mas tenho muita dificuldade em convencer a burocracia de Estado. Um gestor de Ponto de Cultura, como o Maracatu Estrela de Ouro, de Aliança, Zona da Mata pernambucana, compreende na hora: "um Ponto de Cultura não se cria, se potencializa".

Como sintetizaria a teoria do Ponto de Cultura?

Com uma equação matemática.

Matemática?

Quando compreendemos que a matemática estuda a vida a partir de objetos abstratos e de suas relações, as equações tornam-se simples.

O Ponto de Cultura pode ser representado em uma equação matemática?

$PC = (a + p)^r$

Em linguagem verbal: ao somar Autonomia (a) com Protagonismo (p) o Ponto de Cultura (PC) ainda não se realiza, pois é necessário que dê um salto exponencial a partir de sua potência, que são as Articulações em Rede (r). Quanto mais redes, melhor. Com isso ele alcança o Empoderamento Social.

Ponto de Cultura como ponto de empoderamento social?

E atrator de iniciativas.

Atrator?

Na Teoria do Caos há os estranhos atratores, pequenos pontos que aglutinam energias, alteram rotas.

O Ponto de Cultura funciona como um atrator?

Sim, pelas ações do programa Cultura Viva.

Quais ações?

Cultura Digital, Cultura de Paz, Pontinhos (Pontos lúdicos, de cultura infantil), Griôs, Escola Viva, Cultura e Saúde, Juventude.

Estas são ações do programa Cultura Viva, mas e as ações da sociedade?

São infinitas as possibilidades. No Fórum Social Mundial a Aldeia da Paz foi montada por iniciativa de um Ponto de Cultura, a Caravana Arco-Íris. Eles praticam agroecologia, trabalhos colaborativos, biodigestor, filtragem natural da água usada, devolvendo-a limpa aos rios. Na sequência, querem aplicar esse conhecimento junto às comunidades ribeirinhas da Amazônia.

São as ações que mantêm a pulsação do Ponto de Cultura?

Sim, do contrário ele se fossiliza, burocratiza, necrosa. Ponto de Cultura é vida e vida é fluxo.

Mas como as ações se encontram? Como os Pontos se interligam?

A Teia. Um construir constante que também precisa ser presencial, unindo, em um só lugar, encantamento (mostra artística dos Pontos de Cultura), reflexão (seminários e registro) e organização (Fórum dos Pontos de Cultura).

E entre as Teias?

Encontros de Conhecimentos Livres, o iTeia, os portais, as redes colaborativas, os encontros entre redes temáticas, os programas de TV, Cultura Ponto a Ponto, Ponto Brasil, Amálgama Brasil, a web rádio Cultura Viva.

Programas de TV?

O único elemento comum a todos os Pontos de Cultura é o estúdio multimídia (uma câmera de vídeo, equipamento para gravação musical e 3 computadores operando como ilha de edição). Colocamos os meios de produção nas mãos de quem faz cultura. Agora temos base para uma nova conquista: os meios de difusão.

Cultura e comunicação?

Uma não sobrevive sem a outra. Com os Pontos de Cultura abrimos uma fenda no monopólio das comunicações e a polifonia começa a ser uma realidade.

Polifonia?

E conjugada na primeira pessoa, na voz de quem faz, sem intermediação.

Como?

Pontos de Mídia Livre. Uma nova rede que se abre, com muitas vozes e muitos meios; do mimeógrafo e estêncil aos blogs, rádios e TVs comunitárias. Com o prêmio Pontos de Mídia e Laboratórios de Mídia Livre preparamos os Pontos para mais um salto. Quem sabe um salto quântico.

Em 2009 são 2,5 mil Pontos de Cultura em todo o Brasil e até 2010, 3 mil. E depois? Basta aumentar os Pontos?

A quantidade gera o salto qualitativo. Com a fervura a água passa do estado líquido para o gasoso; ou para o sólido, em baixas temperaturas. O salto qualitativo já se coloca.

Que salto é este?

Cultura e política.

Cultura e política?

Uma nova cultura política como base para a ressignificação da política. Política como meio, bem comum como fim.

A cultura assumiria uma centralidade na política?

É isso. Da mesma forma que os movimentos populares e sindicais estiveram para a redemocratização do Brasil há 30 anos, a cultura pode estar para a nova política do século XXI. Com uma diferença essencial. Enquanto os movimentos associativos/reinvindicativos são movidos por interesses (legítimos, mas, mesmo assim, interesses), a cultura se move por valores. Política movida por interesses facilmente resvala para a política interesseira. Não é o que vemos na política parlamentar dos tempos atuais? Uma política do bem comum tem que ser movida por valores.

Cinco anos não é pouco para isso?

Foi o meu tempo. Que outros continuem, que os Pontos se empoderem.

O que falta ainda?

Sistematizar a experiência, documentar, apurar os conceitos, consolidar a teoria. Difundir a experiência, ganhar apoios, compreensão. Ir além do Brasil. E que os Pontos se espalhem.

E um marco legal?

No início não cabia, perderíamos tempo e o programa se engessaria em uma abstração. Foi preciso fazer, experimentar e construir os conceitos na medida em que os fenômenos fossem se apresentando. Agora há base para propor.

Que lei?

Algumas leis. Uma lei para os mestres e griôs, um estatuto e uma bolsa que reconheça e valorize o saber popular. Outra lei para o protagonismo juvenil, que garanta o pagamento de uma bolsa para a capacitação de jovens no desenvolvimento de trabalhos comunitários. Uma terceira lei para a autonomia e protagonismo social, que assegure meios ágeis para a transferência de recursos e construção de diálogos entre Estado e sociedade.

Qual o resultado dessas leis para a cidadania?

Quebra de hierarquias, construção de novas legitimidades, reequilíbrio entre poderes. Com a Lei dos Mestres e Griôs pode-se promover uma religação intergeracional, levando o saber popular para a escola e valorizando o conhe-

cimento de parteiras, mestres de capoeira, rezadeiras e de todos os mestres e de todas as culturas transmitidas pelo conhecimento tradicional. Com a Lei do Protagonismo Juvenil, centenas de milhares, quem sabe um milhão de jovens por ano poderão passar por um processo intenso de trabalho colaborativo e comunitário. Uma bolsa mensal de R$ 250 paga por um ano para um milhão de jovens custaria R$ 3 bilhões; parece muito, mas é menos que o financiamento governamental para a compra de automóveis. Após 20 anos o significado disso para a cidadania seria inestimável. Com a Lei da Autonomia e Protagonismo Social (que antes imaginei cultural, mas percebi que deve ser ampliada para todas as ações da sociedade), as comunidades poderão resolver localmente os seus problemas e, articulando-se em rede, ampliando esse exercício até a plena simbiose entre povo e Estado. Lei Brasil Vivo seria um bom nome.

Por que ainda não foram propostas?

Porque precisam ser construídas, como resultado da vontade e soberania popular. Para ser coerente com a teoria dos Pontos de Cultura, essas leis precisam ser de iniciativa popular, com coleta de assinaturas. Fazê-las como leis de iniciativa do governo ou de parlamentares seria uma apropriação indevida de um processo que vem de baixo e que germina pelo Brasil.

E também porque elas entram em contradição com a atual lógica do Estado e dos poderes constituídos.

De certa forma, sim. Mas "não há nada mais forte que as ideias cujo tempo chegou", foi assim que Victor Hugo percebeu o seu mundo no século XIX.

Agora fale de você.

Eu? Eu sou um Ponto de Cultura. Todos podem sê-lo, todos são.

Faltou alguma coisa?

Sempre falta. Gostaria de agradecer àqueles que entraram neste processo sem conhecer todas as condições prévias. Aos gestores dos Pontos de Cultura que sofreram com nossa falta de estrutura. Também aos servidores da SPPC, agora Secretaria da Cidadania Cultural, tão poucos e tão sem condições materiais e institucionais para realizar o trabalho. Eu queria fazer, sabia que faltava compreensão, tempo e estrutura, mesmo assim fui fazendo, pois no íntimo sabia

que a sociedade (ao menos parte) responderia ao chamado. A porta entreabriu, entrei. Não podia perder a oportunidade.

Por fim.

A cultura não tem fim.

Obrigado.

Obrigado.

Penúltimo Capítulo

O livro estava praticamente pronto. Já havia encaminhado para revisão de texto e começava a escolher a capa. Mas faltava algo. Não podia encerrar com um monólogo; gostei da forma de autoentrevista e com ela consegui sistematizar e resumir noções e conceitos essenciais, mas precisava dizer mais coisas. Não havia citado todos os autores que gostaria, faltou mencionar pessoas, agradecimentos, a indicação do que fazer no futuro.

"O modo de fazer é ser", disse Lao-Tsé, o jovem sábio chinês; mais um que deixei de citar.

Recentemente recebi uma mensagem, ela falava de Lao-Tsé e do taoísmo. O viver em harmonia; espírito, mente, corpo e coração, tudo em uma só unidade (um só Ponto?). Junto com a mensagem, dois poemas. O primeiro:

Poema 66

"Rios e mares demandam os vales,
porque procuram os lugares baixos.
O soberano só pode governar
Quando o seu governo brota do interior.
Por isto o verdadeiro sábio
Quando quer governar
Modera as suas palavras
E renuncia ao seu próprio ego.
Assim é ele um verdadeiro soberano,
e o povo não se sente humilhado.
Governa, mas ninguém
se sente governado.
Todos lhe obedecem de boa mente
e se sentem amparados
e livres.
Nada dele reclamam.
Nada desejam".

Recebi este poema de uma amiga muito querida, alguns dias antes de reiniciar esta escrita. Na mensagem, soube que ela começa a ter contato com um mestre, que foi meu mestre também, ainda na adolescência, Lumumba.

Era 1977, eu trabalhava como gráfico e recebi a tarefa de fazer um cartaz em serigrafia para um espetáculo de música e teatro, "América, América", escrito e dirigido por Lumumba. Aprendi serigrafia, a fixar o filme e passar a tinta com um rodo, uma cor de cada vez; depois me ofereci para colar o cartaz nos bares e livrarias da cidade. Lembro do mapa da América Latina com o rosto de Zumbi dos Palmares, e do começo da música do espetáculo:

"Em suas veias abertas...
Não fui eu quem matou Atahualpa
Nem fui eu quem matou Zumbi
América, América
AMÉRICA..."

Lumumba, homem negro, sorridente, que vi do mesmo jeito, 30 anos depois, sempre alegre e por vezes duro. Militante da oposição metalúrgica, nunca mais conseguiu emprego, ficando "marcado" na lista das empresas; foi ser músico e construtor de tambores. Quando o reencontrei, disse que foi essa perseguição que o salvou para Ser. "América, América", sua primeira obra.

"Em suas veias abertas... América, América".

Depois disso, nos vimos esporadicamente e ele sempre surgia com algum comentário instigador ou provocativo; quando entrei na universidade, por vezes ele fazia alguma observação, como se estivesse dando uma bronca, "você está treinando para ser intelectual da USP?", acompanhado de um sinal negativo com a cabeça. Estava tão feliz com a bolsa cheia de livros, a barba que começava a engrossar e a camisa para fora da calça que fiquei frustrado com a desaprovação, mas ao final não segui carreira acadêmica. Reencontramo-nos há menos de um ano, em São Luis do Paraitinga, próximo de Taubaté. Ele e sua companheira Nádia, uma xamã. Soube que por muitos anos deu aula para crianças de rua na cidade de São Paulo, mas quando não teve condições de sustentar a si e às crianças, foi para um sítio no vale do rio Paraíba, levando consigo mais de 20 filhos adotivos. Foram dois dias de muita conversa.

Depois de detalhar o programa Cultura Viva, fiz alguns desenhos, mostrando a intersecção de um Ponto com outro. Ele logo disse: "Você estudou tanto para chegar ao desenho do peixe". "Peixe?", perguntei. "Sim, o símbolo dos primeiros cristãos, a parte de um círculo cruzando outro". De fato, estava tudo ali, na minha frente, e eu não havia percebido. A religião dos escravos e do bem comum unira gente com o mesmo objetivo, um ponto complementando outro, o se compadecer pelo semelhante, a compaixão, o repartir o pão e a comunhão entre iguais. Lumumba também me alertou para ver além do Caos, encontrando ordem no Cosmo, algo que vai além dos acasos, que tem sua lógica, mesmo que não saibamos interpretá-la. Ao final ganhei um tambor de presente, feito por ele. "Quando não souber o que fazer, toque repetidamente, e as ideias irão surgindo", foi o que ele disse.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. Tum, tum, tum. TUM TUM TUM".

Guardo o tambor em meu quarto, por vezes toco.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. Tum, tum, tum. TUM TUM TUM".

Não conseguia terminar este livro.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. Tum, tum, tum. TUM TUM TUM".

Fui limpando minha mente.

"TUM TUM TUM. TUM, TUM, TUM. Tum, tum, tum. Tum tum tum".

Deixei meu pensamento entrar no deserto, no lugar em que só o essencial faz sentido. *"Deixa o que tens; liberta-te de todas as cadeias; sê!"*; o Velho Testamento, que só li com olhar de historiador, começava a fazer sentido. Lembrei da ética do místico alemão Mestre Eckhart, que viveu na Idade Média, e que conheci lendo um marxista, Erich Fromm: *"Desfazer o modo Ter é condição para toda atividade autêntica... a virtude suprema é o estado de íntima atividade criativa... cuja premissa é a superação de todas as formas de apego ao eu e ânsia de posse".* Percebi que não precisava mais saber o que deveria fazer, e sim o que sou.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. TUM TUM TUM. Tum, tum, tum".

Quem sou e o eu devo fazer; precisava de força para saber.

"TUM TUM TUM. Tum tum tum. Tum, tum, tum. TUM TUM TUM".

Lembrei de "O Capital", livro I, de Karl Marx: *"A Força é a parteira de toda sociedade antiga, que carrega no ventre uma nova".* Para Marx, a força tem um papel transitório, ela pode dar um empurrão, mas nada se estabelece se não tenha havido preparação anterior. Tinha que ir além da vontade e entender onde queria chegar. *"O homem deixa de SER e manifestar sua vida na medida em que passa a TER e sua vida se torna mais alienada",* novamente Marx.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. TUM TUM TUM. Tum, tum, tum".

Faltava a potência. Todo o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura têm por base a ideia de potência. Isso estava claro desde o início, "Ponto de Cultura é a potencialização das energias criadoras...", mas não tinha me dado conta de que um filósofo já havia sistematizado este pensamento. Baruch de Espinosa, filósofo de origem judaica e portuguesa, que viveu na Holanda do século XVII, apontava exatamente isto. Potência como a força efetiva, não uma simples possibilidade, mas o próprio poder que todos os seres realizam. É a potência que define o ser, o grau de perseverança e afirmação. Mas há uma ética da potência.

Tudo foi ficando claro.

"TUM TUM TUM. Tum, tum, tum. TUM TUM TUM. Tum, tum, tum".

Mas como não havia percebido antes? Foi Carla Dozzi, consultora do PNUD, articuladora dos Pontos de Cultura em São Paulo, quem me deu o presente, a "Ética" de Espinosa. A afecção modificando os corpos (essa é uma das bases da teoria dos Pontos de Cultura, apenas troco pelo termo "desenvolvimento por aproximação"), a ideia de causa-efeito. "Nós somos ideias vindo de outros corpos". Corpo e alma no mesmo nível. "Deus é natureza". Potência de Ser e Agir. Uma ética da potência; uma potência que só se realiza com afeto, em que Deus é natureza e nós somos substância. Se Deus é natureza e se somos parte da natureza, estamos, portanto, na substância de Deus. Mas o que nos afeta? O que nos impede? O que nos deprime? O que impede o desenvolvimento da potência? Isso! O Ponto é esse, a capacidade de agir. Potência com afeto. Descobri a melhor definição para um Ponto de Cultura: Potência com afeto. E sei que praticamos isso. O Ponto de Cultura como um exercício de liberdade e o humano só é livre quando toma plena posse de sua potência.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. TUM TUM TUM. Tum, tum, tum".

Entendi o sentido do Ponto de Cultura e de minha ação, uma guerrilha silenciosa, a "atuação do invisível no visível", cuja mensagem só chegou a mim faz dois dias, vindo por uma amiga querida que foi ter Lumumba como mestre. Muitas vezes me perguntam o que é mesmo um Ponto de Cultura. Respondo dizendo que é um conceito e uma teoria, em que o processo cultural vai transformando posturas por meio da arte, mudança de comportamentos e reflexões. Um processo de encantamento social. Como é um processo vivo, não há como fixá-lo em uma fôrma única, por isso não é uma construção física, e sim imaginada. Nossa preocupação está muito mais voltada às pessoas que às estruturas. Por não ser algo tangível, como um centro cultural, as pessoas em posição de governo têm dificuldade em aceitar a ideia, que vai se impondo por "baixo". Alguns entendem o Ponto de Cultura como uma redução de expectativas; como não há dinheiro para construir diversos e vistosos centros culturais, aceita-se uma pequena distribuição de recursos para grupos culturais organizados. Mas não é isso. Ponto de Cultura é a revelação da potência das pessoas, dos grupos

e da sociedade, é a centelha que reacende uma brasa adormecida que ganha força.

Novamente um poema de Lao-Tsé, o segundo que recebi:

Poema 11
A atuação do invisível no visível

"Trinta raios convergentes no centro
Tem uma roda,
Mas somente os vácuos entre os raios
é que facultam seu movimento (como a roda de um moinho de vento)
O oleiro faz um vaso, manipulando a argila,
mas é o oco do vaso que lhe dá utilidade.
Paredes são massas com portas e janelas,
mas somente o vácuo entre as massas
lhes dá utilidade
Assim são as coisas físicas,
que parecem ser o principal,
mas o seu valor está no metafísico".

Esse é o valor do Ponto de Cultura.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. TUM TUM TUM TUM TUM TUM".

Neste momento volto a uma imagem que me instiga há anos, o "Homem Vitruviano", de Leonardo Da Vinci. É um desenho revolucionário, uma equação matemática em forma de arte, um tratado de filosofia em uma única imagem. O humano como medida das coisas; não o humano no centro, como erroneamente muitos interpretam este estudo, mas o humano como referência para interpretação de tudo que o envolve, percebendo-se como parte integrante do Cosmo. Humano/natureza, natureza/Deus. Este desenho de Da Vinci tornou-se o símbolo do Renascimento, a revelação da potência humana e, ao mesmo tempo, a percepção de que essa potência só é possível quando interligada a algo mais amplo.

O estudo de Da Vinci é resultado de um pensamento anterior, do arqui-

teto romano Vitrúvio Pólio, que viveu 100 anos antes de Cristo. Vitrúvio fez todo um estudo sobre a proporcionalidade e sua obra escrita permaneceu no tratado "Da Arquitetura", mas seus desenhos se perderam. Por toda a Idade Média, por mais de mil anos, eruditos de toda a Europa tentaram redesenhar os esquemas de Vitrúvio (quando contei esta história a um amigo, ele respondeu: "quando me disserem que um problema não tem solução, e estiverem para desistir, lembrarei desta história, cujo problema levou 1.500 anos para ser resolvido"). Não era simples, porque as medidas já estavam indicadas e o desenho deveria segui-las rigorosamente, como um problema matemático. À descrição:

"Um palmo é a largura de quatro dedos
Um pé é a largura de quatro palmos
Um antebraço é a largura de seis palmos
A altura de um homem é quatro antebraços (24 palmos)
Um passo é quatro antebraços
A longitude dos braços estendidos de um homem é igual à altura dele
A distância entre o nascimento do cabelo e o queixo é um décimo da altura de um homem
A distância do topo da cabeça para o fundo do queixo é um oitavo da altura de um homem
A distância do nascimento do cabelo para o topo do peito é um sétimo da altura de um homem
A distância do topo da cabeça para os mamilos é um quarto da altura de um homem
A largura máxima dos ombros é um quarto da altura de um homem
A distância do cotovelo para o fim da mão é um quinto da altura de um homem
A distância do cotovelo para a axila é um oitavo da altura de um homem
A longitude da mão é um décimo da altura de um homem
A distância do fundo do queixo para o nariz é um terço da longitude da face
A distância do nascimento do cabelo para as sobrancelhas é um terço da longitude da face
A altura da orelha é um terço da longitude da face".

A redescoberta das proporções matemáticas a partir do estudo do corpo humano foi que permitiu todo um conjunto de realizações artísticas, humanísticas e científicas, conduzindo ao Renascimento italiano. Outro detalhe, o desenho também é um símbolo da simetria básica do corpo humano e, por extensão, do universo como um todo.

"Tum tum tum tum tum tum. TUM TUM TUM TUM TUM TUM".

Ponto, Homem, Cosmo. Medida, proporção. Potência. Agir.

"TUM TUM TUM. Tum, tum, tum".

É isso. Se nos referenciarmos aos semelhantes e a todo ser vivo e ao Cosmo a partir de nossas próprias medidas, talvez consigamos alcançar a harmonia. E a entender que a força da vida está na diversidade. Por vezes é preciso plantar um pé de mamona para que ele cresça rápido e forneça sombra e matéria orgânica para o crescimento de um mogno, uma árvore forte e centenária. Vi isso em meu quintal, foi Helena quem plantou. O Ponto de Cultura como um Ponto de diversidade e respeito. Um ponto de apoio em que a alavanca é o próprio humano.

"Tum tum. Tum tum...".

Mas ainda não consigo terminar o livro. Faltam os agradecimentos. Cito todos? E se esquecer o nome de alguém? Falo "no geral". Todos que trabalharam comigo na Secretaria de Programas e Projetos, depois Secretaria da Cidadania Cultural, Antonia, Eliete, Oswaldo, Lúcia, Priscila, Regina, Luciana, Gesilene, Dani, Roselene, Flávio, Elder, Celso Alencar e Helena Sampaio (que quase vieram mas sempre colaboraram), Lyara, Juana, TT, Elder, Juliana, Antonio, Eduardo, Dayanne, Ana, Fred, Elaine, Elisiário, Josi, Rose, Ana novamente, Célia, Álvaro, Yeda, Sumaya, Gicelda, Zildelene, Aldo, Raquel, Eric, Natália, BigNel, Cris Abramo, Luis, Ítalo, Lídia, Caetano, Patrícia, Zonda...; os dirigentes e funcionários do ministério, Mamberti, Sérgio Sá, Miguez, Alfredo, Silvana, Oswaldo, Orlando, Nanan, Sílvio, Isabella, Márcio, Sérgio, Marco, Elaine, Silvia, Jefferson, Fabiano, Isabella, Limoni, Letícia, Nando, Nascimento, Mila...; os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira; Manoel Rangel, que me apresentou à direção do ministério; os motoristas, Elias, Carlucho, Welington, Ari, Eli, Nelito...; as regionais, Tarciana, Rozane, Cesária, Aguilar, Cecília, Aída, Adair, Mirane, Valquíria, Patrícia, Isabelle, Antonieta, Cláudia, Carla, Ana Paula... Não. Desse jeito posso deixar de citar

alguém. E há todas as pessoas dos Pontos, Chris, Robson, Regina, Luzia, Stella, César, Veridiana, Santini, Norma, Durval, Nyetta, Zehma, Mãe Lúcia, Geo, Catarina, Chacon...; os casais gestores, vi muitos casais à frente de Pontos de Cultura, Teotônio e Andréa, Cláudio e Célia, Márcio e Elsie, Márcio e Lílian, Mari e Vincent... Os amigos que agora me ajudam com o lançamento deste livro, Edgard, Ana Paula, Mauro, Maísa, Wolf, Cabeto, Mathieu, Wal, Venâncio, Gabriel...; Sil. Assim não termino o livro nunca.

"...TUM, TUM, tum, tum...".

Recebi outra mensagem, chegou faz alguns dias:

"Aos meus amigos,

Hoje acordei com a imensa alegria de ver publicado no Diário Oficial da União que o Ponto de Cultura Estrela de Ouro foi contemplado com o Prêmio Asas. Esse reconhecimento nos faz ver um filme que começou lá em 1998 quando eu conversava com Zé Lourenço na praça do Arsenal, em Recife, e ele tentava me convencer a trabalhar com o Maracatu Estrela de Ouro. Me faz ver todos da Chã de Camará carregando telha, tijolo, cimento e madeira para erguer a casa sede do Ponto. Ver Jarbas de prancheta na mão fazendo cálculos de arquitetura para que nada desse errado. Ver o professor Severino Vicente ensinando como ensina até hoje lições de vida e de amor à cultura. Ver Luiz Caboclo, Mestre Zé Duda, Biu do Coco, Mestre Mariano comprando instrumentos e tecidos para renovar os brinquedos. Me faz ver as mulheres vestidas de baianas e também carregando água para fazer comida e lavar roupas. Pai Mário recebendo o espírito de Mestre Batista. A comunidade dançando nas Festas de Terreiro. A jaca cortada no terraço. Ploc no computador. O coco gravando CD. O caboclinho gravando CD. TT Catalão suando poesia. Célio comendo feijoada. A Velha Guarda da Mangueira emocionada. Tâmisa abaixada fazendo pesquisa. O apito de Zé Duda chamando a caboclada. E Lourenço carregando sua pasta. Minha Valéria encantada trabalhando nos bastidores orientando toda equipe. Cândida fazendo todo mundo se tocar e se respeitar. Nós todos na França com Laure e Luiz pelas ruas de Paris depois de um show de sucesso. Os lançamentos dos livros. Ângelo produzindo o Festival Canavial. Angelo Aimberê abrindo mais uma conta e nos

protegendo no Banco do Brasil, Ederlan fazendo de tudo um pouco, sem medo de aprender. Théo gravando mais um CD. Angélica organizando cada documento. Wanessa ensinando com paciência e beleza. Professora Isa, invertendo o lado da gola para mostrar a nossa construção. André Dib levando nossa história para os quatro cantos do mundo. Jorge Mautner, Afonjah e Jacobina no meio do maracatu. Lula Gonzaga ensinando cinema. A foto de mestre Batista na sala olhando eu brincar um pouco com as crianças. Enfim, tantas imagens, tantos dias, tantos projetos, tanto trabalho, tantos prêmios. Mas esse prêmio é maior que todos os outros, porque ele confirma que nós estamos contribuindo para que o Brasil tenha uma política cultural democrática. Porque ele não premia apenas uma parte do Ponto de Cultura Estrela de Ouro. Ele premia todos. Ele confirma para o Brasil e para o mundo que em Aliança existe um grupo de pessoas que está mudando a história do Canavial.

São 11 anos que me fizeram entender melhor o mundo e saber que no coletivo o individuo se revela e caminha com mais firmeza nos pés. Quero agradecer a todos que imprimiram em mim algo de humano, algo de paixão, algo que levarei para sempre. Quero agradecer a todos por terem acreditado que esse projeto de vida não é uma loucura, é uma construção no terreno do improvável, no terreno do sensível e que se tornou uma pequena subversão para a construção do BRASIL VIVO.

Beijo em todos".

Obrigado Afonso de Oliveira, você agradeceu aos seus, assim como eu gostaria de agradecer aos meus. Aos nossos.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. Tum, tum, tum".

Ainda falta mais um pouco, não consigo terminar este livro, ele não é meu, ele é de todos nós, diz a ciranda que ouvi na voz de Lia.

"Tum, tum, tum. Tum tum tum. Tum, tum, tum".

Este capítulo não será último, será o penúltimo. O livro não terá final e os próximos capítulos não serão feitos por mim. Espero que aceitem o desafio, peço a todos que quiserem ou puderem, que enviem suas histórias. Sejam os que participam diretamente da aventura dos Pontos de Cultura, seja quem é Ponto por si, sem precisar conhecer essa política pública de Ponto de Cultura. Por mim, os

Pontos nem precisariam do reconhecimento governamental, basta se declarar Ponto, se assumir como tal, como um movimento. Depois a luta pelos recursos, que chegarão, de uma forma ou de outra. O mais importante é se assumir, e fazer isso de forma soberana. Quem encontrou a sua potência, age e faz, já é Ponto de Cultura. Venham. Contem suas histórias, as histórias que ouviram, as histórias que viram, as histórias que viveram e as histórias que fizeram. Enviem as histórias, sistematizem experiências, compartilhem, escrevam. Pode ser no site que vou abrir para contar as histórias de um Brasil de baixo para cima ou colocando em qualquer outro lugar; mostrem de todo jeito, de todas as formas, mostrem o que somos capazes. Mostrem nossa verdadeira história, a história de um Brasil que vai brotar como nunca se viu.

"...Tum tum. Tum tum. Tum tum...".

Fotos

P. 7 – Grafite de JOV do Recife, morador de Entra a Pulso – Recife/PE

P. 10 – Brincante do Festival de Laranjeiras/SE – "desescondendo" o Brasil

P. 13 – Banda mirim na invenção do Ponto de Cultura Museu Homem do Cariri – Nova Olinda/CE

P. 23 – Tambores digitais do Ponto Coco de Umbigada de Beth de Oxum

P. 25 – Aritana e Célio no Alto Xingu – Pontão Yawalapíti

P. 31 – Menino do Ponto Guerreiros de Alagoas – arte e atitude superam o lixão

P. 35 – Dona Cecy, do Boi Juventude de Pirambu/CE

P. 36 – Águas do Ponto São Sebastião Tem Alma – SP

P. 53 – Dona Maria Flor, do samba de cumbuca do quilombo de Salinas/PI

P. 61 – Chico Simões, do Invenção Brasileira – DF

P. 63 – Aula na Expo Viva Cultura Viva, no Pontão Museu Afro Brasil, no Ibirapuera – SP

P. 83 – Ponto Jongo da Serrinha – RJ

P. 85 – Ijaboti – aldeia moycarakô, etnia membegrokê (sul do Pará), Esplanada dos Ministérios, cortejo da Reproclamação da República pela Cultura – encerramento Teia 2008 – 15 de novembro

P. 123 – Festival Cultura Popular DF – Ponto Seu Estrelo e Fuá de Terreiro

P. 127 – Guerreiro de lança do ponto Maracatu Estrela de Ouro – Aliança, Chã de Camará/PE

P. 143 – Anuiá e filho, aldeia Yawalapíti no Alto Xingu – MT

P. 147 – Cortejo da Reproclamação da República, Teia 2008 – Brasília/DF – pontos ocupam Esplanada da rodoviária até o Palácio do Planalto

P. 171 – Mãe Lúcia de Oyá – Recife/PE – linha direta entre saberes

P. 175 – Dona Edna, Ponto Poleiro dos Anjos – Casa das Artes – AL, boi de arame de Tito Mendes e a vanguarda de Luiz Hermano (arame e capacitores eletrônicos), Expo Teia III – fica o erudito pelo não dito

P. 183 – Célio no barco Pontão de Cultura Navegar Amazônia, a caminho de Afuá, Marajó/PA

P. 185 – Cultura digital e metarreciclagem na Teia II de Minas Gerais

P. 203 – Teia I de SP, templo das Bienais, cesto do Pará, adornos da aldeia e o urbano em mix esplêndido

P. 227 – Abertura da Teia IV – 2010 – concerto da banda Cabaçal dos irmãos Aniceto e sinfônica Eleazar de Carvalho – Fortaleza/CE

P. 233 – Célio na inauguração do UNAS, – Totem-Escultura de Piassa – Heliópolis – SP

P. 245 – Brincante de Laranjeiras/SE